

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PAULO FERRACIOLI SILVA

CHECAGEM DE FATOS, TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E ATUAÇÃO POLÍTICA
DO JORNALISMO: UM ESTUDO COMPARADO SOBRE OS SISTEMAS DE
MÍDIA DE BRASIL, ESTADOS UNIDOS, ALEMANHA E ITÁLIA

CURITIBA

2021

PAULO FERRACIOLI SILVA

CHECAGEM DE FATOS, TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E ATUAÇÃO POLÍTICA
DO JORNALISMO: UM ESTUDO COMPARADO SOBRE OS SISTEMAS DE
MÍDIA DE BRASIL, ESTADOS UNIDOS, ALEMANHA E ITÁLIA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política, Setor de Ciências Humanas, Universidade
Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do
título de Doutor em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Paulo Jamil Almeida
Marques

CURITIBA

2021

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Silva, Paulo Ferracioli

Checagem de fatos, transparência pública e atuação política do jornalismo : um estudo comparado sobre os sistemas de mídia de Brasil, Estados Unidos, Alemanha e Itália. / Paulo Ferracioli Silva. – Curitiba, 2021.

Tese (Doutorado em Ciência Política) – Setor de Ciências Humanas da
Universidade Federal do Paraná.

Orientador : Prof. Dr. Francisco Paulo Jamil Almeida Marques

1. Jornalismo – Aspectos políticos. 2. Mídia digital. 3. Transparência na administração pública. 4. Informações governamentais – Confiabilidade. I. Marques, Francisco Paulo Jamil, 1980-. II. Título.

CDD – 302.231

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em CIÊNCIA POLÍTICA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **PAULO FERRACIOLI SILVA** intitulada: **CHECAGEM DE FATOS, TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E ATUAÇÃO POLÍTICA DO JORNALISMO: UM ESTUDO COMPARADO SOBRE OS SISTEMAS DE MÍDIA DE BRASIL, ESTADOS UNIDOS, ALEMANHA E ITÁLIA**, sob orientação do Prof. Dr. FRANCISCO PAULO JAMIL ALMEIDA MARQUES, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 24 de Fevereiro de 2021.

Assinatura Eletrônica

26/02/2021 10:30:31.0

FRANCISCO PAULO JAMIL ALMEIDA MARQUES

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

26/02/2021 11:29:22.0

JACQUES MICK

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA)

Assinatura Eletrônica

26/02/2021 10:57:10.0

ALEXSANDRO EUGENIO PEREIRA

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

26/02/2021 12:38:27.0

MICHELE GOULART MASSUCHIN

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

26/02/2021 11:41:14.0

SUZANA OLIVEIRA BARBOSA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA)

AGRADECIMENTO

Pensar em todas as pessoas que merecem ser agradecidas é uma tarefa que me fez lembrar não só os quatro anos de doutorado, mas todo o meu percurso de vida.

Obrigado, primeiro, a meus pais, Marilda e João Augusto, que me deram todas as condições para que eu realizasse o sonho de cursar o doutorado. Obrigado a meu irmão Miguel e aos outros amados membros da família cujo apoio foi essencial.

Obrigado aos amigos do grupo de pesquisa PONTE, com quem compartilhei inúmeras descobertas e que contribuíram com comentários relevantes para a pesquisa, em especial com seus conhecimentos muito mais amplos que os meus em pesquisa quantitativa, o que me ajudou nessa parte do trabalho.

Obrigado ao meu orientador, professor Jamil Marques, cuja orientação foi essencial para meu percurso no doutorado. Seus comentários sempre precisos me guiaram e hoje sei que posso contar com um grande amigo.

Obrigado aos professores que avaliaram esse trabalho na banca de defesa: Michele Massuchin, Suzana Oliveira Barbosa, Alessandro Pereira e Jacques Mick, seus comentários me fizeram perceber falhas e me indicaram quais seções deveriam ser fortalecidas.

Agradeço também à Capes, que me proporcionou o financiamento para que eu me dedicasse ao longo da pesquisa.

Por fim, obrigado aos meus amigos que me acompanharam durante toda a vida e sem os quais essa tese não teria sido publicada. Nomeá-los um a um poderia fazer com que eu esquecesse de algum deles além de tornar essa lista imensa, porque eles são muitos. Amigos que conheci quando estava no ensino fundamental, no ensino médio, nas aulas de inglês e de alemão, nas faculdades de Jornalismo e Direito e, por fim, no mestrado e no doutorado. Obrigado também a minha família do coração, originalmente amigos dos meus pais, mas que provaram para mim que podemos construir a nossa família com as pessoas que mais amamos.

Foi com vocês que pude compartilhar todo esse percurso e são vocês que fazem isso valer a pena.

Mais uma vez, meu muito obrigado.

Strange as it seems, there's been a run of crazy dreams
And a man who can interpret could go far
(Andrew Lloyd Webber)

RESUMO

O debate público nas redes sociais digitais tem inúmeras repercussões para as democracias atuais, em especial ao se considerar a quantidade de informações incorretas a que o cidadão tem acesso nesses espaços. É nesse contexto que o *fact-checking* se destaca como prática jornalística própria, cujo objetivo principal é checar o grau de veracidade de informações e declarações que circulam na esfera pública, por meio de dados fornecidos pelo Estado e por outras fontes. Com base nos papéis desempenhados pelo Jornalismo enquanto instituição (como *watchdog* e adversário), a presente tese busca responder ao seguinte problema de pesquisa: em que medida as agências de *fact-checking* agem como atores políticos ao se aproveitarem da transparência para desempenhar esses papéis? O objetivo da pesquisa é oferecer uma contribuição original ao evidenciar a atuação da checagem de fatos como instituição política a partir da interface entre transparência e funções do Jornalismo em sistemas midiáticos distintos. Tendo como base os sistemas Pluralista Polarizado, Liberal, Corporativista Democrático e Liberal Capturado, a tese se debruça sobre agências provenientes de cada um deles: Agência *Lupa* (Brasil), *Factcheck.org* (EUA), *Pagella Politica* (Itália) e *Correctiv* (Alemanha). A pesquisa foi norteada pelas hipóteses de que o papel adversário seria mais recorrente no representante Liberal, bem como predominaria nos países em que houvesse melhor regulamentação legal da transparência. Além disso, formulou-se questões de pesquisa que indagavam qual a relação entre o uso de dados públicos e alguns aspectos das checagens, como o partido mencionado, o cargo ocupado pelo alvo e o tema predominante. 2.669 checagens políticas publicadas entre julho de 2017 e junho de 2019 foram submetidas a uma análise de conteúdo. Os resultados demonstram que cada uma das quatro agências se dedicou a um papel predominante, para o qual os dados provenientes da modalidade ativa de transparência foram sempre prevaletes. Na agência italiana, destacou-se o adversário, ao rotular de maneira incisiva declarações dos políticos. O representante norte-americano pode ser classificado como *watchdog*, por privilegiar a vigilância sobre o mandatário principal do país. Já na Alemanha, a organização se preocupou especialmente com os boatos, o que ressalta o papel de facilitador do debate público. No Brasil, que buscou um equilíbrio de etiquetas e alvos, notou-se a função colaborativa, em que foi garantida cobertura equivalente para diversos agentes. Isso fez com que, mais do que supervisionar agentes governamentais, a checagem brasileira atuou de modo a dar destaque para diversos membros da oposição. Cada um desses papéis predominantes dialoga com características prévias dos sistemas midiáticos de cada uma das nações. Ademais, a checagem se consolidou como agente especializado a lidar com dados públicos e se impôs como sistema-perito capaz de fazer a intermediação da transparência entre Estado e cidadão. A tese demonstra como a checagem de fatos se posiciona enquanto instituição que pretende recuperar a legitimidade do Jornalismo por meio do desempenho de papéis jornalísticos já consagrados nas suas culturas profissionais, ao mesmo tempo em que se sustenta na transparência estatal para garantir sua credibilidade.

Palavras-chave: Jornalismo Político. *Fact-checking*. Papéis jornalísticos. Pesquisa comparativa. Transparência. Sistemas de mídia.

ABSTRACT

The public debate on digital social networks has many repercussions for contemporary democracies, especially when considering the amount of incorrect information to which citizens have access in these spaces. It is in this context that fact-checking stands out as a specific journalistic practice, whose main objective is to check the degree of veracity of information and statements that circulate in the public sphere, using data provided by the State and other sources. Based on the roles performed by Journalism as an institution (such as watchdog and adversarial), this thesis seeks to answer the following research problem: to what extent do fact-checking agencies act as political actors when they take advantage of transparency to play these roles? The aim of the research is to offer an original contribution by highlighting the performance of fact-checking as a political institution based on this interface between transparency and the functions of Journalism in different media systems. Based on the Polarized Pluralist, Liberal, Democratic Corporatist and Captured Liberal systems, the thesis focuses on agencies from each of them: Agência Lupa (Brazil), Factcheck.org (USA), Pagella Politica (Italy) and Correctiv (Germany). The research was guided by the hypotheses that the adversarial role would be more recurrent in the Liberal representative, as well as would prevail in countries where there was better legal regulation of transparency. In addition, research questions were formulated to find out if there was any relation between the use of public data and some aspects of fact-checks, such as the party mentioned, the position held by the target and the predominant theme. 2,669 political checks published between July 2017 and June 2019 have undergone a content analysis. The results demonstrate that each of the four agencies dedicated to a predominant role, for which data from active transparency were always prevalent. In the Italian agency, the adversarial role stood out, by incisively labeling statements by politicians. The North American representative can be classified as a watchdog, as it privileges surveillance over the country's main representative. In Germany, the organization was particularly concerned with rumors, which highlights the role of facilitator of public debate. In Brazil, which sought a balance of labels and targets, the collaborative role was noted, in which equivalent coverage was guaranteed for several agents. This meant that, more than supervising government agents, the Brazilian checker acted in order to highlight several members of the opposition. Each of these predominant roles dialogues with previous characteristics of the media systems of each of the nations. Furthermore, fact-checking became a specialized agent dealing with public data and imposed itself as an expert system capable of intermediating transparency between the State and citizens. The thesis demonstrates how fact-checking positions itself as an institution that intends to recover the legitimacy of Journalism through the performance of journalistic roles already established in their professional cultures, while it anchors on state transparency to guarantee its credibility.

Keywords: Political Journalism. Fact-checking. Journalistic roles. Comparative research. Transparency. Media systems.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - CHECAGEM DA AGÊNCIA CHEQUEADO.....	24
FIGURA 2 - PRINTSCREEN DO PROGRAMA EL OBJETIVO	25
FIGURA 3 - CHEGAGEM DA AGÊNCIA LES DÉCODEURS	26
FIGURA 4 - CHECAGEM DO MENTIRÔMETRO	91
FIGURA 5 - CHECAGEM DO MENTIRÔMETRO	91
FIGURA 6 - CHECAGEM DO MENTIRÔMETRO	92
FIGURA 7 - ETIQUETAS DO BLOG <i>PRETO NO BRANCO</i>	92
FIGURA 8 - CHECAGEM DO BLOG <i>PRETO NO BRANCO</i>	93
FIGURA 9 - CHECAGEM DO BLOG <i>PRETO NO BRANCO</i>	94
FIGURA 10 - CHECAGEM DO PROJETO TRUCO.....	95
FIGURA 11 - CHEGAGEM DA AGÊNCIA AOS FATOS.....	96
FIGURA 12 - CHECAGEM DA AGÊNCIA <i>LUPA</i>	119
FIGURA 13 - <i>TWITTER</i> DA AGÊNCIA <i>LUPA</i>	119
FIGURA 14 - <i>FACEBOOK</i> DA AGÊNCIA <i>LUPA</i>	120
FIGURA 15 - <i>TWITTER</i> DO <i>FACTCHECK.ORG</i>	121
FIGURA 16 - <i>FACEBOOK</i> DO <i>FACTCHECK.ORG</i>	121
FIGURA 17 - <i>TWITTER</i> DO <i>CORRECTIV</i>	122
FIGURA 18 - <i>FACEBOOOK</i> DO <i>CORRECTIV</i>	123
FIGURA 19 - <i>TWITTER</i> DA <i>PAGELLA POLITICA</i>	124
FIGURA 20 - <i>FACEBOOK</i> DA <i>PAGELLA POLITICA</i>	124
FIGURA 21 - RÓTULO DE CHECAGEM DA AGÊNCIA <i>LUPA</i>	127
FIGURA 22 - RÓTULO DA CHECAGEM DO <i>FACTCHECK.ORG</i>	128
FIGURA 23 - RÓTULO DA CHECAGEM DA <i>PAGELLA POLITICA</i>	128
FIGURA 24 - RÓTULO DA CHECAGEM DO <i>CORRECTIV</i>	129
FIGURA 25 - RECORTE DA ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA DAS CHECAGENS ITALIANAS	190

FIGURA 26 - RECORTE DA ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA DAS CHECAGENS NORTE-AMERICANAS.....	193
FIGURA 27 - RECORTE DA ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA DAS CHECAGENS ALEMÃS	194
FIGURA 28 - RECORTE DA ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA DAS CHECAGENS ALEMÃS	195
FIGURA 29 - RECORTE DA ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA DAS CHECAGENS ALEMÃS	196
FIGURA 30 - RECORTE DA ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA DAS CHECAGENS BRASILEIRAS	198

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - NÚMERO DE CHECAGENS ITALIANAS A CADA MÊS.....	134
GRÁFICO 2 - NÚMERO DE CHECAGENS NORTE-AMERICANAS POR MÊS .	135
GRÁFICO 3 - NÚMERO DE CHECAGENS ALEMÃS POR MÊS	135
GRÁFICO 4 - NÚMERO DE CHECAGENS BRASILEIRAS POR MÊS.....	136
GRÁFICO 5 - NÚMERO DE CHECAGENS ITALIANAS CONFORME TIPO DE CONTEÚDO CHECADO.....	138
GRÁFICO 6 - NÚMERO DE CHECAGENS NORTE-AMERICANAS CONFORME TIPO DE CONTEÚDO CHECADO.....	138
GRÁFICO 7 - NÚMERO DE CHECAGENS ALEMÃS CONFORME TIPO DE CONTEÚDO CHECADO.....	139
GRÁFICO 8 - NÚMERO DE CHECAGENS BRASILEIRAS EM RELAÇÃO AO CONTEÚDO CHECADO.....	141
GRÁFICO 9 - NÚMERO DE CHECAGENS ITALIANAS CONFORME CARGO OCUPADO PELO POLÍTICO CHECADO	141
GRÁFICO 10 - NÚMERO DE CHECAGENS NORTE-AMERICANAS CONFORME CARGO OCUPADO PELOS ALVOS DA CHECAGEM	142
GRÁFICO 11 - NÚMERO DE CHECAGENS ALEMÃS CONFORME CARGO OCUPADO PELOS POLÍTICOS	144
GRÁFICO 12 - NÚMERO DE CHECAGENS BRASILEIRAS CONFORME O CARGO OCUPADO PELO POLÍTICO CHECADO	145
GRÁFICO 13 - NÚMERO DE CHECAGENS ITALIANAS CONFORME PARTIDO ALVO DA CHECAGEM.....	146
GRÁFICO 14 - NÚMERO DE CHECAGENS NORTE-AMERICANAS CONFORME PARTIDO ALVO DA CHECAGEM.....	148
GRÁFICO 15 - NÚMERO DE CHECAGENS ALEMÃS CONFORME PARTIDO POLÍTICO ALVO.....	151
GRÁFICO 16 - PARTIDOS POLÍTICOS MENCIONADOS NAS CHECAGENS ALEMÃS.....	152
GRÁFICO 17 - NÚMERO DE CHECAGENS BRASILEIRA EM RELAÇÃO AO PARTIDO ALVO DA CHECAGEM.....	152

GRÁFICO 18 - NÚMERO DE CHECAGENS ITALIANAS CONFORME ETIQUETA ATRIBUÍDA	155
GRÁFICO 19 - NÚMERO DE CHECAGENS NORTE-AMERICANAS CONFORME ETIQUETA ATRIBUÍDA	157
GRÁFICO 20 - NÚMERO DE CHECAGENS ALEMÃS CONFORME ETIQUETA ATRIBUÍDA	158
GRÁFICO 21 - NÚMERO DE CHECAGENS BRASILEIRAS DISTRIBUÍDAS CONFORME A ETIQUETA ATRIBUÍDA	159
GRÁFICO 22 - NÚMERO DE CHECAGENS ITALIANAS CONFORME TEMA PREDOMINANTE.....	160
GRÁFICO 23 - NÚMERO DE CHECAGENS NORTE-AMERICANAS CONFORME TEMA PREDOMINANTE DA CHECAGEM	161
GRÁFICO 24 - NÚMERO DE CHECAGENS ALEMÃS CONFORME TEMA PREDOMINANTE DA CHECAGEM	162
GRÁFICO 25 - NÚMERO DE CHECAGENS BRASILEIRAS CONFORME O TEMA PRINCIPAL	163
GRÁFICO 26 - NÚMERO DE CHECAGENS ITALIANAS CONFORME FONTE UTILIZADA PELA CHECAGEM	165
GRÁFICO 27 - NÚMERO DE CHECAGENS NORTE-AMERICANAS CONFORME FONTE UTILIZADA PELA CHECAGEM	167
GRÁFICO 28 - NÚMERO DE CHECAGENS ALEMÃS CONFORME FONTE UTILIZADA PELA CHECAGEM	169
GRÁFICO 29 - NÚMERO DE CHECAGENS BRASILEIRAS CONFORME FONTE UTILIZADA.....	171
GRÁFICO 30 - ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA DAS CHECAGENS ITALIANAS.....	189
GRÁFICO 31 - ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA DAS CHECAGENS NORTE-AMERICANAS.....	192
GRÁFICO 32 - ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA DAS CHECAGENS ALEMÃS	193
GRÁFICO 33 - ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA DAS CHECAGENS BRASILEIRAS	196

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - CONCEITUAÇÕES DE TRANSPARÊNCIA	35
QUADRO 2 - CLASSIFICAÇÃO CONFORME CRITÉRIOS DE TRANSPARÊNCIA	42
QUADRO 3 - TIPOS DE SISTEMAS MUDIÁTICOS	72
QUADRO 4 - CARACTERÍSTICAS DO <i>FACT-CHECKING</i>	97
QUADRO 5 - CORRESPONDÊNCIA ENTRE AS ETIQUETAS	129
QUADRO 6 - VARIÁVEIS QUE COMPÕEM O LIVRO DE CÓDIGOS	131
QUADRO 7 - INDICAÇÃO DOS NÚMEROS DE CADA CATEGORIA DA CODIFICAÇÃO	188

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - POLÍTICOS MAIS CITADOS PELAS CHECAGENS ITALIANAS..	147
TABELA 2 - PARTIDOS CITADOS NAS CHECAGENS ITALIANAS.....	148
TABELA 3 - POLÍTICOS CITADOS NAS CHECAGENS NORTE-AMERICANAS	149
TABELA 4 - POLÍTICOS CITADOS NAS CHECAGENS ALEMÃS.....	150
TABELA 5 - PARTIDOS MAIS MENCIONADOS NAS CHECAGENS BRASILEIRAS	153
TABELA 6 - INDÍVIDUOS MAIS MENCIONADOS PELAS CHECAGENS BRASILEIRAS	154
TABELA 7 - FONTES DE TRANSPARÊNCIA ATIVA MAIS RECORRENTES NAS CHECAGENS ITALIANAS.....	166
TABELA 8 - FONTES DE TRANSPARÊNCIA ATIVA MAIS RECORRENTES NAS CHECAGENS NORTE-AMERICANAS	168
TABELA 9 – FONTES DE TRANSPARÊNCIA ATIVA MAIS RECORRENTES NAS CHECAGENS ALEMÃS.....	171
TABELA 10 - FONTES DE TRANSPARÊNCIA ATIVA MAIS RECORRENTES NAS CHECAGENS BRASILEIRAS	173
TABELA 11 - CRUZAMENTO ENTRE AS VARIÁVEIS "PAÍS" E "NATUREZA DA CHECAGEM"	175
TABELA 12 - CRUZAMENTO ENTRE AS VARIÁVEIS “PAÍS” E “CARGO DO ALVO DA CHECAGEM”.....	176
TABELA 13 - CRUZAMENTO ENTRE AS VARIÁVEIS “PAÍS” E “PARTIDO DO ALVO DA CHECAGEM”.....	178
TABELA 14 - CRUZAMENTO ENTRE AS VARIÁVEIS “PAÍS” E “ETIQUETA DA CHECAGEM”.....	179
TABELA 15 - CRUZAMENTO ENTRE AS VARIÁVEIS “PAÍS” E “TEMA DA CHECAGEM”.....	180
TABELA 16 - CRUZAMENTO ENTRE AS VARIÁVEIS “PAÍS” E “FONTE DA CHECAGEM”.....	182
TABELA 17 - CRUZAMENTO ENTRE AS VARIÁVEIS “PARTIDO” E “FONTE DA CHECAGEM”	183

TABELA 18 - CRUZAMENTO ENTRE AS VARIÁVEIS “CARGO” E “FONTE DA
CHECAGEM” 184

TABELA 19 - CRUZAMENTO ENTRE AS VARIÁVEIS “TEMA” E “FONTE DA
CHECAGEM” 185

LISTA DE SIGLAS

AP	ALTERNATIVA POPOLARE
AfD	ALTERNATIVE FÜR DEUTSCHLAND
CAGED	CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS
CDU	CHRISTLICH DEMOKRATISCHE UNION
CNJ	CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
CSU	CHRISTLICH-SOZIALE UNION IN BAYERN
EIA	U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION'S
FDP	FREIE DEMOKRATISCHE PARTEI
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA
IFCN	INTERNATIONAL FACT-CHECKING NETWORK
INEP	INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA
INPS	ISTITUTO NAZIONALE DELLA PREVIDENZA SOCIALE
IPEA	INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA
MDB	MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO
MDP	MOVIMENTO DEMOCRATICO E PROGRESSISTA
NAFTA	NORTH AMERICAN FREE TRADE AGREEMENT
PCDOB	PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
PD	PARTITO DEMOCRATICO
PDT	PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
PHS	PARTIDO HUMANISTA DA SOLIDARIEDADE
PL	PARTIDO LIBERAL
PROS	PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM SOCIAL
PRP	PARTIDO REPUBLICANO PROGRESSISTA
PRTB	PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO
PSB	PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO
PSC	PARTIDO SOCIAL CRISTÃO
PSD	PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
PSDB	PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA
PSL	PARTIDO SOCIAL LIBERAL
PSOL	PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE
PSTU	PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO
PT	PARTIDOS DOS TRABALHADORES
PTB	PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
PV	PARTIDO VERDE
SPD	SOZIALDEMOKRATISCHE PARTEI DEUTSCHLANDS
TSE	TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
2 RELAÇÕES ENTRE TRANSPARÊNCIA, TECNOLOGIA E JORNALISMO	32
2.1 Conceitos fundamentais em transparência pública	32
2.2 Transparência mediada: contribuições da comunicação digital	36
2.3 Diferenças entre Brasil, Estados Unidos, Alemanha e Itália no âmbito de legislação sobre transparência.	38
2.4 Transparência e Jornalismo	47
3 JORNALISMO ENQUANTO ATOR POLÍTICO: O EXEMPLO DOS CHECADORES	55
3.1 Atuação política do Jornalismo sob a perspectiva neoinstitucionalista	55
3.2 Modelos de sistema de mídia	61
3.2.1 O modelo Pluralista Polarizado	64
3.2.2 O modelo Liberal	66
3.2.3 O modelo Corporativista Democrático	67
3.2.4 Um novo modelo: o Liberal Capturado	68
3.3 O papel <i>watchdog</i> do Jornalismo	72
3.4 O papel adversário do Jornalismo	81
3.5 Outros papéis jornalísticos e culturas profissionais	85
3.6 Consolidação do <i>fact-checking</i> como atividade autônoma	90
3.6.1 Evolução histórica	90
3.6.2 Delimitando o conceito de <i>fact-checking</i>	97
3.6.3 Jornalismo de checagem enquanto expressão do Jornalismo de dados	104
3.6.4 Contribuições do <i>fact-checking</i>	109
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	115
4.1 Construção das hipóteses e questões de pesquisa	115
4.2 Escolha do <i>corpus</i>	117
4.3 Coleta do <i>corpus</i>	125
4.4 Construção das categorias de análise	126
5 RESULTADOS	134
5.1 Frequência das checagens	134
5.2 Tipo de conteúdo checado	138

5.3 Cargo ocupado pelo político checado	141
5.4 Partidos e políticos alvo da checagem	146
5.5 Etiquetas das checagens	155
5.6 Temas abordados nas checagens.....	160
5.7 Fontes utilizadas pelas checagens	165
5.8 Testes de associação	174
5.8.1 Testes de associação entre “transparência ativa” e outras variáveis	183
5.9 Análise de correspondência	187
6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS – TRANSPARÊNCIA COMO CATALISADORA DAS FUNÇÕES WATCHDOG, ATTACKDOG, GUARDDOG E HELPDOG.....	200
Hipótese 1	200
Hipótese 2	202
Questões de Pesquisa 1, 2 e 3	206
Jornalismo de checagem de fatos como instituição em busca de credibilidade	208
Quatro papéis jornalísticos predominantes na checagem de fatos.....	215
Transparência enquanto recurso de legitimidade da checagem de fatos	227
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	236
REFERÊNCIAS	243

1 INTRODUÇÃO

Mostra-se crescente a demanda para que pesquisas acadêmicas na área de Ciências Humanas ampliem seu foco para outros valores relevantes para o jogo político além da participação, a exemplo da transparência. Essas perspectivas mais recentes compreendem que participação é fundamental no processo democrático, mas não seria suficiente para garantir um efetivo controle social acerca dos processos decisórios que implicam da política (BOVENS; SCHILLEMANS; HART, 2008; FAIRBANKS; PLOWMAN; RAWLINS, 2007; MEIJER, 2015).

O argumento de tais autores é o de que conceitos vinculados à própria fundação das democracias modernas – tais como “soberania popular” – apenas se concretizariam uma vez que, independentemente da vontade dos agentes públicos, os cidadãos tivessem “acesso à informação necessária para saberem, pelo menos, que ato foi praticado, por quem e com qual escopo” (GOMES; AMORIM; ALMADA, 2018). Reforça-se, assim, a noção de que a transparência moderna ocorre de modo cada vez mais mediado (ANGELICO, 2016; BERTOT; JAEGER; GRIMES, 2012) – seja através do emprego de recursos midiáticos, seja por conta da atuação de outras instituições da sociedade, a exemplo de organizações não-governamentais. Não é possível ignorar tampouco que os novos recursos tecnológicos estabeleceram novas relações sociais nas quais a transparência também pode ser relevante. As redes sociais digitais, por exemplo, estão muito presentes nas relações entre os indivíduos e se apresentam como espaços para que essa mediação da transparência possa ocorrer (GUILLAMÓN et al., 2016; KNIESS, 2019; MERGEL, 2013; STAMATI; PAPADOPOULOS; ANAGNOSTOPOULOS, 2015).

Porém, não obstante a relevância da comunicação digital para facilitar o acesso dos cidadãos a informações de interesse público, deve-se notar que a dimensão tecnológica constitui somente um dos aspectos a serem contemplados ao se considerar o incremento dos mecanismos de controle social.

Faz-se necessário, então, notar outras dimensões que também estão envolvidas na dinâmica de transparência, quais sejam: legal-normativa, burocrática e cívica (BERTINO et al., 2019; FELZMANN et al., 2019). A dimensão legal-normativa compreende a existência de previsão no ordenamento jurídico do país apta a constranger o Estado e seus agentes a promoverem maior publicidade e abertura a dados que envolvem, por exemplo, a lida com recursos públicos (JAEGER; BERTOT, 2010). Isso

pode ocorrer por meio de previsões em texto constitucional e da aprovação de leis de acesso à informação, conhecidas internacionalmente como *Freedom of Information Laws*, que garantem nos ordenamentos jurídicos de cada país a obrigação do Estado em fornecer para qualquer cidadão as informações que dizem respeito à administração governamental, sendo o sigilo apenas uma exceção (MICHENER; CONTRERAS; NISKIER, 2018). Além disso, é preciso que haja instituições de controle formais a quem caiba fiscalizar o cumprimento dessas normas e a quem se possa recorrer caso o pleito não seja atendido. Nesse ponto, o Poder Judiciário precisa se consolidar como um garantidor de que as leis serão respeitadas.

Ainda, há uma dimensão burocrática essencial para que a transparência possa se efetivar. Isso implica conhecimento por parte daqueles que precisam fornecer os dados públicos, tanto da legislação que é aplicável a cada caso quanto de como manejar a tecnologia necessária para cada situação. Os servidores públicos, portanto, precisam estar capacitados para saber respeitar as exigências legais e a melhor maneira para disponibilizar as informações de transparência, o que demanda disposição dos funcionários, o que demonstra que a transparência se torna apenas uma previsão legal se não houver um corpo de funcionários preparados para colocá-la em prática (ABRUCIO; LOUREIRO, 2018).

Isso fica ainda mais visível ao se pensar em outra dimensão, a cívica, que engloba os cidadãos que deveriam ter noção dos direitos que lhe são assegurados. A população é elemento crucial para que a transparência prevista legalmente e tecnologicamente facilitada venha a atingir seu público-alvo, pois é ele que é seu destinatário final. Sem interesse por parte do público e caso não lhe seja permitido conhecer os direitos assegurados e a maneira de pleiteá-los, não há concretização da transparência (IDENTIDADE..., 2018).

Para além dessas dimensões já mencionadas, outro aspecto relevante na discussão sobre transparência é concernente ao papel do Jornalismo. Na concepção liberal de Estado que guiou a formação das democracias contemporâneas (HELD, 1987; PAREKH, 1992), a imprensa gozaria de liberdade de expressão para permitir que pudesse abordar e criticar qualquer agente, inclusive o próprio Estado (BRANTS, 2012; MCNAIR, 2000; SIEBERT; PETERSON; SCHRAMM, 1965). Quando ainda nem se pensava em radiodifusão, era a imprensa escrita a responsável por revelar informações sobre a administração estatal que não eram do interesse que fossem divulgadas.

Nos Estados Unidos, por exemplo, um grupo de jornalistas do início do século XX passou a ser conhecido como *muckrakers* (SCHIFFRIN, 2019), ao trazer à tona irregularidades cometidas pelos poderosos. O que antes estava escondido passou a ser tornado público, transparente (por meio da intervenção desses profissionais do campo da imprensa).

Esse tipo de comportamento se revela num papel que os jornalistas entendem como constituidor de sua profissão, que se expressa em termos como *watchdog*¹, Jornalismo investigativo e quarto poder, sempre na intenção de afirmar seu papel enquanto instituição mediadora (CAMMAERTS; DECILLIA; MAGALHÃES, 2020; DONOHUE; TICHENOR; OLIEN, 1995; GNISCI; VAN DALEN; DI CONZA, 2014; WAISBORD, 2000; WHITTEN-WOODRING; JAMES, 2012).

O Jornalismo nesse caso é aquele que reivindica agir como vigia, um guardião da sociedade que apontará todas as falhas do Estado. Tudo o que estiver obscuro e oculto do olhar do público e que não deveria assim permanecer pode ser objeto de reportagens, sempre de olho em proteger o interesse público (FRANKLIN et al., 2005).

Mas quais papéis cabem ao Jornalismo em um cenário no qual os órgãos do Estado são legalmente obrigados a fornecerem (por meio de transparência ativa e passiva) informações de interesse dos cidadãos? Se parte das informações já é prestada diretamente por agentes do Estado (seja ativamente, seja mediante requisição por parte de cidadãos), ainda haveria função para a atuação jornalística?

Quando o Estado já disponibiliza em suas páginas da internet bancos de dados de diversos órgãos, com os mais diferentes temas, e as novas ferramentas tecnológicas permitem que qualquer um possa acessá-los, é preciso encontrar um papel para o Jornalismo, que não é mais a única instituição a se comunicar diretamente com o público. Se antes só uma notícia publicada em um jornal poderia revelar os gastos de determinado ministro em uma viagem oficial, agora é possível ao interessado acessar diretamente o portal em que conste a relação das despesas ou formular um pedido para o órgão responsável solicitando. O ineditismo de certos dados que só eram revelados através da atuação do jornalista deu lugar à ampla acessibilidade dos dados por qualquer cidadão em potencial.

¹ Ainda que exista em português a expressão cão de guarda para se referir a esse estilo de Jornalismo, ao longo dessa tese será utilizado o termo *watchdog*, que goza de ampla aceitação na literatura internacional sobre o tema.

A premissa sob a qual essa tese estabelece é a de que o Jornalismo ainda é um agente relevante nessa relação visto que, mesmo com a obrigatoriedade de representantes do Estado e do governo de ofertar informações, os cidadãos necessitam de uma instância capaz de “traduzir” os conjuntos de dados, provocar a discussão sobre empenho de recursos ou, mesmo, revelar possíveis tentativas de entidades oficiais de utilizar a transparência de forma parcial, isto é, de maneira a proteger interesses privados. A atuação do Jornalismo, portanto, pode colaborar para que a informação disponível se torne adequada ao escrutínio público e seja atraída para o centro das discussões (ZINNBAUER, 2007). Não adiantaria aos cidadãos ter contato com informações que deles exigisse domínio de linguagem técnica. A acessibilidade (facilitando-se a compreensão do público amplo) passa a ser um novo tipo de serviço prestado pelas empresas jornalísticas.

Esse aspecto torna-se mais evidente em um tipo específico de produto jornalístico, que é a checagem de fatos. Essa atividade consiste em apresentar declarações e informações que circulam no debate público e demonstrar sua veracidade ou não (VARGO, GUO, AMAZEEN, 2018). Ou seja, consegue demonstrar a um público leitor mais amplo dados que embasam as discussões públicas. O Jornalismo, assim, exerce seu poder de pautar discussões públicas sobre temas – tarefa que não deixa de existir mesmo com a ampla transparência pública. A existência de holerites disponibilizados no portal da transparência, por exemplo, pode se tornar tema da agenda nacional caso os atores jornalísticos optem por destacar algum dado em seus programas noticiosos.

Ademais, o Jornalismo pode atuar como um sistema-perito (MIGUEL, 1999), a quem compete se utilizar das possibilidades legalmente previstas de transparência para produzir conteúdo e informar o cidadão, que pode não gozar de tempo ou interesse para lançar mão de maneira individual desses recursos legais.

Nota-se, assim, uma tensão entre agentes da política e agentes do Jornalismo pelo domínio da informação. São dois campos distintos, mas que têm interesses distintos ao tratar da informação (GOMES, 2004). Tome-se como exemplo um ocupante de cargo público eletivo, que tem como um de seus objetivos a reeleição e precisa, para isso, destacar seus pontos positivos e deixar no esquecimento aqueles aspectos da sua administração que possam ser vistos de maneira negativa pelo público. Já os interesses de jornalistas no seu cotidiano profissional não seguem essas mesmas regras. A obtenção de furos jornalísticos (notícias exclusivas em primeira mão) é um recurso

valioso e que pode não coincidir com as informações que os políticos queriam ver divulgadas.

O uso de vazamentos de dossiês por parte de adversários políticos é prática antiga nos regimes democráticos e é uma amostra dessa relação que se estabelece entre os dois campos (DE OLIVEIRA; MUNEIRO, 2009). De um lado, um político detém uma informação que ainda não goza de status público sobre um adversário; seu interesse não é contribuir para que os cidadãos estejam mais bem informados ou que o debate público possa ser mais bem construído, mas apenas prejudicar alguém que está disputando a mesma posição que ele. Já o jornalista recebe a informação como um produto exclusivo, que ele pode apresentar a seu público e assim conquistar mais prestígio, respeitabilidade e até mesmo ganhos econômicos (BRANTS et al., 2010; COOK, 2011; GUREVITCH; BLUMLER, 1981; MAURER, 2019; STRÖMBÄCK; NORD, 2006).

A dimensão tecnológica que se transformou a partir da popularização da internet trouxe novos contornos para essa relação entre os dois universos de agentes. O contato entre esses campos se tornou muito mais rápido e imediato, com a facilidade de se fazer contatos instantâneos. As redes sociais digitais permitiram, ainda, que o campo político detivesse maior possibilidade de pautar determinados assuntos. Ao fazer um post em determinada rede, o agente político pode conseguir chamar atenção da imprensa e conduzir a agenda pública conforme seus interesses (EKMAN; WIDHOLM, 2015; ENGESESSER et al., 2017; LARSSON; KALSNES, 2014).

Assim, é possível que os representantes do mundo político busquem driblar os filtros de edição das rotinas produtivas da notícia de maneira menos economicamente custosa e com muito maior alcance, o que é uma consequência direta do amplo uso da internet e das redes sociais digitais. Um exemplo de tal estratégia que foi objeto de estudo é o blog *Fatos e Dados*, mantido pela Petrobras desde 2009, em que se abriu um espaço no qual a própria empresa divulgava as notícias de seu interesse e publicava na íntegra as respostas que fornecia a repórteres. Da condição de fonte ou personagem, a assessoria acabou por se tornar provedora de informações (DALMONTE, 2010).

Essa tensão pode ser explicada por uma característica do Jornalismo para a qual a literatura tem constantemente produzido investigações, que é o aspecto *watchdog* já citado. A prática jornalística, no entanto, levou os autores a se voltar para outro possível papel desempenhado, o de “Jornalismo adversário” (CLAYMAN et al., 2007; CLAYMAN; REISNER, 1998; GNISCI et al., 2013; GUAZINA, 2011;

MONT'ALVERNE; MARQUES, 2018), que caracteriza a atuação de empresas de comunicação que passam a atuar politicamente em oposição aos agentes políticos, não se restringindo à mera fiscalização de entes públicos. Ao desempenhar uma função de mediador dos dados, adotando os enquadramentos que melhor lhe convém (ERIKSSON, 2011), o Jornalismo passa a utilizar a transparência como subsídio para desempenhar um papel jornalístico de oposição ao campo político.

E é exatamente esse espaço concomitante de atuação do Jornalismo enquanto agente da transparência e exercente de papel vigilante ou adversário que constitui o cerne da presente pesquisa e para o qual ela pretende trazer sua contribuição para o campo da Ciência Política.

Essa tese, portanto, pretende discutir a transparência pública na sua interface com o Jornalismo de checagem e os papéis jornalísticos desempenhados, que ainda carecem de estudos mais aprofundados no Brasil. Mesmo estudos recentes sobre transparência enfatizam, de modo geral, aquilo que é fornecido pelo Estado (ARAÚJO et al., 2020; LIMA; ABDALLA; OLIVEIRA, 2020; VIEIRA; DAHER, 2020), não direcionando a atenção para outros atores que também são relevantes no processo de aprofundamento da transparência. Já os estudos sobre papéis jornalísticos permanecem mais voltados às empresas de comunicação mais tradicionais, que são, em regra, os mais frequentes nos estudos atuais (ABDENOUR; MCINTYRE; DAHMEN, 2020; BELAIR-GAGNON; ZAMITH; HOLTON, 2020; SCHAPALS; PORLEZZA, 2020).

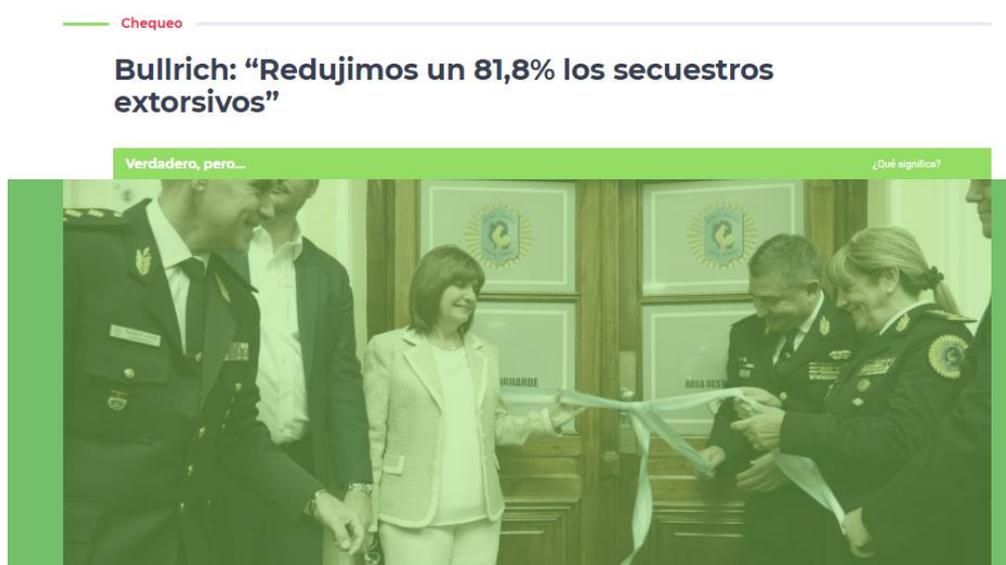
Dentro o amplo campo do Jornalismo, esse trabalho adota um objeto específico de análise: os sites dedicados ao *fact-checking*, ou na expressão em português, checagem de fatos. Esse tipo específico de Jornalismo vem ganhando espaço e relevância no campo da comunicação, especialmente no ambiente digital.

Ao considerarmos apenas o *fact-checking*, é possível constatar também que essa pesquisa se justifica pela incipiente quantidade de estudos brasileiros sobre esse objeto empírico no campo da Ciência Política, em que a recente pesquisa acadêmica voltada a compreender a checagem de fatos, principalmente no Brasil, está mais concentrada na área da comunicação (CONCEIÇÃO, SEGURADO, 2020; DOURADO, 2019; LELO, 2020; SEIBT, 2019). Em setembro de 2016, 35 plataformas de *fact-checking* de vários países firmaram um código internacional de condutas e princípios, que estabelece parâmetros para as atividades praticadas por esses entes. Esses agentes se uniram na

International Fact-checking Network (IFCN), grupo que vem consolidando as práticas dessa natureza e contribuindo para sua divulgação mais ampla entre a população².

Os exemplos se espalharam por todos os continentes e vêm alcançando diferentes graus de sucesso e repercussão perante a opinião pública. Na Argentina, o site *Chequeado* foi pioneiro ao apresentar checagens no contexto latino-americano³ e serviu de inspiração para outras iniciativas no continente, inclusive para parceiros do Brasil. A seguir é possível observar exemplo de checagem do ente argentino, em que a checagem é apresentada de maneira similar àquela utilizada pelos outros países: o destaque inicial é dado à afirmação checada, já com a indicação da etiqueta atribuída pelos checadores.

FIGURA 1 - CHECAGEM DA AGÊNCIA CHEQUEADO⁴



² No site da IFCN (<https://www.poynter.org/ifcn/>) a entidade divulga notícias relacionadas aos temas de checagem de fatos e o combate às *fake news*, além de deixar pública a lista de princípios que entende nortear a atividade do *fact-checking*. É possível encontrá-la também no *Twitter* (o perfil é @factchecknet).

³ Para mais informações, acessar: <http://chequeado.com/>.

⁴ Disponível em: <https://chequeado.com/ultimas-noticias/bullrich-redujimos-un-818-los-secuestros-extorsivos/>. Publicado em 23 set 2019.



Manuel Tarricone

23 Septiembre, 2019 | Tiempo de lectura: 3 minutos

Si tenés sólo unos segundos, leé estas líneas:

- En agosto de 2019 se registraron sólo 2 secuestros, un 81,8% menos que en agosto de 2018.
- Pero tomando el último año completo contra el año anterior, la baja es del 40%, y en los primeros 8 meses del año, es del 59%.
- Este delito se redujo todos los años sin interrupciones desde 2015, desde cuando hay datos.



Fonte: *Chequeado* (2019)

Na Espanha, há um programa de televisão denominado *El Objetivo* que apresenta as checagens em vídeo e alcança grande números de espectadores nos domingos à noite no canal *LaSexta*⁵. Conforme pode se notar da captura de uma tela de um dos programas exibidos (que estão disponíveis online), as checagens são apresentadas ao longo da transmissão televisiva e os telespectadores são informados dos fundamentos que baseiam a abordagem.

FIGURA 2 - PRINTSCREEN DO PROGRAMA EL OBJETIVO



Fonte: La Sexta (2019)

⁵ É possível conferir a íntegra dos vídeos de checagem por meio do seguinte link: www.lasexta.com/programas/el-objetivo.

Jornais tradicionais como o *Le Monde*, na França, criaram grupos específicos para se dedicar a essa prática (no caso francês, *Les Décodeurs*⁶) e na Itália, a agência *Pagella Politica* utiliza bom humor para conferir a veracidade das declarações⁷. O exemplo abaixo demonstra como é a checagem por uma empresa de comunicação tradicional em seu país e que optou por lançar uma seção exclusiva para as checagens.

FIGURA 3 - CHEGAGEM DA AGÊNCIA LES DÉCODEURS⁸

1 – Les réserves financières des caisses complémentaires

Ce qu'elle a dit

Selon Marine Le Pen, le gouvernement va « *ponctionner les milliards des [caisses de retraites] complémentaires* », soit 120 milliards d'euros prélevés aux « *bons élèves, ceux qui avaient un système en bonne santé financière* ». Le « *hold-up du siècle* », estime-t-elle.

C'EST PLUS COMPLIQUÉ

Le rapport sur le futur système de retraite « *universel* » présenté en juillet par Jean-Paul Delevoye, le haut-commissaire à la réforme, prévoit de créer un régime unique qui se substitue aux quarante-deux régimes obligatoires actuels, y compris les régimes complémentaires.

Fonte: *Le Monde* (2019)

Nota-se que a checagem de fatos é uma maneira de praticar Jornalismo que merece atenção pela relevância que vem assumindo em especial no campo do Jornalismo político, especialmente na sua relação com a transparência, visto que os dados são um dos elementos mais necessários para essa prática.

O trabalho de checagem, como se verá, parte de dados que podem confirmar ou não a veracidade das alegações, mas está inserido em um contexto de produção típica do

⁶ Ver mais em: <http://www.lemonde.fr/les-decodeurs/>.

⁷ Ver mais em: <https://pagellapolitica.it/>.

⁸ Disponível em: https://www.lemonde.fr/les-decodeurs/article/2019/09/18/marine-le-pen-dramatise-les-consequences-de-la-reforme-des-retraites_5511823_4355770.html. Publicado em 18 set 2019.

Jornalismo. Qual frase deverá ser checada? Quais os políticos que serão escolhidos para ser alvo de uma checagem? Sobre quais assuntos se produzirão textos de checagem? Que tipo de dado será destacado para produzir a checagem? Existe, portanto, uma rotina produtiva típica do Jornalismo de checagem de fatos, ou seja, um conjunto de regras que organiza o processo cotidiano da atividade, com a intenção de minimizar a arbitrariedade nas escolhas diárias (MONT'ALVERNE; MARQUES, 2019; TUCHMAN, 1972).

Nota-se, assim, que por trás desses aspectos que parecem procedimentais das agências de checagem existe um forte aspecto político desempenhado. Isso porque a escolha de alvos e de declarações atende a um propósito do ator jornalístico, que pode consistir em atrair atenção para um tema ou se opor a determinado agente (FONTCUBERTA, 1993). Ou seja, a partir desses elementos que são resultado dos processos produtivos e que constam dos textos noticiosos, como os temas abordados e os indivíduos checados, é possível perceber os indícios da atuação política do Jornalismo (DUNAWAY; LAWRENCE, 2015; REESE; SHOEMAKER, 2016).

A questão de pesquisa que guia essa investigação, portanto, é a seguinte: de que maneira os agentes de checagem de fatos desempenham seus papéis jornalísticos para se constituírem como mediadores da transparência?

É importante considerar que, a partir da perspectiva neoinstitucionalista (COOK, 2005; KAPLAN, 2006; RYFE, 2006; SPARROW, 1999), o Jornalismo pode ser considerado um ator político, ou seja, um agente que busca interesses próprios e que se relaciona com os outros sujeitos do campo político. Desse modo, é interessante, do ponto de vista da Ciência Política, compreender de que maneira o Jornalismo, nesse caso representado pelos grupos de *fact-checking*, pode desempenhar o seu papel como ator político em contextos nacionais distintos.

Os exemplos de agentes de checagens de fatos estão presentes em diversos países, tendo surgido em contextos muito distintos (o que motivou até mesmo pesquisas para averiguar quais fatores levariam a uma facilidade no surgimento de atores de *fact-checking*, como Amazeen (2020)). Mostra-se, portanto, relevante investigar as diferenças na atuação dos agentes jornalísticos em países com sistemas midiáticos diversos e que podem se distinguir tanto em relação à atuação do Jornalismo adversário quanto à transparência estatal disponível.

Para poder captar melhor a atuação das organizações jornalísticas como agente da transparência, a pesquisa optou por selecionar casos de quatro países: Brasil, Estados

Unidos, Alemanha e Itália. A opção por esses quatro países será desenvolvida com mais profundidade nos capítulos a seguir, mas conforme classificação de Hallin e Mancini (2004a) cada um deles possui uma relação particular entre agentes midiáticos e políticos, de modo que foram escolhidos como representantes de *media systems* diversos. Ademais, os países foram escolhidos por serem os mais populosos dentro do sistema midiático em que se enquadram. No âmbito de cada país, foi escolhido o caso mais representativo, levando-se em conta o alcance de cada um deles no contexto nacional, o que será melhor desenvolvido no capítulo metodológico. Também naquela seção serão apresentadas as justificativas para o recorte temporal da amostra analisada, que buscou abranger períodos eleitoral e não-eleitoral de cada nação.

A opção por desenvolver uma análise comparada permite que se enfatizem as variações e pontos de similaridade entre os casos, impedindo assim que falsas generalizações sobre os fenômenos ocorram (HALLIN; MANCINI, 2004a), especialmente para um objeto empírico ainda recente como é a checagem de fatos e considerando que a inclusão de países fora do eixo Europa-Estados Unidos ainda é rara nesse estilo de pesquisa na área da comunicação política (HANUSCH; VOS, 2019; MICK, 2017).

Em suma, o objetivo geral desta pesquisa de doutorado é compreender em que medida as agências de *fact-checking* agem como atores políticos ao se aproveitarem da transparência para desempenhar os papéis jornalísticos.

Os objetivos específicos desta pesquisa são os seguintes:

- 1) Analisar de que maneira a transparência foi recorrente na cobertura jornalística da checagem de fatos;
- 2) Identificar quais são os papéis jornalísticos mobilizados pelas agências de checagem ao se relacionarem com os agentes do campo político;
- 3) Distinguir as particularidades e semelhanças da atuação do *fact-checking* enquanto instituição nos quatro sistemas de mídia sob exame.

Com o intuito de alcançar os objetivos, a tese será guiada pelas seguintes hipóteses e questões de pesquisa. A hipótese 1 (H1) é a de que, em países em que se constata maior previsão legal de direitos relativos à legislação sobre transparência é

mais consolidada, o Jornalismo de checagem adota postura mais adversária em relação aos membros do governo. Já a hipótese 2 (H2) prevê que o Jornalismo adota uma postura mais adversária em países do sistema Liberal em comparação aos outros sistemas.

No que diz respeito às questões de pesquisa, a tese formula três delas a serem respondidas, a saber: QP1: De que maneira se relaciona a utilização de dados provenientes da transparência pelas agências com o partido que é alvo da checagem?; QP2: De que maneira se relaciona a utilização de dados provenientes da transparência pelas agências com o cargo ocupado pelo alvo das checagens?; QP3: De que maneira se relaciona a utilização de dados provenientes da transparência pelas agências com os temas abordados nas checagens?

Para atingir os objetivos propostos, verificar as hipóteses e apresentar resposta às questões, será realizada uma análise de conteúdo com todas as checagens publicadas pelas agências investigadas em um período de 24 meses, entre 2017 e 2019. Reconhece-se que os recortes espaciais e temporais adotados não permitem que se façam generalizações amplas para todos os sistemas midiáticos em debate, porém as escolhas metodológicas foram transparentes de modo a evidenciar os percursos que permitirão a construção das conclusões da investigação.

A partir dos dados obtidos, pretende-se oferecer uma contribuição inovadora ao campo da Ciência Política, ao apontar como um ator político de consolidação recente (o *fact-checking*) se comporta nesse ambiente de comunicação digital em que a difusão de informações falsas se tornou mais frequente (WAISBORD, 2018) impeliu o Jornalismo a procurar um modo de impedir os esvaziamento de sua credibilidade por meio dessas duas estratégias: o desempenho de papéis específicos e a utilização dos dados obtidos por meio da transparência.

A presente tese de doutorado está estruturada da seguinte forma: o capítulo 2 se preocupa em conceituar transparência e a relacioná-la com a atuação jornalística. Assim, são apresentados os conceitos de transparência, demonstrando como o mesmo termo pode ser compreendido a partir do enfoque da disponibilização de informações, de direito dos cidadãos ou de controle. Também será apresentada a vinculação da transparência com o universo digital, que permitiu ganhos e possibilidades de aprofundar a transparência. Ademais, tendo em vista a divisão de países que compõe a comparação proposta, também será apresentado um levantamento sobre o aspecto

legislativo atual da transparência em cada um dos países selecionados, para que se constatem as diferenças entre cada um.

Esse segundo capítulo se concentra, na sequência, em apontar de que maneira se conecta o fazer jornalístico com a transparência. Assim, é discutida desde a atuação de empresas de comunicação para obter aprovação de textos legais que implementem maiores garantias de transparência, bem como a utilização de dispositivos de transparência para a produção de conteúdo jornalístico.

O capítulo 3 discutirá a atuação do Jornalismo como ator político, apresentando a fundamentação teórica do trabalho. Mais do que mero intermediário entre população e agentes políticos, as empresas de comunicação são atores com interesses próprios e que compartilha normas, o que a configura como instituição. Esse capítulo traz uma discussão sobre as divisões dos países conforme seus sistemas midiáticos proposta por Hallin e Mancini (2004a) e depois complementada por outros pesquisadores. Na sequência, são definidos papéis desempenhados pelo Jornalismo que têm relevância para o ambiente democrático e para essa pesquisa, com atenção para o *watchdog* e adversário. Enquanto o primeiro pressupõe um Jornalismo que vigia os detentores do poder político e denuncia as irregularidades, o segundo consiste numa atuação de oposição entre os agentes jornalísticos e outros atores políticos. Por fim, é apresentada a evolução histórica e a conceituação do Jornalismo de checagem de fatos, bem como os achados já debatidos na literatura sobre a influência desse estilo de Jornalismo.

O quarto capítulo é destinado às estratégias metodológicas. Nele, é apresentado como o *corpus* foi selecionado, de modo a que os quatro países fossem representados cada um por uma agência de *fact-checking*. Será detalhado como o material foi coletado, bem como foram construídas as categorias de análise que vão basear a presente pesquisa. É nesse capítulo que serão mais bem explicadas as hipóteses e questões de pesquisa que guiam o presente trabalho, e que decorrem da interpretação de todo o arcabouço científico já existente e apresentado nos capítulos anteriores.

O quinto capítulo apresenta os resultados. São destacados os dados de cada variável país por país, com exemplos que demonstram as características principais dos textos. É nessa seção do trabalho que serão expostos os testes estatísticos adotados, que incluem cruzamentos entre variáveis e os países para aferir os resíduos padronizados, bem como análises de correspondência múltipla para identificar as associações das variáveis em cada nação.

Já o sexto capítulo, por sua vez, é reservado à discussão dos achados dessa investigação. Cada uma das hipóteses é revisitada para ser debatida e apurada a possível confirmação ou rejeição. Também há espaço para uma ampla reflexão dos três eixos que conduzem essa pesquisa *fact-checking*, transparência e papéis jornalísticos a partir dos dados empíricos e dos referenciais teóricos da área.

A tese se conclui com um sétimo capítulo dedicado às considerações finais, em que são retomados os pontos principais apresentados ao longo do texto, além de serem apontadas limitações da pesquisa e sugestões para desdobramento da investigação.

Registre-se que essa pesquisa pretende trazer para o campo da comunicação política um olhar específico sobre a atuação política do Jornalismo de checagem de fatos a partir de duas vertentes: o desempenho dos papéis jornalísticos e a relação com a transparência. Assim, serão elucidados quais papéis típicos da atuação do Jornalismo se destacam mais em cada um dos países, demonstrando se houve pertinência com as características do sistema midiático em que se encontram. Também se pretende verificar de que maneira o Jornalismo de checagem se diferencia ao lidar com aspectos da transparência, posicionando essa prática de Jornalismo como mediadora do direito do cidadão ao acesso à informação.

2 RELAÇÕES ENTRE TRANSPARÊNCIA, TECNOLOGIA E JORNALISMO

A atuação dos sites de checagem de fatos, que constituem o alvo da investigação aqui desenvolvida, está diretamente relacionada à transparência estatal, pois é ela quem garante que dados públicos sejam de livre acesso. Com base neles é que os checadores podem conferir a veracidade de declarações e notícias e, como consequência, produzir seus conteúdos.

Assim, este capítulo se dedicará a expor os aspectos da transparência. Inicialmente, será exposto o conceito de transparência, destacando sua relevância para o conceito de democracia. Na sequência será discutido como as evoluções tecnológicas permitiram que se pudessem materializar iniciativas de transparência mais amplas e acessíveis ao público. Também serão demonstradas as diferenças no contexto legislativo de transparência dos países estudados. Por fim, será discutido como o Jornalismo se relaciona com a transparência e se institui ator para sua intermediação.

2.1 Conceitos fundamentais em transparência pública

O termo transparência ganhou relevância nos estudos acadêmicos a partir de meados do século XX, ainda que muitas vezes seja só defendido como uma qualidade necessária, mas sem preocupação em defini-lo (HOOD, 2007). Em razão disso, uma definição proposta por Hood é compreender transparência como o “governo conforme regras fixas e públicas, com base em informação e procedimentos que são acessíveis ao público, e (em alguns usos) dentro de campos demarcados de atividade”⁹ (2007, p. 701).

Outra definição de transparência provém de Grimmelikhuijsen et al. (2013), que compreendem transparência como “disponibilidade de informações sobre uma organização ou ator que permita a atores externos monitorarem o funcionamento interno ou a performance dessa organização”¹⁰ (p. 576). Na mesma linha, Hood (2010) compreende transparência como a condução das atividades de uma maneira que as decisões, regras e outras informações cabíveis estejam visíveis para observadores externos, enquanto Lindstedt e Naurin (2010) resumiam a noção de transparência como

⁹ Tradução livre. No original, em inglês: “government according to fixed and published rules, on the basis of information and procedures that are accessible to the public, and (in some usages) within clearly demarcated fields of activity”.

¹⁰ Tradução livre. No original, em inglês: “availability of information about an organization or actor that allows external actors to monitor the internal workings or performance of that organization”.

a acessibilidade de informações sobre uma organização. Mesmo que essa definição precisa do termo só tenha sido estabelecida nas últimas décadas, autores clássicos já abordavam a questão da transparência. Kant se ergueu contra a utilização de tratados secretos no âmbito das relações internacionais já no século XVIII; Rousseau, no mesmo período, defendeu que o governo da Polônia deveria estar sempre aberto para “os olhos do público” (HOOD, 2007).

A noção de transparência, portanto, pode ser sintetizada na ideia geral de que: “algo está acontecendo por trás das cortinas e, uma vez que essas cortinas sejam removidas, tudo estará aberto e poderá ser escrutinado”¹¹ (MEIJER, 2009, p. 257). A qualidade de transparente não está vinculada a algo que se exhibe totalmente, mas a não impedir que se olhe através dele, ao contrário de um objeto opaco: “transparente, como o contrário de opaco, significa que uma instituição desta natureza é aquela em que não se veda o olhar, não há acessos blindados, governos invisíveis, arcanos e mistérios” (GOMES; AMORIM; ALMADA, 2018). A transparência é, portanto, uma introdução de heteronomia em um contexto autônomo, ou seja, representa um controle por terceiros das ações.

O pressuposto por trás da transparência é o de que a maior divulgação de informações acarretará um processo político mais efetivo, uma vez que o público poderá tomar decisões com mais fundamentos (FILGUEIRAS, 2011). Portanto, além de demandar acessibilidade a um conjunto amplo de informações, a transparência se materializa com a inexistência de barreiras cognitivas ao cidadão comum (SILVA, 2009). Os autores costumam enfatizar não apenas a descrição do que é a transparência, mas também um aspecto propositivo: a transparência é vista como responsável por demonstrar o bom funcionamento de uma instituição (MEIJER, 2009).

Transparência é às vezes utilizado como sinônimo de abertura, ainda que esse último termo esteja mais relacionado com ações que beneficiem um público que não é especialista (HOOD; HEALD, 2006). No entanto, há autores que distinguem os dois termos. Larsson (2018) compreende que a transparência é mais exigente que a abertura porque deve englobar a simplicidade e a compreensibilidade. Nessa visão, a abertura é uma característica da organização, mas a transparência exige que haja atores externos aptos a lidar com aqueles dados. Assim, a transparência só será efetiva caso haja receptores capazes de processar e utilizar aquela informação (BOVENS;

¹¹ Tradução livre. No original, em inglês: “something is happening behind curtains and once these curtains are removed, everything is out in the open and can be scrutinized”.

SCHILLEMANS; HART, 2008; HOOD; HEALD, 2006). Do contrário, há uma overdose de informações, que, em vez de permitir a observação do funcionamento público, leva a um prejuízo no controle devido. Alguns pesquisadores, porém, defendem que a transparência ocorre com a abertura total de informações em todos os níveis, o que impediria a tomada de decisões sobre o que tornar público e o que deve permanecer em sigilo (BIRCHALL, 2014).

Ainda que seja possível argumentar pela adoção de publicidade no lugar de transparência (FILGUEIRAS, 2011) como aspecto a ser defendido na democracia, o que não se pretende nessa tese, é possível pensar em alguns aspectos da publicidade que ajudam a compreender a essencialidade da transparência. Em uma concepção kantiana, a publicidade estava relacionada à moralidade: decisões que dependem de serem secretas não são moralmente aceitáveis. É uma visão contrária da finalidade prevista para a publicidade no utilitarismo de Jeremy Bentham e seus seguidores: para eles, a publicidade é um constrangimento necessário para evitar que atitudes voltadas apenas a interesses particulares se sobreponham ao interesse comum (GOMES; AMORIM; ALMADA, 2018). A publicidade configura então uma interface entre a população, de um lado, e os responsáveis pela administração pública, de outro, que serve para responsabilizar os agentes do Estado e ao mesmo tempo fornecer informações aos cidadãos para que possam opinar sobre e analisar os atos públicos de maneira embasada (GOMES; AMORIM; ALMADA, 2018).

Não se pode ignorar a perspectiva que posiciona a transparência como recurso para os usuários, de modo que ela só seria atingida ao fortalecer os cidadãos e permitir a comparação sobre as ações governamentais, demonstrando o que foi alcançado e à custa de quais despesas, sempre permitindo o feedback por parte do indivíduo comum para a administração (FUNG; GRAHAM; WEIL, 2007; FUNG; RUSSON GILMAN; SHKABATUR, 2013). Por fim, transparência está vinculada também a controle, o que segue uma linha de estudos que foi popularizado por Michel Foucault com foco em compreender como ocorre o controle dos indivíduos. Assim, a disponibilidade de dados é compreendida pelo viés do controle que ela permite, a observação quase constante que qualquer cidadão pode empreender (HOOD; HEALD, 2006). Atuar sob ditames de transparência leva ao amoldamento das condutas a expectativas sociais, em um processo constante de reconfiguração das relações de poder (FLYVERBOM; CHRISTENSEN; HANSEN, 2015).

A partir dessas concepções apresentadas, é possível enxergar a transparência sob diversos ângulos que estão agrupados no quadro 1 abaixo:

QUADRO 1 - CONCEITUAÇÕES DE TRANSPARÊNCIA

Modos de compreensão da transparência	Autores que sustentam a ideia
Transparência enquanto disponibilidade de informações	(GRIMMELIKHUIJSEN et al., 2013; HOOD, 2010; LINDSTEDT; NAURIN, 2010)
Transparência enquanto direito do cidadão	(ROBERTS, 2006; SILVA, 2009)
Transparência enquanto abertura total e irrestrita	(BIRCHALL, 2014)
Transparência enquanto compreensão da informação	(BOVENS; SCHILLEMANS; HART, 2008; HOOD; HEALD, 2006)
Transparência como instrumento do cidadão para mobilização	(FUNG; GRAHAM; WEIL, 2007)
Transparência enquanto controle	(FLYVERBOM; CHRISTENSEN; HANSEN, 2015; FOUCAULT, 2016)

Fonte: o autor (2021)

As dificuldades na implementação da transparência representam tema que já foi considerado pela literatura e constituem empecilhos para a total disponibilização dos dados. Há o interesse pessoal dos envolvidos com a administração pública, que podem temer repercussões desagradáveis de uma determinada situação, bem como todo um contexto organizacional e cultural que influencia o nível de transparência de cada órgão e a facilidade ou não para a divulgação de informações (MARQUES, 2016). Ademais, certas modalidades de transparência exigem mais do poder estatal, pois é preciso atender à demanda do cidadão, e não apenas a exposição de informações já selecionadas pela administração, o que ocorre nos casos de transparência passiva (aquela em que o Estado só fornece a informação pública após ser provocado) (MICHENER; CONTRERAS; NISKIER, 2018).

Nesse ponto, convém esclarecer uma classificação de transparência que leva em conta o papel do Estado: transparência ativa é aquela fornecida pelo Estado sem que haja pedido específico de um cidadão para a liberação da informação; enquanto a transparência passiva já mencionada diz respeito aos casos em que essa provocação de um cidadão é que acarreta a divulgação do dado (INGRAMS, 2016; MABILLARD; PASQUIER, 2016; MEIJER; CURTIN; HILLEBRANDT, 2012).

Para solucionar essas dificuldades, as ferramentas digitais se apresentam como possível solução para expandir os efeitos da transparência.

2.2 Transparência mediada: contribuições da comunicação digital

As definições existentes na literatura brasileira e internacional sobre democracia digital se situam ao redor da ideia de novas ferramentas digitais “para suplementar, reforçar ou corrigir aspectos das práticas políticas e sociais do Estado e dos cidadãos em benefício do teor democrático da comunidade política” (GOMES, 2007, p. 9). Em síntese, todas se fundamentam no uso de tecnologias da informação e comunicação para reforçar processos democráticos, com especial atenção para modificações no desenho institucional que permitam o envolvimento da população de maneira mais eficiente (COLEMAN, 2005; MARQUES, 2008, 2016).

Ainda que haja uma razoável quantidade de pesquisas sobre iniciativas *top-down* de democracia digital (AVRITZER, 2009; DE PINHO, 2008; FREITAS; LIMA; LIMA, 2015; MARQUES, 2010; MEDAGLIA, 2011; MITOZO; MARQUES, 2019; NORTON, 2007; SPADA et al., 2016) (ou seja, aquelas que se debruçam sobre projetos desenvolvidos pelos entes governamentais e ofertados para a população), é fato que as iniciativas *bottom-up* ainda recebem menor parcela de atenção – e é justamente neste ponto onde se revela o papel de cidadãos e de organizações da sociedade em pressionar os agentes representativos por maior abertura e publicidade.

Mais relevante para o presente estudo, no entanto, no âmbito da transparência, é seu caráter de acessibilidade, que consiste em fornecer informações de maneira que o público geral possa compreendê-las. Não basta que elas estejam meramente disponíveis, mas que os cidadãos saibam utilizá-las para formação de suas decisões. Para atingir esse objetivo, cumprem um papel relevante as organizações intermediárias, que interpretam os dados disponíveis e os repassam ao público em geral. Eles possuem canais de comunicação com as audiências amplas, como os sites e as redes sociais e que podem levar esses dados importantes para o consumo do público. Ademais, são os mais prováveis a possuir as capacidades exigidas para organizar os dados de maneira palatável.

Gomes, Almada e Amorim (2018) apontam que a transparência ocorre quando há controle cognitivo externo de um ato, ou seja, quando há:

uma adequada compreensão de um comportamento ou do seu resultado por meio de volumes apropriados de dados, informações e conhecimento. Há transparência quando sujeitos independentes do agente ou dos agentes públicos que praticaram determinada ação têm acesso à informação necessária para saberem, pelo menos, que ato foi praticado, por quem e com qual escopo (p. 7)

Portanto, a transparência só será completa se houver dados suficientes para que o olhar externo consiga compreender a ação praticada.

As pesquisas que se dedicaram a levantar a literatura existente na área da transparência perceberam que em países com maior maturidade democrática é que são encontradas as iniciativas de transparência que mais chamam atenção dos pesquisadores para a compreensão desse objeto (AMORIM et al., 2015). E foram nos anos mais recentes que os mecanismos de abertura do Estado para o cidadão se intensificaram, com o correspondente aumento nas pesquisas que se dedicam a esses objetos.

A transparência permite que a população tenha mais informação e isso contribuiria para a racionalização da sociedade (MEIJER, 2009). Mas não é possível ignorar que há oponentes dessa visão, que consideram que a transparência por meio das novas tecnologias acarreta efeitos perversos para as relações sociais. Os modos tradicionais de contato direto, em que há interação contextualizada, seriam vistos como mais adequados para a transmissão das informações. Há, ainda, uma tendência pós-moderna de se compreender a transparência, muito enfocada na percepção defendida por Michel Foucault, de que a transparência altera as relações de poder, permeando a esfera pública.

É preciso ter em mente que, nas sociedades complexas contemporâneas, a transparência é cada vez mais mediada (HOOD; HEALD, 2006), para permitir que o controle social ocorra mesmo em grande escala. Essa mediação, contudo, ao ser feita por organizações de comunicação de massa, pode levar a um processo de uma mão só: os cidadãos podem observar seus representantes, mas os agentes públicos não sabem se estão realmente sendo observados (MEIJER, 2009). A internet, no entanto, permite que haja maior interação entre os administradores e os administrados, oportunizando que seja sanado esse aspecto unidirecional da transparência digital. Ela possibilita que se desenvolvam formas mais aprimoradas de efetivar a transparência, especialmente através das redes sociais digitais, que aproximam ainda mais os cidadãos das informações (BONSÓN et al., 2012).

A transparência fomentada pelas iniciativas digitais também pode vir acompanhada de outra dificuldade: a natureza descontextualizada das informações. O Estado fornece as informações em planilhas, mas os dados aparecem secos, sem qualquer informação de contexto. Como uma maneira de solucionar essa questão, é possível pensar em sistemas peritos, que são atores capazes de participar do processo da transparência, especialmente por produzir informação à revelia dos agentes públicos. O Jornalismo pode ser considerado, sob esse viés, uma instituição externa e independente do Estado que está envolvida no processo de transparência, ao direcionar a atenção da esfera pública para certos agentes e suas condutas. Até mesmo para que a transparência seja aperfeiçoada, é preciso que as informações se propaguem com qualidade e profundidade (MARQUES, 2016), tarefa que o Jornalismo pode assumir.

Para poder compreender como o Jornalismo opera em cada um dos países, é interessante que se delineie as estruturas legais de transparência que compõem o arcabouço de cada país.

2.3 Diferenças entre Brasil, Estados Unidos, Alemanha e Itália no âmbito de legislação sobre transparência.

Com o intuito de situar o leitor no aspecto legal de cada um desses países, optou-se por um breve recorte do contexto legal de cada uma dessas nações.

Inicialmente, houve a obtenção das leis de cada um dos países que seria objeto da análise. Elas foram obtidas por meio de consulta a site de buscas, que levaram aos sites de cada país em que era possível salvar uma versão em pdf de cada documento legal. No Brasil, foi a Lei n.º 12.527/2011 (popularmente conhecida como LAI)¹²; nos EUA, o *Freedom of Information Act*, de 1960¹³; na Itália, a “*Legge di ottimizzazione della produttività del lavoro pubblico e di efficienza e trasparenza delle pubbliche amministrazioni*”¹⁴, cuja última atualização foi em 2016; e na Alemanha, a *Informationsfreiheitsgesetz* (IFG), de 2006¹⁵.

Também é preciso salientar as particularidades de cada país que são importantes para compreender cada uma das leis mencionadas no parágrafo acima. No caso brasileiro, embora a lei tenha sido sancionada em 2011, a Constituição de 1988 que

¹² Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm.

¹³ Disponível em: <https://www.foia.gov/foia-statute.html>.

¹⁴ Disponível em: <https://www.normattiva.it/uri-res/N2Ls?urn:nir:stato:legge:2014-06-24:90~art19>.

¹⁵ Disponível em: <http://www.gesetze-im-internet.de/ifg/index.html>.

marcou o início do novo período democrático já continha previsão no artigo 5º, XXXIII do direito de todo cidadão a receber informações do Estado. A regulamentação legal, contudo, demorou mais de 20 anos: o projeto que viria a ser convertido na Lei 12.527/2011 foi proposto em 2003 e foi alvo de pressão da sociedade civil organizada, em especial de jornalistas. Desde a aprovação do dispositivo legal, a fiscalização por parte da Controladoria Geral da União e dos Tribunais de Contas tem contribuído para a consolidação desses direitos (RESENDE; NASSIF, 2015; RODRIGUES, 2017).

Os Estados Unidos foram o primeiro país desse grupo a contar com lei específica sobre acesso à informação, já em 1960. A aprovação foi resultado da tomada de controle do Congresso pelo partido Democrata, que se opunha à presidência do republicano Dwight D. Eisenhower. A disponibilidade de informações estatais facilitaria o exercício do poder político por esses atores que não ocupavam a administração naquele período. Nos primeiros anos após sua entrada em vigência, notou-se como organizações particulares utilizaram essa prerrogativa para obter informações que as favorecessem nas relações com o Estado. Na atualidade, foi apontado que, embora o governo Trump tenha diminuído a velocidade para atender aos pedidos embasados na lei, outros prazos foram mantidos, o que indica que já há um legado na aplicação desse *Act* naquele país (ARCHIBALD, 1979; MICHENER, 2015; WASIKE, 2020).

Ao olhar para o caso italiano, nota-se que o país possuía ao longo do século XX uma cultura de segredo na administração pública. Mesmo a aprovação da Lei nº 241/1990 não sepultou completamente esse cenário, porque o direito à informação ali contido excluía diversas esferas da Administração. Somente com a edição do Decreto em 2016 é que a legislação italiana passou a contar com uma regulamentação ampla que garanta a transparência e começou-se a germinar uma cultura de participação democrática por parte dos cidadãos (CARATELLI, 2019; GALETTA, 2016).

Por fim, é importante observar o contexto da legislação alemã, em que se destaca o fato de o país ser uma federação e não um Estado unitário. A lei *Informationsfreiheitsgesetz* de 2006 foi aprovada pelo Parlamento federal, mas não implicava na sua adoção pelos estados-membro. Mais de dez anos depois, ainda havia membros da federação que não haviam promulgado legislação que garanta o acesso à informação, o que evidencia essa ruptura na aplicação quotidiana do direito à informação: um cidadão alemão pode ter acesso a informações do governo federal, porém não terá a mesma facilidade para obter dados a depender de qual estado acionar. A principal oposição vem de partidos do campo ideológico da direita, que valorizam o

direito à privacidade e se opõem aos custos necessários para implementar o acesso à informação (KUBICEK, 2004; MUELLER; ENGEWALD; HERR, 2019).

Para avaliar a legislação dessas nações, utilizaram-se 20 critérios, que foram adaptados a partir de um índice internacionalmente conhecido, o *Global Right to Information Rating*. Essa pesquisa é coordenada pelo *Centre for Law and Democracy* e conta com 61 indicadores. Esse índice aferiu a transparência a partir dos diplomas legais de 194 países e formula rankings periódicos com base nos pontos atribuídos.

Após a leitura na íntegra dos textos normativos, houve o preenchimento de uma tabela pelo autor desta tese com 20 critérios, em que cada um foi avaliado com “sim” ou “não”, a partir da presença ou ausência da característica buscada no texto legal de cada país. Ressalta-se que a opção de reduzir dos 61 indicadores da pesquisa original para 20 critérios teve o intuito de excluir pontos que eram acessórios e permitir a construção de uma comparação mais enxuta com base nos pontos principais para a concretização da transparência.

Esclarece-se que não foi utilizada a pontuação da entidade, pois ela distingue cada critério em parcialmente, totalmente ou ausente, com pesos diferentes para cada caso. No modelo internacional, são atribuídos 61 indicadores, que são interpretados a partir de um eixo que vai de não-existente a totalmente preenchido, passando pelo parcialmente atendido. Como a intenção primordial da presente pesquisa não é a investigação minuciosa do arcabouço legislativo do país, a adaptação dos critérios originais e condensação em menos itens permite que se tenha uma visão mais clara do estágio de cada país.

Essa adaptação foi feita com base na divisão de temas relevantes trazida pela entidade (que são os sete grupos de A a G listados na sequência), mas sem que fosse necessário verificar as 61 características originais.

Desse modo, foram propostos os 20 critérios para essa pesquisa:

GRUPO A – quem tem o direito

1. *Todos podem pedir informações (não há restrições)*

GRUPO B – alvos da LAI

2. *Todo o Executivo está abrangido*
3. *Todo o Legislativo está abrangido*
4. *Todo o Judiciário está abrangido*

GRUPO C – procedimentos

5. *Não é preciso motivar o pedido*
6. *Não é preciso se identificar (além de um endereço de envio)*
7. *Há prazos de no máximo 20 dias úteis para enviar a resposta ao requerente*
8. *É gratuito fazer pedidos*

GRUPO D – exceções

9. *As exceções ao direito à informação seguem o padrão internacional: segurança nacional; relações Internacionais; saúde pública e segurança; a prevenção, investigação e repressão de ilicitudes dentre outros*
10. *Nenhuma cláusula de sigilo ultrapassa 20 anos*
11. *Em caso de recusa, deve ser motivada e indicar como recorrer*

GRUPO E – recursos

12. *Há recurso previsto na lei com prazo de no máximo 20 dias*
13. *O órgão que vigia a LAI tem independência funcional e financeira*
14. *As decisões do órgão são vinculantes*
15. *É possível discutir judicialmente*

GRUPO F – sanções

16. *Há sanções previstas para aqueles que descumprem as regras de direito à informação*
17. *Há proteção para whistleblowers (indivíduos que espontaneamente levam ao conhecimento do Estado informações relevantes sobre um ato ilícito)*

GRUPO G – cultura da informação

18. *Esforços de divulgação do direito à informação são obrigatórios por lei*
19. *Programas de treinamento dos funcionários estão previstos em lei*
20. *O órgão de controle precisa apresentar relatório anual de cumprimento da lei*

O grupo A possuía apenas um critério: que exista a possibilidade de qualquer pessoa fazer solicitações (sem vincular essa prerrogativa ao exercício de direitos políticos ou à cidadania, por exemplo). Já o grupo B reunia os possíveis alvos dos pedidos de informação. A ideia era verificar se nos três Poderes da divisão tripartite clássica é possível que os cidadãos obtenham os dados que desejarem. O grupo C englobava regras procedimentais, com o objetivo de perceber se a lei já garante maneiras desburocratizadas e razoáveis de se concretizar o pedido. O grupo D, por sua vez, envolvia a identificação das exceções à Lei de Acesso à Informação. Se a intenção é fortalecer a transparência, espera-se que sejam poucos os dados que não estejam

disponibilizados, bem como que haja regras claras de como o governo deve lidar com esses casos.

Na sequência, o grupo E compreendia as descrições dos recursos cabíveis e os órgãos responsáveis por fiscalizar o cumprimento e uniformizar o entendimento de transparência de cada país. O grupo F, por sua vez, busca averiguar quais seriam as sanções previstas legalmente no caso de descumprimento das imposições legais. Por fim, o grupo G englobava o aferimento de estratégias legais para fortalecer a cultura da transparência em cada uma das nações. Como já explicado, a partir da leitura da lei de cada um dos países e da atribuição de SIM ou NÃO, foram obtidos resultados para cada um dos quatro países, que serão expostos a seguir.

O Brasil foi o país cuja lei apresentou o maior número das características listadas, 16 de 20 possíveis. Em segundo lugar, vieram os Estados Unidos da América, com 12 pontos; e a Itália, com nove pontos. Já a Alemanha foi o país cujo texto legal foi o menor pontuado, que só continha sete dos aspectos listados.

Os aspectos pontuados por cada um dos países estão descritos no quadro 2, em que cada critério está numerado da maneira como foi apresentado nessa página e na anterior, de 1 a 20.

Na primeira coluna do quadro, estão os números referentes a cada critério, conforme exposto na seção passada. O número 1, por exemplo, indica o critério “Todos podem pedir informações (não há restrições)”. As colunas seguintes representam cada um dos países estudados e indicam, em cada linha, se aquele critério estava presente (SIM) ou ausente (NÃO) para aquela nação. Como ilustração, para o critério 1, Brasil e Estados Unidos possuíam essa previsão na legislação, ao passo que Itália e Alemanha não. Essa mesma lógica se aplica às linhas subsequentes.

Por meio de uma contagem simples, o quadro também mostra a pontuação dos quatro países após a classificação proposta. O máximo que poderia ser atingido era de 20 pontos, caso a resposta SIM fosse atribuída às 20 características avaliadas.

QUADRO 2 - CLASSIFICAÇÃO CONFORME CRITÉRIOS DE TRANSPARÊNCIA

CRITÉRIOS/PAÍSES	BRASIL	EUA	ITÁLIA	ALEMANHA
1	SIM	SIM	NÃO	NÃO
2	SIM	SIM	SIM	SIM
3	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
4	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
5	SIM	NÃO	SIM	NÃO

6	SIM	NÃO	SIM	NÃO
7	SIM	SIM	SIM	SIM
8	SIM	SIM	SIM	SIM
9	SIM	SIM	SIM	SIM
10	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
11	SIM	SIM	NÃO	NÃO
12	SIM	SIM	SIM	SIM
13	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
14	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
15	NÃO	SIM	NÃO	SIM
16	SIM	SIM	SIM	NÃO
17	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
18	SIM	SIM	NÃO	NÃO
19	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
20	SIM	SIM	NÃO	NÃO
TOTAL DE CRITÉRIOS DE CADA PAÍS	16	12	9	7

Fonte: o autor (2021)

A seguir, será apontado de maneira detalhada como cada país se comportou em relação a esses critérios estabelecidos de transparência.

O primeiro grupo dizia respeito ao amplo direito de acesso à informação, sem que haja restrições. Nesse caso, dois países continham essa previsão (Brasil e EUA); os outros dois, não. Permitir que qualquer interessado possa formular o pedido sem impedimento consolida a visão de que o acesso à informação é direito dos mais fundamentais e que independe do preenchimento de nenhum outro requisito.

O amplo acesso às informações é uma etapa necessária para a efetivação da transparência (FUNG, 2013). A ausência de garantia de que o acesso é irrestrito pode permitir que certos grupos sociais não tenham mais acesso a dados públicos - se jornalistas estrangeiros constituírem grupo relevante, por exemplo, é importante que isso não seja critério para barrar sua atuação.

Em relação ao grupo B, o acesso ao Executivo é uma unanimidade nas quatro nações: até mesmo pela função principal ser de gerir os principais serviços estatais e dispor do maior orçamento, faz sentido que haja maior atenção a esse poder.

Por outro lado, é apenas a lei brasileira que prevê expressamente que Legislativo e Judiciário também devem respeitar as normas de transparência ali contidas. A norma do Brasil já apresenta essa previsão no seu artigo primeiro, da seguinte maneira: “subordinam-se ao regime desta Lei: I - os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e

do Ministério Público”. A aprovação dessa norma ampla, dirigida a todos os entes estatais sem exceção, dependeu de forte pressão da categoria dos jornalistas e contou com o auxílio de políticos que estavam localizados em postos de destaque (RODRIGUES, 2017).

Ainda que haja indicação de que especialmente no Poder Judiciário há mais dificuldade para acessar dados (MICHENER; CONTRERAS; NISKIER, 2018), as leis desses países não estimulam que esses setores estatais se tornem mais transparentes. Quando todos os ramos que compõem a estrutura governamental estão abertos ao público, é possível que haja maior escrutínio por parte da população e, em consequência, há incentivos para que os agentes estatais atuem de acordo com os estímulos populares (CICATIELLO; DE SIMONE; GAETA, 2018). Se só há transparência para o Executivo, os outros poderes podem se sentir menos impulsionados a agir conforme o interesse público.

No que diz respeito aos critérios do grupo C, há concordância entre todos os países com o prazo máximo para que haja uma resposta sobre o pedido: 20 dias úteis (o que representa em torno de um mês em dias corridos). O estabelecimento de um prazo fixo a ser respeitado pela instituição garante que não haverá requerimentos sem resposta e que inviabilizem o exercício do direito. Nenhum país diverge também quanto à natureza gratuita desse tipo de requerimento: não é cobrada nenhuma taxa para que o cidadão possa exercer seu direito à informação.

As diferenças notadas entre as nações nesse segmento decorreram da necessidade de motivar o pedido ou de se identificar. Tanto Estados Unidos quanto Alemanha não preveem expressamente essas posições, que constituem obstáculos para a obtenção da informação pelo requerente (MICHENER; MONCAU; VELASCO, 2014). O direito à informação independe da motivação que possui o requerente, pois é compreendido pela literatura como um exercício de direito fundamental. E até mesmo para evitar represálias (Identidade revelada: entraves na busca por informação pública no Brasil, 2018), é benéfico que haja a possibilidade de não se identificar.

As regras para a efetivação da transparência são a maneira pela qual o conceito de transparência, tão debatido por aqueles que debatem os ideais democráticos, se apresenta de maneira empírica (MERSCH, 2018). Disso decorre a importância de que os prazos sejam razoáveis para que o cidadão obtenha uma resposta e também de que ele não precise expor sua motivação.

Os quatro países, no âmbito do grupo D, adotam postura restrita sobre os assuntos que deveriam permanecer sob sigilo, o que está em consonância com a noção de transparência. No entanto, houve divergências quanto à regra sobre prazo máximo para sigilo, que não respeitam os 20 anos; no Brasil, por exemplo, há previsão de até 25 anos (quando se trata de informação ultrassecreta, conforme artigo 24, § 1º, I da LAI).

A necessidade de que as recusas sejam fundamentadas e indiquem o cidadão das possibilidades de reforma da decisão só foram encontradas em Brasil e EUA – é o que prevê o artigo 6 da legislação estadunidense, que aponta que o órgão que foi demandado “deverá notificar imediatamente a pessoa que fez tal pedido de tal determinação e as razões para isso, e do direito de tal pessoa de recorrer ao chefe da agência contra qualquer determinação adversa”¹⁶.

Impedir recusas de pedido genéricas fortalece o sistema de transparência – ao mesmo tempo em que informar o cidadão de que ele pode recorrer garante que as respostas negativas serão revistas por algum órgão superior.

Mais uma vez, no grupo E o critério inicial é preenchido por todos os países: possuir um recurso previsto em lei que deva ser analisado em até 20 dias pela autoridade competente.

Falta, contudo, independência funcional e financeira para que o responsável pela aplicação das leis não fique à mercê de conjunturas políticas de cada momento, o que não existe em três dos países pesquisados. Somente a Alemanha apresentou uma arquitetura institucional no qual o *Federal Commissioner for Data Protection and Freedom of Information* (BfDI) é uma agência federal independente.

Outro critério desse conjunto que foi atendido por apenas um país (o Brasil, nesse caso), é o caráter vinculante das decisões do órgão que coordena a aplicação do direito ao acesso à informação. É por meio dessas decisões que se forma uma jurisprudência sobre os pedidos e assim se vão se consolidando os entendimentos sobre os casos concretos, que podem ser repetidos pela administração e garantem o fortalecimento da transparência (NEUMAN, 2009; NINO, 2010).

Mesmo com esse órgão que recebe os recursos dos pedidos, foi verificado se a lei prevê que o cidadão possa acionar o Judiciário para ter seu direito garantido. Nesse ponto, só Alemanha e Estados Unidos da América possuíam cláusula legal que elucida

¹⁶ Tradução livre. No original, em inglês: “shall immediately notify the person making such request of such determination and the reasons therefor, and of the right of such person to appeal to the head of the agency any adverse determination”.

que, mesmo que o cidadão tenha o pedido negado, ainda é possível buscar a tutela do Judiciário para solucionar esse litígio.

Ao se verificar o grupo F (das sanções), com exceção da Alemanha, os outros países já deixam previsto na legislação as punições que serão aplicadas caso algum servidor não respeite as normas de transparência. No entanto, apenas os Estados Unidos possuíam proteção legal para o caso de *whistleblowers*, ou seja, aquelas pessoas que levam ao conhecimento de autoridade informações relevantes sobre um ilícito. Mesmo assim, é no país americano que casos famosos de *whistleblowers*, como Edward Snowden e Chelsea Manning, sofreram reprimendas jurídicas pelos dados que disponibilizaram.

Em relação ao último conjunto de critérios, o grupo G, a análise dos países mostra uma divisão nítida: de um lado, o Brasil atendeu os três critérios por possuir um artigo que aborda todas essas questões, abaixo citado:

Art. 41. O Poder Executivo Federal designará órgão da administração pública federal responsável:

I - pela promoção de campanha de abrangência nacional de fomento à cultura da transparência na administração pública e conscientização do direito fundamental de acesso à informação;

II - pelo treinamento de agentes públicos no que se refere ao desenvolvimento de práticas relacionadas à transparência na administração pública;

III - pelo monitoramento da aplicação da lei no âmbito da administração pública federal, concentrando e consolidando a publicação de informações estatísticas relacionadas no art. 30;

IV - pelo encaminhamento ao Congresso Nacional de relatório anual com informações atinentes à implementação desta Lei.

Já Itália e Alemanha não continham em seu diploma nenhuma previsão legal de que algum órgão estatal apoiará o treinamento do corpo de funcionários nem que se esforçará para divulgar perante a população a temática da transparência.

Essas ações são um elemento de fomento da cultura de transparência, popularizando o conceito perante a população e até mesmo para aqueles que trabalham com a administração, que precisam estar atualizados das decisões do órgão supervisor e ciente das melhores práticas na área.

A literatura aponta, por exemplo, como limites cognitivos de desconhecimento das possibilidades da transparência podem influenciar os benefícios (ETZIONI, 2010). É disso que se tira o fundamento para os critérios abordados nesse último tópico, que propõem ensinar ao público em geral e também àqueles diretamente envolvidos com o manejo diário da lei de acesso à informação. Até mesmo porque já há comprovação de

quanto melhor educado o indivíduo sobre o tema, são maiores as chances de que ele explore as possibilidades legais (CICATIELLO; DE SIMONE; GAETA, 2018).

Os resultados, no entanto, apontam que esse olhar preocupado com o aperfeiçoamento das capacidades da população em operar a Lei de Acesso não esteve presente no momento de formulação dos diplomas legais dos países aqui estudados. Ressalte-se que há um esforço contemporâneo entre os Estados com o intuito de expandir a transparência pública e garantir que os indivíduos comuns sejam os destinatários das informações e não estejam à mercê de cada administração, o que transformaria a transparência uma política pública permanente.

Uma das possibilidades para fortalecer a atuação da transparência é o Jornalismo, o que será exposto a seguir.

2.4 Transparência e Jornalismo

Para que a transparência se concretize, não basta apenas que a dimensão tecnológica esteja bem estruturada ou que a dimensão legislativa preveja diversas obrigações a serem cumpridas pelos entes públicos. É preciso também que haja uma dimensão humana para concretizar a transparência (JAEGER; BERTOT, 2010).

Nesse ponto, a utilização das iniciativas de transparência por parte de Jornalismo pode representar um compartilhamento das visões do que é relevante para ser discutido, inclusive no âmbito político (BIROLI, 2013). O Jornalismo pode contribuir para reduzir a assimetria de informações entre os representantes e os representados, que, quanto maior for, menos democrático o país será (FILGUEIRAS, 2011).

É nesse contexto que se justifica incluir o Jornalismo enquanto agente com papel relevante para reforçar as iniciativas de transparência – não apenas ao divulgar para o público amplo a existência de tais recursos, mas, também, ao pressionar instituições oficiais a atualizarem as informações e ao solicitarem informações que, eventualmente, podem se transformar em pauta. Dito de outra forma, o Jornalismo cumpre função essencial no que concerne à transparência porque consiste de um canal apto a auferir visibilidade e acessibilidade, já que interpretam os dados disponíveis e os repassam ao público (FUNG, 2013). Enfim, por meio da atividade jornalística, é possível fortalecer o público a atuar de maneira efetiva na esfera política (DAVIES, 1999; FISHER, 2016; GINOSAR; REICH, 2020; MCINTYRE, 2019). Essa atuação pode, sobretudo, contribuir para o que foi denominado *social accountability*, ou seja, pela prestação de

contas do Estado para a sociedade por meio dos textos publicados (PERUZZOTTI; SMULOVITZ, 2002; WAISBORD; PERUZZOTTI, 2009).

Os cidadãos, em vez de serem usuários de serviços fornecidos pelo Estado para participação ou transparência, podem desempenhar um papel crucial e iniciar também processos que contribuam para a democracia digital, não restando dependentes exclusivamente de projetos que sejam patrocinados pelo Poder Público. Pesquisas focadas nesses atores tendem a se expandir, trazendo foco das investigações sobre e-democracia para iniciativas fora do eixo estatal (MEDAGLIA, 2011).

A transparência é aspecto essencial para a realização das atividades jornalísticas e com ela dialoga no seu desenrolar. Não basta apenas compreender a transparência como tornar públicas as informações, mas levar em conta a necessidade de gerenciamento da visibilidade dos dados que permitam uma melhor administração da coisa pública (FLYVERBOM, 2015). Isso porque a informação é recurso valioso na democracia, porque permite aos cidadãos exercer influência sobre os governos e até mesmo planejar suas vidas da maneira que melhor lhes satisfaça (FUNG, 2013). Alguns princípios são essenciais para a transparência, como a *availability* das informações, ou seja, as informações vitais para os cidadãos devem estar disponíveis para sua consulta, bem como a proporcionalidade, de modo que os dados devem ser publicados na extensão de sua interferência para o público.

No contexto digital, são diversos os agentes conhecidos como *infomediaries*, ou seja, mediadores de informação. Eles podem ser algoritmos de distribuição (como o *Google News*), redes sociais (*Facebook*, *Twitter* etc.) ou *apps* de compra (como o *Google Play*), porém todos cumprem a função de compartilhar notícias e torná-las acessíveis ao público. É exatamente pela força de mediação desses agentes citados que os agentes de checagem de fatos, em especial os que serão objeto dessa tese, optaram por utilizar as redes sociais como principal espaço para a divulgação de seus produtos.

A relação desses *infomediaries*, contudo, é classificada como *coopetition* (SMYRNAIOS, 2019), pois abarca tanto a lógica da cooperação quanto a da competição. Por um lado, há um esforço das redes sociais em firmar parcerias com empresas de comunicação. No caso dos sites de checagem, por exemplo, o *Facebook* firmou parceria com agências de checagem pelo mundo para que haja a indicação de falsidade caso algum conteúdo correto circule pela rede. No Brasil, o projeto começou

com *Aos fatos*¹⁷ e *Lupa*¹⁸ (essa a representante brasileira na presente pesquisa), estando em funcionamento desde maio de 2018 (CAPUTO, 2019).

Esses acordos de cooperação, entretanto, ocorrem ao mesmo tempo em que a subsistência econômica dessas organizações tradicionais de comunicação passa por dificuldades em decorrência da diminuição das quantias provenientes de publicidade, que passam a ser direcionadas aos *infomediaries*. A relação entre produtores de notícia e redes sociais se torna ainda mais próxima ao pensar que não só a distribuição do conteúdo é impactada, mas também a produção de conteúdo jornalístico agora está diretamente vinculada às redes sociais digitais. Ferramentas disponibilizadas pelas empresas de tecnologia acompanham o engajamento dos leitores o que, por exemplo, determina como manchetes e textos serão escritos para atrair mais audiência. Além disso, o setor de tecnologia fornece treinamento para que os profissionais de comunicação saibam utilizar recursos típicos do universo digital na elaboração das matérias (SMYRNAIOS, 2019). Entre os ativistas de dados abertos, existe o reconhecimento de que dados precisam ser refinados por *data intermediaries* para que se tornem conhecimento, o que os faz prestar especial atenção ao Jornalismo (BAACK, 2015). Esses agentes precisariam ter expertise para lidar com conjunto bruto de dados, permitir que esses dados estejam abertos ao leitor que os queira consultar e adotar uma relação cooperativa com sua audiência.

Descobrir como a lei de acesso à informação e as outras regulamentações legais de transparência se implementaram na prática é um desafio que se impõe aos pesquisadores da área, notadamente para averiguar se o Jornalismo se aproveitou desses institutos. Lidberg (2009) buscou compreender se a legislação propiciava acesso independente aos jornalistas para os dados governamentais. As descobertas mostraram que países pioneiros em transparência, como os Estados Unidos, hoje não apresenta boas condições de acesso a dados públicos. Nesse ponto, o Jornalismo, por meio do seu papel fiscalizador, pode ser um agente capaz de incrementar as experiências de transparência, ainda mais ao pensar que a quantidade disponível de dados e informações disponíveis aumenta cada vez mais, sem que se possa enxergar um limite (MARSH, 2011). A mera existência dos dados, assim, já não garante que a transparência se torne efetiva. A atuação do Jornalismo, portanto, pode permitir que a informação disponível

¹⁷ Ver mais em: <https://www.aosfatos.org/>.

¹⁸ Ver mais em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/>.

se torne pronta ao escrutínio público e seja atraída para o centro das discussões, inclusive para a tomada de decisões (ZINNBAUER, 2007).

O papel *watchdog* do Jornalismo, em particular, já foi apontado como responsável por maximizar a transparência ao trazer ao público em geral informações que antes não estavam expostas e permitir que os cidadãos possam fazer escolhas mais bem informadas, especialmente no momento eleitoral (NORRIS; ODUGBEMI, 2010).

É preciso destacar, no entanto, que ao mesmo tempo em que a partir da segunda metade do século XX as leis de acesso à informação que garantem transparência são aprovadas nos mais diversos países do mundo, não há uma garantia de que a liberdade de imprensa e boas condições para a prática do Jornalismo acompanhem, como mostram os recentes índices destinados a averiguar esse cenário (CAMAJ, 2016). Parte das empresas e de profissionais do Jornalismo parece ter se dado conta de que a mera oferta de dados diversos não garante a efetividade da transparência. Isso é comprovado no caso de matérias em que se relatam as dificuldades práticas encontradas pelos repórteres para obter informações por meio da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/11) (COUTINHO, 2014). Não é apenas em democracias recentes ou de países periféricos que há dificuldade para obtenção de dados através desses dispositivos legais. Tabary (2016) comprovou que no Canadá, por exemplo, os custos envolvidos para os requerentes e as respostas parciais dos órgãos acionados dificultaram a utilização desse recurso.

A implementação de políticas de transparência pode tornar mais conveniente a atuação do Jornalismo. O custo para descobrir pautas diminuiu, bem como as dificuldades em reunir e organizar informações (BOWLES; HAMILTON; LEVY, 2014). O Jornalismo se aproveita da LAI para tornar mais efetiva sua ação como *watchdog*, ao mesmo tempo em que pode educar o público sobre o direito ao acesso à informação (CAMAJ, 2016). A literatura acadêmica já apontou a relação entre jornalistas e dispositivos de transparência em diversos países do mundo. Em Montenegro, por exemplo, os jornalistas são os agentes que menos formulam pedidos por meio da lei de acesso à informação, resultado oposto àquele encontrado no Kosovo, na qual a classe de repórteres é a que mais utiliza esse dispositivo da LAI para acionar o governo. Os atrasos nas respostas, o acesso a dados que são truncados e de difícil compreensão e a impossibilidade de produzir conteúdo que demande apuração de longo tempo foram os principais fatores apontados em entrevistas conduzidas pela autora (CAMAJ, 2016).

Em um olhar conjunto para os três países balcânicos pesquisados (Albânia, Kosovo e Montenegro), foi possível perceber que a adoção de medidas de transparência resultou da pressão internacional, especialmente porque essas nações desejavam ingressar na União Europeia. Não se tratou, assim, de uma disposição dos líderes locais em aprimorar a transparência estatal, nem tampouco pressão da imprensa ou de grupos da sociedade civil que pleiteassem a aprovação de leis com esse conteúdo.

Isso acarreta um ambiente político apto a gerar obstáculos para o bom funcionamento das previsões legais, bem como de sua utilização por parte dos jornalistas. Sem demanda interna, não houve mudanças substanciais na transparência governamental, embora houvesse previsão legal e até mesmo suporte por parte do Judiciário, que proferiu decisões que garantiam ao cidadão liberdades mais amplas de ter conhecimento a dados públicos.

Camaj (2018) investigou também na Bulgária como se deu o processo de mobilização para aprovação da lei de acesso à informação búlgara, que ocorreu em 2000. Lá, os jornalistas foram um grupo de pressão relevante para pleitear a criação da legislação. Existe até mesmo uma instituição, a *Access to Information Programme*, que premia os profissionais de imprensa que produzem materiais relevantes a partir do uso da lei de acesso à informação. Essa premiação é compreendida não só como um reconhecimento pela boa utilização do instrumento legal, mas também como uma maneira de pressionar as autoridades a conceder acesso mais facilitado aos repórteres à informação pública.

A transparência aparece ligada ao exercício da profissão quando os próprios jornalistas reconhecem, em entrevistas nas quais se consideram cumprindo seu papel *watchdog* ao levar à população as informações que eles obtêm por meio de leis de acesso. Dentre as motivações apontadas para usar o recurso, estão confirmar informações que os profissionais obtiveram por outros canais, tornar os ocupantes de cargos públicos *accountable*, tornar mais valiosa a publicação e explorar novas informações a que as organizações midiáticas não tinham acesso até então. Além disso, jornalistas admitem que utilizam os pedidos de acesso à informação para provocar instituições, especialmente aquelas que dificultam a obtenção de dados e se mostram não-transparentes (CAMAJ, 2018).

O que foi percebido por Camaj, contudo, é que as fronteiras profissionais que caracterizavam a prática do Jornalismo foram borradas, porque a defesa da lei de acesso foi considerada como ativismo. Isso, no entanto, não foi percebido como uma falha,

pois houve a percepção de que a qualidade do material jornalístico publicado melhorou, bem como o papel democrático das empresas de comunicação foi fortalecido. Safarov, Meijer e Grimmelikhuisen (2017) também apontaram que os jornalistas são reconhecidos como grupo que utiliza amplamente as leis de acesso à informação, destacando em especial suas colaborações com outros agentes como ONGs para alcançar *insights* sobre os conjuntos de dados a que passam a ter acesso.

Alguns estudos no Brasil já buscaram apontar de que maneira a LAI se relaciona com a rotina de produção jornalística. É o caso de Sousa e Geraldês (2016), cujo trabalho diagnosticou certas dificuldades impostas aos profissionais de imprensa para utilizar a LAI tendo em vista os prazos de resposta previstos pela norma (que afetam a velocidade exigida para a produção jornalística) e mesmo a falta de aptidão dos jornalistas para processar os dados que lhes são oferecidos após consulta.

Um tipo comum de investigação no Brasil foi aquela sobre a cobertura em grandes empresas de comunicação sobre esse dispositivo legal. Brenol (2019) buscou investigar no contexto brasileiro de que maneira os jornalistas que utilizam dados da transparência se viam como fiscais do poder. Em uma escala que ia de um a cinco, sendo que cinco seria o máximo, a média de resposta dos profissionais brasileiros foi de quatro pontos. Houve forte associação entre a produção de matérias com esses dados provenientes da transparência e um papel social de fiscalização parte da profissão. Para os profissionais entrevistados, a LAI foi uma maneira de ter outros recursos que não o contato com fontes políticas e assessorias de imprensa. Dentre os entes que compõem a administração, o Poder Legislativo foi o mais acionado, o que indica uma cultura da transparência mais fortalecida nesse poder (BRENOL, 2019).

Gonçalves et al. (2019) buscaram investigar o uso da LAI em 2017 pelos repórteres brasileiros a partir dos dados do governo federal. Por mais que haja uma grande variedade de órgãos, o mais acionado havia sido o então existente Ministério da Fazenda, com uma indicação de que os prazos foram respeitados ao menos por essa esfera. Dutra e Paulino (2014) buscaram descobrir nas matérias publicadas no primeiro ano de vigência da lei nos três *quality papers* de circulação nacional: *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*. O principal tema retratado foi a administração pública, seguido de matérias que abordavam a própria transparência.

Nascimento et al. (2015), por sua vez, constataram que as matérias sobre LAI não ficaram restritas a apenas um grupo específico de repórteres, tendo sido utilizadas nas mais diversas editoriais. Na análise feita de dois jornais nacionais, o Poder Executivo

foi o que mais cedeu dados, ainda sem grande espaço para o Judiciário. É preciso mencionar que, esses autores ressaltaram elemento importante da prática profissional que consta de todos os textos: existe uma regra nas redações de que a utilização de dados de pedidos via LAI deve mencionar o dispositivo legal, até mesmo como maneira de consolidar sua importância. Houve espaço também nas pesquisas brasileiras sobre transparência e prática jornalística para que Geraldles, Sousa e Negrini (2017) defendessem que as assessorias de comunicação têm um papel a ser cumprida para o bom cumprimento da LAI, pois podem pensar estrategicamente a comunicação pública.

Já foi apontado que a investigação sobre o poder público se tornou uma característica do Jornalismo praticado no Brasil (FERRACIOLI; MARQUES, 2020a, 2020b). Em razão disso, a LAI se mostra uma arma valiosa para os repórteres. A disposição da empresa jornalística para questionar os agentes do Estado quando há episódios em que o órgão governamental não atende à demanda contempla a ideia de Jornalismo vigilante.

Estudos sobre a relação entre Jornalismo e a transparência estatal já apontaram alguns aspectos desse diploma legal na rotina de produção jornalística. Ainda que não seja o foco dessa pesquisa de doutorado, é importante apontar como os profissionais vêm lidando com a LAI no momento da elaboração dos materiais noticiosos. O fato de que a administração tem prazo de dias para responder aos questionamentos é apontado como empecilho para sua utilização pelo Jornalismo, pois o momento atual da produção exige imediatismo. Há, ainda, a dificuldade na interpretação dos dados por parte dos próprios jornalistas, que recebem as respostas com material bruto e que precisam de interpretação. A necessidade de questionar as informações provenientes do governo também é destacada, para evitar que o Jornalismo passe a apenas reproduzir os dados emanados do Estado (SOUSA; GERALDES, 2016). Não se ignora, também, que a utilização desses dados no Brasil é dificultada pela ausência de expertise dos jornalistas para compreendê-los, uma vez que não há formação destinada a isso na graduação tampouco incentivo estruturado das empresas de comunicação para que se aperfeiçoem nesse campo (COSTA, SILVA, LAVOR, 2018; PEREIRA, 2019).

Ainda que com obstáculos, Chefa (2019), demonstrou como no Reino Unido a Lei de Acesso à Informação foi ferramenta não só para pesquisadores, mas para jornalistas investigativos. Os constantes pedidos de agentes da imprensa foram importantes naquele país para consolidar entre agentes públicos as informações que merecem ser de domínio público e aqueles dados que pertencem à esfera particular.

No que diz respeito ao objeto específico dessa tese, a transparência é a espinha dorsal da prática de checagem e surge não só no momento em que o texto é exposto ao público de maneira transparente, com a indicação do caminho percorrido, mas também no momento da produção da checagem, pois é a transparência que permite acesso aos dados que embasam a notícia (SEIBT, 2019). A autora chega a incluir a transparência como princípio normativo do Jornalismo de checagem, que não existiria nas práticas tradicionais da atividade, mais conectadas com as ideias de objetividade e verdade.

O presente capítulo, portanto, iniciou com uma apresentação dos conceitos de transparência a serem adotados e que guiarão a discussão. Na sequência, foram apresentadas as particularidades de cada uma das nações no que diz respeito a seus normativos legais sobre transparência, pois isso implica em consequências para a prática do Jornalismo que se aproveita desses dados provenientes da transparência.

É esse cenário da interrelação entre a atividade jornalística e a transparência que encerrou o capítulo, demonstrando como em diversos países os repórteres se posicionaram de maneiras diferentes perante a disponibilidade de dados públicos, sendo inclusive agentes envolvidos na pressão política para aprovação de leis.

Depois de apresentada essa importante discussão, passa-se a explicar a atuação do Jornalismo como instituição política e seus desdobramentos no presente caso.

3 JORNALISMO ENQUANTO ATOR POLÍTICO: O EXEMPLO DOS CHECADORES

Uma vez apresentada a dimensão da transparência na sua conexão com o Jornalismo, passa-se ao objeto empírico da tese, que são as agências de *fact-checking*. Em razão disso, será apresentada a visão neoinstitucionalista do Jornalismo que embasa a pesquisa, bem como as divisões por sistema midiático que são essenciais para se compreender as diferenças entre os casos a serem pesquisados.

Esse capítulo também demonstrará como ocorre a performance dos papéis jornalísticos, com especial atenção para o *watchdog* e o adversário. Além disso, haverá uma minuciosa revisão de literatura sobre o surgimento, caracterização e efeitos do *fact-checking*.

3.1 Atuação política do Jornalismo sob a perspectiva neoinstitucionalista

A concepção de Jornalismo como ator político é corrente nas pesquisas de comunicação política (ALLERN; BLACH-ØRSTEN, 2011; BANNERMAN; HAGGART, 2015; COOK, 2005). Na mesma linha dessa investigação, a presente tese se baseia nos estudos de perspectiva neoinstitucionalista na Ciência Política (ENTMAN, 2006; HALL; TAYLOR, 2003; KAPLAN, 2006; LOWREY, 2011). Sob esse ponto de vista, as instituições políticas têm efeitos independentes nos fenômenos sociais e são estruturas que, mais do que as vontades isoladas dos indivíduos, orientam e constroem a ação daqueles que a compõem (SCOTT, 2013).

Dentre as vertentes possíveis do neoinstitucionalismo, tais como o da escolha racional, esse trabalho se filia à vertente histórica. Para ela, as instituições não são uma construção fixa, mas sim sujeitas a processos temporais que podem alterar as preferências dos atores e as relações de poder (FIORETOS; FALLETI; SHEINGATE, 2016). Não seriam as instituições, assim, mera consequência de distribuições de preferência dos agentes, mas conjuntos de regras historicamente formados. Independente da vontade particular dos sujeitos, as instituições existem previamente e orientam sua atuação (BLYTH; HELGADOTTIR; KRING, 2016). Em suma, ao neoinstitucionalismo histórico é mais esclarecedor estudar as interações políticas como consequências de regras humanas, que não podem ser tomadas como fotografias isoladas, mas como resultados de longos processos históricos (SANDERS, 2006). É a

perspectiva histórica do neoinstitucionalismo que nos permite reconhecer que a instituição é um legado de um processo histórico concreto, porém sempre sujeito a constante contestação interna (THELEN; CONRAN, 2016).

São as instituições que permitirão que os atores saibam quais são os modos de agir possíveis, pois algumas ações são valorizadas e outras são menosprezadas pela instituição. O conceito que guiará essa pesquisa, portanto, é o de que

instituições consistem em estruturas e atividades cognitivas, normativas e regulatórias que provêm estabilidade e sentido para certo comportamento social. As instituições são transportadas entre diversas carreiras, culturas, estruturas e rotinas e operam em múltiplos níveis de jurisdição (SCOTT, 2013, p. 33)¹⁹

Instituições criam padrões ordem e previsibilidade, traduzidos nos processos operacionais a que os sujeitos recorrentemente usam (MARCH; OLSEN, 2006). Essa concepção não implica que as instituições são imutáveis, porque os agentes seguem as regras mas também podem ignorá-las, o que ao longo do tempo pode levar a mudanças no conjunto de procedimentos que constitui a instituição (BANNERMAN; HAGGART, 2015).

Assim, as empresas do campo da comunicação podem ser compreendidas como uma instituição, e não apenas como agentes individuais. Assim, não serão olhados isoladamente por seus atos, mas como “padrões de comportamento social através de organizações que persistem no tempo e espaço e governam determinado setor da sociedade” (PINTO, 2008). Por essa perspectiva institucionalista, o Jornalismo se constituiria pelo conjunto de relações entre o código de ética profissional, a organização burocrática da empresa, a divisão do trabalho nas redações e a concepção dos profissionais sobre seu ofício (KAPLAN, 2006). Em razão disso, mesmo indivíduos e empresas de comunicação diferentes produzirão conteúdo muito homogêneo, ainda que jamais tenham tido contato entre si, pois partilham das mesmas regras institucionais (SPARROW, 2006). Dentre as vantagens do pensamento neoinstitucionalista para o estudo midiático, Vaca-Baqueiro (2017) aponta a possibilidade de desviar olhar de modelos democráticos estanques que descrevem relações entre Estado-mídia para se voltar aos dilemas reais que os atores do campo da comunicação política encontram, bem como o reconhecimento de que existe uma profunda interdependência entre atores

¹⁹ Tradução livre. No original, em inglês: “Institutions consist of cognitive, normative, and regulative structures and activities that provide stability and meaning to social behavior. Institutions are transported by various carriers, cultures, structures, and routines and they operate at multiple levels of jurisdiction”.

políticos e midiáticos e a fragmentação dessa conexão em chaves interpretativas diversas.

Conforme a definição de Eberwein, Porlezza e Splendore (2015), é possível perceber a atuação das empresas de comunicação como ator político quando “eles usam o conteúdo que produzem para perseguir objetivos da política e quando seu partidarismo é aberto e proposital (em diferentes níveis e de diferentes maneiras)”²⁰ (p. 1). O Jornalismo pode ser considerado um ator político, pois ele expressa os desejos de uma parte nas disputas sociais, ainda que não se esteja considerando o posicionamento partidário (BIROLI, 2013). A visão institucionalista também permite que se reconheça que ele não é mero reflexo ou instrumento, mas um agente com vontade própria (ALLERN; BLACH-ØRSTEN, 2011).

Importante destacar que analisar o Jornalismo como instituição se mostra pertinente ao se compreender que as instituições informais também acarretam consequências para o ambiente político (FIORETOS; FALLETI; SHEINGATE, 2016). Considerando que é essencial para o conceito de instituição que aquele conjunto de regras e procedimentos que a estruturam sejam válidos também para indivíduos que não participaram do processo de decisão, ou seja, gozem de legitimidade (BLONDEL, 2006), o Jornalismo pode ser incluído como instituição, uma vez que os profissionais aplicam no cotidiano regras já pré-existentes que não foram criadas por eles. Essas regras levam, ainda, a uma certa atuação homogênea do Jornalismo em determinado contexto nacional (BENSON, 2006), o que autoriza que se olhem para agências específicas porque elas seguem regras que também são compartilhadas com outras organizações.

Não se pretende, com isso, sustentar que o mundo político e o mundo jornalístico caminham em igualdade, mas apenas constatar que “um modo de realização do Jornalismo e um modo de realização da política nas democracias são complementares” (BIROLI, 2013, p. 131). Na visão de Sparrow (2006), os grupos de comunicação são atores que operam institucionalmente no encontro entre os outros campos, o que permite que a prática jornalística se aproprie do conhecimento proveniente dos universos político, econômico etc. para atuar de maneira independente.

Toda a sustentação recíproca de hierarquias entre os dois campos é feita pelo Jornalismo, que busca manter sua legitimidade (LOWREY, 2011) e delimitar quais são

²⁰ Tradução livre. No original, em inglês: “when they use the content they produce to pursue policy objectives and when their partisanship is open and intended (at different levels and in different ways)”.

os consensos sobre os quais se discutirá politicamente, de modo a moldar os limites dos debates na democracia:

a promessa e o ideal de uma imprensa independente que não é contaminada pelo mundo político “sujo e rasteiro” vai contra a essência das pesquisas padrão, que mostraram que a imprensa é, acima de tudo, uma instituição política cujo funcionamento não pode ser entendido em separado das dinâmicas políticas mais amplas (WAISBORD, 2000, p. 5).²¹

Assim, mais do que uma instituição política, são as organizações midiáticas que fornecerão os textos e imagens que permitirão ao público em geral ter acesso aos atores midiáticos, o que faz ser destacado o seu papel relevante como intermediário e interessado nessa relação (SPARROW, 2006).

Essa atuação pode ocorrer por meio da divulgação de opiniões específicas, pelo endosso a candidatos em determinadas eleições, pela cobertura de assuntos específicos, pela participação em campanhas sobre temas que lhes convêm ou até mesmo na publicação de matérias jornalísticas (EBERWEIN; PORLEZZA; SPLENDORE, 2015; PAGE, 1996).

O que muitos autores evidenciam é um processo de mediação da política, pela qual aumentou a importância dos agentes midiáticos nas relações estabelecidas com os atores políticos (BERKOWITZ, 2009; BRANTS; VAN PRAAG, 2006; KEPPLINGER, 2002; KUNELIUS; REUNANEN, 2012; STRÖMBÄCK, 2008; STRÖMBÄCK; ESSER, 2014). O que as pesquisas conseguiram demonstrar é que existe relação de poder entre o campo midiático e o campo político, não tanto por uma compreensão tradicional de poder que o conceitua como a habilidade de fazer com que o outro faça mesmo contra sua vontade, mas sim a partir de uma perspectiva mais estrutural, na qual o poder é visto como consequência das relações sociais que se estabelecem entre as instituições (DAVIS, 2009; DINDLER, 2015; ÖREBRO, 2002; VAN AELST et al., 2008).

Não se trata de pensar as empresas de comunicação como dominadas ou dominantes em relação ao campo político, ou vice-versa, nem como um vetor instrumental que serviria apenas para veicular as predileções de determinados grupos socioeconômicos (EBERWEIN; PORLEZZA; SPLENDORE, 2015). Esses atores

²¹ Tradução livre. No original, em inglês: “The promise and ideal of an independent press uncontaminated by the down-and-dirty world of politics goes against the grain of standard research, which has shown that the press is, above all, a political institution whose functioning cannot be understood separated from larger political dynamics”.

mediáticos atuam como agentes próprios que, especialmente com o enfraquecimento da representação partidária e a proliferação de tecnologias digitais, têm expandido suas atuações políticas (ALLERN; BLACH-ØRSTEN, 2011; LELKES, 2016; MANCINI, 2012, 2016; MAZZOLENI; SCHULZ, 1999; VAN DER PAS; VAN DER BRUG; VLIEGENTHART, 2017).

Ainda assim, sustenta-se que as instituições midiáticas não são capazes de assumir o mesmo papel que as instituições políticas tradicionais não foram hábeis a desempenhar. Um Jornalismo interpretativo, assim, não seria viável sem que se dominasse todo o conhecimento político (PATTERSON, 1997), o que acaba por falhar na compreensão da divisão entre esses dois estilos de atores.

Para facilitar a compreensão dessas relações, é interessante prestar atenção para diferenciação proposta por Blumler e Esser (2019) entre uma perspectiva centrada nos atores políticos e outra dedicada aos atores midiáticos. Pelo olhar dos agentes políticos clássicos, a midiaticização é uma reação desses atores à percepção de que as organizações de comunicação se tornaram um fator importante no ambiente da política. Por esse ponto de vista, não são as empresas de comunicação que causam mudanças no sistema político, mas os próprios componentes desse campo que se auto-impõem uma midiaticização de modo a utilizar de maneira estratégica os atores midiáticos. É o que Blumler e Esser consideram um *pull-process* (em tradução livre, um processo de puxar), pelo qual os atores políticos trazem as organizações midiáticas para o sistema político de forma a atender seus interesses. Isso pode ocorrer de maneiras tradicionais, com a organização de eventos para lançamentos de projetos de lei em que o foco é a cobertura pela imprensa, com discursos e espaço para entrevistas coletivas. Um ato protocolar em que se apresenta um projeto de lei é reformulado para obter atenção do campo midiático. Desenvolvem-se, assim, pseudoeventos, ou seja, ações que não são espontâneas e que ocorrem com o intuito único de serem reportadas pelos atores da comunicação. Esse tipo de acontecimento interessa aos jornalistas porque é organizado por assessores com os quais já existe contato estabelecido, o que facilita o trabalho de apuração (BOORSTIN, 1961; PARKS, 2017; TANDOC; SKORIC, 2010).

É possível pensar também em partidos políticos que criam seus próprios jornais, blogs e programas audiovisuais com o intuito de divulgar suas ideias. Até mesmo a realização de transmissão ao vivo em redes sociais (conhecidas como *lives*) representa uma maneira como atores políticos podem utilizar recursos midiáticos para objetivos próprios. O atual chefe do Executivo brasileiro, Jair Bolsonaro, por exemplo, realiza

semanalmente, desde o início do mandato, transmissões em que se comunica com o público (FREITAS, 2019).

A posição oposta é aquela centrada nos atores midiáticos e se baseia na intervenção das empresas de comunicação e especialmente do Jornalismo no campo político. Essa é uma visão *push-process* (um processo de empurrar), em que os agentes noticiosos são vistos de maneira proativa e independente, como atores que buscam seus próprios interesses e não estão apenas à mercê dos interesses do campo político. Isso pode ocorrer por meio da expressão das organizações midiáticas em editoriais, nos quais defendem certos pontos de vista (AZEVEDO; CHAIA, 2008; BILLEAUDEAUX et al., 2003; MARQUES; MONT'ALVERNE, 2014; MARQUES; MONT'ALVERNE; MITOZO, 2019) e até mesmo defendem candidatos em disputas eleitorais (CHIANG; KNIGHT, 2011; MELTZER, 2007). Ou quando as organizações midiáticas se organizam para defender a aprovação de legislação que lhes seja interessante, o que ocorreu inclusive no campo da transparência (CAMAJ, 2016), como foi visto de forma mais detalhada no capítulo anterior.

Essa relação entre agentes do campo midiático e agentes do campo político pode ser representada com a definição figurativa criada por Van Aelst:

mais do que segurar o outro em um engate opressivo, jornalistas e políticos estão envolvidos em uma disputa de poder, quase uma dança: uma intrincada relação de toma lá dá cá, de retenções, barganhas e negociações, de sorrisos, blefes e raiva. Mas julgando pelas percepções, o tradicionalmente simbiótico relacionamento está gradualmente se transformando em um casamento racional, conduzido pela desconfiança mútua (2008, p. 507).²²

A posição dos agentes jornalísticos perante outros é valorizada em razão do alcance que os as empresas de comunicação possuem e que superam os de qualquer outro, o que garante um poder de visibilidade sem comparação. As empresas jornalísticas, assim, funcionam como uma instituição coerente que atua de maneira independente aos três Poderes no funcionamento do regime democrático (COOK, 2005).

Consolidando a visão dessas organizações enquanto instituição política, é possível se atentar à definição de Sparrow (2006):

²² Tradução livre. No original, em inglês: “more than one holding the other in an oppressive clutch, journalists and politicians are engaged in a power play, a dance almost: an intricate relationship of give and take, of withholding, bargaining and negotiating, of smile, poker face and anger. But judging by the perceptions, the traditionally symbiotic relationship is gradually turning into a marriage de raison, driven by mutual mistrust”.

é uma instituição no sentido de ser um ator político e governamental crucial, é uma instituição por ser um agregado ordenado de normas e regras informais compartilhadas que guiam a produção de notícias e é uma instituição porque fortalece a mesma indústria e com as mesmas preocupações econômicas, profissionais e informacionais que constroem uma forma específica de cultura política²³.

Esse trabalho se interessa, portanto, pela atuação dos agentes jornalísticos para compreender sua interação com o sistema político. As distinções entre países na maneira como se estabeleceram as interações entre o campo midiático e o campo político não é uniforme, o que inclusive motivou a proposição dos objetivos desse trabalho. Faz-se necessário, assim, apresentar uma divisão dos países em relação com seus sistemas midiáticos, o que permitirá concretizar os objetivos pretendidos com a pesquisa.

3.2 Modelos de sistema de mídia

Ainda que tenha se discutido a possível padronização da instituição Jornalismo pelo mundo (BLUMLER; GUREVITCH, 2000; BROERSMA, 2019; HALLIN; MANCINI, 2004b; RASMUSSEN, 2014), não é possível ignorar que as particularidades de cada país importam para a maneira como se estabelecem as relações entre campo midiático e campo político (FLETCHER; CORNIA; NIELSEN, 2020; MAURER; RIEDL, 2020; MELLADO et al., 2020; PERUŠKO; ČUVALO; VOZAB, 2017; VAN AELST et al., 2008).

Com o intuito de tentar agrupar essas diferenças nacionais, a literatura construiu algumas sistematizações. Uma classificação que é mencionada com recorrência nos estudos de comunicação política é aquela realizada por Hallin e Mancini (2004a). Essa classificação foi pensada pelos autores para tentar organizar os modelos de Jornalismo e a relação entre atores midiáticos e políticos.

Essa não foi a primeira tentativa acadêmica de se fazer uma sistematização comparativa de sistemas midiáticos. Siebert, Peterson e Schramm (1965) cunharam

²³ Tradução livre. No original, em inglês: “an institution in the sense of being a crucial political and governmental actor, an institution in the sense of being an ordered aggregate of shared norms and informal rules that guide news collection, and an institution in the sense of firms in more or less the same industry and with the same economic, professional, and informational concerns that inculcate a distinctive form of political culture”.

ainda na década de 1960 uma primeira divisão entre estilos de mídia dentre os países: havia os tipos autoritário, libertário, de responsabilidade social e soviético comunista. Seymour-Ure (1974) cunhou a noção de paralelismo entre imprensa e partidos políticos, ao passo que Blumler e Gurevitch (1995) definiram um esquema com quatro grandes elementos a caracterizar os sistemas: grau de controle do Estado sobre as empresas de comunicação, o grau de partidarismo dos agentes midiáticos, o grau de integração entre as elites político e midiática e a natureza da legitimidade das organizações de comunicação.

Contribuindo para aperfeiçoar essa divisão em sistemas midiáticos, Hallin e Mancini defendem que não é possível compreender a atuação do campo midiático sem o relacionar com a natureza do Estado, o sistema político, a sociedade civil entre outros. Com foco nos continentes europeu e norte-americano, os autores agrupam os países em três tipos ideais baseado no sistema midiático vigente em cada um deles: o modelo Liberal (no qual estão inclusos Estados Unidos, Reino Unido e Irlanda), o modelo Corporativista Democrático (que prevalece na porção norte da Europa continental) e o modelo Pluralista Polarizado (cuja abrangência está nos países mediterrâneos do sul da Europa).

De maneira resumida, esses três modelos se diferenciam pela estrutura midiática: no Liberal, prevalecem empresas comerciais reguladas pelas regras de mercado; no Corporativista Democrático, coexistem empresas comerciais e aquelas vinculadas a grupos sociopolíticos organizados; e no Pluralista Polarizado, por uma ligação forte entre os agentes midiáticos e os partidos políticos que é acompanhada por intensa presença estatal.

Diversas investigações utilizam dessa divisão proposta por Hallin para construir seus problemas de pesquisa e realizar análises comparadas (BRÜGGEMANN et al., 2014; HELLMUELLER; MELLADO, 2016; HUMANES; ROSES, 2018; MATTONI; CECCOBELLI, 2018; MELLADO; HUMANES; MÁRQUEZ-RAMÍREZ, 2018; MELLADO; VAN DALEN, 2017). É o caso, por exemplo, de Brüggemann et al (2016), que procurou compreender a crise no mercado de jornais impressos a partir dessa classificação tricotômica.

Não se quer, a partir dessa classificação, pensar que os três modelos são estanques e nunca sofreram evoluções ao longo do desenvolvimento dos países, o que já foi pontuado inclusive por Hallin e Mancini (2004) e em revisões posteriores dos próprios pesquisadores (2011b, 2017). O que se pretende é demonstrar como as

características diferentes dos três sistemas midiáticos é um aspecto relevante para ser considerado na análise pretendida por essa tese, qual seja, da atuação do Jornalismo como agente de transparência e o caráter adversário em relação ao Estado.

É preciso reconhecer também que a classificação proposta pelos autores foi objeto de inúmeras críticas ao longo dos mais de 15 anos desde sua publicação. Norris (2009) aponta que as quatro dimensões utilizadas por Hallin e Mancini para aferir a distinção não seriam as mais impactantes para os sistemas contemporâneos, especialmente porque não há qualquer papel nessa classificação para as redes sociais digitais ou mesmo a utilização de novas tecnologias pelas empresas midiáticas. Ademais, a escolha dos casos parece exemplificativa e descritiva, sem que haja um esforço de operacionalização replicável da estrutura comparativa proposta.

O trabalho dos dois autores foi criticado ainda por pensar em aspectos balizadores típicos de países da Europa e América do Norte, mas que não seriam aplicáveis a países com outras realidades (ALBUQUERQUE, 2012; PIMENTEL; MARQUES, 2021). McCargo (2012) aponta que na Ásia, por exemplo, o paralelismo não pode ser medido por vínculos formais entre organizações midiáticas e instituições tradicionais, mas através das relações que os profissionais do Jornalismo mantêm com os atores políticos.

A tipologia construída pelos autores se baseia em quatro aspectos dos países: o desenvolvimento de um mercado midiático, o paralelismo político, a profissionalização do Jornalismo e a intensidade da intervenção do Estado no sistema de comunicação. Esses quatro aspectos escolhidos por Hallin e Mancini para distinguir os sistemas midiáticos também possuem relação com o objeto da presente pesquisa, que relaciona transparência e Jornalismo.

No primeiro aspecto, a circulação de uma imprensa de massa é vista a partir não apenas da quantidade de jornais ou de sua tiragem total, mas do papel que eles desempenham perante a audiência e o mundo político. É aqui que a distinção entre os *quality papers*, voltado para uma elite política e social, e uma imprensa de massa sensacionalista é um dos elementos utilizados para qualificar cada sistema midiático.

A noção de paralelismo político é o segundo elemento utilizado por Hallin e Mancini (2004) para a classificação e engloba as conexões organizacionais entre as organizações midiáticas e os partidos políticos, bem como o partidarismo do público leitor e até mesmo o papel do Jornalismo de convencimento do leitor. Segundo síntese de Albuquerque (2012), “o conceito de paralelismo político se refere à percepção de

uma convergência de objetivos, meios, enfoques e públicos entre determinados jornais e determinados partidos políticos” (p. 8). Em concepção mais abrangente defendida por Vaccari (2011), é possível detectar paralelismo político até mesmo quando os jornais se alinham a determinadas causas e convicções políticas, sem que seja necessária a identificação com um partido específico. A noção chave do paralelismo é a simetria, ou seja, precisa haver um padrão de características comuns e estáveis entre agentes políticos e agentes midiáticos (ALBUQUERQUE, 2018).

No que diz respeito à profissionalização do Jornalismo, Hallin e Mancini se guiam pelos critérios da autonomia dos profissionais (o controle que os jornalistas exercem sobre a sua produção) e pela ausência ou presença de um comportamento guiado por senso ético de serviço público. Nesse ponto, são consideradas a relevância da formação universitária para a carreira jornalística naquele sistema midiático (ALDRIDGE; EVETTS, 2003; FRITH; MEECH, 2007) e também a presença ou ausência de conselhos de imprensa que regulamentam o exercício da profissão (BERTRAND, 1978; EBERWEIN, 2019).

Por fim, o último aspecto utilizado para a classificação é a relação entre Estado e imprensa, seja por meio da propriedade de empresas de comunicação pelo governo ou por meio de subsídios e regulações. Uma vez expostas as características utilizadas para a distinção, é necessário detalhar como se caracterizam cada um dos três modelos já tradicionais e o que motivou a inclusão de um quarto caso que não estava previsto na pesquisa original de Hallin e Mancini (2004), de modo a se perceber a pertinência da classificação para o presente estudo.

3.2.1 O modelo Pluralista Polarizado

Nos países do modelo Pluralista Polarizado, que na divisão clássica abrangiam França, Grécia, Itália, Portugal e Espanha, a imprensa surge por meio de jornais que estavam ligados à aristocracia e ao longo dos anos as publicações estiveram voltadas para uma elite interessada no mundo político. Um mercado amplo para as publicações impressas nunca se desenvolveu porque as condições econômicas só foram estar presentes quando o rádio já havia surgido como canal relevante. Os canais de televisão eram as empresas de comunicação de massa com maior influência na formação da opinião da população (STRÖMBÄCK; LUENGO, 2008).

O modelo Pluralista Polarizado tem baixa circulação de jornais, com uma imprensa destinada à elite política. Mesmo com a possibilidade de acesso digital às publicações, os países desse modelo ainda alcançam os níveis mais baixos de leitura (MEILÁN; WU, 2017). A liberdade de imprensa e o desenvolvimento de empresas comerciais são acontecimentos tardios nessas nações (NOZAL CANTARERO; GONZÁLEZ-NEIRA; VALENTINI, 2017).

A intensa intervenção estatal na imprensa, com períodos de censura e de abertura desregulada marcam o modelo Pluralista Polarizado. Foi o que aconteceu na Itália, que até os anos 1970 conferia o monopólio da transmissão televisiva ao Estado, que controlava os canais *RAI*. A partir daquela década, contudo, houve a liberação de que particulares operassem canais de transmissão, porém sem estabelecimento de regras fixas. Isso permitiu que Silvio Berlusconi (que viria a ser primeiro-ministro do país) fosse proprietário de todos os canais privados durante os anos 1980. A transição do controle dessas emissoras do poder público para os particulares foi em regra rápida e sem controle, o que levou a ser classificada como “desregulamentação selvagem” (TRAQUINA, 1997).

Ademais, nesse modelo, encontra-se um alto grau de paralelismo político, ou seja, com órgãos de imprensa muito ligados a partidos políticos ou grupos sociais muito específicos (PELIZZO; BABONES, 2007), com uma prática profissional mais voltada a comentários (MAURER, 2019). A relação entre o campo político e o Jornalismo aparece mesmo na seleção da agenda a ser coberta: mais do que mero resultado da aplicação de critérios jornalísticos de noticiabilidade, há regras expressamente formuladas para controlar a representação dos partidos políticos no espaço fornecido pelas empresas de comunicação.

Por outro lado, no que diz respeito ao controle da atuação dos jornalistas, há poucos controles de *accountability* dos profissionais. Nenhum dos países desse modelo tem um Conselho de Imprensa instituído ou órgão similar que faça um controle ético da atuação dos profissionais. O Jornalismo não se instituiu como profissão autônoma, com parâmetros próprios para controle da atividade, o que indica fraca profissionalização (BAUMGARTNER; CHAQUÉS BONAFONT, 2015). Isso é mais um sinal que aponta para a instrumentalização do Jornalismo, como apontado por Hallin e Mancini (2004). As organizações midiáticas são amplamente utilizadas para influenciar nas disputas políticas, conforme os interesses de seus proprietários.

O Estado surge de maneira complexa: é censor e entende as empresas de comunicação como agentes que devem estar a serviço do interesse público, o que motiva a existência de leis que garantem o direito de resposta, a existência de diversas regras a serem seguidas no período eleitoral como na publicação de pesquisas. Nesse modelo, as empresas de comunicação gozam de um alto grau de paralelismo político, pois representam as forças políticas que buscam influência na opinião pública, seja no processo de barganha de interesses seja para consolidar suas próprias posições.

3.2.2 O modelo Liberal

O próximo modelo da divisão de Hallin e Mancini (2004) a ser apontado é o modelo Liberal, presente nos Estados Unidos, Reino Unido e outros países banhados pelo Atlântico Norte. Nessas nações, houve um desenvolvimento rápido de um mercado de circulação de jornais, mas hoje os números de venda estão abaixo do que aqueles auferidos no modelo Corporativista Democrático.

Nesses países, as empresas de comunicação estão o mais diferenciadas possível dos outros corpos sociais, não se mesclando com partidos, sindicatos ou associações. As empresas de comunicação valorizam o princípio da neutralidade e buscam uma postura *catch-all*, em que possam conquistar a atenção de leitores de correntes ideológicas opostas. Há uma alta circulação de jornais com desenvolvimento antigo da imprensa de massa. Além disso, há uma grande diferenciação dos atores midiáticos para os outros atores sociais que se movimentam pela esfera política, como partidos, grupos de interesse e lobistas (NOZAL CANTARERO; GONZÁLEZ-NEIRA; VALENTINI, 2017).

A profissionalização do Jornalismo no modelo Liberal deu origem a instâncias informais de regulação do trabalho profissional, guiados pela ética da objetividade e neutralidade. Isso foi acompanhado pelo fortalecimento da liberdade de expressão enquanto direito básico e essencial para o desenvolvimento da sociedade, o que compõe a cultura não só dos profissionais, como também dos leitores. Assim, há alta profissionalização, mas não se desfruta da regulação existente nos países do outro caso (ANDERSON, 2008; ANDERSON; SCHUDSON, 2019; BANNING, 1999; KEPPLINGER; KÖCHER, 1990).

No que diz respeito ao paralelismo político, o modelo Liberal é caracterizado por uma imprensa comercial neutra, orientada para fornecer informações. O mercado domina o sistema midiático, com exceção da Inglaterra, que conta com a BBC, empresa pública de comunicação que é modelo internacional e goza de extrema repercussão dentro do território.

3.2.3 O modelo Corporativista Democrático

O terceiro modelo a ser explicitado aqui é o Corporativista Democrático, que agrupa no esquema de Hallin e Mancini (2004) os países do norte e centro da Europa: Alemanha, Áustria, Suíça, Holanda e aqueles que compõem a Escandinávia.

O principal traço distintivo desse padrão é a coexistência de três características que nos outros países nunca são vistos em conjunto: alto grau de paralelismo político, forte tendência das empresas de comunicação de retratar as divisões sociais e uma ampla circulação de jornais impressos.

Nesses países, a liberdade de imprensa se desenvolveu de maneira pioneira, de maneira que as organizações da área da comunicação se constituíram como atores sociais de maneira forte (SHEHATA; STRÖMBÄCK, 2011). Um mercado de massa para a imprensa nasceu antes que em outras nações, em razão da rápida alfabetização da população, explicada pela industrialização precoce desses países. Atualmente, os países desse modelo são os que trazem melhores índices de cidadãos que acessam a internet com o intuito de se informar (MEILÁN; WU, 2017). Outro fator relevante, ademais, é o protestantismo: a imprensa foi uma ferramenta muito mais ampla de evangelização do que no contexto católico, por exemplo (Martinho Lutero traduziu a Bíblia para o alemão, em vez de adotar apenas a versão do texto em latim).

Ponto essencial para se compreender esse grupo é a intensa segmentação da sociedade em grupos para os quais as empresas de comunicação eram instrumentos de pertencimento e difusão de ideias. Os agentes midiáticos são, portanto, muito identificados com determinados agrupamentos sociais, o que pode ser notado por meio de sua propriedade, da afiliação dos jornalistas e leitores e também do conteúdo (HERKMAN, 2009). Mesmo assim, é possível perceber um pluralismo na imprensa nacional, com a existência de uma imprensa partidária forte e um sistema de telecomunicações com relativa autonomia.

Ainda que ao longo do século XX tenha passado a predominar empresas de comunicação comerciais em relação àquela diretamente ligada a partidos políticos (VAN DER PAS; VAN DER BRUG; VLIEGENTHART, 2017), esse elemento é de extrema importância para a compreensão do contexto do modelo Corporativista Democrático. As empresas midiáticas não são vistas como meras companhias de mercado, pois são consideradas instituições sociais sobre as quais o Estado tem grande responsabilidade, o que implica em subsídio estatal para as empresas de comunicação, controle sobre a indústria e até mesmo a relevância de jornais e emissoras pública (PERUŠKO; ČUVALO; VOZAB, 2017).

Os países agrupados no caso Corporativista Democrático, por sua vez, dispõem de uma intervenção estatal que protege a liberdade de imprensa aliado a empresas públicas de comunicação de bom alcance (LINDELL, 2015). Cada país desse tipo ideal também se destaca por possuir conselhos de imprensa que fazem a autorregulação da atividade jornalística, que coexistem com uma forte profissionalização dos envolvidos no campo da comunicação.

3.2.4 Um novo modelo: o Liberal Capturado

No caso brasileiro, já foi apontado que o país possui características em comum com o modelo Pluralista Polarizado (AZEVEDO, 2006; HALLIN; PAPATHANASSOPOULOS, 2002). No entanto, existem diferenças consideráveis entre o que pode ser visto no Brasil: as emissoras de rádio e TV nacionais sempre foram privadas desde sua criação, com poucas exceções; o paralelismo político não é tão facilmente encontrado nas empresas de comunicação brasileiras, até mesmo porque os partidos políticos nunca tiveram um papel central no regime brasileiro (ao contrário dos países típicos do modelo Pluralista Polarizado, que adotam o parlamentarismo). Além disso, os jornalistas brasileiros construíram sua identidade profissional a partir do modelo norte-americano, da qual foram retiradas as práticas de reportagem adotadas quando da consolidação do Jornalismo brasileiro dos anos 1950 em diante (ALBUQUERQUE, 2012).

O que autores como Albuquerque (2012) e Pimentel e Marques (2021) demonstraram é que não seria possível encontrar as características brasileiras em nenhum dos três modelos de Hallin e Mancini, até mesmo porque pensados para o contexto norte-americano e europeu. Voltmer (2012) pensou, por exemplo, em outros

dois modelos de sistema midiáticos que se diferenciariam dessa tríada clássica: o modelo de democracia delegativa e o modelo da predominância do partido único. O primeiro é típico de regimes presidencialistas na qual há o enfraquecimento de outras instituições; já o segundo ocorre em países nos quais apenas um partido domina todas as esferas de poder político. Ambas possuem relações entre os campos midiático e político daquelas estabelecidas pelos três regimes, o que implica características próprias a serem analisadas.

Mesmo Mancini (2015) notou que as jovens democracias do Leste Europeu, surgidas após o fim do domínio da União Soviética, possuíam características que não permitiam seu enquadramento no modelo previamente definido. Para essas nações, há características liberais, como uma lógica de mercado a ditar o funcionamento midiático e a ausência de intervenção formal estatal nas empresas de comunicação, ao mesmo tempo em que traços típicos dos países Pluralistas Polarizados predominam: instrumentalização, o clientelismo e disputas políticas altamente polarizadas. Assim, é preciso se atentar para características próprias do sistema midiático brasileiro que o identificam como modelo *sui generis* e que serão expostas a seguir.

No que diz respeito à prática do Jornalismo, as características brasileiras foram inspiradas no modelo norte-americano, especialmente com a adoção do lead e do ideal de objetividade nas matérias, o que se iniciou por volta dos anos 1950 e hoje é predominante na imprensa nacional. No entanto, as características sociais estadunidenses não estavam presentes aqui: não havia economia de mercado, uma cultura de valorização ao indivíduo ou mesmo uma valorização da liberdade de imprensa (ALBUQUERQUE, 2010; LATTMAN-WELTMAN, 2008; SILVA, 1991).

Já a ideia de paralelismo político não consegue ser aplicada à perfeição para as organizações midiáticas brasileiras, porque eles optaram por adotar uma postura *catch-all*, ou seja, destinada a capturar todos os nichos de mercado possíveis e não apenas os simpatizantes de determinada corrente ideológica. Não há, portanto, como nos modelos europeus, periódicos vinculados a partidos específicos e que defendem os argumentos das agremiações. É preciso reconhecer também que mesmo na Europa a recente desestabilização do sistema partidário tradicional (BÉRTOA, 2017; CHIARAMONTE; EMANUELE, 2017; EMANUELE; CHIARAMONTE, 2020) e o fortalecimento da União Europeia como instituição decisória com distribuição de forças distintas da existente nas fronteiras nacionais (BRÜGGEMANN; KLEINEN-VON KÖNIGSLÖW,

2009; CORNIA, 2010; KÖNIGSLÖW, 2012) podem levar ao enfraquecimento dessa categoria como ferramenta de análise .

Por fim, quanto ao papel do Estado na relação com as empresas de comunicação, esse setor brasileiro sempre foi dependente dos subsídios estatais, que se efetivam por meio de publicidade dos órgãos governamentais. O Estado nunca foi proprietário de nenhuma grande empresa de comunicação, no entanto, e o setor goza de baixa regulação, que em outros países é exercida por conselhos conforme já mencionado. Essa esparsa regulação do setor acarreta que diversas empresas do ramo sejam de propriedade de políticos que exercem cargos públicos, bem como permitiu que se desenvolvesse no país uma estrutura em que há forte dependência de empresas nacionais localizadas nas regiões centrais (PINTO, 2017).

Para Albuquerque (2005), o caso brasileiro poderia ser denominado de *Fourth Branch*, ou seja, empresas de comunicação que atuam como um quarto poder. Ainda que os agentes tomem posições explícitas no debate público, eles não o fazem como representantes de partidos políticos. Em razão de ter essa característica *catch-all*, as empresas de comunicação alegam representar os interesses nacionais até mesmo em sobreposição aos partidos e outras instituições políticas formais.

Outra categoria de sistema na qual poderia ser encaixado o caso brasileiro é a de *captured liberal media system model* ou, em português, modelo Liberal Capturado (GUERRERO; MÁRQUEZ-RAMÍREZ, 2014). Esse modelo, que abrange muitos países latino-americanos, possui características que os apontam como representantes de sistemas que não podem ser encaixados na definição tripartite de Hallin e Mancini (2004): a longa duração dos regimes ditatoriais aos quais estiveram submetidos, a transição tardia para sistemas democráticos de governo e um lento processo de profissionalização dos jornalistas (MELLADO; HUMANES; MÁRQUEZ-RAMÍREZ, 2018).

Hughes e Lawson (2005) sintetizaram em cinco as principais características que distinguem o sistema latino-americano: violência contra jornalistas encorajada por uma aplicação da lei notoriamente falha (no Brasil, só em 2020 houve um aumento de mais de 100% de episódios de violência sofridos por profissionais da mídia em comparação ao ano anterior (BRAGA, 2021)); leis e políticas autoritárias de controle que inibem um fazer jornalístico assertivo; concentração oligárquica da propriedade das empresas de comunicação; normas profissionais do campo jornalístico não delimitadas; e o limitado alcance de produtos impressos e mesmo de grupos de comunicação alternativos.

O clima de hostilidade aos jornalistas se origina até mesmo no aparato legal, pois os países da região criminalizam, com pena de prisão, possíveis ataques à honra e dignidade de ocupantes de cargos públicos, o que pode ser invocado contra os profissionais da imprensa. Além disso, há frágil proteção ao sigilo das fontes e ao acesso a informações estatais que dificultam o labor cotidiano (BRAMBILA; HUGHES, 2019; HUGHES et al., 2017b, 2017a; HUGHES; MÁRQUEZ-RAMÍREZ, 2017; RELLY; GONZÁLEZ DE BUSTAMANTE, 2014, 2017; WAISBORD, 2013). A ausência de associações fortes que unam a classe é mais um fator apontado por Hughes e Lawson como típico do contexto midiático latino-americano, o que dificulta o fortalecimento da profissão e o estabelecimento de valores que seriam compartilhados entre todos.

O Brasil se encaixa nesse contexto por compartilhar essas características que o fazem um modelo alheio aos três descritos por Hallin e Mancini (2004): alta instabilidade, pouca infraestrutura para a prática profissional, instrumentalização da mídia para ganhos particulares e tendência histórica de se enxergar a informação de maneira clientelista (PINTO, 2008). A informação é enxergada como uma *commodity*, em que se recompensa o profissional lhe concedendo acesso a vazamentos de informações sigilosas e também se pune o repórter impedindo que ele possa acessar dados públicos. Nesse contexto, os jornalistas dependem mais de relações pessoais do que de garantias legais para ter acesso a dados e informações que permitirão a feitura das reportagens, o que denota esse caráter clientelista, com o Estado controlando estrategicamente o acesso às informações.

Um traço distintivo desse sistema midiático ao qual o Brasil se vincula é a inconsistência entre as previsões legais de proteção à atividade jornalística e sua aplicação na prática. A Constituição da República brasileira prevê, em seu artigo 220, ampla liberdade de pensamento, criação, expressão e informação, proibindo expressamente a censura. No entanto, as violações graves a direitos dos comunicadores, o que inclui ameaças de morte, sequestros e homicídios, subiram 30% em 2019 (ACAYABA, 2019), sendo já contabilizadas 64 mortes de jornalistas no exercício da profissão no país, o que é o sexto índice mais alto entre os países pesquisados (OLIVEIRA, 2019). Condição semelhante vive o Paraguai, que também possui previsão na sua Constituição de 1992 sobre proteção à liberdade de expressão, mas que alcança apenas pontuações medianas em índices internacionais de liberdade de imprensa por

não conseguir coibir crimes contra os profissionais de imprensa (DE MAYO; TORRES GONZÁLEZ, 2019).

A partir dessas descrições, restou caracterizado como os três modelos de Hallin e Mancini (2004) e as características brasileiras do sistema midiático se diferenciam quanto à relação entre as organizações midiáticas e sistema político. Abaixo pode-se ver um quadro-resumo em que são condensadas as principais características que definem os quatro tipos de *media system* que conduzirão o presente trabalho:

QUADRO 3 - TIPOS DE SISTEMAS MUDIÁTICOS

CRITÉRIOS	PLURALISTA POLARIZADO	CORPORATIVISTA DEMOCRÁTICO	LIBERAL	LIBERAL CAPTURADO
Circulação da imprensa	Baixa circulação de jornais	Alta circulação de jornais	Média circulação de jornais	Baixa circulação de jornais
Relação entre mídia e política	Alto grau de paralelismo político	Tradição de imprensa ligada a partidos posteriormente substituída por imprensa comercial	Imprensa voltada à comercialização	Propriedade oligárquica de empresas de comunicação, em parte por políticos e seus familiares
Profissionalização	Fraca profissionalização	Autorregulamentação robusta	Alta profissionalização	Profissionalização tardia e ausência de autorregulamentação da profissão jornalística
Papel do Estado	Grande intervenção estatal	Auxílio financeiro do Estado e proteção estatal à liberdade de expressão	Imprensa dominada pelo mercado	Histórico de censura estatal e dependência de subsídios governamentais

Fonte: (ALBUQUERQUE, 2012; AZEVEDO, 2006; BRÜGGEMANN et al., 2014; GUERRERO; MÁRQUEZ-RAMÍREZ, 2014; HALLIN; MANCINI, 2004a, 2011b, 2017; HALLIN; PAPATHANASSOPOULOS, 2002; HUGHES; LAWSON, 2005; NORRIS, 2009)

Um dos aspectos que nos interessa em especial é a atuação jornalística perante o Estado no âmbito da vigilância e oposição, o que será mais bem desenvolvido na seção a seguir.

3.3 O papel *watchdog* do Jornalismo

Uma distinção que é preciso fazer é sobre a maneira de identificar as funções do Jornalismo. Enquanto no passado as pesquisas buscavam mais demonstrar qual era a

concepção dos repórteres sobre seu papel, ou seja, a maneira pela qual os profissionais se viam e compreendiam sua atuação, uma linha mais recente de pesquisa busca focar na performance do papel, em suma, no que realmente é feito pelos jornalistas (MELLADO; HUMANES; MÁRQUEZ-RAMÍREZ, 2018).

Em razão disso, as pesquisas passaram a olhar para a performance do papel *watchdog* olhando para o conteúdo publicado, pois assim seria possível captar tanto o resultado que é visível ao público quanto a consequência das rotinas produtivas e das decisões tomadas pelos jornalistas (MÁRQUEZ-RAMÍREZ et al., 2020). Assim, notícias que contenham elementos de questionamento, crítica e denúncia representam o papel *watchdog*, pois permitem que essa função de monitorar o poder chegue ao público.

Para compreender essa atuação, é preciso retomar as discussões sobre as relações entre Jornalismo e democracia. É creditado ao historiador britânico Thomas Macaulay e ao filósofo irlandês Edmund Burke a primeira caracterização da imprensa como fiscalizadora dos outros Poderes, ainda nos séculos XVIII e XIX (IBELEMA, 2012).

A separação entre as instituições da imprensa e o campo partidário fomentaram o surgimento da noção desse Jornalismo vigilante que, por não estar ligado a nenhum grupo político, poderia exercer a supervisão do poder e apontar eventuais malfeitos. É nos Estados Unidos que a formulação desse papel se consolida, com início em atividades como os *muckrakers* até que o caso *Watergate* garante prestígio e popularidade a essa função (KNOBEL, 2018; NAI, 2019; SCHUDSON, 2001).

Durante a Guerra Fria, houve uma difusão ocidental de que a atividade jornalística constitui o motor do funcionamento democrático. As experiências percebidas nos países mostraram, contudo, que um Jornalismo livre e independente não foi o mais frequente (ZELIZER, 2013). A impressão é de que as empresas de comunicação se tornaram apenas espaços que ecoam as vozes predominantes no establishment, em vez de ser um espaço público amplo, inclusive para alternativas a estruturas sociais (MAESELE; RAEIJMAEKERS, 2017). Essa discrepância entre as concepções normativas do Jornalismo na democracia e sua ocorrência na prática indica que o olhar para as relações entre a atividade jornalística e o governo deve partir de concepções mais complexas (ZELIZER, 2013).

Ademais, é importante estabelecer qual modelo de democracia se tem como referência, pois só assim será possível saber qual o modelo de Jornalismo que será mais

adequado (WAISBORD, 2013). O entendimento do Jornalismo como *watchdog* se origina de uma concepção liberal clássica de sociedade e governo, na qual o Jornalismo age como representante da sociedade em face da estrutura estatal (FRANKLIN et al., 2005). Nessa concepção, a atividade é um recurso estratégico necessário para o exercício da cidadania e para a organização política da sociedade (MELLADO; VAN DALEN, 2017). O papel do Jornalismo *watchdog* é quase santificado, por ser a maneira de controlar as elites (MÁRQUEZ-RAMÍREZ et al., 2020).

Uma das definições de Jornalismo *watchdog* é trazida por Norris e Odugbemi (2010), que assim o conceituam:

os meios de comunicação deveriam servir à democracia ao prover freios e contrapesos a setores poderosos da sociedade, incluindo líderes dos domínios público e privado. Isso representa a noção clássica de mídia como um Quarto Estado, balanceando os poderes de Executivo, Legislativo e Judiciário. Segundo esse ideal bem difundido, a imprensa deveria manter um olhar cético em direção aos poderosos, como guardião do interesse público e o protegendo da incompetência, corrupção e falta de informação²⁴ (p. 13)

Outra definição considera *watchdog* “o grau com que os meios noticiosos tomam a iniciativa de escrutinar e reportar criticamente o comportamento governamental. Em outras palavras, a extensão pela qual os meios se engajam em reportagem investigativas” (WHITTEN-WOODRING; JAMES, 2012, p. 120)²⁵.

Três presunções norteiam a compreensão sobre o papel *watchdog*, a saber: 1 – a imprensa age de maneira autônoma; 2 – o Jornalismo age por interesse público, buscando salvaguardar o interesse geral e não o de grupos dominantes da sociedade; e 3 – os agentes noticiosos possuem poder suficiente para influenciar os grupos sociais a agir em respeito ao interesse público (FRANKLIN et al., 2005). O Jornalismo *watchdog* seria, nessa concepção, aquele que não representa interesses específicos, pois tem a pretensão de apresentar os pontos de vistas existentes de modo a fornecer uma narrativa o menos enviesada possível (SKOVSGAARD et al., 2013).

²⁴ Tradução livre. No original, em inglês: “news media should serve democracy by providing a check and balance on powerful sectors of society, including leaders within the public and private domains.³³ This represents the classic notion of the news media as the fourth estate, counter-balancing the power of the executive, legislature and judiciary branches. According to this well-known ideal, the news media should keep a skeptical eye on the powerful, guarding the public interest and protecting it from incompetence, corruption and misinformation”.

²⁵ Tradução livre. No original, em inglês: “the degree to which the news media take the initiative to scrutinize and report critically about government behavior. In other words, this is the extent to which the news media engage in investigative reporting”.

Norris e Odugbemi (2010) apresentam também uma distinção que pode ocorrer na função *watchdog*: o repórter pode atuar apenas como disseminador de informações de interesse público que antes não estavam expostas, o que poderia ser encarado como um papel neutro; como pode assumir uma posição ativa, na qual investiga o comportamento daqueles que detêm o poder político e até mesmo assume um papel de adversário. Ele se manifesta no dia-a-dia profissional através da formulação de perguntas que não seriam do desejo do governante ou por expor exemplos de má administração ou crimes por parte de membros da administração pública (NORRIS; ODUGBEMI, 2010).

Importante mencionar, ainda, que o Jornalismo *watchdog* se preocupa em encontrar a verdade, um elemento que é inseparável da relação entre poder e conhecimento, tendo em vista que “somente aqueles em exercício do poder estão aptos a declarar o que é verdade. Em troca, a capacidade de estabelecer a verdade constrói e reforça as hierarquias de poder” (WAISBORD, 2000, p. 195).

Não é possível ignorar as críticas recebidas pelo Jornalismo *watchdog*, que é considerado como um potencial agente para que a população perca confiança no Estado, o que levaria à instabilidade nos regimes democráticos (NORRIS; ODUGBEMI, 2010). Até mesmo ao considerar as três presunções de Franklin et al. (2005) apresentadas anteriormente, já é possível perceber que a literatura formulou ressalvas a essa conceituação. A noção de interesse público, por exemplo, é falha, pois é difícil precisar qual seria o interesse de toda uma coletividade. E até mesmo o caráter autônomo é questionado, pois os jornais pertencem a corporações que tem interesses em outras áreas empresariais. O Jornalismo *watchdog* pode ser também instrumento, em democracias recentes, para que governantes que ajam contra os interesses dos proprietários das empresas de comunicação sejam atacados, ao passo que em democracia mais consolidadas essa prática pode levar a cinismo e a apatia, bem como ao aumento do destaque de notícias sobre escândalos em lugar de debate sobre temas políticos mais relevantes (MÁRQUEZ-RAMÍREZ et al., 2020).

Para a contextualização da atuação do Jornalismo como ator político que se opõe ao Estado, é necessário mencionar a atuação do Jornalismo como *watchdog*, ou cão de guarda, fazendo a devida contextualização histórica da prática que moldou uma maneira de relação entre esse ator e o Estado. A separação entre Estado e atores midiáticos é, para isso, um elemento necessário, especialmente em um contexto em que a liberdade de expressão e outros direitos conexos são reiteradamente violados. É preciso, ainda,

que o agente esteja dissociado do mercado também, pois é esse mútuo distanciamento que garantirá sua capacidade democrática de se manter enquanto instituição da esfera pública (WAISBORD, 2000).

Pesquisas anteriores tentaram comprovar se havia ligação entre o modo *watchdog* de reportar e técnicas profissionais mais ligadas ao ideal de objetividade que norteia certa concepção de Jornalismo, típica de países do modelo Liberal (como visto acima) (MELLADO; HUMANES; MÁRQUEZ-RAMÍREZ, 2018). Nesse caso, foi feita uma análise de conteúdo quantitativa de matérias publicadas ao longo de 2012 e 2013 em 11 jornais de três países: Chile, Espanha e México. Os autores utilizaram os seguintes indicadores para classificar a cobertura como *watchdog*: menção a cobertura de julgamentos e procedimentos investigativos; questionamentos, críticas e denúncias por parte dos jornalistas; questionamentos, críticas e denúncias por parte das fontes; cobertura de investigações externas; Jornalismo investigativo. Nos três países pesquisados, houve correlação relevante entre as características típicas de um Jornalismo objetivo e a presença de matérias do estilo *watchdog*. Esses aspectos ligados à objetividade foram a abertura de espaço para todos os lados de um conflito na reportagem, o uso de declarações em aspas e a menção a dados verificáveis para construção do texto.

Outra maneira de se compreender o papel *watchdog* foi por meio de duas subdimensões desse conceito: o *watchdog* separado (no original em inglês, *detached watchdog*) e o *watchdog* intervencionista (*interventionist watchdog*) (MÁRQUEZ-RAMÍREZ et al., 2020). O primeiro ocorre quando o jornalista assume posição mais passiva e utiliza-se da voz de fontes terceiras para criticar os poderosos, ao passo que a modalidade intervencionista opta por questionar e criticar abertamente, no próprio texto da reportagem. Essa distinção de modalidades de *watchdog* também está relacionada com os eventos que geram os questionamentos e críticas. O modelo separado prefere utilizar fatos provindos de terceiros, como investigações judiciais ou dossiês fornecidos por adversários políticos; já o *watchdog* intervencionista prefere abertamente procurar e obter informações próprias sobre as irregularidades.

Considerando as diferenças entre sistemas, a literatura aponta que a tradição de objetividade concederia aos representantes do sistema liberal maior destaque em um *watchdog* separado, enquanto os países do modelo Pluralista Polarizado optariam pelo atuar mais intervencionista, até mesmo pela sua linha mais interpretativa (HALLIN; MANCINI, 2004a).

Márquez-Ramirez et al. (2020) fizeram análise comparativa entre dezoito países para verificar essas diferenças na cobertura entre os anos de 2013 e 2015. A conclusão foi de que a presença da modalidade de *watchdog* separado foi significativamente mais alta do que a intervencionista, o que aponta que os jornalistas optam por apresentar as críticas e questionamento na voz das fontes. Mesmo na intervencionista, o mais recorrente eram modalidades menos intensas de *watchdog*, com os questionamentos superando em muito as denúncias.

Os países com *watchdog* separado mais frequente foram Polônia e Estados Unidos, o que comprovou em parte a presunção de que um sistema de mídia Liberal privilegiaria esse tipo de abordagem. Já a abordagem intervencionista foi mais frequente nos países com imprensa partidária e que é marcada por uma forte presença da opinião na cobertura: Espanha e Grécia foram as nações que mais se destacaram. O caso brasileiro, que também foi objeto da pesquisa, apresentou níveis médios da abordagem intervencionista, quer dizer, do jornalista assumindo a voz.

Os autores também pensam sobre a intensidade do escrutínio do Jornalismo *watchdog*, que gera níveis que podem ser classificados. O nível mais baixo implicaria em apenas questionar os ocupantes do poder sem denunciar malfeitos; o segundo nível opera de maneira crítica e adversária, com tom de confronto; e, por fim, o nível mais alto acarreta a utilização de técnicas investigativas para comprovar acusações de irregularidades e expor aqueles que agiram em desconformidade com o previsto (MÁRQUEZ-RAMÍREZ et al., 2020).

Uma tese recorrente sobre o *watchdog* previa que, conforme países se redemocratizavam, haveria aumento no papel *watchdog* do Jornalismo, que se posicionaria ao lado do cidadão perante o poder das elites econômicas e políticas (LAUK, 2009; MELLADO; VAN DALEN, 2017). Ao olhar para o contexto chileno, no entanto, Mellado e Van Dalen constataram que essa hipótese não se aplicava, o que os optou por descrever o fenômeno a partir da ótica lua de mel: apenas durante um curto período após a redemocratização há essa função mais crítica do Jornalismo, o que se esvai conforme os anos passam.

Os autores buscaram comprovar suas impressões a partir do caso chileno, se focando na cobertura jornalística entre 1990 e 2011 de dois jornais, um popular e o outro, um *quality paper*. Para categorizar determinado texto como representante do Jornalismo *watchdog*, foram averiguados três indicadores: “fontes que questionavam os Poderes” (para a presença ou ausência de questionamentos àqueles que ocupam cargos

de poder por meio de falas que não provinham do jornalista); "fontes que criticavam os Poderes" (para a presença ou ausência de críticas àqueles que ocupam cargos de poder através de falas que não provinham do jornalista); e "informação sobre julgamentos" (para a presença ou ausência de informações sobre processos administrativos ou judiciais que envolvam aqueles que ocupam cargos de poder).

A constatação de Mellado e Van Dalen, no entanto, foi a de que o modelo *watchdog* de Jornalismo não se tornou mais presente na imprensa chilena desde o fim da ditadura em 1990 até o final do período de pesquisa. Houve apenas um breve aumento num período inicial, mas que não se repetiu nos governos subsequentes. Ainda que não consigam apontar com clareza as razões para esse comportamento, eles apontam que a transição democrática, ao mesmo tempo em que confere uma liberdade de que os jornalistas não dispunham no regime ditatorial, também pode ocasionar um sentimento de lealdade ao novo regime democrático nos profissionais de mídia, que poderiam então hesitar em desempenhar essa função *watchdog*.

Essa mesma tendência foi percebida no contexto argentino, em que a cobertura *watchdog* se tornou *mainstream* ao final da ditadura, mas perdeu força nos anos subsequentes, dando espaço a um olhar condescendente dos jornais para com os governantes (PINTO, 2008). Nas décadas de 1980 e 1990, o final da ditadura aliado à liberalização econômica permitiu que o Jornalismo *watchdog* saísse apenas das publicações da imprensa alternativa e se tornasse presente nas empresas de comunicação tradicionais, ao encontrar um público que estava ávido por consumir esse tipo de *accountability* perante os governantes que a imprensa pode proporcionar.

Para entender como essa tendência apareceu no país vizinho, Pinto estabeleceu dois critérios para caracterizar o papel *watchdog*: a autonomia (quão livres eram as organizações midiáticas para cobrir de maneira crítica os poderosos) e a assertividade (a possibilidade de que as redações cobrissem os tópicos que desejassem embasadas nas fontes que desejassem). Se a análise da cobertura dos dois maiores jornais do país (*Clarín* e *La Nación*) confirmou que a partir do século XXI decaem os textos considerados *watchdog*, foi por meio de entrevistas com profissionais tanto do campo político quanto midiático que a autora constatou as razões pelas quais houve um predomínio dessa cobertura mais aderente ao governo.

Os incentivos do governo operaram de diversas maneiras: houve pressão para que a composição das redações fosse alterada, com o afastamento ou demissão de profissionais que adotavam lógica mais crítica; foi fornecido apoio financeiro para as

empresas que adotassem cobertura mais adesista e o próprio governo passou a se pronunciar de maneira a diminuir a credibilidade da imprensa. A crise econômica daquele país em 2001 também foi outro fator essencial para esse fenômeno: houve redução do poderio econômico do setor, queda drástica na circulação de jornais impressos e a consequente maior dependência em anúncios governamentais para garantir a saúde financeira das publicações.

O comportamento *watchdog* da imprensa também já foi avaliado a partir da independência midiática de que dispõem as empresas de comunicação, aí considerado tanto o controle por parte das estruturas governamentais (que podem abranger censura, pressões políticas e até mesmo a propriedade de empresas pelo Estado) quanto de pressões econômicas (tal como a concentração de propriedades e a pressão para que as organizações obtenham lucro) (WHITTEN-WOODRING; JAMES, 2012). Em pesquisa realizada com países de estágios democráticos díspares (Holanda e Mianmar), os autores compreenderam que índices altos de democracia são condição suficiente para a existência desse tipo de Jornalismo. Democracias avançadas, portanto, são indicadores de maior comportamento *watchdog*, ao prover mercados midiáticos sólidos e níveis mais altos de profissionalização dos repórteres (HANITZSCH et al., 2011).

Esse espírito de vigilância do Jornalismo pode ter suas origens apontadas num estilo chamado em inglês de *muckraking* (em referência a uma imagem figurativa de que os repórteres reviram lama para encontrar malfeitos). Essa aura que coloca o Jornalismo como guardião do interesse público não era a tônica do Jornalismo tradicional ao longo do século XX, contudo (WAISBORD, 2000). O Jornalismo alternativo era quem cumpria essa função, pois podia fornecer um espaço na esfera pública livre de amarras e que via o Jornalismo como atividade politicamente orientada e não como maneira de alcançar sucesso comercial. Assim, ao longo dos anos 1960 e 1970, esse Jornalismo mais combativo em relação ao Estado só podia ser encontrado nessas publicações fora das grandes empresas de comunicação, que não ousavam ficar sem a verba publicitária estatal ou se sujeitar a outra intervenção mais grave.

As décadas mais recentes mostraram que a prática do *watchdog journalism* se tornou *mainstream*, ou seja, se estabilizou também em organizações tradicionais e comerciais. A consolidação de democracias trouxe vantagens evidentes para a prática, já que são mais aptas a proteger e facilitar o trabalho dos jornalistas, mas nem por isso deve ser considerado que o aumento só tende a crescer com democracias:

A relação da democracia com a reportagem *watchdog* é longe de ser simples. O Jornalismo *watchdog* nem desaparece completamente durante o comando dos militares, nem floresce automaticamente assim que as primeiras eleições são realizadas. Ainda assim, uma democracia política oferece melhores condições para o Jornalismo, abre espaço para enfrentar assuntos controversos que são proibidos pelos censores militares ou vetados pelos editores e torna possível para repórteres atacarem representantes do Estado sem ter que se preocupar necessariamente com sua integridade física (WAISBORD, 2000, p. 64).

O Jornalismo *watchdog* se beneficia, portanto, do fortalecimento político dos órgãos de Jornalismo, o que permite a divulgação de informações indesejadas pelo governo sem temer sanções drásticas. Diante desse cenário, é possível pensar a prática do Jornalismo de checagem de dados como uma modalidade de Jornalismo que se opõe ao Estado, na linha *watchdog*, para construir sua reputação e desenvolver suas atividades.

Como já percebido pelos casos narrados, o fenômeno do *watchdog journalism* não está restrito apenas aos países como Estados Unidos. A literatura da área vem sendo consistente em apontar exemplos de países diversos nos quais se nota essa percepção do Jornalismo de vigilante da sociedade, tal como no Japão (KINGSTON, 2018). A distinção entre os sistemas midiáticos também poderia afetar a aparição do papel *watchdog*. A relação estreita com o Estado que as empresas de comunicação possuem no modelo Corporativista Democrático poderia levantar a questão sobre o caráter *watchdog* das empresas de comunicação desses países: poderiam as subvenções estatais oprimir essas organizações de exercer essa posição vigilante sobre o poder público? Hallin e Mancini (2004) apontam que não, pois ao mesmo tempo em que o *Welfare State* ampliava os valores de subsídio, houve um aumento do tom crítico adotado por esses agentes.

Por todo esse contexto, é possível compreender que esse papel central do Estado limitou a atuação da imprensa como *watchdog* que prevalece no contexto liberal:

a dependência financeira da mídia em relação ao Estado e a persistência de regras restritivas quanto à privacidade e à publicação de informações oficiais foram combinadas com o entrelaçamento da mídia e das elites políticas e – especialmente no caso francês – com um Estado altamente centralizado não tão disposto a “vazamentos” de informações produz uma cultura jornalística cautelosa em reportar informações que poderiam ser embaraçosas para agentes do Estado²⁶ (HALLIN; MANCINI, 2004a, p. 122).

²⁶ Tradução livre. No original, em inglês: “the financial dependence of media on the state, and the persistence of restrictive rules on privacy and on the publication of official information have combined with the intertwining of media and political elites and – especially in the French case – with a highly

Outro fator que pode ser considerado para a ausência de uma forte postura *watchdog* nesses países (PINTO, 2008; WAISBORD, 2000), é uma preocupação dos jornalistas em revelar fatos que ameace a estabilidade política e a própria legitimidade da democracia. Não significa, no entanto, que as críticas estiveram ausentes da cobertura política nos países Pluralistas Polarizados. A divulgação de notícias com impacto negativo para os ocupantes do poder, no entanto, decorreu menos de Jornalismo investigativo por parte dos jornalistas do que de liberação de informações por outros interessados (um exemplo claro é a Operação Mãos Limpas, que marcou a Itália nos anos 90 (BURNETT; MANTOVANI, 1998; MORO, 2004). Nos países desse modelo, existe uma tendência a enquadrar aspectos negativos do governo como escândalos e um ímpeto dos jornalistas em se apresentarem como vozes de um público indignado contra uma elite política corrupta.

Não só no contexto político o papel *watchdog* é encontrado e valorizado, mas também no contexto econômico. Em pesquisa com publicações dinamarquesas, Kalogeropoulos et al. (2015) descobriram que mesmo durante e após a crise econômica de 2008 os jornalistas daquele país mantiveram um papel *watchdog* perante os agentes do campo financeiro, em igual proporção à atenção dada por aqueles que se dedicam à área política.

3.4 O papel adversário do Jornalismo

Além da função *watchdog* do Jornalismo, alguns pesquisadores constataram a existência de um fenômeno identificado como Jornalismo adversário (*adversarial journalism*), que ultrapassa um papel de vigilante dos agentes estatais para se transformar em opositor desses atores (CLAYMAN et al., 2007; MONT'ALVERNE; MARQUES, 2018).

Essa relação entre dureza perante os políticos (que compõe um dos principais aspectos do Jornalismo adversário) está intimamente relacionada com o prestígio dos jornalistas. De um lado, os atores do campo midiático podem ganhar reputação e melhores índices de audiência em razão de um estilo agressivo de questionar autoridades, o que pode os levar a melhores posições na imprensa de maior repercussão.

centralized state not prone to “leaks” of information to produce a journalistic culture cautious about reporting information that would be embarrassing to state officials”.

No entanto, por outro lado, os jornalistas que já ocupam as principais posições nas suas emissoras gozam de status mais elevado e se consideram “tribuna do povo”, o que reforça uma posição mais adversária perante os governantes (HIGGINS, 2010).

A pesquisa acadêmica sobre a adversarialidade já constatou, no entanto, que não só o status do jornalista é um aspecto a ser considerado, mas também da posição que é ocupada pelos políticos no momento do confronto. Por exemplo, em análise da cobertura britânica, foi verificado que os jornalistas formulavam em geral questões mais agressivas para os políticos que integravam o governo do que aqueles que eram de oposição (GNISCI et al., 2013; GNISCI; DI CONZA; ZOLLO, 2011). Como esse viés foi percebido em diferentes canais, os autores o consideraram como resultado de um viés estrutural, que deriva de rotinas de produção que impõe aos jornalistas ser mais vigilantes com o partido no poder e em face deles desempenhar mais o papel *watchdog*.

Esse papel do Jornalismo adversário é uma das maneiras que o Jornalismo encontra para se posicionar como ator político, se opondo aos agentes tradicionais do campo político a partir do repertório e das qualidades de que ele dispõe. Na definição de Guazina (2011), a atuação adversária do Jornalismo pode ser cara caracterizada como:

aquela que se caracteriza por ter como finalidade principal legitimar o próprio jornalismo como um poder e ator fundamental da cena pública. Tal cobertura baseia-se na oposição entre os campos jornalístico e político, através da desqualificação intensa da política, seus principais atores e instituições representativas (p. 19).

As pesquisas que demonstraram essa dureza de jornalistas em face dos políticos são mais frequentes no contexto dos países de sistema midiático Liberal, como nos Estados Unidos e Reino Unido (BULL; ELLIOTT, 1998; CLAYMAN et al., 2012). Já houve, porém, investigações que buscaram conferir a existência dessa perspectiva em países pertencentes a outros sistemas midiáticos. Na Itália, por exemplo, Gnisci et al. (2014) buscaram conferir a adversarialidade ao longo de duas eleições gerais, em 2006 e 2008. A hipótese dos autores era de que nesse sistema Pluralista Polarizado, a inclinação política das organizações midiáticas seria mais relevante do que a posição no sistema política que ocupa o entrevistado. Ou seja, o partido político ao qual a empresa está ligada explicaria mais os casos de adversarialidade do que o partido ao qual pertence a autoridade demandada. A explicação para isso estaria no desenho do sistema partidário: enquanto no sistema Liberal (EUA e Reino Unido), há um bipartidarismo na prática que leva os jornalistas a não se dedicarem a confrontar os partidos menores, que

não possuem papel tão relevante nas eleições; em países multipartidários (como na Itália), mesmo os partidos menores podem conquistar votos dos grandes partidos e causar alterações no resultado eleitoral, o que forçaria jornalistas a olharem até mesmo para esses disputantes com olhar crítico.

Os resultados demonstraram que, em geral, os repórteres italianos propunham menos questões adversárias do que seus correspondentes na Inglaterra. Ainda assim, o maior número de cobertura adversária ocorreu com os políticos da centro-esquerda, que era apontada como favorita para ganhar aquele pleito. Não houve, contudo, confirmação da expectativa de que jornalistas que ocupam posições de prestígio iriam formular questões mais adversárias, porque os programas com profissionais mais renomados apresentaram os índices mais baixos de embate.

A hipótese principal, porém, foi confirmada pelos pesquisadores, uma vez que houve sim uma correlação estatisticamente relevante entre o partido do político sendo entrevistado e aquele ao qual o canal está vinculado: aqueles que pertenciam à mesma agremiação receberam o menor número de enfrentamento adversário. O tamanho do partido também indicou uma postura adversária oposta àquela encontrada na análise do contexto britânico: na Itália, os partidos menores foram os que receberam mais formulações adversárias, atenção que não é dada no sistema Liberal (GNISCI; VAN DALEN; DI CONZA, 2014).

Assim, pôde-se notar que esse caráter *watchdog* foi relevante mesmo em um país que não é do sistema Liberal, pois aqueles que estavam em primeiro nas pesquisas receberam mais atenção e cobertura mais adversária, o que indica que essa característica se difundiu por outros sistemas midiáticos.

Outro país que compõe sistema que não o Liberal e que já foi investigado quanto ao caráter adversário é a Suécia, que compõe o grupo dos países de sistema Corporativista Democrático. Eriksson (2011) analisou programas de TV de 1978, 1993 e 2003 para obter uma análise longitudinal do comportamento dos jornalistas e constatou um comportamento diverso ao longo dos anos. Em meados do século XX, os repórteres optavam por agir como “interrogadores”, na terminologia por ele elaborada. Isso porque formulavam questões mais abertas, seguidas por respostas que continham explicações sobre propostas políticas ou decisões tomadas pelo governo. Assim se efetivava uma das funções do campo jornalístico na democracia, de trazer os argumentos para a visibilidade pública.

Já nos programas dos anos 1990 e 2000, Eriksson se deparou com um agir de “intérprete” por parte dos profissionais, que adotaram um papel mais adversário. Em vez de apenas permitir que o político explique suas razões, o repórter já se adianta e narra um texto próprio em que descreve os acontecimentos e os enquadra por determinado ângulo, indicando ao espectador como o assunto deve ser compreendido. Esse texto na voz do jornalista que precede e sucede a fala do político é responsável por contextualizar o tema para o público, que não mais recebe a declaração como uma explicação do governante sobre as motivações.

Essa posição intérprete, portanto, assume um caráter adversário ao campo político, pois se investe de *ombudsman* a serviço dos espectadores, que revela as verdades inconvenientes que os ocupantes dos cargos de poder não gostariam que viesse a público. Fica no passado uma ação mediadora do jornalista e surge no presente um atuar como interrogador crítico, que busca os reais motivos para os acontecimentos (ALBUQUERQUE, 2013; CLAYMAN; FOX, 2017; EKSTROM; TOLSON, 2017; ERIKSSON; ÖSTMAN, 2013).

Enquanto no passado os políticos tinham a oportunidade de falar para o público e a esse cabia julgar os atos, a atual posição adversária já entrega ao espectador uma cobertura enquadrada pelo jornalista para revelar a verdadeira motivação dos agentes políticos, consolidando assim uma oposição entre o jornalista que representa o interesse público e os detentores do poder que não estariam sendo sinceros sobre suas atitudes (ERIKSSON, 2011).

Forte é, nesse contexto, a ideia de mediação, em que os representantes do Jornalismo pretendem estabelecer uma negociação com o campo político e com o leitor, o que leva a uma tensão entre as instituições Política e Jornalismo (GOMES, 2013). Em análise sobre entrevistas com presidentes em telejornal brasileiro, o autor apontou que a cobertura se baseou num pressuposto: “a política é um poder manipulador e o jornalismo é um poder revelador ou desmascarador” (p.11). Assim, esperava-se que o apresentador, mais do que formular perguntas que garantissem que o espectador soubesse sobre propostas, impedisse que o candidato manipulasse o público com respostas vagas e genéricas. O Jornalismo seria adversário, assim, ao constranger o representante do mundo político com uma presença vigilante.

Nesse caso das entrevistas, era possível perceber o caráter adversário nas providências de controle que os jornalistas utilizaram para se contrapor aos políticos. Nesse campo se destacam as atitudes e os comportamentos verbais, como a interrupção

do raciocínio, a contestação de afirmações formuladas e a insistência para que o candidato responda à pergunta específica (GOMES, 2013).

Os entrevistadores, nesse caso, se apresentavam como ocupantes de um lugar transcendente à disputa eleitoral, que se materializou em regras idênticas para todos os concorrentes, questionamentos agressivos a todos e um apelo ao interesse público para fundamentar essa prática (ALBUQUERQUE, 2013). Na conclusão do pesquisador:

longe de se apresentarem como meros intermediários “neutros” e “objetivos” entre cidadãos e autoridades políticas, os entrevistadores do Jornal Nacional reivindicam para si um status político (mas não partidário): o de representantes por excelência do interesse popular (ALBUQUERQUE, 2013, p. 18).

O desempenho cotidiano do Jornalismo adversário, portanto, representa uma ação com intuito de garantir credibilidade e legitimidade a esse ator, a partir da contraposição ao governo e aos políticos (GUAZINA, 2011). Em contextos mais recentes, foi possível perceber no Brasil a atuação adversária por parte do Jornalismo é perceptível em face do Poder Executivo, como quando da crise política que atravessou o segundo mandato da presidente Dilma Rousseff (SHUEN, 2018) e também perante o Poder Legislativo, como notado em relação à postura de editoriais brasileiros sobre o Congresso Nacional (MONT’ALVERNE; MARQUES, 2018).

Durante a crise do mensalão, o Jornalismo televisivo da maior emissora de TV nacional optou por enquadramentos que desqualificavam os agentes políticos envolvidos no escândalo conhecido como “Mensalão” (GUAZINA, 2011). Constatou-se, portanto, uma bipolaridade, pela qual os campos jornalístico e político se opunham e mediam forças no espaço da divulgação de notícias.

Considerando os dois papéis que o Jornalismo pode representar e que foram destacados até então, é preciso, contudo, aprofundar o tema com uma exposição sobre os demais papéis jornalísticos da atividade em face dos agentes políticos, bem como sobre as culturas jornalísticas dos sistemas midiáticos que serão objeto de estudo.

3.5 Outros papéis jornalísticos e culturas profissionais

Além dos dois papéis jornalísticos apresentados, que constituem importantes maneiras de o Jornalismo se relacionar com o campo político, a literatura também tem

apontado outros possíveis papéis, contendo mais nuances do que a vigilância *watchdog* ou a postura adversarial.

Um desses papéis é o de *guarddog* (ou seja, cão de guarda), conhecido também como *collaborative role*, ou em português, papel colaborativo (CAMMAERTS; DECILLIA; MAGALHÃES, 2020; DONOHUE; TICHENOR; OLIEN, 1995). Nesse caso, a empresa de comunicação não é uma sentinela da comunidade, mas é guardião do status quo, ou seja, da permanência de determinados grupos de poder nas posições que já ocupam. Em uma cidade pequena, por exemplo, um jornal que se posicionasse contra legislação que afetasse os agricultores locais estaria exercendo esse papel colaborativo, ou no caso em que uma nação enfrenta uma guerra e o Jornalismo realiza cobertura crítica perante o inimigo externo (BISHOP, 2000). Nesse papel, o Jornalismo buscaria ser um elemento de equilíbrio entre os poderes, exercendo sua força institucional para manter a estabilidade e coesão do regime (CAMMAERTS; DECILLIA; MAGALHÃES, 2020).

A definição desse papel o distingue do *watchdog* porque não há necessidade de demonstrar independência do sistema político. Para essa concepção, o papel *watchdog* seria irrealista na cobertura cotidiana, de modo que essa postura colaborativa descreveria melhor o interesse dos agentes jornalísticos na manutenção da estruturas de poder (MCLEOD; DETENBER, 1999). Essa tendência *guarddog* acarreta também que haja ampla cobertura sobre os indivíduos (ADAM; MAIER, 2010; HOLTZ-BACHA; LANGER; MERKLE, 2014; VAN AELST; SHEAFER; STANYER, 2012) sem que haja uma discussão sobre as estruturas vigentes.

Não se pretende também considerar que essa postura *guarddog* seja confundida com um papel subserviente, de *lapdog*, que vê uma rejeição total à postura de vigilância, com submissão total dos grupos midiáticos e ausência de independência (ALVES, 2005; BEHRMAN et al., 2012; HIMELBOIM; LIMOR, 2010; WHITTENWOODRING, 2009). O papel *guarddog* prevê que a cobertura midiática possa sim abordar conflitos e expor falhas de agentes públicos, contanto que não haja prejuízos ao status quo.

Foi apontado, ademais, que esse papel colaborativo-*guarddog* está ligado a democracias recentes (CAMMAERTS; DECILLIA; MAGALHÃES, 2020), em que há o aceite do sistema político por parte dos agentes midiáticos: não há o interesse em exercer a independência típica do *watchdog*, pois a estabilidade é mais valorizada.

Também é importante atentar para outro papel jornalístico possível: o *facilitative role*, ou papel facilitador. Esse papel está construído na ideia de que a democracia é consequência de uma vida republicana comum e profícua. Cabe às empresas de comunicação promover o diálogo para que os cidadãos possam participar adequadamente dos debates. É por meio desse papel que o Jornalismo pode facilitar as condições do exercício da democracia pelos cidadãos e habilitar esses indivíduos a atuarem politicamente (EL ISSAWI; CAMMAERTS, 2016). Há também um compromisso com o pluralismo e a manutenção de ideias diversas e complementares no ambiente de debates da sociedade.

Em contextos pós-repressão, o papel facilitador pode ser percebido pela inclusão de grupos que antes eram excluídos do debate, uma vez que os atores midiáticos não precisam mais ser apenas instrumentos do regime (ZENG, 2018). Até mesmo a utilização de redes sociais para diálogo com o público é compreendida pelos jornalistas como execução desse papel.

Compreender o desempenho desses diferentes papéis presume que seja estabelecida, de maneira prévia, como cada cultura enxerga o papel do Jornalismo no ambiente democrático. Certas instituições como a Transparência Governamental e *Freedom House* fazem pesquisas sobre o papel da imprensa nas quais é valorizado, por exemplo, mais a eficiência das instituições políticas do que a participação popular no governo (ALBUQUERQUE, 2019). A ideia central difundida é a de que a separação do Estado é um elemento crucial para a realização do Jornalismo, sendo somente através disso que ele pode alcançar sua independência (WAISBORD, 2000).

É importante considerar, ainda, que o Jornalismo norte-americano é considerado quase como um modelo universal sobre o qual avaliamos outros estilos de Jornalismo (ALBUQUERQUE, 2005). Em outros países do mundo, no entanto, em especial naqueles nos quais o sistema midiático não é o Liberal, a absorção das práticas americanas não foi absoluta, porque cada nação possui suas particularidades socioculturais, mas foi em grande parte inevitável em razão da supremacia econômica americana (SILVA, 1991).

O Jornalismo norte-americano se estruturou tendo a objetividade como fator principal, especialmente em decorrência da predominância de uma sociedade de mercado, na qual os jornais eram um produto que deveria atingir o maior número de consumidores, de modo que a adesão a valores de alguma agremiação poderia afugentar compradores e frustrar o potencial de vendas (SILVA, 1991). É assim que surgem as

características que marcam a prática daquele país: o uso do lead que contém as respostas às seis perguntas clássicas (quem, que, quando, onde, como e por que), a estrutura do texto na forma de pirâmide invertida e a utilização de frases curtas, simples e diretas.

A prática jornalística brasileira, no entanto, se apropriou de elementos provenientes do estilo norte-americano de Jornalismo e os adaptou à cultura nacional, construindo um modelo que não é idêntico ao estadunidense (ALBUQUERQUE, 2005), o que também ocorreu no modelo Pluralista Polarizado e no Corporativista Democrático (GNISCI; VAN DALEN; DI CONZA, 2014; HERKMAN, 2009).

Nos Estados Unidos, há a expectativa de que o jornal oferecerá um ambiente para múltiplos pontos de vista e que cabe ao jornalista servir ao interesse do leitor e facilitar o debate público (VOS; WOLFGANG, 2018). Nesse contexto, duas visões sobre a democracia coexistem entre os profissionais: a de que o público leitor é distraído e caberia ao Jornalismo alertá-lo quando se depara com irregularidades; a outra é a de que informação de qualidade para que o leitor possa construir sua opinião sobre os assuntos relevantes do momento. E até os atores escolhidos para figurar nas reportagens são aqueles que já possuem destaque no ambiente político – o que indica que a pluralidade para os americanos não é tão aberta (VOS; WOLFGANG, 2018).

Não houve, no contexto nacional, exatamente os mesmos fatores que deram origem ao Jornalismo norte-americano tradicional. As recorrentes ditaduras impuseram restrições de direitos que não foram experimentadas pelos estadunidenses. Além disso, é recorrente a propriedade de organizações midiáticas por agentes políticos com mandato ou seus familiares, o que torna a relação entre os campos muito mais próxima (WAISBORD, 2000).

No Brasil, é possível compreender que o Jornalismo tentou se consolidar como um Quarto Poder, em razão de certa desconfiança sobre o funcionamento das instituições que sempre pairou. Se durante o Império ao Poder Moderador cabia essa incumbência, os anos mais recentes demonstram que a imprensa ocupa essa função. É uma crença de que apenas uma força neutra alheia aos três Poderes poderia restituir a ordem no sistema democrático (ALBUQUERQUE, 2005). Essa retórica de quarto poder garante suposta legitimidade a esses agentes midiáticos para agirem de maneira ativa politicamente, como nas democracias ocidentais mais estabelecidas, mas para atuar da maneira que lhes aprouver (ALBUQUERQUE, 2019).

Vos (2011) aponta que a própria ideia de Jornalismo como espelho da sociedade, que é muito acionada pelos profissionais de imprensa, para invocar a objetividade que

marca o modelo norte-americano, se distanciou do sentido original da metáfora. O espelho não era apenas aquilo que reflete a realidade. No século XIX, a menção do Jornalismo como espelho se referia também ao espelho como possibilidade de autorreflexão e julgamento moral ou como reflexo do público-leitor. Essas acepções, no entanto, foram deixadas de lado e a incorporação do ideal norte-americano de objetividade se sobrepôs mundialmente (VOS, 2011).

É preciso considerar, contudo, que em vez de ser um modelo que representa o ponto a ser alcançado pelas organizações dos países periféricos, o padrão ocidental pode exercer uma influência prejudicial perante outras nações: os agentes midiáticos se apresentariam como único representante desse estilo europeu-americano e a quem caberia um papel civilizador da sociedade (ALBUQUERQUE, 2019).

O cenário brasileiro é visto como uma disputa entre a elite e o resto da população, sendo que essa classe elevada se percebe como detentores dos bastiões da democracia e responsável por garantir que a sociedade respeite esses padrões (ALBUQUERQUE, 2019). A concentração midiática é vista como elemento que incentiva as organizações de comunicação a serem vistas como atores políticos, pois não há leis de regulação ou obrigação de se prestar *accountability*. Em vez de se desenvolver conforme as características do modelo Liberal, as empresas de comunicação brasileiras se desenvolveram baixo forte dependência de suporte estatal, ainda que se trate de uma imprensa comercial, o que acarreta alto grau de interferência nas empresas de comunicação e inibe o exercício da função de *watchdog* (ALBUQUERQUE, 2019). Na América Latina, contudo, os órgãos de imprensa nunca almejaram essa separação completa do Estado, que foi considerado muito importante dos pontos de vista político e econômico para ser distanciado pela grande imprensa. Isso ocasionou uma baixa ocorrência desse estilo *watchdog* na imprensa brasileira, pois o peso dos entes estatais para seu financiamento era tão relevante que inibiu a escolha de representantes desses órgãos para ser alvo de investigações (WAISBORD, 2000).

No entanto, ainda que a influência americana leve a uma possível homogeneização dos sistemas de mídia, há reflexos na prática jornalística dos países. Strömbäck e Luengo (2008) demonstraram que Suécia (um representante Corporativista Democrático) e Espanha (Pluralista Polarizado) abordam os acontecimentos políticos sob alguns enquadramentos similares, como o estratégico, ainda que em relação a outros *frames*, como o “corrida de cavalo”, diverjam na sua utilização. Nielsen (2013) constatou que não houve uma convergência das práticas jornalísticas dos países em

todos os sistemas, o que ele correlaciona a uma produção mais segmentada e voltada para nichos específicos da comunicação. Persistem, portanto, diferenças entre o Jornalismo praticado nos sistemas midiáticos diversos.

Esses diferentes papéis delineados ao longo do capítulo não são exclusivos do jornalismo tradicional, podendo ser encontrados em diferentes produtos jornalísticos (HANITZSCH; VOS, 2018). Mostra-se interessante, em razão disso, a comparação entre os quatro diferentes sistemas midiáticos que se propõe nessa tese a fim de perceber se essas diferenças na atuação das empresas de comunicação se fazem presentes na checagem de fatos. A próxima seção discutirá a atividade jornalística que é objeto específico dessa comparação, o *fact-checking*.

3.6 Consolidação do *fact-checking* como atividade autônoma

Dentre os diversos gêneros e estilos jornalísticos à disposição do público, como o informativo, o opinativo e o interpretativo (MELO; ASSIS, 2016; SEIXAS, 2013) um produto específico é a checagem de fatos, ou seja, a produção de textos em que o único objetivo é demonstrar ao leitor se determinada declaração, informação ou fato é verídico ou não, a partir de critérios objetivos. Assim, é preciso compreender como se consolidou essa atividade.

3.6.1 Evolução histórica

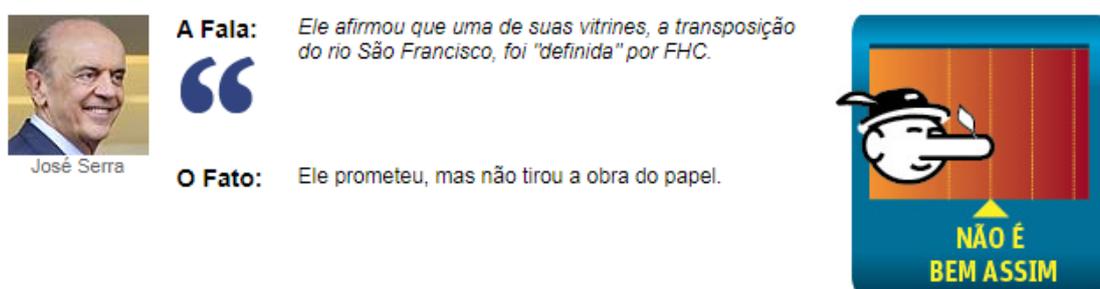
O histórico da aparição da checagem isolada é apontado por alguns como tendo início a partir de uma iniciativa do jornalista Brooks Jackson na *CNN*, que produziu checagens ao longo das primárias norte-americanas para presidente em 1991 (SEIBT, 2019). Esse tipo de prática teve larga expansão com a expansão da internet, dando origem ao surgimento de vários grupos. Nos Estados Unidos, há mais de uma década agências se dedicam a esse processo: *Factcheck.org* (existente desde 2003), *Politifact.com* (iniciado em 2007), entre outras. Além disso, há jornais que possuem equipe própria de *checkers* e mantêm iniciativas afins.

Essa curva crescente de entidades de checagem está relacionada à democratização da produção de conteúdo e a consequente disseminação intensa de desinformação, um fenômeno que vem sendo conhecido como *fake news* (AMAZEEN,

2020). O próprio apoio fornecido pelas agências de checagem pelas empresas de redes sociais como o *Facebook* forneceu mais visibilidade e influência para as agências de checagem e o Jornalismo produzido por elas.

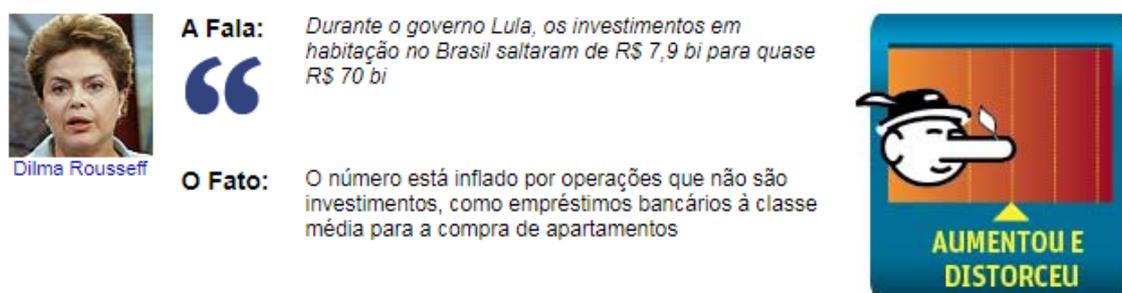
No Brasil, os primeiros registros de checagem oferecida ao público como produto separado podem ser encontrados em 2010, quando o jornal *Folha de S. Paulo* manteve uma seção intitulada “Mentirômetro”, na qual eram destacadas declarações de concorrentes à eleição presidencial e para governador do *Estado de S. Paulo* daquele ano e o fato que correspondia àquela declaração. Ao lado de cada fala, era incluído um rótulo, que permitir ao leitor saber se aquela afirmação era verdadeira ou não. Abaixo seguem algumas imagens que ilustram a maneira como o jornal ofereceu ao leitor essa iniciativa de checagem²⁷:

FIGURA 4 - CHECAGEM DO MENTIRÔMETRO



Fonte: *Folha de S. Paulo* (2010)

FIGURA 5 - CHECAGEM DO MENTIRÔMETRO



Fonte: *Folha de S. Paulo* (2010)

²⁷ Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/especial/2010/eleicoes/mentirometro-mais_recntes.shtml.

FIGURA 6 - CHECAGEM DO MENTIRÔMETRO

	<p>A Fala:</p> <p>“</p>	<p><i>Não tive um dia de greve [de professores] sequer durante todo o meu governo</i></p>	
<p>Geraldo Alckmin</p>	<p>O Fato:</p>	<p>Foram quatro dias de greve, entre 24 e 27 de outubro de 2005, contra projeto com regras para professores temporários</p>	

Fonte: *Folha de S. Paulo* (2010)

Note-se que ao lado dos rótulos (“não é bem assim”, “aumentou e distorceu” e “mentira”) havia uma ilustração de um Pinóquio, com um nariz de um tamanho maior conforme a intensidade da falsidade atribuída pelo jornal. Tal modelo que utiliza o personagem infantil italiano para indicar erros nas declarações é comum em várias iniciativas pelo mundo e utilizado até hoje.

Nas eleições nacionais de 2014, outro jornal de circulação nacional, *O Globo*, lançou um blog destinado apenas a checagens, intitulado *Preto no Branco*. O blog também usava um sistema de etiquetas, que é prática recorrente no Jornalismo de checagem conforme será exposto:

FIGURA 7 - ETIQUETAS DO BLOG PRETO NO BRANCO

 **FALSO**

Comprovamos que a informação passada ao público está errada.

 **AINDA E CEDO PARA DIZER**

A informação poderá vir a ser verdadeira, mas ainda falta um caminho a ser percorrido.

 **INSUSTENTÁVEL**

Não há dados públicos que comprovem a informação divulgada.

 **VERDADEIRO, MAS...**

A informação está correta, mas merece ser detalhada.

 **VERDADEIRO**

A informação pode ser comprovada como real.

 **CONTRADITÓRIO**

A informação contradiz outra difundida pela mesma fonte anteriormente.

 **EXAGERADO**

A informação é correta, mas o dado foi arredondado ou ampliado de forma a ser maximizado.

Fonte: *O Globo* (2014)

A seguir, serão mostrados dois exemplos das checagens do blog que demonstram que os textos já indicavam ao público de onde os dados eram provenientes, o que consiste em característica partilhada pelos agentes de checagem²⁸.

FIGURA 8 - CHECAGEM DO BLOG *PRETO NO BRANCO*

²⁸ Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/preto-no-branco/post/dilma-inflacao-553208.html>; e <https://blogs.oglobo.globo.com/preto-no-branco/post/aecio-domicilios-com-banheiros-553204.html>.

No debate realizado nesta sexta-feira, 24 de outubro, pela TV Globo, a presidente Dilma Rousseff, candidata à reeleição pelo PT, afirmou que:

"Quem deixou o país com uma inflação maior do que recebeu foi o governo tuano do Fernando Henrique Cardoso".



Segundo [séries históricas disponíveis no site do IBGE](#), o IPCA acumulado em 1994 foi de 916%. Fernando Henrique assumiu em janeiro de 1995 e deixou o governo em 2003, quando a taxa era de 12,53% ao ano.

No INPC as taxas foram, respectivamente, de 21,98% e 14,74%.

Fonte: *O Globo* (2014)

FIGURA 9 - CHECAGEM DO BLOG *PRETO NO BRANCO*

No debate realizado nesta sexta-feira, 24 de outubro, pela TV Globo, o candidato do PSDB à Presidência da República, Aécio Neves, disse que:

"Sete milhões de domicílios não têm banheiros"



Segundo o [Censo 2010](#) (tabela 1.6.4), um total de 3.821.371 de domicílios não tinham banheiros naquele ano.

O total de 7,7 milhões de domicílios sem banheiro diz respeito ao [Censo de 2000](#).

**Este post foi originalmente publicado com a etiqueta "exagerado", mas a classificação foi alterada pela equipe do "Preto no Branco" às 00h44 do dia 25 de outubro.*

Fonte: *O Globo* (2014)

Nesse último exemplo, é possível ver que o jornal reformulou o atributo de veracidade inicialmente concedido e indicou a correção no texto da checagem. Em vez do "exagerado" atribuído no debate, a nova etiqueta foi "falso".

Nesse mesmo ano de 2014, um site jornalístico independente, que não era ligado a nenhum órgão oficial, lançou um projeto de checagem, chamado Truco, que elaborou checagens de políticos ao longo da campanha²⁹.

FIGURA 10 - CHECAGEM DO PROJETO TRUCO



“Os recursos do Plano Safra, que financia a nossa produção agropecuária, não chegavam a R\$ 21 bilhões no ano-safra de 2002-2003. Agora, já chegam a mais de R\$ 156 bilhões.”- campanha de Dilma Rousseff

Os números citados na frase estão corretos, mas um deles precisa ser atualizado.

Em 2014/15, o orçamento do Plano Safra foi de R\$ 156,3 bilhões, enquanto o de 2002/03 foi de R\$ 20,54 bilhões (Plano Agrícola Pecuário). No entanto, a comparação com um número de mais de uma década atrás deveria ser feita com valores corrigidos, para que o eleitor pudesse mensurar o aumento real do orçamento.

Em valores atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), os recursos destinados ao plano de 2002/03 foram R\$ 43,57 bilhões - mais de 100% de diferença em relação ao que foi dito no programa da candidata.

Fonte: *A Pública* (2014)

Já no ano seguinte, em 2015, surgiram as duas iniciativas mais duradouras de checagem brasileira e que estão associadas ao IFCN, produzindo checagens com regularidade até a data de elaboração dessa tese. A agência *Lupa* foi a escolhida para ser objeto empírico dessa dissertação, por critérios que serão justificados de maneira mais detalhada no capítulo 4. Já os *Aos fatos* é uma iniciativa independente fundada por

²⁹ Disponível em: <https://apublica.org/truco-programa-31/>.

profissionais que tiveram passagem por redação de jornais brasileiros. Abaixo segue exemplo de checagem do portal *Aos fatos*³⁰:

FIGURA 11 - CHEGAGEM DA AGÊNCIA AOS FATOS



FALSO

Vejam a experiência da França, cujas fronteiras foram abertas para receber refugiados sem nenhum tipo de seleção ou de filtro.

Ao contrário do que afirma Bolsonaro, a França tem uma rígida política de imigração e, ao longo da crise migratória de 2016, usou a força policial para desmontar acampamentos de imigrantes. De acordo com o *Immigration Policies in Comparison*, que analisa as políticas migratórias dos países para avaliar seu grau de restrição, a França tem 0,7 numa escala que varia de 0 (menos restritivo) a 1 (mais restritivo). O estudo, no entanto, não leva em conta a nova lei de migração francesa, aprovada em setembro de 2018, que amplia o controle sobre o fluxo de estrangeiros.

Fonte: *Aos fatos* (2019)

Essas agências se consolidaram na segunda metade da década de 2010, sendo acompanhadas por outros projetos constantes (como o Fato ou Fake do Grupo Globo³¹) e iniciativas episódicas de checagem de colaboração entre dezenas de empresas nacionais (como o projeto Comprova³²).

³⁰ Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/nos-eua-bolsonaro-cita-informacoes-falsas-sobre-imigracao-e-antiamericanismo/>.

³¹ Ver mais em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/>.

³² Ver mais em: <https://projeto comprova.com.br/>.

3.6.2 Delimitando o conceito de *fact-checking*

Feita essa apresentação, é preciso conceituar o que se entende por essa atividade. O *fact-checking*, ou seja, checagem de fatos, pode ser definido como a checagem de certas frases expressas para conferir se elas são corretas. Sua prática consiste em trazer dados públicos para relacionar com as afirmações dos indivíduos para apoiar ou refutar a veracidade das alegações (FRIDKIN; KENNEY; WINTERSIECK, 2015). Conforme apresentado por Becker (2019),

checar uma informação seria escolher palavras de um discurso ou informação de conhecimento público (já publicada) e verificar, buscando dados, pesquisas e estatísticas para embasar tal discurso ou informação, por meio de critérios jornalísticos de apuração e checagem especializados, se o que foi informado é verdadeiro (p. 86).

Em suma, os checadores buscam confrontar fatos, discursos e notícias já divulgadas com dados e registros oficiais, o que permitir descobrir se tais afirmações são corretas ou falsas. Na definição trazida por Vargo, Guo e Amazeen (2018), “o que distingue os *fact-checkers* contemporâneos como *Politifact* e *Factcheck.org* das práticas jornalísticas tradicionais são seu foco em determinar e chamar atenção para a precisão de uma afirmação em vez de eliminar erros e falsidades na escrita da reportagem³³” (p. 2033).

Dentre as atividades tradicionais do Jornalismo, está verificar a veracidade das informações, o que é percebido tanto pelos produtos quanto pelos consumidores de notícia (REGINATO, 2018). Embora ainda não seja caracterizado como gênero jornalístico distinto, a checagem de fatos trabalha com uma metodologia própria e detalhada, que é caracterizado pela replicabilidade, ou seja, a intenção é permitir que o leitor consiga realizar a checagem e alcançar a mesma conclusão (BECKER, 2019).

Para pensar o que diferencia o Jornalismo de verificação das outras práticas já existentes, Seibt (2019) elaborou uma lista de 14 itens, que foram resumidos no quadro 4 abaixo de modo a destacar as principais características:

QUADRO 4 - CARACTERÍSTICAS DO *FACT-CHECKING*

³³ Tradução livre. No original: “what distinguishes con-temporary fact-checkers such as *PolitiFact* and *FactCheck.org* from traditional journalis-tic conventions are their focus on determining and drawing attention to whether a claim is factually accurate rather than eliminating errors or falsehoods in reporting”.

NOME DA CARACTERÍSTICA	DESCRIÇÃO
FOCO DA COBERTURA	Discursos, pronunciamentos, sessões legislativas
PERIODICIDADE	Deadlines mais elásticos, sem pressa de noticiar no momento do acontecimento
PRINCÍPIOS NORMATIVOS	Imparcialidade, objetividade e exatidão
PÚBLICO-ALVO	Universal
FUNÇÃO DA LINGUAGEM	Persuasiva e informativa
IDENTIDADE	Marca da empresa mais valorizada que jornalista individual
CARACTERÍSTICAS GRÁFICAS	Uso das etiquetas
FONTE DE FINANCIAMENTO	Leitores e patrocinadores pontuais, sem anúncios

Fonte: (SEIBT, 2019)

Assim, é possível constatar alguns pontos que marcam a prática da checagem e ajudam a conceituar. O discurso de afirmação da checagem é construído em torno do seu método, que se amparam no que é defendido pela IFCN e adotado pelos quatro entes que embasam a pesquisa: apartidarismo, transparência de fontes, transparência no financiamento, transparência na metodologia e abertura para correções (SEIBT, 2019). Esse estilo de Jornalismo praticado pelos sites de *fact-checking* é também conhecido como Jornalismo de verificação. A diferenciação em relação aos outros estilos de não ocorreria no tema abordado, mas pelo modo como aborda os tópicos, ou seja, a enunciação (SEIBT, 2019).

Há o que pode ser considerado como meta persuasiva de discurso, porque o texto da checagem busca a todo momento convencer o leitor de que os elementos estão ali disponíveis para que qualquer um confira e chegue à mesma conclusão. O seu diferencial, por assim dizer, está

mais na transparência em relação ao seu método e suas fontes do que na classificação das informações. Assim, a conclusão de uma checagem não é inquestionável ou infalível. Envolve interpretação, contextualização e, principalmente, argumentação. Ao escolher uma etiqueta, argumenta-se em torno daquela conclusão. Se o leitor discordar da interpretação, pode questionar tais conclusões a partir do percurso do repórter, o que nem sempre é possível no formato convencional das notícias. Com isso, pode-se dizer do “jornalismo de verificação” que ele seria um tipo jornalístico diferenciado não só por verificar o que já está público, mas também por deixar-se verificar pelo público e pelos pares (SEIBT, 2019, p. 123).

Trata-se de uma ação do Jornalismo para ocupar um espaço de poder, especialmente no contexto em que a disseminação de informações falsas é intensa (CARLSON, 2018). Os checadores expressamente reconhecem que precisam proteger o debate público de informações errôneas e entendem que apontar as mentiras, exageros e incorreções é uma contribuição para o ambiente democrático (QUAIS..., 2015). Seibt percebeu que entre os checadores brasileiros Agência *Lupa* e *Aos fatos* existem muitas semelhanças entre as metodologias dos dois, o que a faz defender que existe uma cultura de trabalho dos checadores, ou seja, que compõe uma mesma instituição. Necessário, portanto, abordar o Jornalismo de checagem a partir do viés neoinstitucionalista que essa tese pretende.

O *fact-checking*, além disso, se orienta por três objetivos: educar o público, aperfeiçoar o comportamento político e também melhorar a maneira com que se pratica o Jornalismo. Há a intenção de, através dele, reduzir a possibilidade de que informações incorretas venham a interferir no desenrolar da convivência democrática. Assim, ela pode ser compreendida como uma “uma ferramenta para a construção de democracia que emerge onde as instituições democráticas são percebidas como fracas ou sob ameaça”³⁴ (AMAZEEN, 2020, p. 5).

Ainda que esteja inserido em um universo digital no qual a agilidade parece ser uma característica essencial, o Jornalismo de checagem opta por desacelerar o trabalho jornalístico. O foco da atividade não é o furo, nem *breaking news*. Mesmo que existam atividades mais imediatas, com as checagens de debates feitas ao vivo, a verificação de declarações e conteúdos não tem a preocupação de só abordar assuntos recentes (GRAVES, 2016). A própria popularização da checagem, contudo, acaba por mitigar esse caráter, pois os checadores buscam acelerar a entrega de checagens para verificar frases que acabaram de ser proferidas.

Ao se pensar na maneira como o jornalista tem acesso às informações que vai relatar, há uma diferença entre a prática da checagem e o cotidiano de uma redação comum. Enquanto o repórter tradicional vai em direção ao acontecimento ou entra em contato com as fontes por telefone ou e-mail, o checador recebe seu material inicial a partir de declarações públicas, quase sempre por meio de outros atores da imprensa. Isso implica em uma alteração no papel do jornalista, que deixa de ser o profissional que

³⁴ Tradução livre. No original, em inglês: “democracy-building tool that emerges where democratic institutions are perceived to be weak or are under threat”.

apura em primeira mão os fatos e os relatos e se torna um profissional árbitro, que faz a mediação entre o público e os agentes políticos (SEIBT, 2019).

Até mesmo os critérios de noticiabilidade, que são parte essencial na rotina do Jornalismo, operam de forma diferente nas checagens em comparação com a maneira pela que se apresentam no Jornalismo convencional (SEIBT, 2019), o que já foi constatado para outros setores do campo, como na produção de editoriais (MARQUES; MONT'ALVERNE, 2019a).

Dentre características que distinguem o Jornalismo de checagem no contexto atual, o financiamento merece atenção. Se o Jornalismo tradicional dependia da publicidade e, por consequência, dos anunciantes para garantir sua continuidade, os sites de checagem dependem de financiamento proveniente de editais, empresários ou contribuições isoladas de leitores (GRAVES, 2016). Não há, tampouco, uma identificação exagerada do profissional do jornalista, que é uma grife para determinadas empresas de comunicação. Na checagem, ainda que haja identificação no site de todos os profissionais que compõem a equipe, não há uma identificação de cada texto pelo seu autor, pois o coletivo se sobrepõe ao individual – até mesmo a construção do estilo textual é criada para que haja uma padronização de todos os textos de checagem (SEIBT, 2019).

A ação do Jornalismo de checagem pode ser compreendida também como mais uma ênfase em contextualizar, ou seja, apresentar o máximo número de informações sobre a declaração ou conteúdo verificado em um único ambiente, de maneira a ajudar a que o leitor compreenda melhor os acontecimentos com que se depara (LÜCKMAN; DA SILVEIRA FONSECA, 2018). A crença do Jornalismo como serviço público que caracteriza o papel *watchdog* é especialmente importante para essa pesquisa, pois se relaciona com a prática de *fact-checking* sobre a qual se debruça essa pesquisa. Ao longo do desenvolvimento da profissão,

a adoção de uma ideologia jornalística como “serviço público” é um desenvolvimento importante e não deveria ser rejeitado como “mera ideologia” e tampouco aceito como altruísmo puro. Ela é uma concepção historicamente específica do papel do jornalista na sociedade com consequências importantes para a prática do Jornalismo e a relação dos meios de comunicação com outras instituições sociais; e seu desenvolvimento distinto em diferentes sociedades precisa ser explicado (HALLIN; MANCINI, 2004a)³⁵.

³⁵ Tradução livre. No original, em inglês: “the adoption of an ideology of journalism as a “public trust” is an important historical development and should not be dismissed as “mere ideology” anymore than it should be accepted as pure altruism. It is a historically specific conception of the journalist’s role in

No caso dos agentes de checagem, há diversas referências em suas apresentações a esse mesmo caráter da prática, como pode ser visto no seguinte trecho:

Não concentramos nossas checagens em um só lado do espectro político-ideológico. Seguimos o mesmo método em todas as nossas checagens e permitimos que as evidências ditem nossas conclusões. Não advogamos por agendas políticas ou declaramos preferência ideológica em assuntos que checamos (NOSSO MÉTODO, 2018)

A atividade, contudo, também foi alvo de críticas, que apontaram inconsistências no proceder dos checadores. Uscinski e Butler (2013), por exemplo, apontaram que o ato de checar afirmações representaria a simplificação extrema de um mundo complexo: os temas do mundo político seriam sempre sujeitos a interpretações, de modo que o fato de haver discordância entre o checador e o político não significaria que um dos dois é mentiroso.

A seleção de quais declarações serão checadas, que é o ponto inicial para a produção do conteúdo jornalístico, já é elemento pelo qual os checadores são criticados por sua inconsistência (USCINSKI; BUTLER, 2013): adotar critérios que acarretarão maior audiência à agência de checagem nem sempre corresponde a uma cobertura equilibrada e profunda do debate público. É como se houvesse uma divisão entre frases possíveis de serem checadas e outras não sobre a qual não existe qualquer objetividade na descrição (MARRES, 2018).

Ademais, ao destacar uma afirmação específica para verificar, os checadores a apresentam fora de seu contexto, que consiste, para os autores já citados, em um elemento essencial do discurso político. As checagens, entretanto, apresentam ao leitor afirmações políticas retiradas de maneira artificial pelos jornalistas do ambiente em que foram originalmente proferidas, o que enfraqueceria o debate político.

Por mais que se apresentem como seguidores de procedimentos técnicos, os checadores ao apresentarem as incorreções nas afirmações de agentes políticos acabam por dar maior ênfase àqueles que proferiram as declarações falsas e não dar a devida consideração ao ambiente discursivo que propicia essas situações (MARRES, 2018). O risco apontado pelo autor é de que as agências de checagem sirvam apenas para criar uma dicotomia entre progressistas que valorizem o apontamento de evidências para

sustentar afirmações e conservadores que preferam permanecer com suas assim denominadas mentiras.

Além disso, é importante considerar que a apresentação da correção de uma informação falsa acaba por reproduzir a ideia equivocada que circulou originalmente, o que pode levar leitores que sequer a conheciam a terem o primeiro contato com a incorreção através do Jornalismo (WAISBORD, 2018). Outro problema se refere ao fato de que mesmo as agências de checagens de fatos têm sido recorrentemente questionadas em sua condição de “juízes” sobre o que é verdadeiro ou não, tornando-se cada vez mais comuns acusações de que seguiriam um viés partidário e ideológico (ROBERTSON, 2020).

Kelkar (2019) chegou a apontar que a mera demarcação de fatos verdadeiros daqueles que são falsos não será suficiente para atingir um bom debate público, porque as instituições jornalísticas passam por um processo de perda de credibilidade. A recriação de uma esfera pública precisaria superar uma discordância atual dos cidadãos quanto a seus valores e que os levam a confiar em fatos que dialogam com essas concepções. Na configuração atual, a checagem não consegue desfazer essa barreira cognitiva.

No contexto brasileiro, dentre as diversas críticas já recebidas pelas agências de checagem, é possível citar episódio de 2018 envolvendo as agências brasileiras ao checarem notícia sobre o envio de um terço pelo papa Francisco para o ex-presidente Lula (PT). As agências *Lupa* e *Aos Fatos* publicaram checagem em que rotulavam o fato como “falso”, indicando como fonte a agência de notícias do Vaticano. Contudo, houve fortes críticas nas redes sociais a essa checagem, por pessoas que apontaram que o terço havia sido enviado pela autoridade religiosa e a postura dos checadores representaria perseguição ao político (FERNANDES, 2018). Depois que a empresa europeia publicou outra nota com mais informações, a *Lupa* editou a checagem para rotulá-la como “de olho”³⁶ e emitiu nota de esclarecimento para justificar esse processo³⁷. Já *Aos Fatos* manteve a classificação original de “falso”³⁸. Isso trouxe à tona um debate sobre o poder exercido por essas empresas, a quem caberia dizer o que é verdadeiro ou não no debate público.

³⁶ Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/06/12/verificamos-papa-terco/>. Publicado em 12 jun 2018.

³⁷ Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/06/13/esclarecimento-lupa-terco-lula/>. Publicado em 13 jun 2018.

³⁸ Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/papa-francisco-nao-enviou-terco-lula-vaticano-desmente-boato/>. Publicado em 13 jun 2018.

Nota-se que a consolidação do *fact-checking* também está ligada a um processo mais amplo de busca de credibilidade por parte do Jornalismo, ou seja, a confiança que as pessoas depositam no que consomem dessa instituição. Pesquisas já demonstraram que a credibilidade do trabalho jornalístico está relacionada a fatores diversos, como o conteúdo ao qual o cidadão tem mais acesso e, por isso, considera mais confiável (BUCY, 2003); e também aos recursos tecnológicos oferecidos pelos textos, como os hiperlinks, que tendem a aumentar a confiança do consumidor da notícia (CHUNG; NAM; STEFANONE, 2012). No caso brasileiro, em especial, chama atenção que há baixa confiança na mídia por parte do público ao mesmo tempo em que os cidadãos afirmam ter confiança no trabalho dos jornalistas (MICK, 2020): a desconfiança recai sobre a interferência dos proprietários das empresas de comunicação e não na capacidade dos profissionais da redação de apurar de maneira correta.

Em investigações recentes, verificou-se que os cidadãos têm uma perspectiva negativa das notícias a que têm acesso: os leitores constatam haver um ambiente midiático polarizado e um estilo de reportar enviesado a determinadas vertentes (WAGNER; BOCZKOWSKI, 2019). No entanto, esses mesmos leitores buscam nas redes sociais digitais as informações que querem consumir (OTT, 2017). Ao mesmo tempo, a repetição de notícias sobre o mesmo tema que é oferecida ao usuário afeta a credibilidade que esses leitores têm do Jornalismo (CHOI; KIM, 2017). O ceticismo e cinismo dos cidadãos perante o campo político afetou também a credibilidade da instituição Jornalismo, que passou a ser cada vez menos crível para os leitores (INGRAM, 2018; YORK et al., 2019).

Nesse ponto, o ataque a diversos grupos de comunicação por parte de políticos influentes, como o ex-presidente dos Estados Unidos Donald Trump, foi um dos fatores que alimentou a perda de confiança do público na instituição (VERNOM, 2018). A constante exposição a declarações provenientes desses agentes que ocupam cargos de destaque em seus países dificultou inclusive que a população soubesse distinguir uma *fake news* de uma informação real (VAN DUYN; COLLIER, 2019), ao mesmo tempo que estimulou leitores a buscar outras narrativas jornalísticas que o fizessem compreender os temas tachados de *fake news* (TAMUL et al., 2020).

A checagem não representa a visão do repórter que parte em uma pauta investigativa, mas a de um profissional que com o auxílio de um computador e da internet consegue moderar conteúdos e encontrar informações que possam ser consumidas pelo público (BAKKER, 2014). Investigação exploratória conduzida por

esse pesquisador apontou que, no caso nacional, essa tendência também pode ser observada: foi muito recorrente a utilização de informações disponibilizadas pelo Poder público e até mesmo daquelas que já haviam sido previamente interpretadas por órgãos estatais (FERRACIOLI; MARQUES, 2020a).

É nesse cenário que a atividade de *fact-checking* surge como maneira pela qual o Jornalismo busca resgatar sua credibilidade. Demonstrando onde estão as falsidades nas afirmações que circulam pela esfera pública, a checagem de fatos pretende recuperar a confiança do cidadão de que o Jornalismo pode resolver problemas específicos de um leitor que está ciente das *fake news* e incorreções que continuam presentes no debate público.

3.6.3 Jornalismo de checagem enquanto expressão do Jornalismo de dados

A checagem por parte dos jornalistas ainda é, na maioria das vezes, embasada em métodos tradicionais de verificação, como telefonar para as fontes diretamente (BRANDTZAEG et al., 2016). A checagem de fatos representa, portanto, uma mudança na busca de elementos para fazer essa atividade. Graves (2016) apontou que todo o procedimento da checagem pode ser dividido em algumas fases: escolher as afirmações que serão checadas, entrar em contato com quem as pronunciou, descobrir como ela começou a ser propagada, o trabalho com os dados e a divulgação do resultado. É nessa fase da checagem propriamente dita, em que é preciso confirmar a veracidade ou falsidades das informações, que os jornalistas recorrem a iniciativas de transparência do Estado. Grandes agências, na investigação de Graves (2016), orientam seus repórteres a se utilizar dos dados oficiais vindo de órgãos governamentais.

Nesse contexto, é importante conceituar também a checagem de fatos no contexto de eclosão do *data-driven journalism* (Jornalismo direcionado a dados ou DDJ, na sigla em inglês) (FONSECA et al., 2018), que pode ser entendido como uma resposta do Jornalismo à dataficação da sociedade, ou seja, à dominação dos dados em vários aspectos da vida social (LOOSEN; REIMER; DE SILVA-SCHMIDT, 2017). Em definição de Howard (2017), é um processo que envolve “reunir, limpar, organizar, analisar, visualizar e publicar dados para publicar textos jornalísticos”.

A utilização desse material pelos produtores de notícia não é recente: já nos anos 60, havia experiências norte-americanas de *computer-assisted reporting*, o que só foi aumentando ao longo dos anos, especialmente após 1990 e a popularização da internet

(PARASIE, 2015). Não se quer dizer que qualquer utilização de recursos tecnológicos por parte do Jornalismo o aproxime dessa tendência, até mesmo porque é difícil existir profissional que não recorra ao auxílio de softwares para edição de textos, por exemplo. O que distingue o Jornalismo de dados é o engajamento ativo de manipulação de arquivos para manipular dados e descobrir novas maneiras de apresentar e acessar informação (FLEW et al., 2012). Tal como já mencionado sobre a checagem, o Jornalismo de dados não é um novo gênero (STALPH, 2018), mas uma prática jornalística que aperfeiçoa matérias por meio da utilização de dados como fontes primárias.

A consolidação do Jornalismo de dados provém do espírito *muckraking*, o que Borges-Rey (2020) denominou abordagem *newshound*, que em tradução livre seria o cão de caça das notícias, em um jogo de palavras com a abordagem *watchdog*. Assim, os jornalistas se valeriam dos dados para expor eventuais malfeitos dos governantes. A maior disponibilidade de arquivos públicos, seja através de divulgação oficial seja por vazamentos como o Wikileaks, é um dos fatores que vem fortalecendo o impulso atual dessa prática (FLEW et al., 2012).

A intensa dependência nos conteúdos públicos por parte dos jornalistas de dados, por outro lado, implica uma subordinação dessa prática às fontes institucionais, o que às vezes não permite que tenham acesso a dados brutos, mas apenas a relatórios pré-processados pelos entes governamentais (TABARY; PROVOST; TROTTIER, 2016). Nota-se, portanto, como é importante levar em consideração de que maneira serão tratados esses dados pelo profissional de comunicação.

Ao analisar o *Guardian's Datablog*, Tandoc e Oh (2017) também acharam essa mesma tendência de utilização de dados governamentais, que predominavam sobre aqueles disponibilizados por agências internacionais. No que diz respeito ao tema, o assunto mais recorrente foi política (demonstrando a relevância do Jornalismo de dados para a área), seguido por tecnologia, desenvolvimento e negócios. Para os autores, entre as principais vantagens permitidas pelo Jornalismo de dados está a possibilidade de que apenas e temas fontes próximas da redação sejam consultadas, expandindo o alcance da profissão.

O Jornalismo de dados também se destacaria por acumular um repertório especializado para permitir a transparência (MASTRELLA, 2019). Aproveita-se, assim, de uma *trading zone*, conceito empregado por Lewis e Usher (2014) para abordar a

interseção entre o conhecimento sobre dados e sobre jornalismo que caracteriza o jornalismo de dados.

Fazendo uma comparação entre a prática do *data-driven journalism* na Alemanha e no Reino Unido, Stalph (2018) reiterou mais uma vez a posição privilegiada de dados públicos como fonte, destacando que a segunda posição entre as empresas de comunicação investigadas foi ocupada pelos dados obtidos pela imprensa ou por assessoria e que dados de grupos como Banco Mundial e Organizações das Nações Unidas foram raramente utilizados. Também no país alemão Beiler, Irma e Breda (2020) demonstraram como os jornalistas de dados consideram que essa prática torna o ato de reportar mais transparente, disponibilizando o leitor

No contexto dos países nórdicos (Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega e Suécia), o Jornalismo de dados já é mais consolidado, em razão de leis que existem há séculos e garantem acesso à informação, bem como uma relação íntima entre jornalistas e ativistas pela abertura de dados públicos (APPELGREN, 2019). Já em países de democracia mais recentes, como na Índia, os jornalistas de dados demonstram preocupações com a disponibilidade dos dados apesar de empresas maiores já estarem inserindo esse tipo de prática em todas as suas redações (KASHYAP; BHASKARAN; MISHRA, 2020). De qualquer maneira, o Jornalismo de dados permite que um público mais amplo tenha acesso a essa informação, que antes estava restrito a poucas organizações midiáticas de elite que se dedicavam a tratar desse recurso (FELLE, 2016).

Os dados não são vistos como elementos valorizados por si só: eles só são valiosos quando podem servir para a escrita de alguma reportagem. É o caso da checagem: ela se debruça sobre o dado a partir do momento em que há uma declaração que precisa ser validada. É uma maneira de praticar o Jornalismo de dados baseada em uma “abordagem dirigida pela hipótese” (PARASIE, 2015), ou seja, o repórter já sabe de antemão que questões ele quer responder a partir dos números e utiliza esses dados para confirmar ou refutar suas concepções iniciais. É uma abordagem que tem origem nos Estados Unidos, tal como as práticas atuais de checagem de fatos, que partem de uma declaração para buscar dados que a refutem ou confirmem.

No Brasil, Träsel (2018) estudou uma iniciativa específica, o *Estadão Dados*, que tinha como objetivo produzir matérias a partir de bancos de dados, sendo o primeiro desse tipo no Brasil. A pesquisa de campo ali desenvolvida destacou duas características: a crença na colaboração e um amor pela tecnologia típico da cultura hacker. Os profissionais buscavam fugir do Jornalismo declaratório e acreditavam que a

utilização de dados os deixaria mais próximo da objetividade. Assim, os dados ajudariam o Jornalismo a se reposicionar tendo a objetividade como critério maior. O espírito da colaboração envolve também o público leitor, que faria parte do processo ao ter amplo acesso aos dados e poder replicar.

Esse tipo de Jornalismo tem como uma de suas características o uso de grande quantidade de dados como material bruto que é submetido a uma forma de análise para se poder contar uma história (LOOSEN; REIMER; DE SILVA-SCHMIDT, 2017). Essa qualidade típica do DDJ é aproveitada pelos checadores de fato: a praxe é que as informações sejam consultadas e depois agrupadas pelos *checkers* da maneira que lhes é recorrente: como suporte ou crítica à declaração que está sendo checada. Gasta-se, dessa forma, menos tempo com a obtenção de dados e mais tempo para a análise e melhor comunicação do conteúdo pretendido (FLEW et al., 2012).

Assim, dentre as diversas características que definem o Jornalismo guiado por dados sistematizados (BARBOSA; TORRES, 2013), interessa perceber como essa atividade se utiliza dos bancos de dados de maneira coordenada ao longo do processo de apuração e produção do conteúdo jornalístico, de modo a maximizar as possibilidades a serem auferidas desses conjuntos.

Um elemento que é preciso considerar na relação entre dados e Jornalismo é que enquanto os hackers apenas soltam informações, os jornalistas atuam no controle do fluxo de informação que será liberada ao público, conforme os critérios que regulam sua atividade profissional (APPELGREN, 2019). Isso implica considerar um aspecto paternalista do atuar jornalístico, especialmente na maneira como os dados serão apresentados. Appelgren (2019) constatou que certos recursos como a personalização da tela e a rolagem automática não servem ao interesse do leitor. São recursos pensados para manter a autonomia do Jornalismo, mas não há justificativa de que são mais relevantes para o público.

Outros aspectos típicos dessa prática também estão presentes na atividade dos checadores: a necessidade de apresentação visual (com uso de gráficos, tabelas e outros elementos visuais), bem como um ideal de transparência que deve permear a atividade. É esperado que o profissional deixe disponível as informações que basearam a matéria, o que, no caso de uma checagem, pode permitir que o leitor mesmo possa replicar os passos e conferir se as conclusões expostas estão corretas.

A experiência de produção colaborativa entre pessoas de várias áreas é outro elemento típico do Jornalismo de dados, notadamente na divisão de tarefas entre a

análise dos dados e a escrita do texto, por exemplo. Essa prática também parece se repetir na checagem, como por exemplo na equipe brasileira *Aos fatos*, que descreve contar com programadores e jornalistas trabalhando na equipe.

A questão política aparece com ênfase nas matérias de DDJ, sendo recorrente a atuação *watchdog* da imprensa. Para os profissionais da área, os dados passaram a compor o kit de ferramentas do Jornalismo investigativo (FELLE, 2016). Os próprios profissionais que lidam com dados em larga escala se identificam com esse ramo do Jornalismo e consideram que o papel que praticam é de agentes da accountability democrática. Por isso, Felle (2016) até conceitua o termo de Jornalismo de accountability, que é aquele em que “o jornalismo investigativo tem interesse de colocar aqueles que ocupam o poder sob vigilância, e não celebridades”. Isso surge inclusive para verificar a validade das declarações de políticos com base em números (LOOSEN; REIMER; DE SILVA-SCHMIDT, 2017), o que mostra como a literatura já vem apontando o *fact-checking* como possibilidade do Jornalismo de dados.

Outro aspecto proveniente das pesquisas sobre Jornalismo de dados e que pode ter aplicação na área da checagem é a limitação que os dados proporcionam, de modo que o “resultado jornalístico mostra ser formatado menos pelo que é considerada a melhor maneira de representar ou explorar os dados e mais pelo que pode ser feito e está disponível gratuitamente³⁹” (YOUNG; HERMIDA; FULDA, 2018, p. 13). A checagem, portanto, depende não dos dados ideais que poderiam confirmar com exatidão o que foi dito, mas das informações que estão disponíveis e que podem servir como aproximação para o estabelecimento de conclusões.

As pesquisas do Jornalismo de dados já apontaram a extrema dependência dessa atividade em dados públicos pré-processados (LOOSEN, REIMER, SILVA-SCHMIDT, 2017). No Reino Unido, os jornalistas reconhecem que as informações provêm de pedidos baseados na *Freedom of Information Act*, dispositivo da legislação similar à brasileira Lei de Acesso à Informação (BORGES-REY, 2020).

O Jornalismo de *fact-checking* pode representar, assim, uma tendência de modificação do Jornalismo: não basta o domínio das funções de reportagem e escrita. Há um aspecto técnico que não pode ser ignorado: habilidades de programação e de análise de dados são essenciais para o desempenho das atividades. Ao mesmo tempo, se

³⁹ Tradução livre. No original, em inglês: “journalistic output appears to be shaped less by what could be considered the best way of representing/exploring the data and more by what can be done and is available for free”.

espera um caráter empreendedor do profissional, que não contaria mais com um cargo de empregado em uma redação tradicional (BAKKER, 2014). Os agentes de *fact-checking* que ora se estuda se enquadram nessa linha: são iniciativas levadas a cabo por profissionais de comunicação que não se restringiram a empregos fixos em grandes empresas e lançaram suas iniciativas, que exigem profissionais aptos a lidar com dados em grande quantidade.

3.6.4 Contribuições do *fact-checking*

A checagem de fatos tem sua importância reconhecida em razão da constante utilização de redes sociais digitais pelos cidadãos, o que torna o processo de difusão e compartilhamento de informações cada vez mais complexo, pois aumenta os conteúdos gerados pelos usuários e constrói um fluxo de divulgação ininterrupto que se dissemina por diversas formas, como texto, áudio e vídeo (BRANDTZAEG et al., 2016). Já há tentativas de se construir ferramentas automáticas de checagem, mas ainda se está diante de uma tarefa que exige entendimento de texto e compreensão de mundo que computadores ainda não conseguiram desempenhar (GUHA, 2017).

Há uma disputa em curso, inclusive, para se determinar qual a melhor maneira de se combater a “era de desinformação”, epíteto concedido à atualidade. Inicialmente, é preciso pensar quais os objetivos da desinformação, pois ele pode ser tanto econômico (uma vez que os lucros aumentam conforme mais pessoas clicam nos textos, o que acarreta a utilização de técnicas *click-bait*) quanto ideológico, tendo em vista que é vantajoso distorcer fatos e dados para construir uma nova narrativa à realidade que melhor se amolde aos gostos de determinados grupos (TUÑÓN NAVARRO; OLEART; BOUZA GARCÍA, 2019).

A União Europeia, por meio de um grupo independente capitaneado pela Comissão Europeia, apontou como sugestão para o problema da desinformação o empoderamento de usuários e jornalistas através da checagem de fatos (TUÑÓN NAVARRO; OLEART; BOUZA GARCÍA, 2019). Os sites de checagem, porém, disputam com outros atores do campo jornalístico qual a melhor ferramenta para combater a circulação de informações falsas. Assim, há grupos independentes que optam por promover uma agenda política alternativa, enquanto aqueles profissionais dedicados à checagem buscam o reconhecimento da utilidade da prática.

Pesquisas já buscaram avaliar a atuação da checagem no contexto de cada país. Pueyo (2019) investigou a atuação do site El Confidencial durante um período específico, de eleições regionais para o governo da Catalunha em 21 de dezembro de 2017. Após realizar uma análise de conteúdo de todas as postagens relativas a esse processo eleitoral, o pesquisador descobriu que em 61,5% dos casos, as afirmações eram negadas ou confirmadas com base em dados pesquisados pelos jornalistas da organização. Pueyo (2019) também destacou a importância de elementos gráficos na elaboração das checagens, o que torna o componente visual mais relevante que o textual ao apresentar a checagem ao público leitor. O pesquisador espanhol aponta com cautela também a ausência de clareza sobre quais os critérios para se selecionar determinada declaração de um político ou não, para evitar que acusações de parcialidade sejam direcionadas aos checadores.

Cazetta (2018) se concentrou em descobrir quais eram as fontes utilizadas pelos checadores brasileiros e portugueses, tendo concluído que três origens predominam: a referencial, a de outras mídias e a oficial. A primeira categoria diz respeito à busca bibliográfica efetuada pelos jornalistas em artigos, livros, relatórios e outros materiais já publicados e que seriam de origem confiável. A fonte “outras mídias”, por sua vez, se refere à utilização de informações já publicadas em outros locais para embasar a checagem. Por fim, a fonte oficial correspondeu à busca de informações diretamente com o poder público, o que incluía o contato com as assessorias de imprensa estatais.

O trabalho de Cazetta também apontou que, do universo de checagens coletados, 48,3% designavam como “falso” ou “muito falso” o conteúdo checado, o que teria confirmado a predileção dos checadores por revelar conteúdos inverídicos. No que diz respeito aos alvos da checagem, a divisão entre textos sobre a situação e sobre a oposição foi apontada como tendo ocorrido na proporção de 56% (situação) a 44% (oposição), o que revelou não haver um equilíbrio total em relação àqueles que têm suas declarações escolhidas para checagens (CAZETTA, 2018).

Com base nesses dados, o autor pôde fazer um cruzamento das classificações e constatou que 65% das checagens de declarações que receberam o rótulo de falsas dos jornalistas brasileiros e portugueses eram provenientes de agentes que estavam dentro da estrutura do Estado, em seus três poderes.

Existem trabalhos também que buscam investigar as rotinas produtivas dos profissionais que trabalham com *fact-checking*, se aproximando mais de estudos da área de Comunicação. Fontes, Ferracioli e Kniess (2019) descobriram traços de checadores

brasileiros que acompanharam as eleições presidenciais em 2018 e que podem fornecer um panorama, até mesmo porque foi uma iniciativa nacional com repórteres de grupos de comunicação de diferentes plataformas e estados. Muitos checadores não acompanhavam checagem com afinco antes de começar a atividade, o que indica o caráter de aprendizagem para todos os envolvidos na atividade. Os repórteres que laboraram nesse projeto eram oriundos das redações de grandes jornais impressos e online e emissoras de rádio e TV, e não tinham contato com alguns agentes que já se dedicavam há alguns anos à checagem no Brasil, como os já citados nessa tese *Lupa e Aos fatos*.

Havia um intenso processo de colaboração ao longo da atividade, o que se diferenciava da prática cotidiana desses profissionais na redação de reportagens convencionais. Os checadores que participaram do projeto *Comprova* conversavam constantemente para trocar informações, recolher dados e revisar os textos, trabalhando característica que vem surgindo com mais destaque na última década no Jornalismo mundial (FREITAS, 2017).

A investigação voltada para as práticas dos checadores também demonstrou que as redes sociais digitais são um ponto fundamental para a atividade. Por um lado, é nessas redes que circulam as declarações que os checadores buscam desmentir, o que implica que esses profissionais acompanhem os conteúdos que lá circulam. Já sob outra visão, são as redes sociais também que permitem que os jornalistas possam desempenhar melhor seu trabalho ao facilitar o contato entre possíveis fontes e permitir que sejam encontradas informações que embasem a elaboração das matérias (FONTES; FERRACIOLI; KNISS, 2019).

Não é possível esquecer, contudo, das potenciais dificuldades ocasionadas pelo *fact-checking*. Para poder desmentir as falsidades que circulam pela esfera pública, os jornalistas de checagem são obrigados a reproduzi-las, o que pode ampliar sua circulação. Tal circulação poderia ter sido menor se aquele fato inverídico tivesse sido apenas ignorado, até mesmo porque o alcance dos textos de checagem tende a ser menores do que as afirmações errôneas circuladas anteriormente (TUÑÓN NAVARRO; OLEART; BOUZA GARCÍA, 2019). Além disso, a utilização das etiquetas como “verdadeiro” ou “falso” faria com que alguns leitores diminuíssem sua crença nas manchetes em geral (CLAYTON et al., 2020).

Para tentar compreender a disseminação desigual dessas iniciativas pelo mundo, Amazeen (2020) buscou as explicações para o aparecimento desses atores nas

sociedades no nível de acesso à tecnologia, no estado do Jornalismo naquele país e no ambiente sociopolítico. Há sinais, por exemplo, de que a adoção dos procedimentos de checagem vem mais de motivos profissionais dos jornalistas do que de uma demanda na audiência por esse serviço (GRAVES; NYHAN; REIFLER, 2016). Amazeen descobriu que há uma correlação positiva entre a liberdade de imprensa do país e a quantidade de organizações de checagem nos países, entre o nível de acesso à internet no país e a presença desses agentes e entre um grau avançado de democracia e a existência dos checadores.

Mesmo em países fora do núcleo ocidental, os checadores se estabeleceram e compartilharam a adesão a valores jornalísticos, como nos continentes africano e asiático (CHERUIYOT; FERRER-CONILL, 2018; HAQUE, 2019). Nesses países, o descontentamento com a situação atual do Jornalismo levou novos grupos a buscar oferecer produtos jornalísticos em que haja ampla transparência do público sobre as fontes e uso intensivo do Jornalismo de dados.

No caso específico dos grupos de *fact-checking*, a maioria das pesquisas na literatura internacional se dedica a perceber a influência desses grupos nas opiniões dos cidadãos. Garret, Nisbert e Lynch (2013) descobriram que os participantes expostos ao conteúdo da checagem tenderam a rejeitar a afirmação falsa que havia sido previamente apresentada. No entanto, as informações contextuais incluídas nas mensagens de *fact-checking*, comumente para aprofundamento da discussão, como fotos, reduziram o impacto da correção para o público. A sugestão dos autores, assim, era evitar citar na checagem de fatos informação que remeta a estereótipos ou generalizações.

Investigações que buscavam diagnosticar qual estilo de apresentação da checagem era mais influente na população (se um texto sozinho ou a inclusão de medidores gráficos ou escalas de níveis verdades) encontraram resultados que mostraram que, em situações políticas, era indiferente o uso de recursos gráficos. O que impactava para que a checagem fosse considerada era o partido ao qual o cidadão se identificava: quando o cidadão e o indivíduo que proferiu a frase checada eram da mesma agremiação, a correção dos *fact-checkers* era levada em conta, o que não ocorria na ausência dessa correspondência (AMAZEEN et al., 2015).

Em suma, essa vertente de pesquisa tem consolidado a posição de que os *fact-checkers* influenciam a opinião daqueles leitores que têm acesso às checagens, sendo mais influente em cidadãos mais sofisticados e com baixa tolerância a campanhas com tom negativo. Há inclusive conclusões de que os textos de *fact-checking* que mostram

que as afirmações são falsas possuem maior influência do que aqueles que comprovam a veracidade da declaração (FRIDKIN; KENNEY; WINTERSIECK, 2015).

O contexto em que a notícia é apresentada também foi considerado relevante por pesquisadores. Conforme Meng, Jun e Johar (2017), quando estão utilizando uma rede social digital, os indivíduos checam menos as informações que leem, em comparação a momentos em que tem acesso a outra notícia isolada. O fato de a informação estar no ambiente da rede social equivale a receber a notícia de um grupo, mesmo que as pessoas nem vissem o nome dos outros. Essa tendência parece mostrar que o fenômeno de redes sociais serem *echo chambers*, ou seja, só repercutirem as notícias de pessoas com pensamentos similares e reforçar as próprias crenças pode ser ainda mais amplo, pois mesmo notícias provenientes de estranhos foram pouco contestadas pelos usuários (MENG; JUN; JOHAR, 2017).

Investigação também foi feita para perceber quais as diferenças nos efeitos entre as checagens individuais e os resumos de checagens, que agrupam no mesmo lugar as verificações já feitas sobre determinado político (AGADJANIAN et al., 2019). Ao expor participantes aleatórios a verificações de apenas uma declaração e outro grupo a um resumo com várias delas checadas, sempre falsas, o estudo confirmou a hipótese de que a exposição a um conjunto de checagens negativas levou as pessoas a ver o político de maneira menos favorável e a percebê-lo como menos preciso.

Há poucos registros de investigações voltadas a aferir a reação dos políticos às postagens de *fact-checking*. Nyhan e Reifler (2013) avaliaram candidatos a vagas no Legislativo estadual dos EUA em 2012 e concluíram que os postulantes que foram avisados de que suas declarações estavam sujeitas a esses procedimentos foram menos propensos a receber os selos de falso ou equivalentes pelo *Politifact*. A presença de correção de notícias falsas pelo *Facebook* já foi tema de investigação, que confirmou que as pessoas tendem a deixar de acreditar em informações inverídicas quando confrontadas com a verificação na rede social. No caso, Bode e Vraga (2015) usaram duas notícias falsas, uma sobre supostas doenças causadas por alimentos transgênicos e outra sobre vacinas causarem autismo, que foram verificadas em textos publicados no *Facebook*, aos quais um grupo teve acesso logo após ler as incorreções. O resultado demonstrou que sim, os indivíduos que leram a correção na rede social rejeitaram as afirmações falsas.

Além disso, os próprios usuários de redes sociais podem simplesmente ignorar as afirmações e *posts* com conteúdo falso (TANDOC; LIM; LING, 2020). Na pesquisa

realizada pelos autores com moradores de Singapura, a ampla maioria do universo questionado (73%) relatou que simplesmente ignora conteúdos falsos que circulam pelas redes sociais, contra apenas 11,2% que iriam corrigir uma informação que soubessem estar equivocada e vissem circulando.

Foram identificados ali três fatores que levavam o indivíduo a se preocupar com uma informação falsa que circulava: a relevância do assunto, as relações interpessoais e a eficácia pessoal. Em assuntos que eram considerados menores (como relatos sobre celebridades), os usuários das redes sociais digitais mobilizavam menos esforço para corrigir os erros. Já a proximidade com quem divulgou a informação falsa era fator para inibir a correção, para evitar que fossem prejudicados os laços familiares ou de amizade. Ao mesmo tempo, quem detinha a informação que corrigia o erro e postava o fazia como forma de melhorar a autoestima, um fator que também foi levado em consideração pelo estudo (TANDOC; LIM; LING, 2020).

Esse capítulo apresentou a compreensão neoinstitucionalista de que o Jornalismo é um ator político. Com foco na perspectiva histórica, restou destacado como o conjunto de regras que molda a atuação dos profissionais é considerado uma instituição, de modo que se mostra pertinente o estudo a partir dessa ótica. Distinguiram-se, ainda, as quatro divisões de sistemas midiáticos que permitem uma análise comparativa: os sistemas Pluralista Polarizado, Liberal, Corporativista Democrático e Liberal Capturado. Representantes de cada um desses sistemas serão escolhidos para a análise de conteúdo, o que será melhor exposto no capítulo metodológico a seguir.

Nesse terceiro capítulo foi exposto o conceito, a evolução histórica e os efeitos do Jornalismo de checagem de fatos. Essa contextualização minuciosa do objeto empírico permitirá que a discussão dos achados dialogue com os apontamentos que a literatura especializada construiu ao longo dessa década de investigação sobre esse fenômeno de amplitude ainda recente. Assim, o próximo passo é a apresentação do percurso metodológico adotado por essa pesquisa de doutorado.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Diante do cenário teórico delineado, em que foram apresentados modelos de sistema midiático diversos e os papéis jornalísticos desempenhados, bem como a atuação do Jornalismo como agente mediador da transparência, é necessário apresentar e justificar as escolhas metodológicas de forma a alcançar os objetivos e verificar as hipóteses e questões de pesquisa formuladas por esta tese.

Assim, esse capítulo tem o intuito de demonstrar de maneira detalhada como se operacionalizou o estudo empírico desse trabalho.

4.1 Construção das hipóteses e questões de pesquisa

Para atingir o objetivo geral dessa investigação, que é compreender em que medida as agências de *fact-checking* se posicionam como atores políticos, levando em conta sua relação com a transparência pública e o desempenho dos papéis jornalísticos, o trabalho lidará com duas hipóteses e três questões de pesquisa que conduzirão o desenvolvimento da tese e foram baseadas na revisão de literatura sobre o tema constante dos capítulos anteriores.

A ampla revisão sobre transparência conseguiu demonstrar que há distinções nos países no que diz respeito à consolidação das garantias quanto ao direito à informação (MICHENER, 2015; VADLAMANNATI; COORAY, 2017; ŽUFFOVÁ, 2020). Em razão disso, presume-se que nos países que possuem legislação mais consolidada os agentes de checagem adotarão postura adversária mais frequente com base na maior diversidade de dados para elaborar seus textos, uma vez que terão à disposição elementos públicos para exercer esse papel mais crítico (EKSTROM; TOLSON, 2017; ERIKSSON, 2011; ERIKSSON; ÖSTMAN, 2013). Esse papel poderá ser observado, em particular, na atribuição das etiquetas, que são um elemento que compõe o jornalismo de checagem (OELDORF-HIRSCH et al., 2020; WALTER et al., 2019) e a partir do qual se observa o tom por meio do qual a checagem interage com o conteúdo checado. Chega-se, assim, à hipótese 1:

H1: Em países em que se constata maior previsão legal de direitos relativos à transparência, o Jornalismo de checagem adota postura mais adversária em relação aos membros do governo.

Ademais, foi visto que as particularidades de cada sistema midiático implicam posturas diferentes dos agentes midiáticos perante o campo político, o que foi apresentado no capítulo 3 da tese. Em especial, restou demonstrado como no sistema liberal há uma separação mais nítida entre o mercado de comunicação e o Estado (ANDERSON, 2008; ANDERSON; SCHUDSON, 2019; KEPPLINGER; KÖCHER, 1990), o que acarreta postura incisiva por parte dos profissionais desse sistema (BULL; ELLIOTT, 1998; CLAYMAN, 2002; CLAYMAN et al., 2012; CLAYMAN; REISNER, 1998). Por isso, dentre os quatro modelos, acredita-se que no modelo Liberal serão expostos maiores confrontos entre a imprensa de checagem e os atores políticos.

H2: O Jornalismo adota uma postura mais adversária em países do sistema Liberal em comparação aos outros três sistemas midiáticos.

Por fim, a ampla disponibilidade de informação, garantida pelas previsões legais, propicia um vasto universo de dados aos quais o jornalista pode ter acesso. Assim, para casos em que os agentes checados ocupam cargos no governo, a utilização de dados provenientes do próprio governo para desmenti-los pode representar uma estratégia de afirmação da posição adversária dos checadores.

Não há literatura prévia que se deteve para as checagens dos conteúdos postados pelas agências para averiguar se existe correlação entre os dados utilizados e os agentes checados, indicando se indivíduos de partidos de situação seriam mais propensos a receber checagem ou se ocupantes de cargos de nível federal seriam mais checados por ocuparem cargos em nível da administração no qual a transparência é mais consolidada. Tampouco há achados prévios sobre os temas de checagens em que foram utilizados dados provenientes da transparência estatal, o que desaconselha a formulação de hipótese, porém permite que se elaborem questões de pesquisa (QP) para averiguar tais aspectos.

QP1: De que maneira se relaciona a utilização de dados provenientes da transparência pelas agências com o partido que é alvo da checagem?

QP2: De que maneira se relaciona a utilização de dados provenientes da transparência pelas agências com o cargo ocupado pelo alvo das checagens?

QP3: De que maneira se relaciona a utilização de dados provenientes da transparência pelas agências com os temas abordados nas checagens?

A partir das hipóteses e questões de pesquisa, foi necessário optar por métodos de coleta e de análise dos textos, que serão evidenciados a seguir.

4.2 Escolha do *corpus*

Conforme já apresentado no capítulo 3 desta tese, a escolha dos casos a serem analisados foi decorrente da divisão de sistemas midiáticos apresentada por Hallin e Mancini (2004). Partindo dos três modelos ali apresentados (Liberal, Corporativista Democrático e Pluralista Polarizado), esse trabalho acrescenta o exemplo brasileiro, que, conforme atualização de Hallin e Mancini (2011a), não se encaixa em nenhum dos modelos pré-definidos e poderia ser considerado um modelo diverso (ALBUQUERQUE, 2012; GUERRERO; MÁRQUEZ-RAMÍREZ, 2014).

Considerando esse quatro tipos que agrupam vários países, foi necessário escolher um país representante de cada modelo, para facilitar o trabalho de comparação pretendido e garantindo que houvesse uma agência de *fact-checking* no território selecionado. Assim, o primeiro selecionado foi o Brasil, pois representa um país periférico que, consoante exposição dos capítulos anteriores, tem características que o diferencia dos três modelos clássicos de Hallin e Mancini. Já foi apontado como a pesquisa comparativa em comunicação tem se voltado pouco para países que fujam ao eixo América do Norte / Europa (ALAHMED, 2020; ALBUQUERQUE et al., 2020; CUSHION, 2008; HANUSCH; VOS, 2019; LI, 2020), o que demonstra a importância de se escolher um representante do Sul Global para essa pesquisa entre países.

Em relação ao modelo Liberal, a opção pelos Estados Unidos foi adotada por este ser o país que reúne de maneira mais intensa as características descritas nesse tipo ideal, conforme já apresentado: predominância de economia de mercado, papel limitado

do Estado na regulação da imprensa comercial neutra com prática jornalística voltada para a informação. Dentre os quatro países citados por Hallin e Mancini (além dos EUA, Reino Unido, Canadá e Irlanda), os Estados Unidos também se destacam por terem maior economia, população e destaque no cenário internacional.

No caso do modelo Corporativista Democrático, são nove países descritos como representantes do tipo: Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, Alemanha, Holanda, Noruega, Suécia e Suíça. Desses, a Alemanha é o país de maior expressão do grupo e possui agência de checagem de fatos, o que permitiu que fosse escolhido para a pesquisa. A Alemanha reúne todas as características da descrição desse modelo: alta circulação de jornais, imprensa partidária historicamente forte, uma grande autorregulação do campo midiática acompanhada de uma intervenção estatal que respeita a liberdade de imprensa.

Por fim, quanto ao modelo Pluralista Polarizado, há cinco países que se adequam ao modelo ali previsto: França, Grécia, Itália, Portugal e Espanha. Ainda que a França seja o país de maior destaque político e econômico dos citados, ela não se amolda perfeitamente à descrição de um país Pluralista Polarizado, o que já era reconhecido por Hallin e Mancini (2004). Assim, a opção desse trabalho foi por escolher a Itália como representante desse modelo, por nesse país serem mais perceptíveis as características da descrição: baixa circulação de jornais, imprensa orientada à elite política, desregulação selvagem do campo midiático na segunda metade do século XX e uma prática jornalística orientada para os comentários.

Diante dessas escolhas, quatro foram os países selecionados para o estudo: Brasil, Estados Unidos da América, Alemanha e Itália. A continuidade da pesquisa exigiu que de cada um deles fosse selecionado um agente de *fact-checking* para que se evitasse um *corpus* exagerado (só nos Estados Unidos, por exemplo, existem 50 agências em atividade citadas pelo *Duke Reporter's Lab*).

O critério nesse caso foi buscar nas redes sociais qual ator de checagem possuía mais seguidores, porque a atuação desses agentes jornalísticos acontece especialmente no campo digital: conforme exposto nos capítulos anteriores, trata-se de uma prática jornalística que teve um ápice recente com presença quase exclusiva nas redes sociais digitais, o que demonstra a validade do critério, até mesmo porque já há amplo reconhecimento de utilização das redes sociais como plataforma para disseminação de conteúdo dos agentes jornalísticos (MASSUCHIN; SOUSA, 2020; TRILLING; TOLOCHKO; BURSCHER, 2017).

No Brasil, a agência com maior presença nas redes sociais é a Agência *Lupa* (<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa>), que conta com mais de 186 mil seguidores no *Facebook* e 1821,1 mil no *Twitter* (os dados sobre quantidade nas redes sociais são sempre de janeiro de 2021).

A agência foi fundada pela jornalista Cristina Tardáguila, anteriormente responsável por uma das iniciativas pioneiras no Brasil, o blog *Preto no Branco*, já apresentado em capítulo anterior dessa tese. Desde sua fundação, a agência ocupa posição de destaque no debate público sobre checagens, o que já levou seus profissionais a sofrerem perseguição (Agência..., 2020) e receber críticas de empresas de comunicação tradicionais (ULIANO, 2019). Abaixo segue exemplo de checagem da Agência *Lupa*, bem como das páginas no *Facebook* e *Twitter* da agência:

FIGURA 12 - CHECAGEM DA AGÊNCIA LUPA⁴⁰

“A proporção é maior do suicídio conforme [cresce] o grau de instrução”

Osmar Terra, ministro da Cidadania, em simpósio na Câmara dos Deputados no dia 10 de setembro de 2019

FALSO

De acordo com os dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do DataSUS, o maior índice de suicídio não está entre as pessoas que têm maior grau de instrução no país. A taxa cresce na comparação dos grupos de menor escolaridade – sem escolaridade e de um a sete anos de estudo -, mas cai nas faixas de instrução mais alta – de oito a 11 anos de estudo e de 12 anos ou mais.

Fonte: Agência *Lupa* (2019)

FIGURA 13 - TWITTER DA AGÊNCIA LUPA

⁴⁰ Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/09/13/suicidio-osmar-damare-mandetta/>. Publicado em 13 set 2019.



Fonte: *Twitter* (2021)

FIGURA 14 - FACEBOOK DA AGÊNCIA LUPA



Fonte: *Facebook* (2021)

Nos Estados Unidos, a agência mais seguida é a *Factcheck.org* (<https://www.factcheck.org>), com mais de 858 mil seguidores no *Facebook* e 201,9 mil no *Twitter*. Essa organização foi criada em 2003 pelo *Annenberg Public Policy Center*, da Universidade de Pensilvânia, o que a torna uma das pioneiras na checagem de fatos. Composto por uma equipe de jornalistas com passagem por diversas empresas de

comunicação norte-americanas, seu financiamento provém da universidade a qual está vinculada e também de doações individuais.

FIGURA 15 - TWITTER DO FACTCHECK.ORG



Fonte: *Twitter* (2021)

FIGURA 16 - FACEBOOK DO FACTCHECK.ORG



Fonte: *Facebook* (2021)

A agência alemã escolhida foi a *Correctiv* (<https://correctiv.org/thema/faktencheck/>), que é o site de checagens com mais exposição nas mídias sociais (mais de 55 mil seguidores no *Facebook* e 17,6 mil seguidores no *Twitter*). Essa é a única agência de checagens alemã que está associada ao IFCN, o que também motivou a sua escolha para o *corpus* da pesquisa, sendo que nela trabalham atualmente sete jornalistas (UNSER TEAM, 2021). Essa organização está associada a um centro de pesquisa homônimo que se dedica à prática do Jornalismo investigativo no país europeu.

FIGURA 17 - TWITTER DO CORRECTIV



Fonte: *Twitter* (2021)

FIGURA 18 - FACEBOOK DO CORRECTIV



Fonte: *Facebook* (2021)

E por último, na Itália, a agência escolhida foi a *Pagella Politica*, com mais de 37 mil seguidores no *Facebook* e 17,5 mil no *Twitter*). Nesse país também a *Pagella Politica* é a única organização associada à IFCN, justificando assim sua escolha para o *corpus*. Ela foi fundada em 2012 por dez jornalistas do país e produz conteúdos de checagem que são publicados por grandes grupos de comunicação nacionais, como a

agência de notícias *Agenzia Giornalistica Italia* e o canal de televisão *Rai*. Sua relevância no contexto nacional pode ser comprovada pelos ataques que recebeu de partidos políticos nacionais, como o *Fratelli d'Italia* (LOTTERIA..., 2020).

FIGURA 19 - TWITTER DA PAGELLA POLITICA



Fonte: *Twitter* (2021)

FIGURA 20 - FACEBOOK DA PAGELLA POLITICA



Fonte: *Facebook* (2021)

Assim, chegou-se aos quatro agentes de *fact-checking* que seriam objeto empírico dessa pesquisa: Agência *Lupa* (Brasil), *Factcheck.org* (Estados Unidos), *Correctiv* (Alemanha) e *Pagella Politica* (Itália).

4.3 Coleta do *corpus*

Uma vez definidos os agentes a serem estudados, é necessário indicar como foram obtidos os textos de análise e o período temporal analisado.

Para ter acesso aos textos publicados por cada um dos agentes, foi utilizada a ferramenta paga *Twitonomy*, que providenciou uma listagem de todos os *tweets* de cada página dos checadores de fatos. Essa plataforma foi utilizada apenas para facilitar a busca pelos *tweets* das agências. É preciso ressaltar que o trabalho de divulgação das agências de checagem ocorre nas redes sociais digitais, o que garante que as checagens aparecerão no *Twitter*. Algumas checagens, por exemplo, foram alvo de diversos *tweets*, de modo que foram excluídas as repetições da amostra final.

No total, foram coletados 8,989 *tweets*. Os *posts* estavam distribuídos da seguinte forma: 2,118 da *Factcheck.org*; 3,075 da *Pagella Politica*; 596 da *Correctiv*; e 3,200 da *Lupa*. Em seguida, foram selecionados apenas os *tweets* que mencionavam algum ator político, candidato ou partido.

Com a planilha integral dos *posts*, foram abertos os *tweets* para ter acesso ao link que direcionava à checagem, essa, sim, o objeto de análise dessa tese. Foram selecionadas apenas as checagens que mencionavam algum ator político ou partido político.

Como período temporal, serão escolhidos os textos veiculados entre 1º de julho de 2017 e 30 de junho de 2019 nos quais as quatro estavam em atuação nos seus países. O período de 24 meses, portanto, será a base da coleta dos textos. Assim, evita-se que a amostra seja muito reduzida e também que ela seja desproporcionalmente extensa. O período inicial também marca o começo das atividades no *Twitter* da conta mais recente, do site alemão *Correctiv*, o que permite que o mesmo período seja avaliado para todos.

Além disso, o período escolhido abrange disputas eleitorais gerais em três dos países, o que se presume que será um elemento interessante para perceber a atuação das empresas de checagem. No Brasil, em outubro de 2018, os eleitores puderam escolher presidentes, governadores e membros do Legislativo federal e estadual. Na Itália, foi em

março de 2018 que os cidadãos puderam escolher os membros da Câmara e do Senado e, por consequência, determinar quem seria o primeiro-ministro. E na Alemanha, foi em setembro de 2017 que ocorreram as eleições que levaram à formação do Parlamento e, consequentemente, da eleição do chefe de governo nacional.

O único país que não teve eleição para chefe do Executivo nesse período que compõe a amostra escolhida foi os Estados Unidos. No entanto, em 2018 ocorreram as eleições de meio de mandato presidencial, conhecidas como *mid-terms*, de grande repercussão. Nelas são renovadas quase a integralidade das duas câmaras legislativas, bem como muitos governadores são eleitos.

Isso resultou no conjunto de 2792 checagens (que correspondem à unidade de análise dessa pesquisa), divididas da seguinte maneira entre cada país: EUA - 455, Itália - 579, Alemanha - 89 e Brasil - 1669.

4.4 Construção das categorias de análise

Para atingir os objetivos da pesquisa, foi necessário realizar uma análise de conteúdo das checagens dos quatro países. Reconhece-se, antes de tudo, que a pertinência da análise de conteúdo no âmbito da comunicação política já foi consolidada (BENOIT, 2011; CERVI; MASSUCHIN, 2014; NEUENDORF; KUMAR, 2016) e vem sendo constantemente aplicada em estudos nacionais e internacionais (CHAGAS et al., 2017; DE BRUIN et al., 2020; MARCOS-GARCÍA; ALONSO-MUÑOZ; LÓPEZ-MERI, 2020; MELLADO et al., 2020; MITOZO; MARQUES, 2019; SANTOS; MARQUES; FONTES, 2020).

A partir de pesquisas prévias já levadas a cabo por esse pesquisador (FERRACIOLI; MARQUES, 2020a; FONTES; FERRACIOLI; KNISS, 2019), foi possível delinear algumas categorias a serem codificadas. Os textos foram todos lidos por um único codificador (o autor da tese), com o preenchimento das seguintes categorias: 1 – estilo do conteúdo; 2 – cargo ocupado pelo político checado; 3 – partido político; 4 – etiqueta atribuída à checagem; 5 – tema da checagem e 6 – fonte utilizada pela checagem para embasar sua conclusão. Em cada categoria só poderia ser atribuído um código, de modo que se optou sempre por aquele predominante.

Não se ignora potenciais riscos da análise de conteúdo quantitativa, como a utilização de categorias que engessem a pesquisa e não permitam que se verifiquem as sutilezas dos objetos empíricos (MICK; SCHMITZ, 2018). Houve, por isso, especial

atenção para que a construção das categorias permitisse uma comparação adequada dos quatro países aqui em análise.

A análise de conteúdo prevê que as categorias sejam mutuamente exclusivas dentro de cada variável (CARLOMAGNO; ROCHA, 2016), o que pode representar problemas na codificação ao se deparar com situações em que haveria mais de uma possibilidade. A opção pela unidade de análise ser a checagem individualizada (e não o texto publicado, que pode conter várias checagens) representa um esforço para diminuir ao máximo essas ocorrências, ressaltando que sempre foi considerado o elemento que preponderava. Optou-se também pela construção de categorias objetivas, que permitissem a replicação desse trabalho por outros pesquisadores sem que a escolha da categoria dependesse apenas de escolhas subjetivas (CARLOMAGNO; ROCHA, 2016; ROSSI; SERRALVO; JOAO, 2014).

Conforme já exposto nessa tese, é prática comum dos sites de checagem que seja concedido uma etiqueta à declaração ou conteúdo checado. Abaixo serão apresentados exemplos de como cada ator apresenta essa etiqueta aos leitores de seu país.

FIGURA 21 - RÓTULO DE CHECAGEM DA AGÊNCIA LUPA⁴¹

“O banco [Novo Banco de Desenvolvimento] já se mostrou rentável, tendo multiplicado os mais de US\$ 4 bilhões que nele [nós, os BRICS,] investimos”

Michel Temer, em discurso na reunião dos BRICS, no dia 30 de novembro de 2018

FALSO

Em 2014, cada um dos países que compõem o BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – se comprometeram a fazer um investimento inicial de US\$ 2 bilhões no Novo Banco de Desenvolvimento. O investimento inicial total acordado foi, portanto, de US\$ 10 bilhões. Mas, segundo o próprio governo brasileiro, esse valor é repassado à entidade em aportes e, até agora, o total investido pelos países-membros soma US\$ 4,473 bilhões, cifra próxima à citada por Temer em Buenos Aires.

⁴¹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/12/agencia-lupa-veja-os-erros-e-acertos-de-temer-em-buenos-aires.shtml>. Publicado em 03 dez 2018.

Fonte: Agência *Lupa* (2018)

FIGURA 22 - RÓTULO DA CHECAGEM DO *FACTCHECK.ORG*⁴²

Share The Facts



Alexandria Ocasio-Cortez
Democratic congresswoman-elect



\$21 trillion in "Pentagon accounting errors" could finance two-thirds of Medicare for All.

Twitter – Sunday, December 2, 2018

[SHARE](#) [READ MORE](#)





Fonte: *Factcheck.org* (2019)

FIGURA 23 - RÓTULO DA CHECAGEM DA *PAGELLA POLITICA*⁴³

Share The Facts



Luigi Di Maio
Ministro del Lavoro e dello Sviluppo Economico



«Ma dire che lo spread ci è già costato, quando invece il rendimento dei titoli è a dieci anni.. di che stiamo parlando?».

la Repubblica – lunedì 26 novembre 2018

[CONDIVIDI](#) [LEGGI DI PIÙ](#)





Fonte: *Pagella Politica* (2018)

⁴² Disponível em: <https://www.factcheck.org/2018/12/ocasio-cortezs-misguided-tweet/>. Publicado em 04 dez 2018.

⁴³ Disponível em: <https://pagellapolitica.it/dichiarazioni/8146/spread-quanto-ci-costi>. Publicado em 10 dez 2018.

FIGURA 24 - RÓTULO DA CHECAGEM DO CORRECTIV⁴⁴



Fonte: *Correctiv* (2018)

No que diz respeito à etiqueta das checagens, havia a possibilidade de classificação nas seguintes categorias: 1 – “verdadeiro”; 2 – “falso”; 3 – “indeterminado”; 4 – “parcialmente verdadeiro”; 5 – “parcialmente falso”; 6 – “muito falso” ou 99 – “sem etiqueta”. Tais rótulos compõem grupos em que se agruparam as etiquetas de cada agência. Como eles possuem etiquetas diferentes, cada um em seu idioma, essa sistematização foi necessária para permitir a comparação.

O quadro 5 a seguir também permite perceber que em alguns países inexistem determinadas categorias, de modo que não aparecerão nos dados daquela agência. Como exemplo, é possível ver que não houve nenhum rótulo de “parcialmente verdadeiro” nas checagens alemãs tampouco “parcialmente falso” na agência da Itália.

QUADRO 5 - CORRESPONDÊNCIA ENTRE AS ETIQUETAS

	Brasil	Itália	Estados Unidos	Alemanha
Verdadeiro	Verdadeiro.	Coreto; Vero; Segnale Verde.	True.	Richtig.
Falso	Falso.	Falso;	False.	Falsch.

⁴⁴ Disponível em: <https://correctiv.org/faktencheck/2018/06/21/nein-frau-von-storch-deutschland-ist-nicht-unsicherer-geworden/>. Publicado em 21 jun 2018.

		Ni; Segnale rosso.		
Indeterminado	Ainda é cedo para dizer; De olho; Insustentável.	Imprecise.	No evidence; Unsupported.	Unbelegt.
Parcialmente verdadeiro	Verdadeiro, mas; Contexto errado; Subestimado.	C'eri quasi; Segnale giallo.	Not the whole story; Lacks context; Don't count on it.	
Parcialmente falso	Contraditório; Exagerado; Enganoso.		Distorts the facts; Exaggerates; Misleading; Spins the facts.	Teilweise falsch.
Muito falso		Pinocchio andante; Panzana pazzesca.	Cherry picks.	Grösstenteils falsch; Völlig falsch.

Fonte: o autor (2021)

Essa opção por agrupar rótulos diferentes dados pelas agências em seus idiomas teve o intuito de padronizar a classificação e permitir a comparação entre elas, o que seria inviável caso as categorias da variável não fossem as mesmas para todas as quatro agências. Reconhece-se que a redução de etiquetas para apenas seis grupos diminui as nuances que cada idioma original expressa nos seus rótulos. Contudo, é da própria natureza da análise de conteúdo a redução para construção das variáveis, de modo que respeitaram-se as características da técnica metodológica.

A unidade de análise da pesquisa foi cada checagem considerada individualmente. Um mesmo texto no site da agência poderia conter 27 checagens de políticos diferentes (como no exemplo da Agência Lupa ocorrido durante as eleições presidenciais⁴⁵) e foi portanto categorizado 27 vezes, porque a unidade é a checagem individualizada. Assim, não houve sobreposição de rótulos, alvos da checagem ou tema, porque cada checagem costuma abordar uma frase ou rumor. Contudo, caso houvesse caso em que uma checagem pudesse se enquadrar em duas categorias de uma mesma variável, foi considerado sempre aquela predominante.

As variáveis utilizadas para a análise de conteúdo constam do quadro 6 abaixo, com as devidas explicações:

⁴⁵ Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/10/04/debate-globo/>. Publicado em 04 out 2018.

QUADRO 6 - VARIÁVEIS QUE COMPÕEM O LIVRO DE CÓDIGOS

<p>Alvo da checagem: Busca identificar se o texto trata de um ator político específico.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Checagem sobre uma declaração de ator político; 2) Checagem sobre rumor ou notícia envolvendo ator político; 3) Checagem que não trata de ator político específico.
<p>Cargo do alvo da checagem: Quando o texto trata de um ator político específico, identifica-se qual é o seu cargo. O cargo sempre foi conferido em relação à data de publicação da checagem.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Chefe de Estado/governo; 2) Membro do Poder Executivo Federal; 3) Membro do Poder Legislativo Federal; 4) Membro dos Poderes Executivos Estaduais/Municipais; 5) Membro dos Poderes Legislativos Estaduais/Municipais; 6) Membro do Poder Judiciário; 7) Atores que não ocupam cargos (por exemplo, candidatos); 8) Outros; 9) Não se aplica (para o caso de checagens que não tratam de atores políticos individuais específicos⁴⁶).
<p>Partido do alvo da checagem: Quando o texto trata de um ator político específico, identifica-se se o seu partido integra o governo ou a oposição⁴⁷.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Governo; 2) Oposição; 3) Não se aplica (para o caso de checagens cujo sujeito não é filiado a partido político)
<p>Etiqueta da checagem: Etiqueta atribuída ao texto.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Verdadeiro; 2) Falso; 3) Indeterminado; 4) Parcialmente verdadeiro; 5) Parcialmente falso; 6) Muito falso; 7) Sem etiqueta.
<p>Tema da checagem: Tema predominante no texto.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Segurança pública; 2) Saúde;

⁴⁶ Por exemplo, a checagem sobre informação divulgada pelo partido Alternative für Deutschland na Alemanha sobre destruição de propriedades, publicada em 09 de setembro de 2017. Disponível em: <https://correctiv.org/faktencheck/2017/09/09/ist-doch-nur-satire/>.

⁴⁷ Na Itália e na Alemanha (países de regime parlamentarista), foram considerados como integrantes do governo os partidos que compunham a coalizão governista. No Brasil, foram considerados como governo os partidos que compunham a base de apoio no Congresso ou possuíam ministros no governo. Nos Estados Unidos, em razão do sistema bipartidário, o partido de situação foi o Republicano, que ocupava a presidência da República no momento das checagens.

- 3) Educação;
- 4) Economia;
- 5) Infraestrutura;
- 6) Meio ambiente;
- 7) Cultura;
- 8) Relações Internacionais;
- 9) Atributos pessoais;
- 12) Eleições;
- 13) Acusação de crimes;
- 14) Administração pública;
- 15) Outros.

Fonte da checagem: fonte de onde provinham as informações utilizadas para rebater a afirmação checada

- 1) dados disponibilizados pelo poder público em portais da transparência e similares (incluindo planos de governo)
- 2) assessoria de imprensa
- 3) relatórios provenientes de outras instituições que não são do Estado
- 4) apuração de outras empresas de comunicação
- 5) sem indicação da fonte
- 6) declaração de personalidades/políticos envolvidos no fato checado
- 7) pesquisa livre em sites da Internet
- 8) dados obtidos por meio de solicitação ao Estado via Lei de Acesso à Informação ou similares

Fonte: o autor (2021)

No presente trabalho, a codificação ocorreu por um único codificador, o autor da tese, que possui proficiência nos quatro idiomas em que são publicadas as checagens: português, inglês, italiano e alemão. Não foi esquecida, contudo, a importância de garantir a confiabilidade da investigação. Tal requisito é uma decorrência dos princípios em que se baseiam a análise de conteúdo, ao lado da validade e da replicabilidade.

A análise de conteúdo é confiável a partir do momento em que parte de regras pré-estabelecidas, com o intuito de diminuir uma arbitrariedade *ad hoc* do codificador, bem como está imune a fatores alheios ao processo de codificação, como o cansaço do codificador no momento da execução da tarefa (SAMPAIO; LYCARIÃO, 2018).

Tendo em vista que a presente pesquisa é conduzida por apenas um investigador, em vez de testes de confiabilidade entre-codificadores, foi realizado um teste de estabilidade, conforme denominado por Krippendorff (2013). A intenção de tal

estratégia é garantir que o próprio pesquisador não altera suas escolhas ao entrar em contato com o material de pesquisa em momentos diversos.

Como apenas a porcentagem de concordância não é suficiente para indicar a segurança da pesquisa, optou-se por apresentar os valores do alpha de Krippendorff, que consiste em uma fórmula que varia de -1 a 1, ou seja, parte de uma discordância não-aleatória da codificação até a concordância perfeita entre os dois momentos. Esse índice foi utilizado porque não restringe o número de codificadores nem exige que todas as variáveis tenham a mesma natureza, o que permite que variáveis binárias ou contínuas sejam englobadas.

Para realizar o teste de estabilidade, foi escolhida uma amostra de 280 checagens, que correspondem a pouco mais de 10% do total dos dados selecionados. Por meio do site sorteador.com.br⁴⁸, foram escolhidos os textos a serem recodificados para o teste, de forma a garantir a aleatoriedade.

Na sequência, utilizando-se do site <http://dfreelon.org/> foi calculado o coeficiente do alpha de Krippendorff, com os seguintes resultados para as variáveis: conteúdo checado: alpha de Krippendorff = 1; cargo ocupado: alpha de Krippendorff = 0,995; partido: alpha de Krippendorff = 0,987; etiqueta: alpha de Krippendorff = 1; tema: alpha de Krippendorff = 0,991; fonte: alpha de Krippendorff = 0,992. Como todos os alpha superaram 0,9, pode-se considerar que os resultados atingem um índice ótimo na escala, o que valida o teste de estabilidade.

A partir da análise de conteúdo realizada, foi possível realizar a análise dos resultados encontrados, o que será melhor exposto no capítulo a seguir.

⁴⁸ O link do sorteio realizado é o seguinte <https://sorteador.com.br/sorteador/resultado/2368156>.

5 RESULTADOS

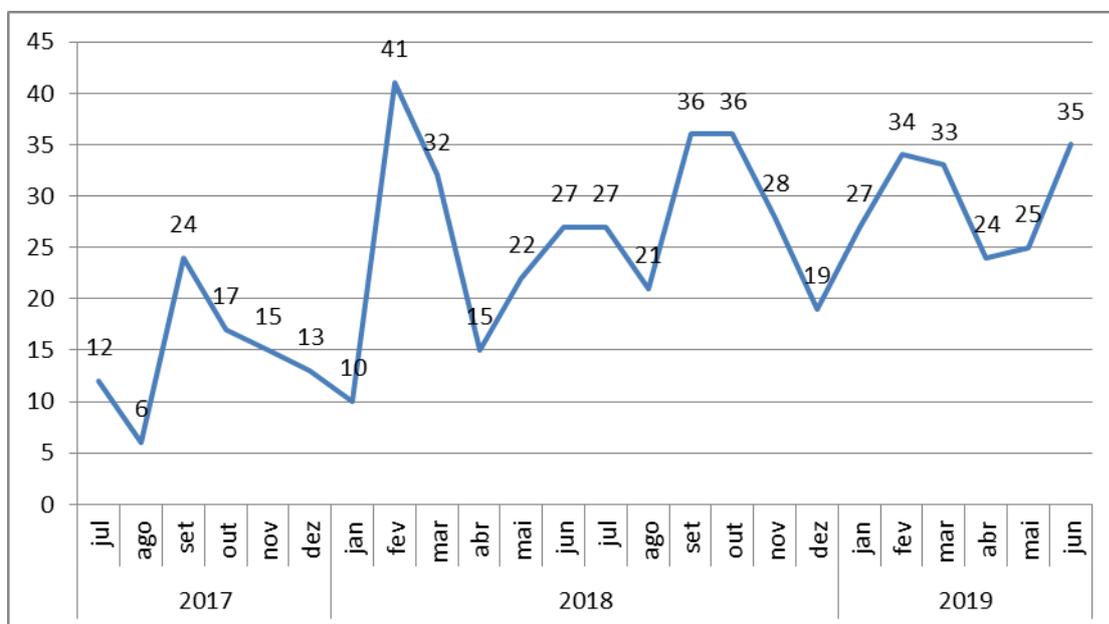
Uma vez explicados os procedimentos metodológicos dessa tese, já é possível apresentar os resultados que foram encontrados. Tais dados serão apresentados conforme cada variável.

Na sequência do capítulo serão abordados com mais detalhes testes estatísticos realizados a fim de comprovar as hipóteses de pesquisa, que incluem a apresentação de testes de correlação de Qui-quadrado e, depois, análises de correspondência das variáveis em cada um dos países.

5.1 Frequência das checagens

A primeira variável a ser apresentada é a distribuição temporal das checagens, tendo como parâmetro o mês de publicação de cada texto. Na agência italiana, o gráfico 1 abaixo demonstra a distribuição das frequências das checagens ao longo dos 24 meses analisados:

GRÁFICO 1 - NÚMERO DE CHECAGENS ITALIANAS A CADA MÊS



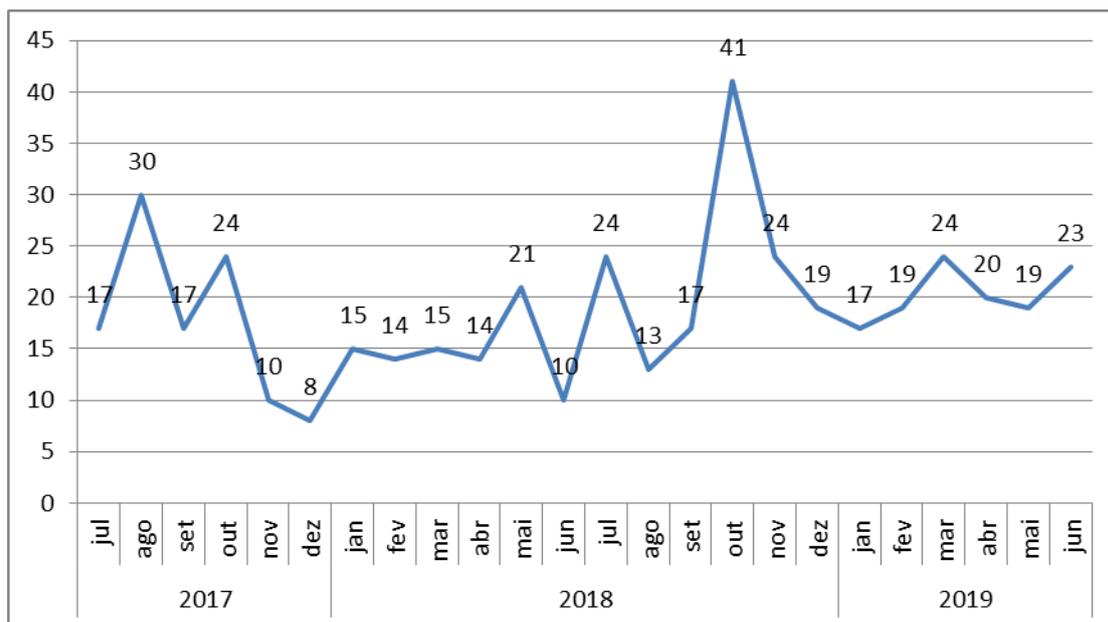
Fonte: o autor (2021)

O pico na agência de checagens italiana ocorreu em fevereiro de 2018, o que coincide mais uma vez com um período eleitoral: as eleições para renovação dos

assentos do parlamento italiano ocorreram em 4 de março de 2018. Mesmo assim, nesse país, não houve uma distribuição tão desigual das checagens pelos meses, já que ao longo de 2018 e 2019 há números bem similares todos os meses.

O gráfico 2 demonstra a divisão das checagens publicadas pelo representante dos Estados Unidos ao longo dos meses:

GRÁFICO 2 - NÚMERO DE CHECAGENS NORTE-AMERICANAS POR MÊS

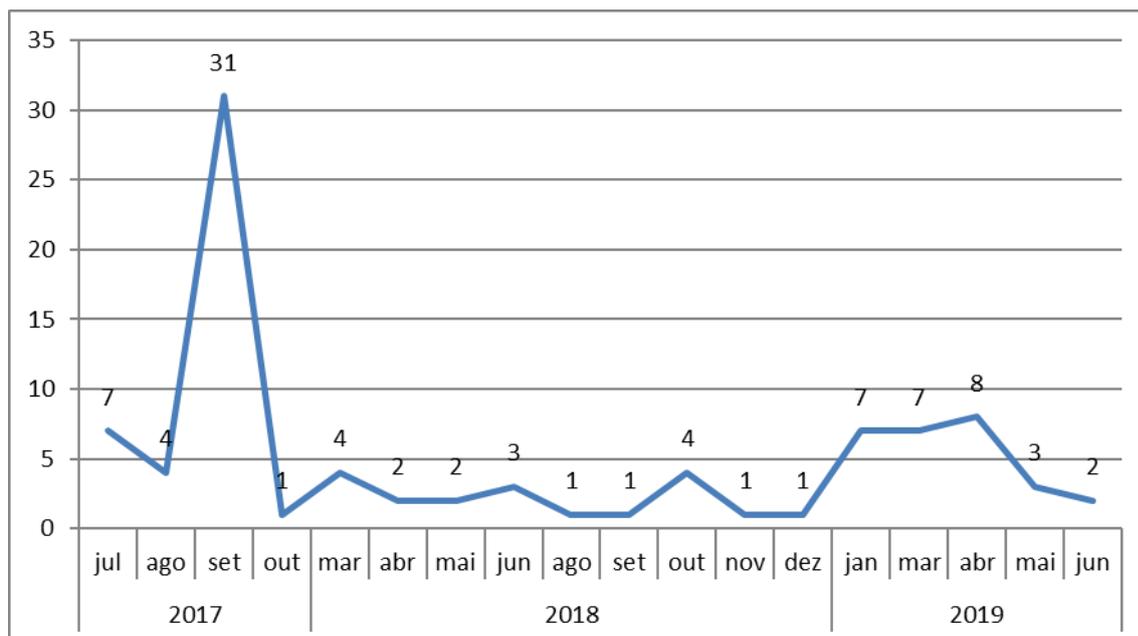


Fonte: o autor (2021)

O ápice de 41 checagens ocorre em outubro de 2018. Tal como na Itália, as eleições no país também aconteceram nesse período – a data da *midterm elections* foi em 6 de novembro de 2018. Nos outros meses, a média gira em torno de 15 a 25 checagens por mês.

No que diz respeito à Alemanha, é preciso mencionar que foram apenas 89 checagens políticas no período, o menor número dentre os países selecionados. Tal número é muito menor do que os outros países. Isso já é um indicativo de que a vigilância sobre agentes políticos não é uma preocupação primordial dos checadores alemães. O gráfico 3 apresenta a frequência por mês das checagens e pode ser visto a seguir.

GRÁFICO 3 - NÚMERO DE CHECAGENS ALEMÃS POR MÊS

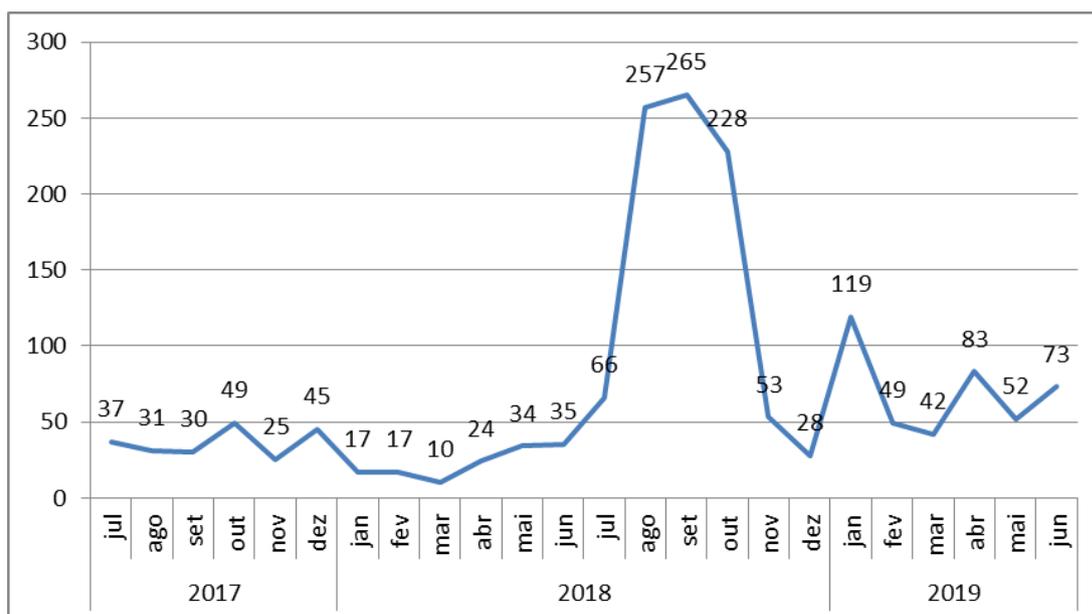


Fonte: o autor (2021)

Um ponto que já pode ser observado é a grande concentração de checagens no mês de setembro de 2017 (31). Foi nesse período que aconteceram as eleições gerais no país, mais precisamente em 24 de setembro de 2017, quando todo o Parlamento foi renovado. Considerando o regime parlamentarista ali em vigência, isso também teria consequências para o comando do país.

O último país analisado foi o Brasil, em que houve 1669 checagens conferidas. A frequência delas durante os 24 meses de análise foi descrita no gráfico 4.

GRÁFICO 4 - NÚMERO DE CHECAGENS BRASILEIRAS POR MÊS



Fonte: o autor (2021)

O pico do gráfico ocorre nos meses entre agosto e outubro de 2018, que no Brasil correspondeu ao período de campanha eleitoral nacional. Com exceção desses três meses, as checagens permaneceram numa média consistente nos outros períodos, com poucos meses em que houve mais do que 50 checagens.

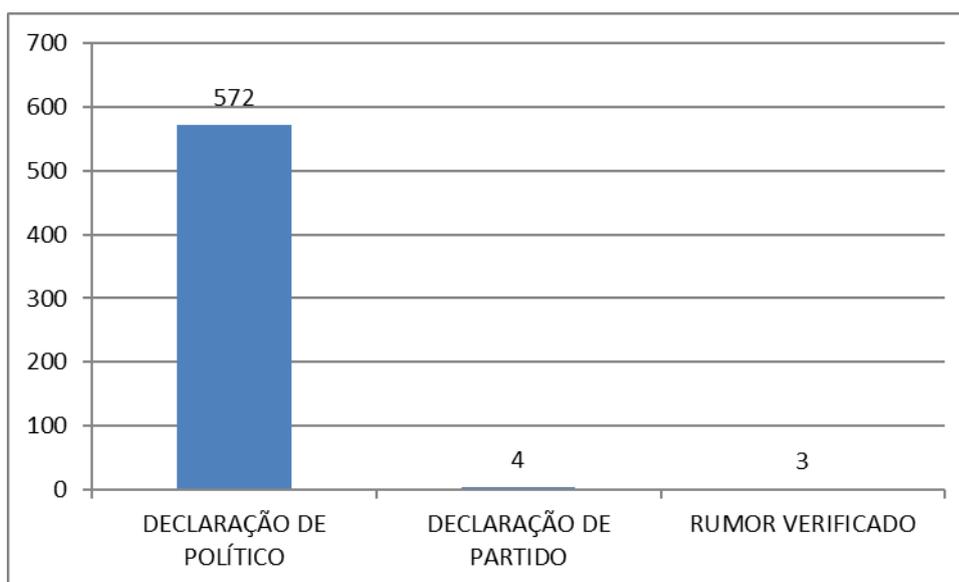
Nota-se, assim, como houve uma produção intensa ao longo das eleições, com publicação de, em média, oito checagens por dia durante a campanha para os cinco cargos em disputa, o que pode ser compreendido como um esforço da agência para aumentar sua atuação nesse período. Os outros meses do ano parecem não ser os *outliers* e indicam o verdadeiro padrão de atuação das agências de checagem.

Ademais, é possível também perceber que a representante brasileira produziu muito mais checagens que as dos outros países, superando em mais de dez vezes a quantidade alemã. Dentre os fatores que podem ter influenciado, é possível mencionar a estrutura comercial do modelo brasileiro aqui estudado. A Agência Lupa vende conteúdos para outros grupos de comunicação, o que constitui uma fonte de renda e também condiciona o seu processo. Já a representante alemã está ligada a um centro de pesquisa declaradamente não-lucrativo, ou seja, a lógica não está voltada à maximização dos ganhos financeiros por meios das checagens. Imagina-se, assim, que há menos incentivos para a produção de checagens em ritmo tão acelerado.

5.2 Tipo de conteúdo checado

Também foi verificado qual o conteúdo checado pelas agências. Na *Pagella Politica*, houve predominância quase completa das checagens de declarações de políticos, a saber, no gráfico 5:

GRÁFICO 5 - NÚMERO DE CHECAGENS ITALIANAS CONFORME TIPO DE CONTEÚDO CHECADO



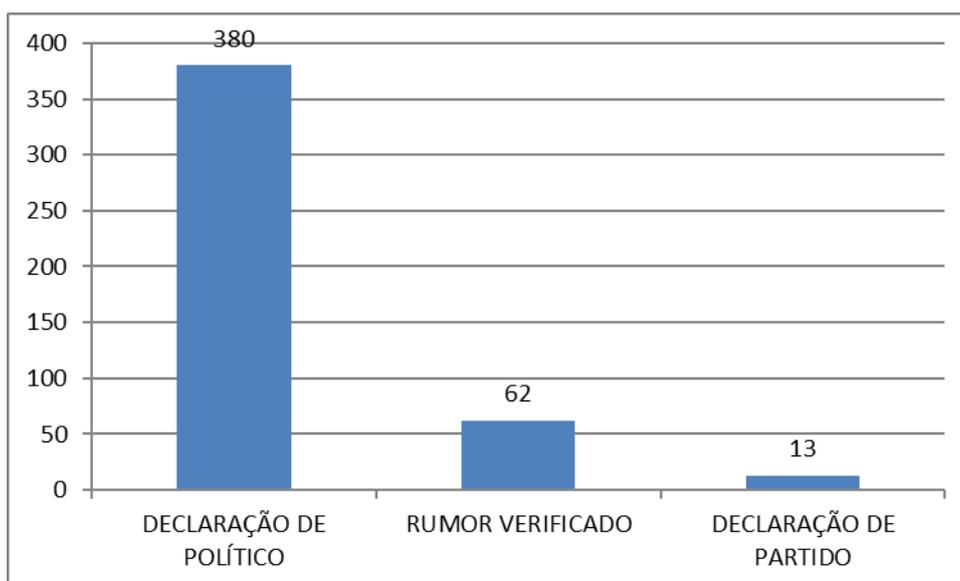
Fonte: o autor (2021)

Do conjunto de 579 checagens italianas que compuseram o *corpus*, 572 estavam direcionadas a verificar o que foi proferido por atores individualizados do campo político, o que corresponde 98,7% das ocorrências.

Eventuais afirmações proferidas por partidos políticos apareceram apenas quatro vezes, enquanto só três rumores foram objeto de checagem por parte da agência. Como exemplo, cite-se em fevereiro de 2018 (período eleitoral), em que a *Pagella Politica* verificou boato sobre a possível renúncia de candidatos do *Movimento 5 Stelle* envolvidos em denúncias.

No que diz respeito a essa mesma variável, a distribuição das checagens dos EUA ocorreu conforme o gráfico 6 a seguir:

GRÁFICO 6 - NÚMERO DE CHECAGENS NORTE-AMERICANAS CONFORME TIPO DE CONTEÚDO CHECADO



Fonte: o autor (2021)

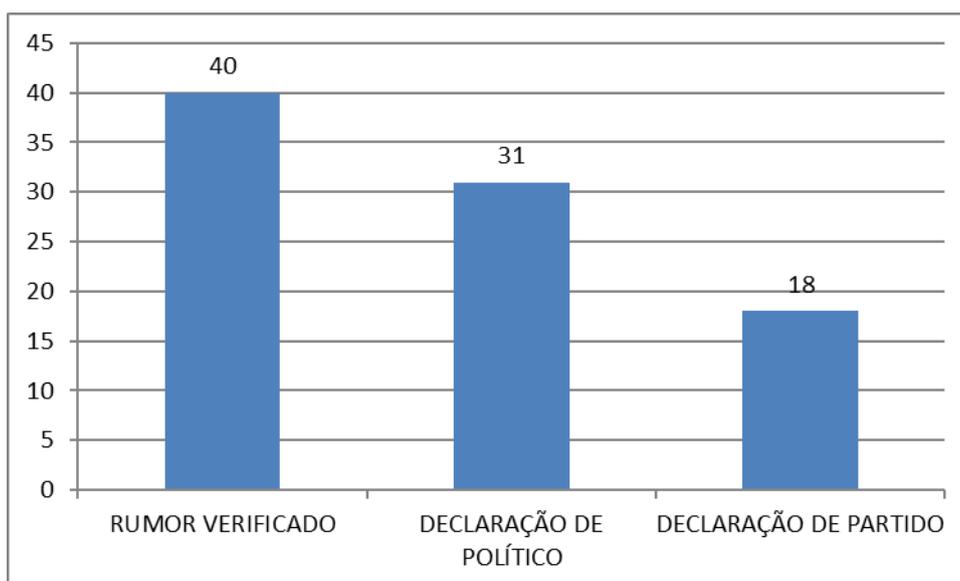
Predominaram as checagens de declarações de indivíduos do campo político, com 380 ocorrências (83,5% do total). Em segundo lugar, porém com menor aparição, encontram-se os rumores verificados pela agência, que surgiram 62 vezes (13,6%). Isso ocorreu quando foi verificado se era verdadeiro o rumor de que o senador Chuck Schumer (Democrata) havia recebido 500 mil dólares de doação de grupos que defendem os direitos dos imigrantes⁴⁹. As checagens de declarações de partidos só ocorreram 13 vezes (2,8% do total), tal como ao avaliar se declaração do comitê democrata sobre cortes tributários promovidos pelos republicanos era verídica⁵⁰.

O tipo de conteúdo checado pelo representante alemão aparece no gráfico 7:

GRÁFICO 7 - NÚMERO DE CHECAGENS ALEMÃS CONFORME TIPO DE CONTEÚDO CHECADO

⁴⁹ Disponível em: <https://www.factcheck.org/2018/01/no-shutdown-shakedown/> Publicado em 23 jan 2018.

⁵⁰ Disponível em: <https://www.factcheck.org/2018/03/tax-cut-ads-preview-midterm-elections-ahead/>. Publicado em 07 mar 2018.



Fonte: o autor (2021)

O gráfico já demonstra que a Alemanha foi o país no qual o checador deu maior preferência a desvendar as notícias sobre agentes políticos, categoria que aparece em primeiro lugar com 40 ocorrências, em 44,9% das vezes. Foi assim que vários boatos foram verificados, como o suposto apoio da primeira-ministra Angela Merkel (CDU) a grupos muçulmanos na Síria⁵¹.

31 textos verificaram declarações proferidas por políticos, o que corresponde a 34,8%, dentre os quais é possível citar checagem que verificou afirmações do deputado Jörg Meuthen (AfD) sobre o acesso de turcos à previdência social alemã⁵². A agência alemã foi a que mais julgou declarações promovidas por partidos, ainda que tenha sido a menos recorrente como em todos os outros países. O partido AfD⁵³ foi o mais citado nesse caso, tendo aparecido em 15 dos 18 textos, como quando acusou antifascistas de tentarem danificar patrimônio urbano⁵⁴.

O gráfico 8 seguinte mostra a divisão sobre o que foi checado pela agência brasileira:

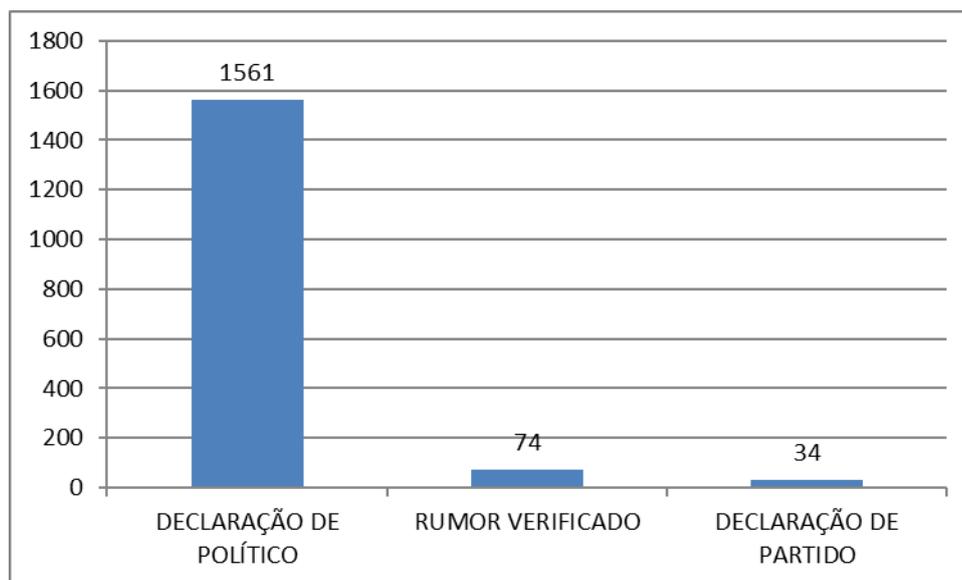
⁵¹ Disponível em: <https://correctiv.org/faktencheck/2018/04/24/nein-merkel-finanziert-keine-islamisten-in-syrien>. Publicado em 24 abr 2018.

⁵² Disponível em: <https://correctiv.org/faktencheck/artikel-faktencheck/2017/09/18/belasten-tuerkische-angehoerige-unsere-kassen>. Publicado em 20 set 2017.

⁵³ O partido AfD é de extrema-direita e foi fundado em 2012 com uma atuação anti-Europa. Tornou-se a primeira agremiação de extrema-direita a conquistar assento no Parlamento alemão desde a Segunda Guerra Mundial (ARZHEIMER, 2015)

⁵⁴ Disponível em: <https://correctiv.org/faktencheck/2017/09/09/ist-doch-nur-satire>. Publicado em 09 set 2017.

GRÁFICO 8 - NÚMERO DE CHECAGENS BRASILEIRAS EM RELAÇÃO AO CONTEÚDO CHECADO



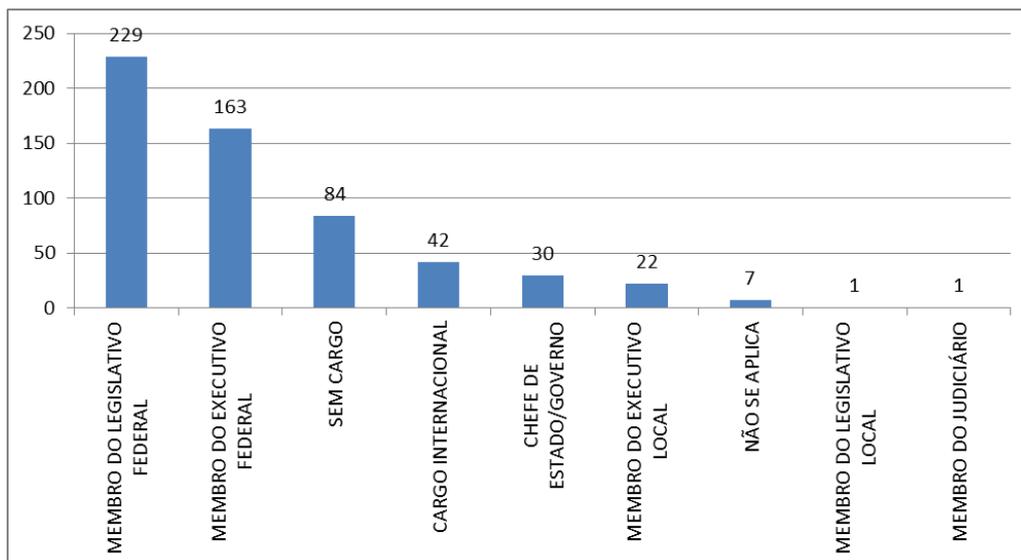
Fonte: o autor (2021)

De maneira predominante, a *Lupa* se dedicou a checar conteúdos proferidos por pessoas identificadas com o universo político (93,5% das ocorrências). Na sequência, houve 4,5% de checagens dedicadas a cobrir rumores envolvendo o universo político e o tipo de conteúdo mais raro foram as checagens de declarações de partidos (2%).

5.3 Cargo ocupado pelo político checado

A próxima variável analisada diz respeito ao cargo ocupado pelo político. Mais uma vez, inicia-se pela Itália, como consta do gráfico 9 abaixo:

GRÁFICO 9 - NÚMERO DE CHECAGENS ITALIANAS CONFORME CARGO OCUPADO PELO POLÍTICO CHECADO



Fonte: o autor (2021)

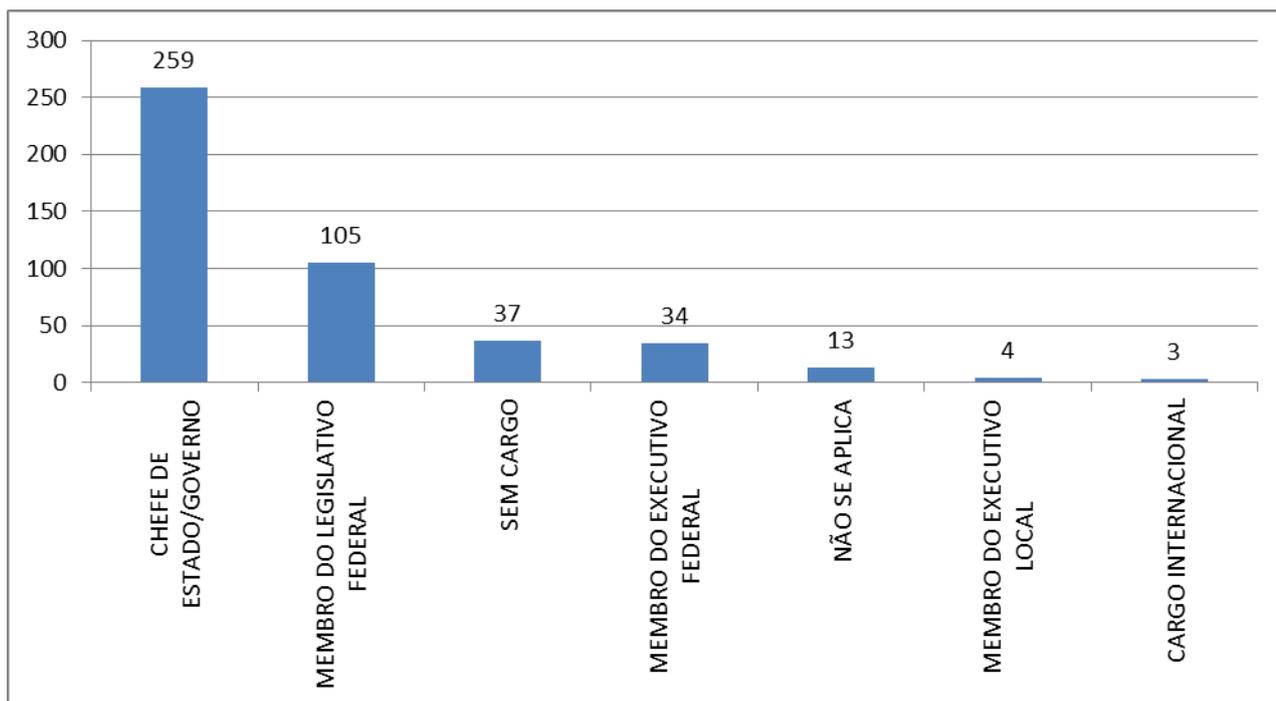
A categoria mais recorrente foi de “membros do Legislativo do governo central” (por mais que a Itália não seja uma federação, a comparação tomou como base a distinção entre o governo central em Roma e aqueles das regiões e municípios). Como também há duas casas legislativas, foram considerados parlamentares da Câmara dos Deputados e do Senado, que apareceram em 229 textos (39,5%).

Na sequência, pode-se notar a presença de “membros do Executivo central” (citados 163 vezes ou 28,1%), que aqui consistem, em regra, nos ministros que compõem o gabinete de ministros que comanda o país. Houve também grande ênfase em checar indivíduos que não ocupavam cargos na administração, com recorrência em 84 checagens (14,5%). Aqui se encaixa o ex-primeiro-ministro Silvio Berlusconi (*Forza Italia*), que na época já não ocupava cargo público, mas foi frequentemente verificado.

Uma categoria que aparece para esse país e era pouco frequente no Brasil é a de “cargo internacional”, com 42 aparições (7,9%). Nesse grupo estão englobados eurodeputados e representantes da Comissão Europeia, que têm relevância para o contexto daquele país e não encontram correspondência no Brasil.

O próximo gráfico, de número 10, mostra a distribuição das checagens quanto ao cargo ocupado pelas figuras checadas nos Estados Unidos:

GRÁFICO 10 - NÚMERO DE CHECAGENS NORTE-AMERICANAS CONFORME CARGO OCUPADO PELOS ALVOS DA CHECAGEM



Fonte: o autor (2021)

O alvo preferencial da *Factcheck.org* foi “chefe de Estado/governo”, que no caso norte-americano é o presidente da República. Ao longo de todo o período, Donald Trump (Republicano) ocupou essa posição 259 vezes (56,9%), sendo alvo de checagens como quando garantiu que a construção do muro na fronteira com o México impediria que as drogas chegassem aos EUA⁵⁵.

O segundo cargo ocupado mais checado pela agência foi “membros do Legislativo federal”, que englobam tanto a *House of Representatives* quanto o Senado em razão da divisão bicameral adotada pelo país. Tal grupo surgiu 105 vezes (23%). Por exemplo, o congressista Keith Elisson (Democrata) foi checado ao afirmar que a Suprema Corte havia ratificado o bloqueio da entrada de muçulmanos no território americano⁵⁶.

Aqueles que não ocuparam cargo foram checados 37 vezes – 8,1% do total. Esse número se deve à atenção da agência ao ex-presidente Barack Obama (Democrata) que era checado ao dizer que as atitudes dos republicanos nas votações das leis sobre plano de saúde já haviam prejudicado três milhões de americanos⁵⁷.

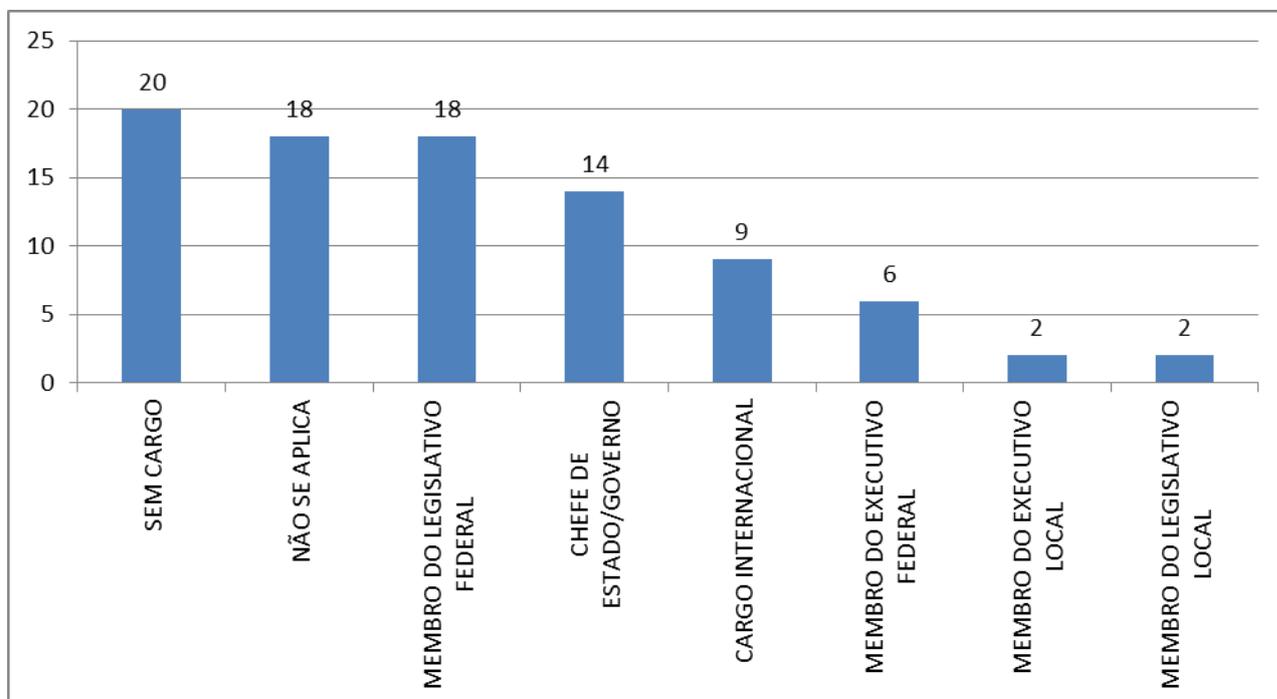
⁵⁵ Disponível em: <https://www.factcheck.org/2017/08/will-trumps-wall-stop-drug-smuggling/>. Publicado em 30 ago 2017.

⁵⁶ Disponível em: <https://www.factcheck.org/2018/06/trumps-travel-ban-doesnt-affect-all-muslims/>. Publicado em 28 jun 2018.

⁵⁷ Disponível em: <https://www.factcheck.org/2018/09/obama-cherry-picks-uninsured-figure/>. Publicado em 12 set 2018.

Na representante alemã entre as agências, o gráfico 11 demonstra qual foi a distribuição dos cargos ocupados pelos alvos das checagens:

GRÁFICO 11 - NÚMERO DE CHECAGENS ALEMÃS CONFORME CARGO OCUPADO PELOS POLÍTICOS



Fonte: o autor (2021)

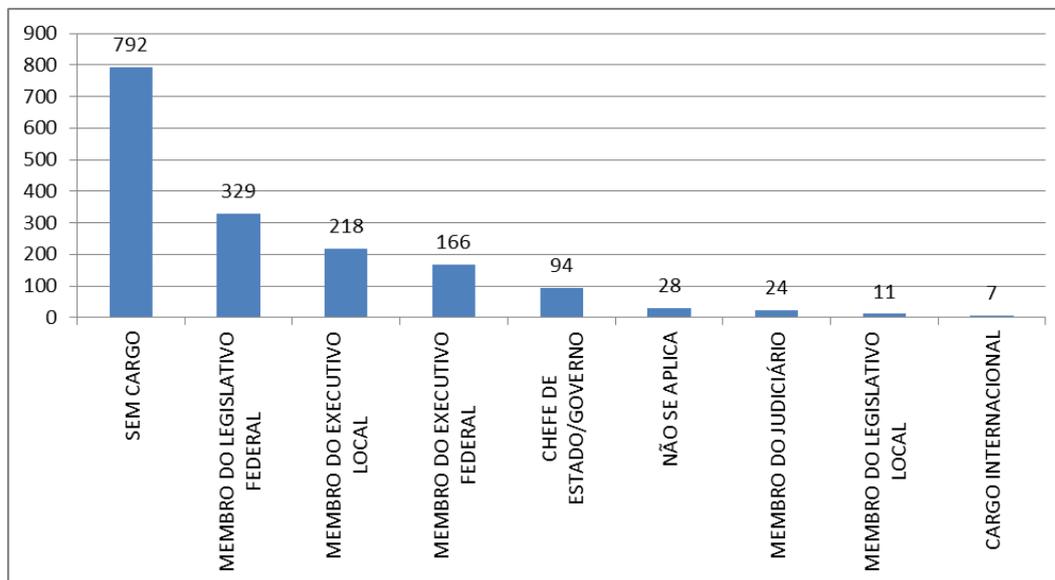
É possível ver que a maior quantidade de textos (20, ou 22,4%) abordava políticos que não ocupavam qualquer cargo. Isso está relacionado ao fato de grande quantidade de checagens ter sido publicada no período eleitoral, quando os atores ainda disputavam os cargos que almejavam. Assim, Nicolaus Fest (AfD) que hoje é eurodeputado foi checado em agosto de 2017 ao debater os pedidos de asilo político⁵⁸.

Empatados com “membros do Legislativo federal” (que na Alemanha compreendem apenas os deputados do Parlamento, pois adota um regime unicameral), estão os casos em que a checagem verificou discursos de entidades partidárias, sem que houvesse um indivíduo definido, por isso foi definido como “não se aplica”. A chefe de governo foi presente 14 vezes, sem menção ao chefe de Estado, que no caso alemão é o presidente.

⁵⁸ Disponível em: <https://correctiv.org/faktencheck/2017/08/11/verwirrspiel-mit-fluechtlingszahlen/>. Publicado em 11 ago 2017.

Por fim, o gráfico 12 a seguir demonstra quais foram os cargos ocupados pelos políticos checados pela agência *Lupa*.

GRÁFICO 12 - NÚMERO DE CHECAGENS BRASILEIRAS CONFORME O CARGO OCUPADO PELO POLÍTICO CHECADO



Fonte: o autor (2021)

Já é possível constatar que o maior número de checados consiste em pessoas que não ocupavam cargo público no momento da checagem (47,4% das unidades). Como já visto na frequência, o auge da cobertura ocorreu durante o período eleitoral, em que muitos dos candidatos ainda não ocupavam nenhum cargo público. Houve checagens de debates da disputa presidencial e de dois estados e Distrito Federal, no qual estavam presentes pessoas que não ocupavam cargos (alguns que renunciaram para participar dessa contenda, como foi com Geraldo Alckmin e João Doria, ambos do PSDB).

Com menos de metade dos casos, o segundo grupo citado com recorrência foi o de “membros do Legislativo federal” - no caso brasileiro, senadores e deputados federais - com 329 checagens (19,7%). É preciso considerar aqui que alguns dos candidatos na disputa eleitoral ocupavam cargo no Legislativo, o que é permitido pela legislação brasileira – como exemplo, o então deputado federal Jair Bolsonaro (PSL)⁵⁹.

⁵⁹ O então deputado federal Jair Bolsonaro se filiou ao PLS em 07 de março de 2018. Até então ele integrava o PSC. A classificação respeitou essa divisão temporal. Ver mais em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/03/jair-bolsonaro-se-filia-ao-psl-para-disputar-o-planalto.shtml>.

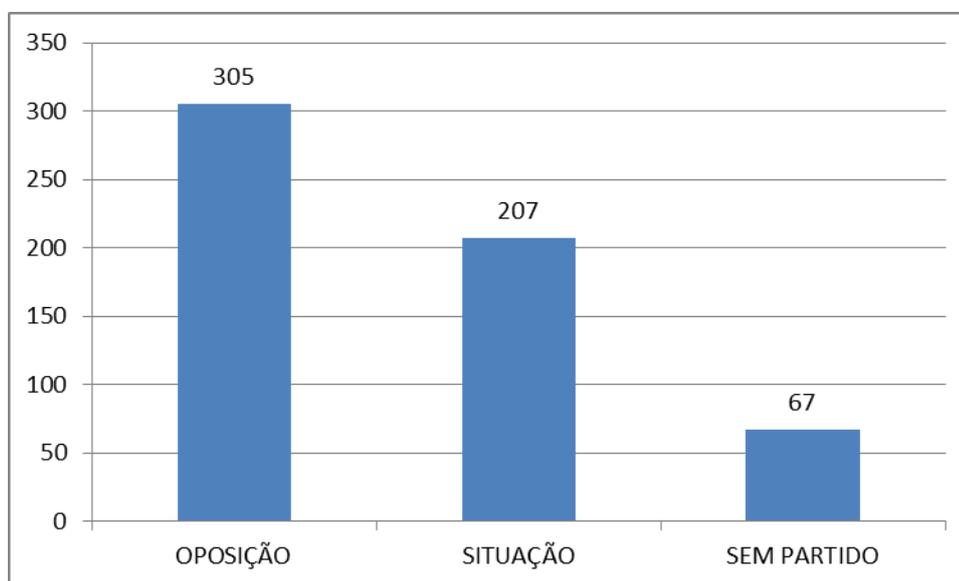
A cobertura das eleições também é responsável pelo alto número de “membros do Executivo local” (estadual ou municipal contemplados), que foi de 218 (13% do total). Nas unidades da federação em que houve o acompanhamento de debates, o então governador concorria à reeleição e foi checado, como foi o caso de Márcio França no estado de São Paulo e Rodrigo Rollemberg no Distrito Federal, ambos então no PSB.

Na sequência vieram “membros do Executivo federal” (que como já dito excluem o presidente), com 166 (9,9%); “chefe de Estado/governo” – que no caso brasileiro corresponde apenas ao presidente da República, que foi checado 94 vezes (5,6%); bem como por outros casos que não correspondem sequer a 2% do total.

5.4 Partidos e políticos alvo da checagem

Ademais, averiguou-se em cada país se as checagens recaíam sobre partidos da oposição ou da situação. Os resultados da agência italiana podem ser conferidos no gráfico 13 a seguir.

GRÁFICO 13 - NÚMERO DE CHECAGENS ITALIANAS CONFORME PARTIDO ALVO DA CHECAGEM



Fonte: o autor (2021)

A maior parte das checagens (205, que compõem 52,6%) recaiu sobre partidos de oposição. Como houve mudança no grupo que comandava o país depois das eleições de 2018, esse bloco agrega partidos dos mais diversos. Já 207 checagens (35,7%)

envolviam partidos da situação, ou seja, que compunham a base governamental naquele momento.

Um conjunto de 67 textos (11,5%) checkou indivíduos que não possuíam afiliação a partido. Isso ocorreu em grande parte porque o primeiro-ministro Giuseppe Conte não é afiliado a nenhum partido, se declarando independente.

Para esclarecer quais os políticos citados, que somaram 149 diferentes, destacam-se na tabela 1 abaixo os 20 com maior incidência:

TABELA 1 - POLÍTICOS MAIS CITADOS PELAS CHECAGENS ITALIANAS

MATTEO SALVINI	82
LUIGI DI MAIO	54
MATTEO RENZI	33
SILVIO BERLUSCONI	24
GIUSEPPE CONTE	23
GIORGIA MELONI	23
CARLO CALENDIA	16
ALESSANDRO DIBATISTA	13
MARCO MINITTI	11
PAOLO GENTILONI	11
NICOLA ZINGARETTI	10
LUIGI MARATTIN	10
RENATO BRUNETTO	9
PIETRO GRASSO	8
DANILO TONINELLI	8
ANNA MARIA BERNINI	7
EMMA BONINO	7
LAURA BOLDRINI	7
NICOLA FRATOIANNI	6
MARIA ELENA BOSCHI	6

Fonte: o autor (2021)

A pessoa mais verificada é Matteo Salvini (*Lega Nord*), que é senador e ocupou por um período o Ministério do Interior, tendo aparecido em 82 dos textos (14,1%). Salvini é líder do partido de extrema-direita *Lega Nord*. Já o segundo mais checado, com 54 textos (9,3%) foi Luigi di Maio, do partido *5 Stelle*. Ele é deputado e foi também ministro do desenvolvimento econômico, no mesmo período que Salvini.

Na 3ª e 4ª posições estão dois políticos que no período temporal aqui estudado eram ambos ex-primeiro-ministros da Itália: Matteo Renzi (PD) e Silvio Berlusconi (*Forza Italia*), com respectivamente 33 (5,6%) e 24 textos (4,1%) cada.

Por partido, é possível ver as tendências de checagem da *Pagella Politica*. É preciso registrar que em 67 das checagens não havia partido mencionado, que ocupam o quarto lugar na tabela 2 abaixo:

TABELA 2 - PARTIDOS CITADOS NAS CHECAGENS ITALIANAS

PD	137
5 STELLE	127
LEGA NORD	98
SEM PARTIDO	67
FORZA ITALIA	56
FRATELLI D'ITALIA	27
LIBERIUGUALI	19
SINISTRA ITALIANA	11
MDP	8
FORZA EUROPA	7
POSSIBILE	6
AP	4
RADICALI ITALIANI	3
POTERE AL POPOLO	2
CENTRISTI PER L'EUROPA	2
VERDI	1
PARTIDO SOCIALISTA ITALIANO	1
NUOVO CENTRO DESTRA	1
ENERGIE PER L'ITALIA	1

Fonte: o autor (2021)

O partido mais recorrente foi o *Partito Democratico* (PD)⁶⁰, com 137 aparições (23,6%). Membro da coalização que governava o país até 2018, após as eleições gerais ele passou para o campo da oposição. Quem assumiu foi o *5 Stelle*⁶¹, que surgiu 127 vezes ao longo do *corpus* (21,9%), seguido pelo *Lega Nord*⁶² que compõe a coalização governista ao seu lado e surgiu em 98 textos (16,9%).

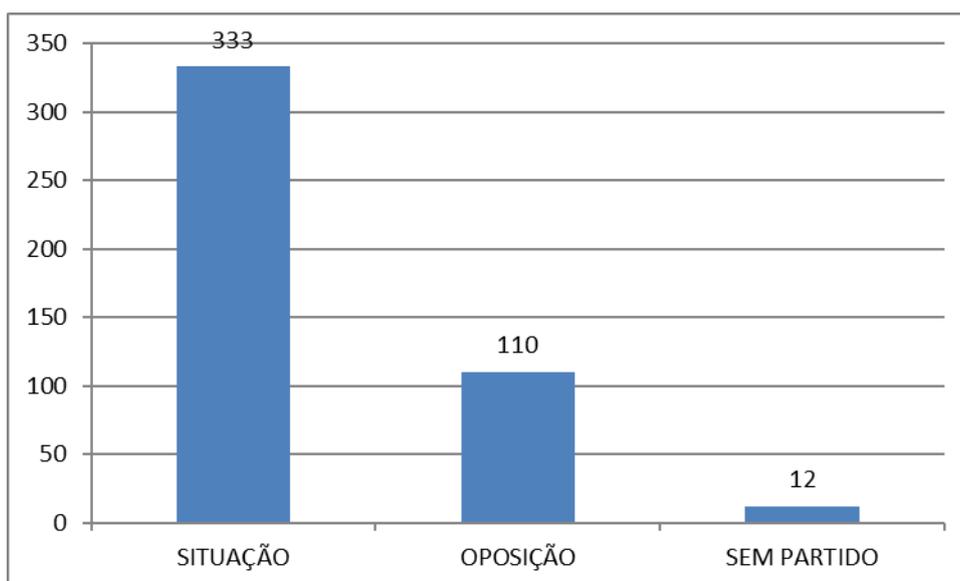
Nos Estados Unidos também se categorizaram as checagens com base no partido que foi alvo, conforme gráfico 14 que se vê na sequência.

GRÁFICO 14 - NÚMERO DE CHECAGENS NORTE-AMERICANAS CONFORME PARTIDO ALVO DA CHECAGEM

⁶⁰ Agremiação italiana tradicional de centro-esquerda (CERON; NEGRI, 2017)

⁶¹ Partido fundado em 2009 pelo comediante Beppe Grillo como discurso crítico à democracia representativa tradicional e estímulo a modalidades de democracia direta (MOSCA, 2020)

⁶² Agremiação de direita do Norte da Itália que defende políticas regionalistas em detrimento da unidade nacional (GIORDANO, 2000)



Fonte: o autor (2021)

333 textos (73,1%) se voltavam ao partido da situação, que no caso é o partido Republicano⁶³, que dominou o Executivo federal e o Senado ao longo de todo esse período. Já a segunda posição foi do partido de oposição, que em razão do sistema bipartidário americano consiste no partido Democrata⁶⁴, com recorrência de 110 vezes (24,1%).

Para facilitar a compreensão da atuação da *Factcheck.org*, dentre os 82 políticos americanos, destacam-se os 20 mais citados na tabela 3 abaixo:

TABELA 3 - POLÍTICOS CITADOS NAS CHECAGENS NORTE-AMERICANAS

DONALD TRUMP	259
NANCY PELOSI	13
BERNIE SANDERS	11
BARACK OBAMA	9
ALEJANDRA OCASIO-CORTEZ	9
KAMALA HARRIS	8
CHUCK SCHUMER	7
JOE BIDEN	6
BETO O'ROURKE	5
HILLARY CLINTON	5
CORY BOOKER	4
KELLYANNE CONWAY	4

⁶³ Agremiação tradicional norte-americana que defende posições à direita do espectro político (MILLER; SCHOFIELD, 2008)

⁶⁴ Partido norte-americano cujo discurso é mais preocupado com questões sociais (MILLER; SCHOFIELD, 2008).

RUDOLPH GIULIANI	3
MICK MULVANEY	3
ELIZABETH WARREN	3
VLADIMIR PUTIN	3
MIKE PENCE	3
DON TRUMP JR	3
SCOTT PRUITT	3
TED CRUZ	3
KIRSTJEN NIELSEN	3
KELLI WARD	3

Fonte: o autor (2021)

Como já havia sido mencionado, o presidente Donald Trump (Republicano) esteve presente em 259 checagens, uma superioridade de mais de mil por cento sobre o segundo colocado. A segunda pessoa mais recorrente nas checagens foi Nancy Pelosi, que é democrata e presidente da *House of Representatives* – o correspondente nos EUA à Câmara dos Deputados brasileira. Ela surge nas checagens ao, por exemplo, aumentar o número da dívida tributárias das empresas no país⁶⁵.

Chama atenção também que depois de Trump os próximos verificados pertencem ao partido Democrata, até Kellyanne Conway, ligada ao partido Republicano e conselheira do governo Trump até 2020, que surgiu em quatro checagens.

No caso alemão, optou-se por demonstrar inicialmente na tabela 4 quais foram os mais citados. Ao todo, 40 diferentes foram mencionados. Aqueles que só foram citados uma vez não constam da tabela, para facilitar a visualização dos dados.

TABELA 4 - POLÍTICOS CITADOS NAS CHECAGENS ALEMÃS

ANGELA MERKEL	14
ALICE WEIDEL	6
MARTIN SCHULZ	5
JÖRG MEUTHEN	3
EMMANUEL MACRON	3
KATRIN GÖRING-ECKARDT	2
JÜRGEN TRITTIN	2
MARTIN SICHERT	2
CLAUDIA ROTH	2
OLAF SCHOLZ	2

Fonte: o autor (2021)

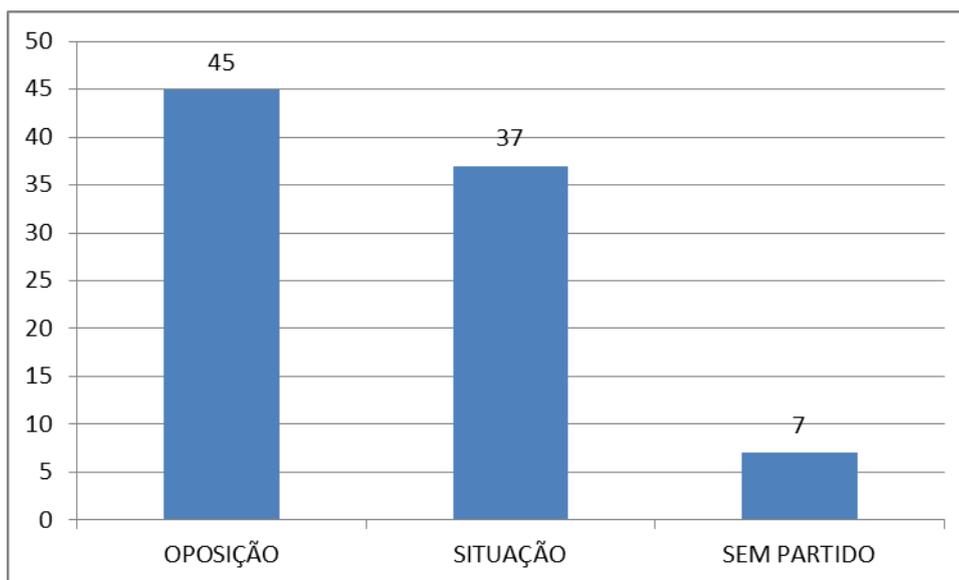
⁶⁵ Disponível em: <https://www.factcheck.org/2018/01/pelosi-inflates-tax-cuts/>. Publicado em 12 jan 2018.

A política que mais aparece nas checagens individualmente é a chefe de governo Angela Merkel (CDU), citada em 14 textos (15,7%), como ao se manifestar sobre sanções financeiras às campanhas de desinformação⁶⁶. O presidente, que é o chefe de Estado e durante esse período foi Frank-Walter Steinmeier (SPD) não chegou a ser citado ao longo dos 24 meses de estudo.

A segunda representante mais verificada foi Alice Weidel, deputada federal pelo partido AfD, que apareceu seis vezes na cobertura da *Correctiv*, por exemplo ao se posicionar sobre os atrativos do país para imigrantes⁶⁷.

Além disso, também é possível ver vislumbrar qual o partido político mencionado em cada checagem, conforme se lê no gráfico 15 abaixo:

GRÁFICO 15 - NÚMERO DE CHECAGENS ALEMÃS CONFORME PARTIDO POLÍTICO ALVO



Fonte: o autor (2021)

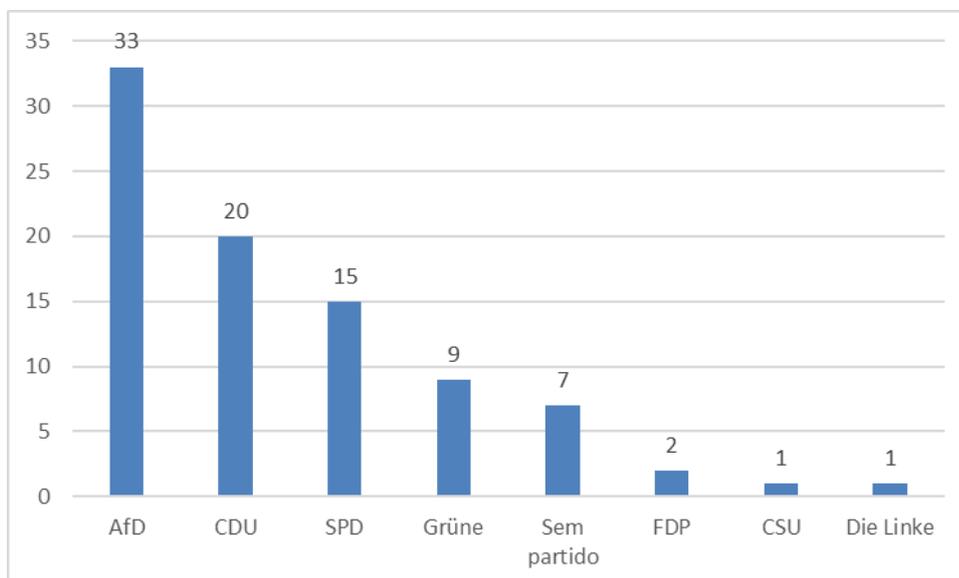
Ao contrário do que ocorreu no caso americano, aqui foram os partidos de oposição, que lideraram as checagens, com 45 aparições (50,5%). Os partidos de situação corresponderam a 37 menções, o que corresponde a 41,5% dos textos do *Correctiv*.

⁶⁶ Disponível em: <https://correctiv.org/faktencheck/politik/2018/10/19/nein-es-soll-keine-eu-sanktionen-fuer-falschmeldungen-geben>. Publicado em 19 out 2018.

⁶⁷ Disponível em: <https://correctiv.org/faktencheck/artikel-faktencheck/2017/09/20/indische-talente/>. Publicado em 20 set 2017.

Para melhor compreender a divisão de partidos, é interessante que se saiba quais foram citados, o que pode ser visto no gráfico 16 a seguir:

GRÁFICO 16 - PARTIDOS POLÍTICOS MENCIONADOS NAS CHECAGENS ALEMÃS



Fonte: o autor (2021)

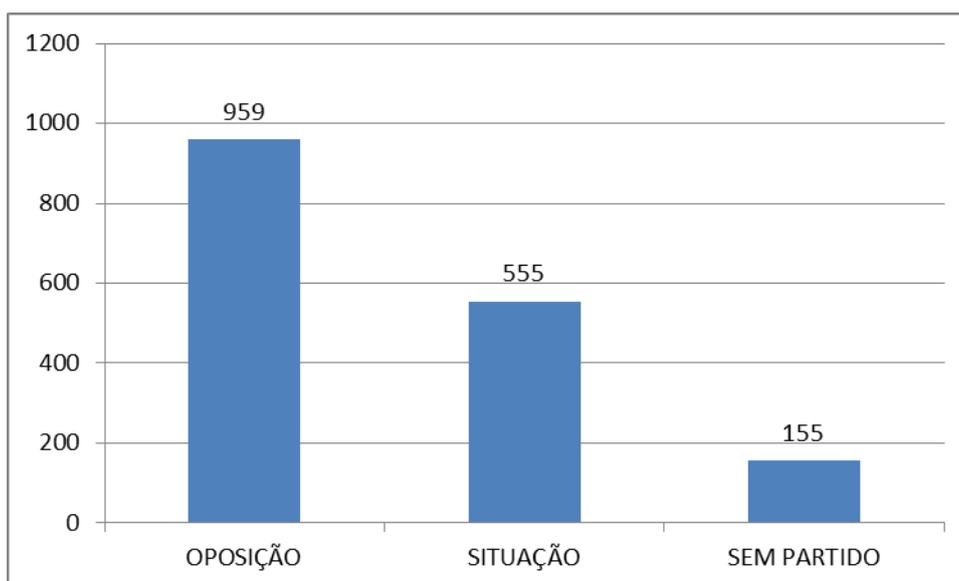
O partido de extrema-direita *Alternative für Deutschland* (AfD) é o mais recorrente nas checagens, com 33 aparições. Em segundo lugar, está a *Christlich-Demokratische Union Deutschlands* (CDU⁶⁸), agremiação da primeira-ministra Angela Merkel. Em terceiro vem o *Sozialdemokratische Partei Deutschlands* (SPD⁶⁹), que também compôs a coalizão governista durante o período de estudo.

Já a distribuição da Agência *Lupa* dessa variável no período analisado é a seguinte, como se vê do gráfico 17:

GRÁFICO 17 - NÚMERO DE CHECAGENS BRASILEIRA EM RELAÇÃO AO PARTIDO ALVO DA CHECAGEM

⁶⁸ Trata-se de partido de centro-direita que comanda o país desde 2005 (POGUNTKE, 2014).

⁶⁹ Agremiação de centro-esquerda tradicional na Alemanha, já tendo ocupado o governo federal no século XX (POGUNTKE, 2014).



Fonte: o autor (2021)

Houve 959 checagens (57,4%) de partidos da oposição – considerando que ao longo de todo o ano de 2018 os dois políticos que vieram a disputar o segundo turno não compunham o governo, é explicável que tal resultado tenha sido produzido. Os textos destinados a atores de partidos da situação contaram 555 aparições (33,2%). Houve também 155 checagens de pessoas sem partido (9,2%), o que é decorrente do fato de certos ministros do governo Jair Bolsonaro (PSL) não possuírem filiação partidária, bem como os membros do Poder Judiciário verificados.

Ao ver a divisão por extenso dos partidos, é possível compreender melhor as especificidades da cobertura jornalística brasileira, o que pode ser visto na tabela 5 abaixo:

TABELA 5 - PARTIDOS MAIS MENCIONADOS NAS CHECAGENS BRASILEIRAS

PSDB	222
PSL	221
PT	210
SEM PARTIDO	155
MDB	127
PDT	112
DEM	87
PSOL	79
PSC	70
REDE	67
PSB	60
PODEMOS	43

NOVO	37
REPUBLICANOS	32
PSD	23
PROGRESSISTAS	21
PATRIOTA	19
PRTB	19
PRP	15
PCDOB	14
PR	13
CIDADANIA	10
PV	4
PROS	4
PSTU	3
PHS	1
PTB	1
TOTAL GERAL	1669

Fonte: o autor (2021)

Tal como o sistema partidário brasileiro, houve ampla divisão na cobertura por parte da Agência *Lupa*. O partido mais mencionado foi o PSDB, que contava com candidato na disputa presidencial e para governador de São Paulo, além de também ocupar cargos de líder do Executivo na capital e na cidade de São Paulo ao longo do período analisado.

O partido que ocupou a segunda posição em menções foi o PSL, o que decorreu quase exclusivamente dos textos dedicados a Jair Bolsonaro (PSL); na sequência já pode-se conferir a aparição do PT, que terminou as eleições presidenciais em segundo lugar.

Foram citadas, em todo o *corpus* de checagens analisado, 157 pessoas diferentes do mundo político nos textos da *Lupa*. Na tabela 6 abaixo, citamos as 20 mais recorrentes:

TABELA 6 - INDÍVIDUOS MAIS MENCIONADOS PELAS CHECAGENS BRASILEIRAS

JAIR BOLSONARO	209
JOAO DORIA	89
GERALDO ALCKMIN	89
CIRO GOMES	88
FERNANDO HADDAD	78
MARINA SILVA	66
HENRIQUE MEIRELLES	43

LULA	42
ALVARO DIAS	40
MARCIO FRANÇA	39
GUILHERME BOULOS	39
PAULO GUEDES	35
EDUARDO PAES	29
WILSON WITZEL	29
JOAO AMOEDO	27
MICHEL TEMER	26
WILSON WITZEL	24
MARCELO CRIVELLA	23
SERGIO MORO	21
PAULO SKAF	19

Fonte: o autor (2021)

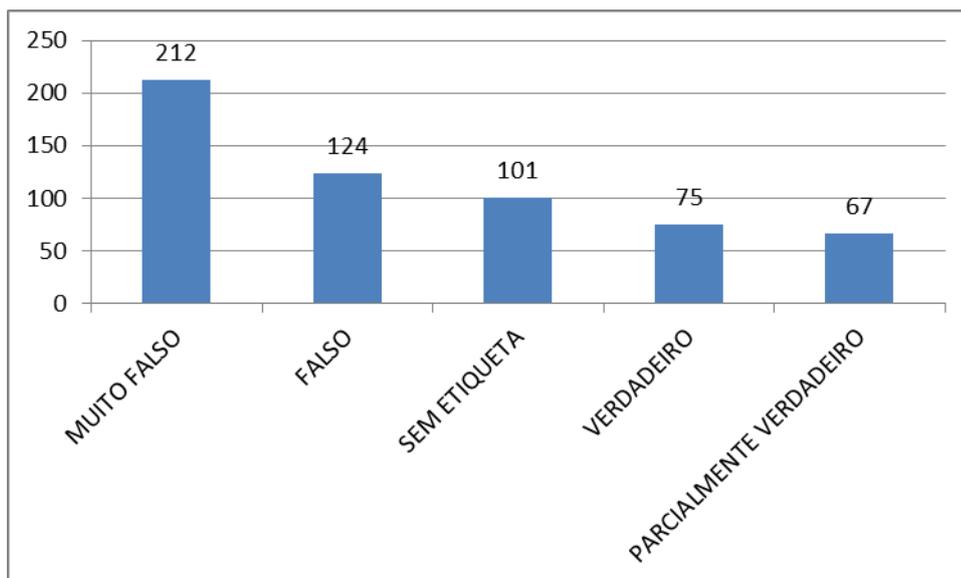
O indivíduo mais checado foi Jair Bolsonaro (PSL), que teve amplo destaque no pleito presidencial e foi eleito em 2018, com 209 aparições (12,5%). Foi mais do que o dobro do segundo político, João Doria (PSDB), que surgiu em 89 checagens (5,3%), cujo destaque é devido ao fato de ter sido prefeito da capital, candidato e governador durante o período de abrangência do estudo.

A grande atenção devotada pela agência para as eleições pode ser percebida também ao notar que dos sete mais citados, seis disputaram a presidência no ano de 2018, que estava totalmente abrangido pelo período de análise. Destaca-se aqui também o fato de o ex-presidente Michel Temer (MDB) (que foi chefe de Estado ao longo de $\frac{3}{4}$ do período aqui analisado) só ter sido alvo de checagem 26 vezes, o que corresponde a 1,5% do conjunto de textos.

5.5 Etiquetas das checagens

Ainda houve a classificação das checagens por etiquetas atribuídas. Na Itália, ocorreu a seguinte distribuição de etiquetas, exposta nesse gráfico 18:

GRÁFICO 18 - NÚMERO DE CHECAGENS ITALIANAS CONFORME ETIQUETA ATRIBUÍDA



Fonte: o autor (2021)

A etiqueta mais atribuída foi a de “muito falso”, como no caso em que o primeiro-ministro Paolo Gentiloni (PD) argumentou que a Nigéria teria em 15 anos a população de toda a União Europeia – o que está longe de ser verídico⁷⁰. Esse tipo de rótulo surgiu 212 vezes ou 36,6% do total.

A segunda etiqueta mais recorrente foi a de “falso”, que surgiu 124 vezes (21,4%). Como exemplo, pode-se citar a frase do ministro Carlo Calenda (PD) sobre os empregados na Eslováquia receberem salário 50% menor que na Itália, o que dificultaria a competitividade⁷¹ – porém não é correto.

Houve 101 textos “sem etiqueta”, que são aqueles em que a agência apenas escolhia uma frase e apresentava os dados que a sustentavam ou contradiziam, sem apontar um rótulo específico. Isso aconteceu quando a empresa italiana checou frase do ministro do trabalho Luigi di Maio (*5 Stelle*) de que aquele seria o país com maior número de empregados de aplicativo⁷².

Foram contabilizados também 75 textos “verdadeiros” (12,9%) e 67 “parcialmente verdadeiros” (11,5%). Nessa última categoria, pode-se mencionar texto em que o deputado Carlo Sibilìa (*5 Stelle*) se gabava de que o primeiro-ministro do

⁷⁰ Disponível em: <https://pagellapolitica.it/dichiarazioni/8054/la-nigeria-avra-piu-abitanti-dellue-si-man-non-quando-dice-gentiloni>. Publicado em 11 mai 2018.

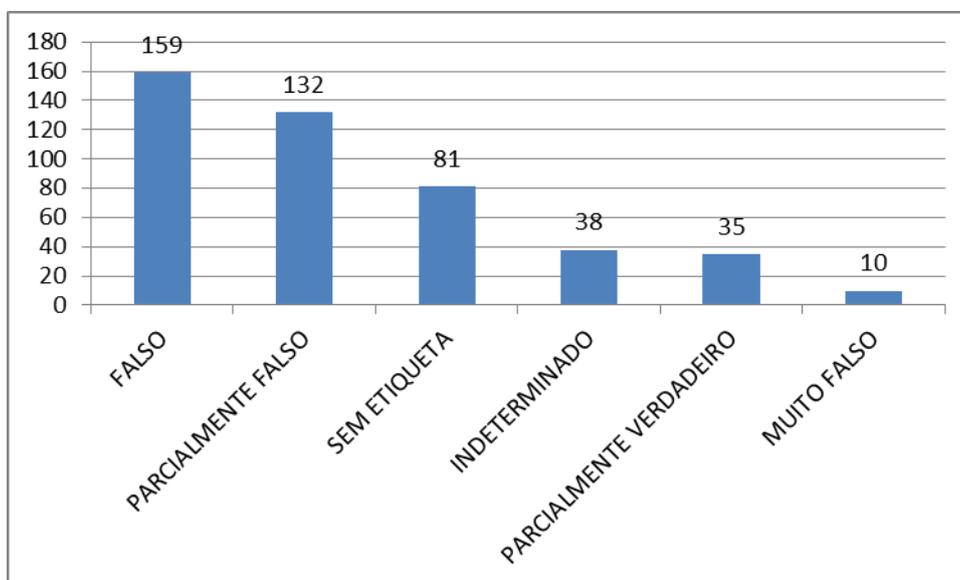
⁷¹ Disponível em: <https://pagellapolitica.it/dichiarazioni/8010/il-coste-del-lavoro-nellest-europa>. Publicado em 27 fev 2018.

⁷² Disponível em: https://www.agi.it/fact-checking/italia_gig_economy_di_maio-4050170/news/2018-06-21/. Publicado em 21 jun 2018.

governo que apoiava teria sido o primeiro a cortar o próprio salário⁷³. Como isso não era totalmente acurado, a etiqueta atribuída foi *c'eri quasi*, que em tradução livre pode ser entendido como foi quase.

Ao analisar o caso dos Estados Unidos, foi possível aferir as etiquetas atribuídas, conforme gráfico 19 a seguir. Reitera-se que caso a etiqueta não apareça no gráfico abaixo, isso significa que não houve nenhuma ocorrência sua no conjunto de checagens daquele país. Em razão disso, no conjunto americano não há indicação de etiquetas “verdadeiro”, porque esse rótulo não constou de nenhum dos textos.

GRÁFICO 19 - NÚMERO DE CHECAGENS NORTE-AMERICANAS CONFORME ETIQUETA ATRIBUÍDA



Fonte: o autor (2021)

A etiqueta mais recorrente foi “falso”, que surgiu em 159 textos (34,9%). Quando Trump alegou que adultos de 40 anos também eram protegidos pelas regras de imigração para crianças, o rótulo de “falso” foi atribuído⁷⁴. A segunda etiqueta mais frequente foi “parcialmente falso”, que ocorreu 132 vezes (29%) – pode-se citar checagem sobre declaração da senadora Kamala Harris (Democrata) sobre o projeto de

⁷³ Disponível em: <https://pagellapolitica.it/dichiarazioni/8132/conte-e-davvero-il-primo-presidente-del-consiglio-a-essersi-tagliato-lo-stipendio>. Publicado em 26 out 2018.

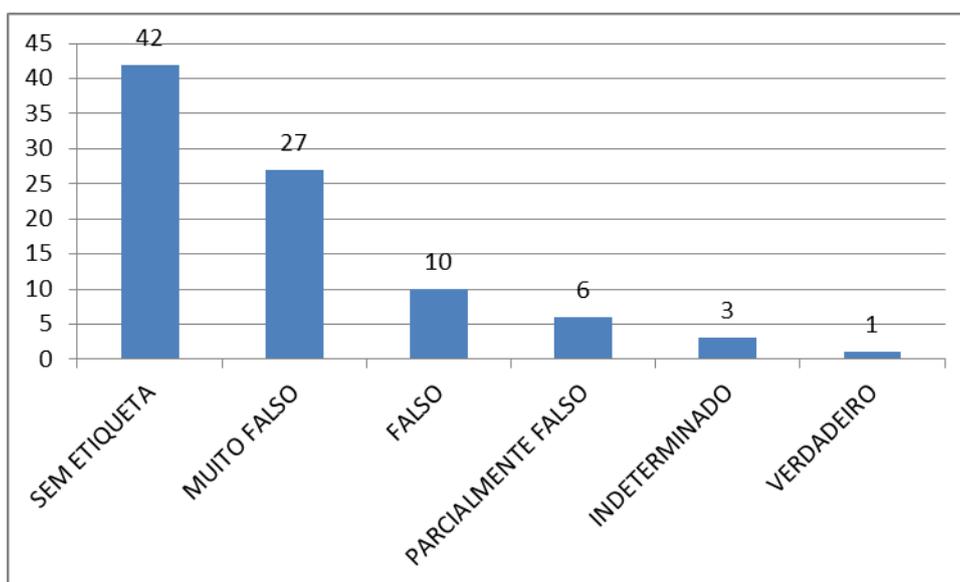
⁷⁴ Disponível em <https://www.factcheck.org/2018/01/trumps-mistake-daca/>. Publicado em 17 jan 2018.

lei republicano na área tributária que teria dado trilhões de dólares às corporações americanas⁷⁵.

81 dos textos não contavam com etiquetas, ou seja, foram declarações conferidas sem que houvesse um rótulo escolhido pela agência. Um exemplo ocorreu na checagem de declaração do senador Tim Kaine (Democrata) sobre a desnecessidade de legislação federal que regule o infanticídio quando já havia previsão em todos os 50 estados sobre o tema⁷⁶. No âmbito das etiquetas, destaca-se também que não houve nenhuma checagem que tenha sido “verdadeira” nos Estados Unidos, de modo que sequer aparece no gráfico.

No que diz respeito às etiquetas utilizadas, essa foi a divisão das checagens da Alemanha, conforme se vê no gráfico 20 abaixo:

GRÁFICO 20 - NÚMERO DE CHECAGENS ALEMÃS CONFORME ETIQUETA ATRIBUÍDA



Fonte: o autor (2021)

A maior parte dos textos (42 deles ou 47,1%) não contava com etiquetas, ou seja, o checador não se preocupou em estabelecer um rótulo definidor. Isso ocorreu, por exemplo, quando a agência verificou declaração da deputada Claudia Roth (*Grüne*) sobre o uso de lenços por mulheres⁷⁷. Na sequência estão 27 checagens (30,3%) com

⁷⁵ Disponível em: <https://www.factcheck.org/2019/01/harris-campaign-kickoff-claims/>. Publicado em 29 jan 2019.

⁷⁶ Disponível em: <https://www.factcheck.org/2019/03/the-facts-on-the-born-alive-debate/>. Publicado em 04 mar 2019.

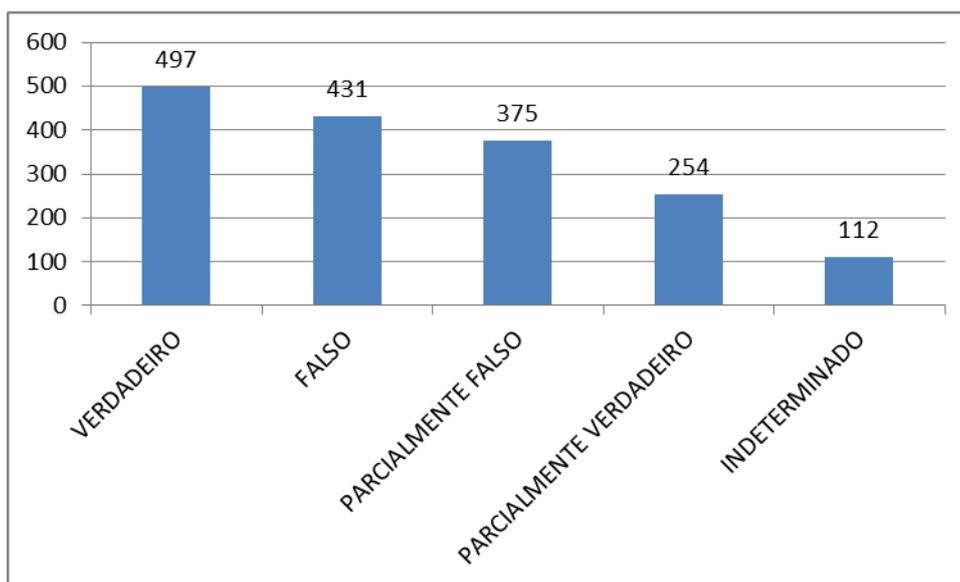
⁷⁷ Disponível em: <https://correctiv.org/faktencheck/artikel-faktencheck/2017/09/08/ein-rotes-tuch>. Publicado em 08 set 2017.

rótulo “muito falso”. Boato que acusava o deputado ambientalista Anton Hofreiter (*Grüne*) de desprezar sistemas de aquecimento em moradias⁷⁸ foi classificado como *völlig falsch*, que em tradução livre significa totalmente falso.

A terceira posição foi ocupada pela etiqueta “falso” com 10 aparições (11,2%), como ao rebater declaração do deputado Armin-Paul Hampel (AfD) sobre a atuação de policiais na região da Baixa Saxônia⁷⁹. Com menos de dez ocorrências houve a utilização das etiquetas “parcialmente falso” (6), “indeterminado” (3) e “verdadeiro” (1).

No que diz respeito à divisão de etiquetas brasileiras, essa informação pode ser observada no gráfico a seguir. É preciso esclarecer que nem todas as etiquetas previstas no livro de códigos aparecem para o caso brasileiro, de modo que não constam do gráfico 21 abaixo.

GRÁFICO 21 - NÚMERO DE CHECAGENS BRASILEIRAS DISTRIBUÍDAS CONFORME A ETIQUETA ATRIBUÍDA



Fonte: o autor (2021)

A etiqueta mais utilizada pela agência de checagens brasileira foi “verdadeiro”, ou seja, houve a confirmação de que a declaração checada correspondia à realidade. Tal situação se repetiu 497 vezes (29,7%). Como exemplo, cite-se afirmação do presidente

⁷⁸ Disponível em: <https://correctiv.org/faktencheck/gesellschaft/2019/01/15/nein-anton-hofreiter-fordert-keine-15-grad-raumtemperatur>. Publicado em 15 jan 2019.

⁷⁹ Disponível em: <https://correctiv.org/faktencheck/polizei/2018/10/30/nein-oldenburger-polizeibeamtengessten-nicht-die-afd>. Publicado em 30 out 2018.

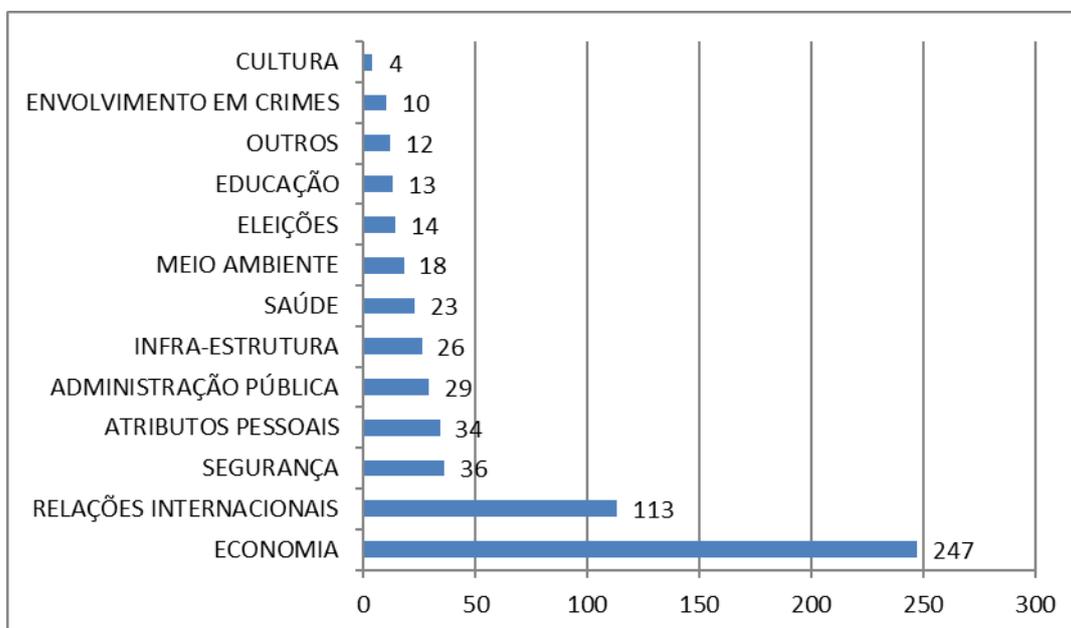
Jair Bolsonaro sobre a opção dos brasileiros no referendo de 2005 pela possibilidade de compra de arma⁸⁰.

O segundo rótulo mais mencionado pelos checadores brasileiros foi “falso”, que surgiu em 431 textos (25,8%), como quando Ciro Gomes (PDT) teve discurso sobre os países árabes serem os maiores importadores brasileiros de carne ser rechaçado pela agência *Lupa*. Na terceira posição estão as declarações consideradas como “parcialmente falsas”, que ocorreram 375 vezes (22,4%), dentre elas a declaração de Paulo Guedes (sem partido) de que o Chile havia tido oito ou dez governos socialistas seguidos⁸¹. Não houve nenhuma checagem no Brasil em que não houvesse etiqueta atribuída, tampouco a atribuição de rótulo do tipo “muito falso” ao contrário do que ocorreu em outros países e se verá posteriormente.

5.6 Temas abordados nas checagens

Seguindo a ordem de apresentação das variáveis, é possível observar a divisão de temas pelas checagens italianas, que foi a seguinte contida no gráfico 22:

GRÁFICO 22 - NÚMERO DE CHECAGENS ITALIANAS CONFORME TEMA PREDOMINANTE



⁸⁰ Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/05/03/bolsonaro-combustiveis-indigena/>. Publicada em 03 mai 2019.

⁸¹ Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/04/05/guedes-ccj-previdencia/>. Publicada em 05 abr 2019.

Fonte: o autor (2021)

É possível ver que o tema “economia” foi o mais presente nos textos, com 247 aparições (42,6%). Esse tema pode ser exemplificado pela checagem de declaração do deputado Massimo d’Alema (MDP) de que 20% da população do país detinha 70% da riqueza, mas não contribuía com 70% dos impostos⁸².

O segundo tema mais recorrente foi “relações internacionais”, com 113 textos (19,5%), em especial por abranger as relações do país com os imigrantes e refugiados que ali adentram, bem como as relações com o bloco da União Europeia. O então deputado Paolo Gentiloni (PD) afirmou, como ilustração, que se o Reino Unido deixasse a União Europeia (à época o *Brexit* ainda não havia sido integralmente concretizado), os países mediterrâneos responderiam por 51% do produto da economia do bloco continental⁸³ – o que a agência demonstrou não ser integralmente correto.

Do terceiro tema em diante, já há não nenhuma questão que foi dominante, até mesmo porque “segurança” apareceu em 36 textos (6,2% do total), com porcentagens ainda menores para os outros. Cita-se checagem sobre declaração da senadora Elisabetta Casellati (*Forza Italia*), que afirmou que os crimes de abuso sexual e moléstia de menores estavam em aumento no país⁸⁴.

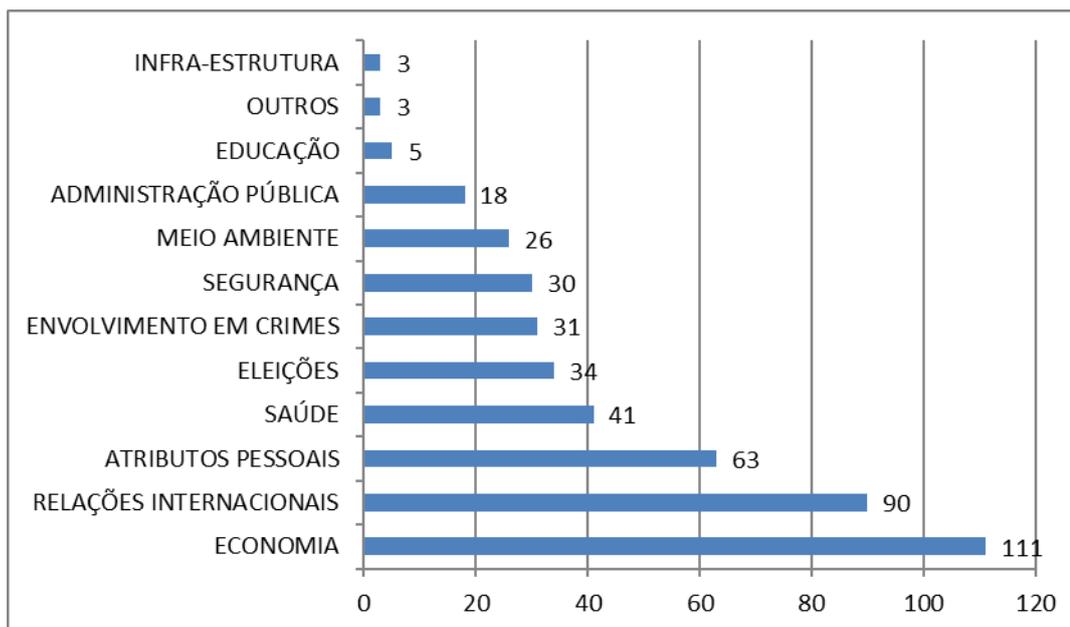
Quanto aos temas abordados nas checagens dos EUA, houve a seguinte divisão entre as categorias, disposta no gráfico 23:

GRÁFICO 23 - NÚMERO DE CHECAGENS NORTE-AMERICANAS CONFORME TEMA PREDOMINANTE DA CHECAGEM

⁸² Disponível em: https://www.agi.it/fact-checking/ricchezza_popolazione_italiana_tasse-3179185/news/2017-11-30/. Publicado em 30 nov 2017.

⁸³ Disponível em: https://www.agi.it/fact-checking/brexit_gentiloni_economia_ue-4086445/news/2018-06-30/. Publicado em 30 jun 2018.

⁸⁴ Disponível em: <https://pagellapolitica.it/dichiarazioni/8270/si-in-italia-gli-abusi-sui-minori-sono-in-aumento>. Publicado em 10 mai 2019.



Fonte: o autor (2021)

O tema mais recorrente, repetindo o que já acontecera com Brasil e Itália, foi “economia”, com 111 textos (24,3%). Além das checagens discutindo os tributos que já foram mencionadas nesse capítulo, menciona-se também a verificação do discurso de Trump na ONU em que ele afirmou que o desemprego estava no nível mais baixo dos últimos 16 anos⁸⁵. Assim como no caso italiano, o segundo tema mais recorrente foi “relações internacionais”, com 90 aparições (19,7%). Isso abrangeu desde declarações de Trump sobre o acordo nuclear com o Irã⁸⁶ até comentários sobre a atuação do México em controlar suas fronteiras com o país⁸⁷.

A temática dos “atributos pessoais” também surge aqui nos EUA, em terceiro lugar, com 63 ocorrências (13,8%). Para ilustrar, é possível mencionar checagem de declaração de Donald Trump em que ele acusava sua adversária Nancy Pelosi de dar apoio a grupos de imigrantes que promovem atos violentos⁸⁸.

Ainda houve a classificação das checagens alemãs por temas, que resultou no seguinte gráfico 24:

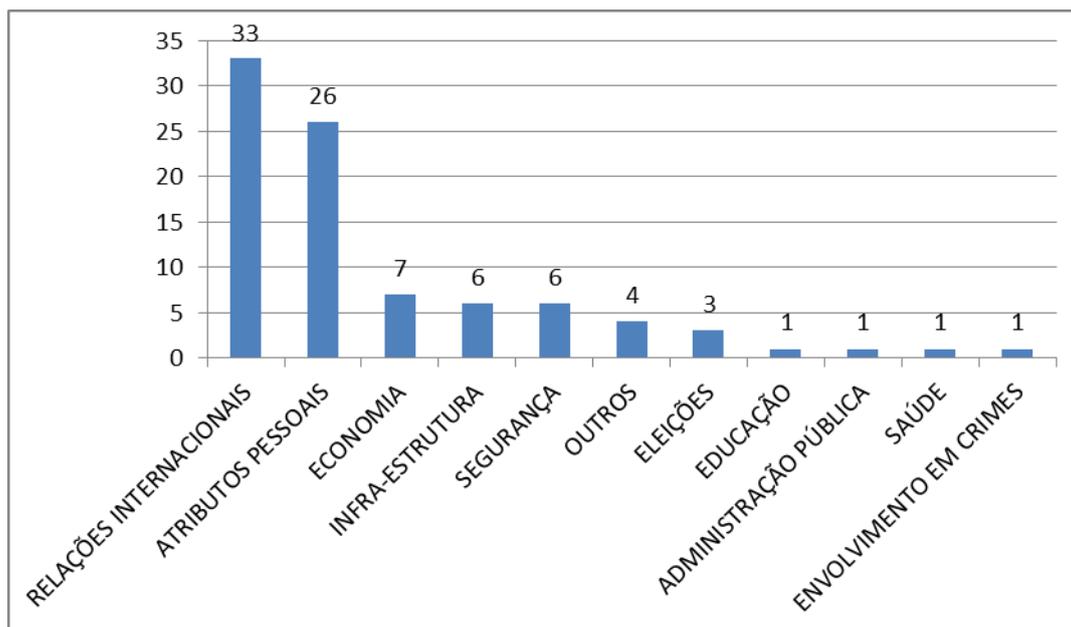
GRÁFICO 24 - NÚMERO DE CHECAGENS ALEMÃS CONFORME TEMA PREDOMINANTE DA CHECAGEM

⁸⁵ Disponível em: <https://www.factcheck.org/2017/09/trumps-u-n-speech/>. Publicado em 19 set 2017.

⁸⁶ Disponível em: <https://www.factcheck.org/2017/10/trump-misleads-corker/>. Publicado em 09 out 2017.

⁸⁷ Disponível em: <https://www.factcheck.org/2019/04/trump-wrong-on-mexicos-migrant-apprehensions/>. Publicado em 04 abr 2019.

⁸⁸ Disponível em: <https://www.factcheck.org/2018/05/trumps-and-pelosis-immigration-spat/>. Publicado em 24 mai 2018.



Fonte: o autor (2021)

O tema mais frequente nas checagens foi “relações internacionais”, com 33 textos (37%). As discussões sobre imigração e acolhimento de refugiados por parte do país europeu deram a tônica nesse tema, como na declaração do então candidato ao Parlamento Alexander Gauland (AfD) sobre o apoio de turcos residentes na Alemanha às investidas antidemocráticas de Erdogan⁸⁹.

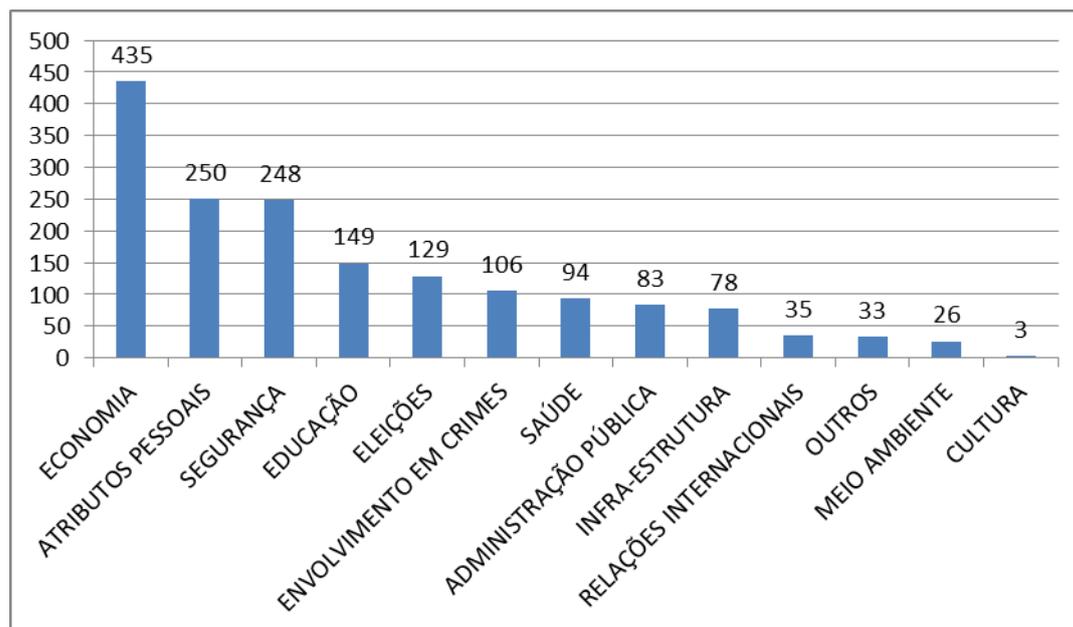
O segundo assunto mais recorrente foram “atributos pessoais” dos políticos, que surgiram 26 vezes (29,2%), especialmente em boatos que relatavam atos nem sempre verídicos, como o rumor que acusava Angela Merkel (CDU) de dizer que a liberdade de expressão tem limites estritos⁹⁰. Do terceiro tema em diante, nenhum conseguiu mais do que 10 ocorrências ao longo de toda a cobertura, indo de “economia” com 7 aparições a “educação”, “saúde” e “administração pública” que só surgiram nas checagens uma vez cada.

No que diz respeito à divisão por temas na Agência *Lupa*, tem-se a seguinte recorrência, conforme pode ser visto no gráfico 25 abaixo.

GRÁFICO 25 - NÚMERO DE CHECAGENS BRASILEIRAS CONFORME O TEMA PRINCIPAL

⁸⁹ Disponível em: <https://correctiv.org/faktencheck/artikel-faktencheck/2017/08/23/gescheiterte-integration-gauland-und-die-tuerken>. Publicado em 23 ago 2017.

⁹⁰ Disponível em: <https://correctiv.org/faktencheck/politik/2019/04/03/nein-angela-merkel-sagte-nicht-dass-die-meinungsfreiheit-strenge-grenzen-brauche/>. Publicado em 03 abr 2019.



Fonte: o autor (2021)

O tema mais citado nas checagens foi “economia”, com 435 ocorrências (26%). Esse tema abrangia declarações sobre crescimento econômico do país, número de empregos, taxas de juros, dentre outros dessa temática. Como exemplo, é possível citar discurso do ministro da Economia Paulo Guedes (sem partido), que foi checado ao declarar que a inflação está abaixo de 4% ao ano⁹¹.

Já o segundo tema mais citado pela Agência *Lupa* foram “atributos pessoais” dos políticos, que apareceram 250 vezes (14,9% do total). Em um dos rumores analisados, a *Lupa* verificou se o governador do Maranhão Flavio Dino (PCdoB) havia substituído a bandeira nacional pela do partido comunista.

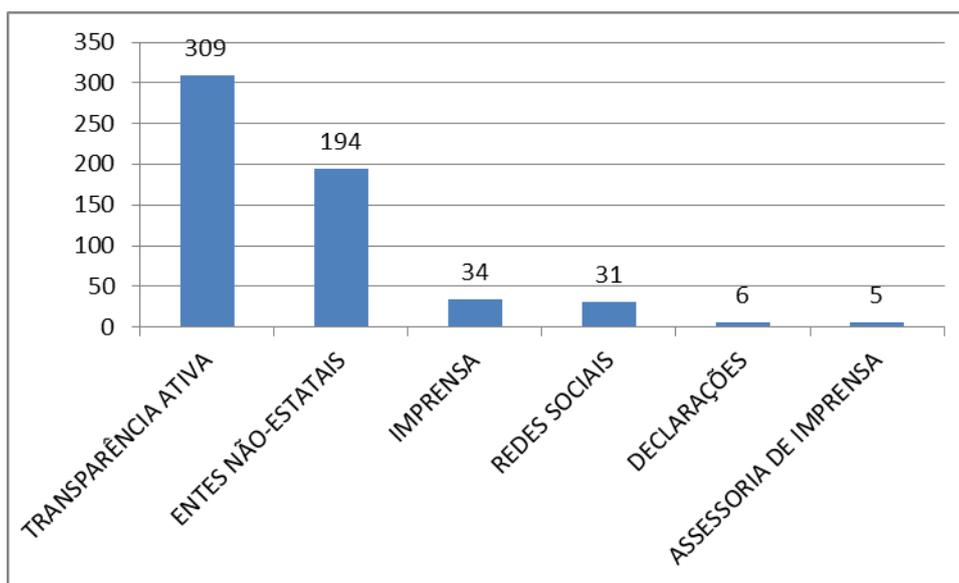
A temática “segurança” foi abordada em 248 textos, exemplificada pela checagem em que o então ministro da Justiça Sérgio Moro (sem partido) declarou que a lei prevê que pessoas condenadas por crimes violentos tenham o seu perfil genético colhido. Esse tema foi seguido por “educação”, com 149 ocorrências ou 8,9% (cita-se declaração checada do então ministro Ricardo Velez (sem partido) de que em nenhum país a universidade chega para todos), “eleições” (129 menções - 7,7% do total) e “envolvimento dos políticos em crimes”, que teve 106 recorrências (6,3% do total).

⁹¹ Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/04/20/guedes-diesel-censo/>. Publicado em 20 abr 2019.

5.7 Fontes utilizadas pelas checagens

A última classificação da análise de conteúdo desses países diz respeito às fontes acionadas pelos checadores ao longo desses 24 meses. Em relação às checagens italianas, isso pode ser visto no gráfico 26 abaixo:

GRÁFICO 26 - NÚMERO DE CHECAGENS ITALIANAS CONFORME FONTE UTILIZADA PELA CHECAGEM



Fonte: o autor (2021)

A utilização de dados fornecidos pelo Estado de maneira voluntária, ou seja, a “transparência ativa”, foi a mais recorrente dentre as checagens, com 309 ocorrências (53,3%). Mais da metade utilizou esse tipo de dado, como exemplo quando o deputado Pierluigi Bersani (MDP) asseverou que 700 mil postos de trabalho na construção civil haviam sido perdidos⁹² e foi checado com dados de desocupação fornecidos pelo Istat, o Instituto Nacional de Estatística.

Na segunda posição dentre as fontes mais constantes, a utilização de “dados de entes não-estatais” surgiu 194 vezes (33,5%). Isso ocorreu em grande medida devido aos dados fornecidos pela Comissão Europeia, órgão executivo da União e que disponibiliza informações sobre diversos temas dos países-membros. Cite-se checagem

⁹² Disponível em: <https://pagellapolitica.it/dichiarazioni/8019/si-meta-dei-posti-di-lavoro-si-sono-persinelledilizia>. Publicado em 02 mar 2018.

de declaração da deputada Alessia Morani (PD) sobre a realocação de migrantes em países do continente⁹³, na qual foi utilizada tabela de dados fornecidas pela Comissão.

A própria imprensa foi utilizada como fonte para validar as checagens produzidas pela *Pagella Politica*. Quando houve a verificação de discurso do ministro Luigi di Maio (*5 Stelle*) sobre o atendimento das pretensões de manifestantes por parte do governo⁹⁴, há menção expressa ao jornal *Corriere della Sera* como fonte para se obter as informações necessárias.

Reiterando que nos interessa a transparência ativa para perceber de que maneira o Jornalismo se valeu dessas disposições, a tabela 7 abaixo detalha quais foram os agentes mais citados (que apareceram mais de cinco vezes) como subcategorias da checagem:

**TABELA 7 - FONTES DE TRANSPARÊNCIA ATIVA MAIS RECORRENTES NAS
CHECAGENS ITALIANAS**

LEGISLAÇÃO	70
ISTAT	61
MINISTÉRIO DA ECONOMIA	29
MINISTÉRIO DO INTERIOR	29
CÂMARA DOS DEPUTADOS	18
BANCA D'ITÁLIA	12
SENADO	11
INPS	11
GOVERNO DA ITÁLIA	10
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	9
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	7

Fonte: o autor (2021)

Os dados apontam que na maior parte dos casos os checadores utilizaram legislação disponibilizada pelo Estado para embasar suas checagens. Isso ocorreu, por exemplo, quando o ex-deputado Giuseppe Civati (*Possibile*) fez comentários sobre as

⁹³ Disponível em: https://www.agi.it/fact-checking/migranti_ricollocamenti_governo_conte-4167262/news/2018-07-18/. Publicado em 18 jul 2018.

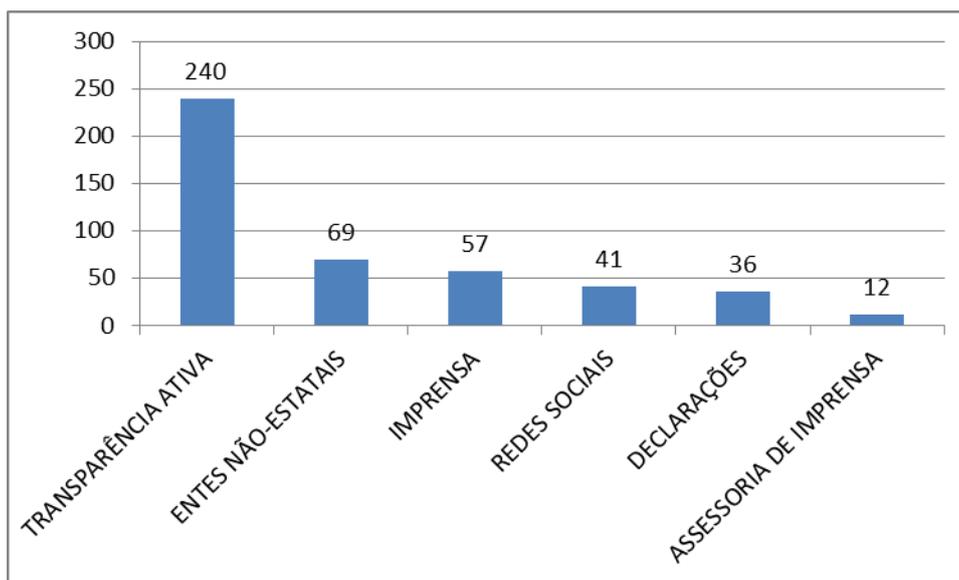
⁹⁴ Disponível em: <https://pagellapolitica.it/dichiarazioni/8177/le-richieste-dei-gilet-gialli-erano-nel-contratto-m5s-lega>. Publicado em 12 fev 2019.

armas recolhidas pelo governo e foi rebatido a partir do Decreto 104/2018, disponibilizado online pelo governo⁹⁵.

A segunda fonte mais citada dentro dessa modalidade foi o Istat, que como já visto é órgão do governo dedicado ao fornecimento de estatísticas e apareceu 61 vezes (10,5% do total). Em terceiro lugar estavam informações disponibilizadas pelo Ministério da Economia, mencionado em 29 textos (5%). Essa foi a fonte da checagem sobre declaração do governador Nicola Zingaretti (PD) quanto ao aumento da arrecadação do imposto sobre valor agregado⁹⁶.

Essa tese também se interessou pela fonte utilizada em cada uma das checagens pela empresa norte-americana, sendo que o resultado pode ser visto a seguir no gráfico 27:

GRÁFICO 27 - NÚMERO DE CHECAGENS NORTE-AMERICANAS CONFORME FONTE UTILIZADA PELA CHECAGEM



Fonte: o autor (2021)

Confirmando a tendência vista na Itália, “transparência ativa” também foi a modalidade mais acionada pelos checadores para embasar suas histórias e representou mais do que metade das checagens, com 240 ocorrências (52,7%). Essas informações

⁹⁵ Disponível em: https://www.agi.it/fact-checking/armi_governo_civati-4386232/news/2018-09-18/ Publicado em 18 set 2018.

⁹⁶ Disponível em: <https://pagellapolitica.it/dichiarazioni/8285/tria-da-per-sicuro-laumento-delliva>. Publicado em 23 mai 2019.

disponibilizadas pelo governo foram retiradas dos mais diversos entes, até mesmo da *Nasa*, a agência espacial e aeronáutica norte-americana⁹⁷.

Em segundo lugar estão os dados provenientes dos “entes não-estatais”, que corresponderam a 69 dos textos (15,1%). Dentro desse grupo estão *think tanks*, como o *Tax Policy Center*, acionado de maneira recorrente para abordar consequências tributárias⁹⁸ e o *Pew Research Center*, que produziu pesquisas de opinião sobre a confiança nos EUA⁹⁹. “Imprensa” aparece na sequência como fonte, em 57 checagens (12,5%), em que são mencionados com mais destaque o *New York Times* (que fez uma apuração detalhada sobre o envolvimento da Rússia nas eleições¹⁰⁰) e até mesmo alguns de menor alcance como o *Kansas City Star*¹⁰¹.

Tendo em vista o propósito dessa pesquisa de olhar com mais atenção para a transparência ativa, segue abaixo a Tabela 8 com as fontes que tiveram ao menos cinco aparições ao longo da cobertura:

TABELA 8 - FONTES DE TRANSPARÊNCIA ATIVA MAIS RECORRENTES NAS CHECAGENS NORTE-AMERICANAS

BUREAU OF LABOR STATISTICS	25
DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA	22
LEGISLAÇÃO	18
CONGRESSIONAL RESEARCH SERVICE	15
BUREAU OF ECONOMIC ANALYSIS	14
CONGRESSIONAL BUDGET OFFICE	14
SENADO	10
HOUSE OF REPRESENTATIVES	8
PROCESSO ELETRÔNICO	7
CENSUS BUREAU	7

⁹⁷ Disponível em: <https://www.factcheck.org/2018/05/scientist-schools-congressmen-on-climate/>. Publicado em 25 mai 2018.

⁹⁸ Disponível em: <https://www.factcheck.org/2017/10/tax-hike-benefit-middle-class/>. Publicado em 12 out 2017.

⁹⁹ Disponível em: <https://www.factcheck.org/2017/09/world-opinion-trump-u-s/>. Publicado em 26 set 2017.

¹⁰⁰ Disponível em: <https://www.factcheck.org/2018/11/trumps-sketchy-cohen-claims/>. Publicado em 29 nov 2018.

¹⁰¹ Disponível em: <https://www.factcheck.org/2018/08/facts-dont-support-gop-corruption-claim/>. Publicado em 10 ago 2018.

EIA	7
DEPARTMENT OF AGRICULTURE	6
CUSTOMS AND BORDER PROTECTION	6
JOINT COMMITTEE ON TAXATIONS	6
CASA BRANCA	6

Fonte: o autor (2021)

No primeiro lugar do quadro está o *Bureau of Labor Statistics*, secretaria do governo federal dedicada aos dados sobre mercado de trabalho, tal como sobre o impacto do NAFTA nas vagas laborais dos EUA¹⁰². Na sequência está o departamento de Justiça, que é o equivalente a um ministério brasileiro, pois é o mais alto escalão da divisão administrativa estadunidense. Seus dados possibilitaram checagens cujo tema envolvia o FBI (que lhe é subordinado) e até mesmo das discussões sobre a cobertura de saúde¹⁰³.

Também houve espaço para menções à legislação também (cite-se o Código Penal da Califórnia utilizado para verificar declaração¹⁰⁴), o que apareceu em 18 checagens; e para entidades vinculadas ao poder Legislativo federal, como o *Congressional Research Service* e o *Congressional Budget Office*, que foram respectivamente o quarto e o sexto mais citados.

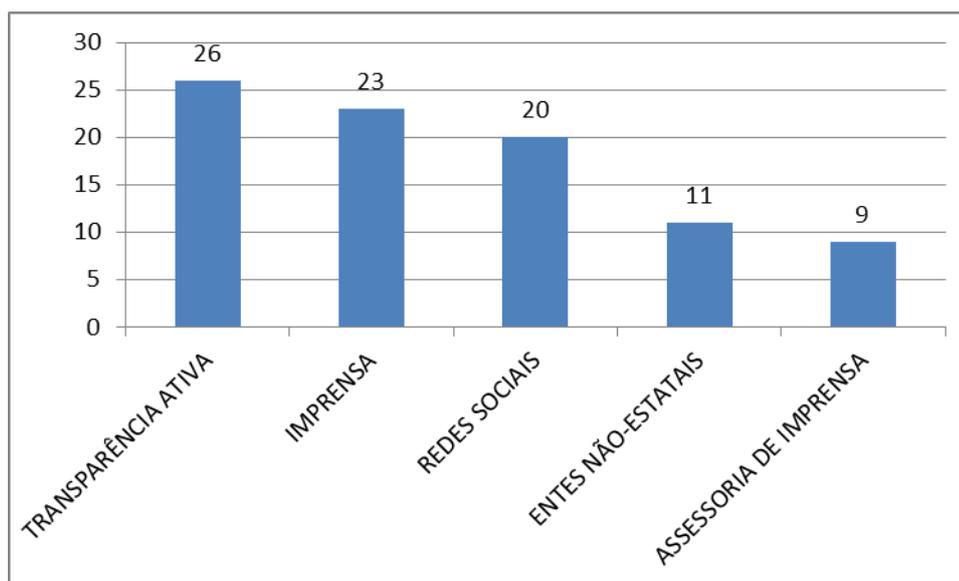
Passa-se, então, a apontar quais foram as fontes utilizadas pelos checadores alemães, a saber, no gráfico 28:

GRÁFICO 28 - NÚMERO DE CHECAGENS ALEMÃS CONFORME FONTE UTILIZADA PELA CHECAGEM

¹⁰² Disponível em: <https://www.factcheck.org/2018/10/factchecking-trump-on-trade/> . Publicado em 03 out 2018.

¹⁰³ Disponível em: <https://www.factcheck.org/2018/10/trump-misleads-on-preexisting-conditions/>. Publicado em 02 out 2018.

¹⁰⁴ Disponível em: <https://www.factcheck.org/2019/05/kamala-harris-spins-facts-on-truancy-law/>. Publicado em 14 mai 2019.



Fonte: o autor (2021)

A primeira posição foi ocupada pelos dados provenientes da “transparência ativa”, com 26 ocorrências (29,2%), como quando números divulgados pelo Ministério do Interior (*Bundesinnenministerium*) foram utilizados pelo *Correctiv* para avaliar boato sobre atos de violência contra muçulmanos¹⁰⁵.

A segunda colocação foi da “imprensa”, ou seja, checagens em que outras empresas de comunicação eram utilizados como referência para sustentar as checagens (23 aparições ou 25,8%). O jornal *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, *quality paper* de relevância nacional, foi o mais citado, como ao embasar checagem sobre o passado da chanceler alemã¹⁰⁶. A apuração por meio de redes sociais também foi frequente, aparecendo em 20 textos (22,4%), que pode ser ilustrado pelas indicações de *tweets* para repercutir declaração da deputada Aydan Özoğuz (SPD) sobre imigrantes¹⁰⁷.

Repetindo o olhar mais minucioso sobre as fontes de transparência ativa, a tabela 9 abaixo demonstra quais foram os entes e órgãos que mais cederam informações para a agência. Foram mostrados apenas aqueles que apareceram no mínimo em duas checagens.

¹⁰⁵ Disponível em: <https://correctiv.org/faktencheck/2018/03/12/nein-die-regierung-erfand-keine-islamfeindlichen-straftaten>. Publicado em 12 mar 2018.

¹⁰⁶ Disponível em: <https://correctiv.org/faktencheck/2017/09/11/die-kanzlerin-eine-wilde-jugend-und-eine-sehr-alte-e-mail>. Publicado em 11 set 2017.

¹⁰⁷ Disponível em: <https://correctiv.org/faktencheck/politik/2019/03/27/nein-aydan-oezoguz-findet-nicht-dass-es-allein-die-schuld-der-deutschen-ist-wenn-asylbewerber-kriminell-werden>. Publicado em 27 mar 2019.

**TABELA 9 – FONTES DE TRANSPARÊNCIA ATIVA MAIS RECORRENTES NAS
CHECAGENS ALEMÃS**

LEGISLAÇÃO	4
<i>BUNDESAMT FÜR MIGRATION UND FLÜCHTLINGE (BAMF)</i> (Escritório Federal de Migração e Refugiados)	3
<i>BUNDESINNENMINISTERIUM</i> (Ministério do Interior)	2
<i>STATISTISCHEN BUNDESAMT (DESTATIS)</i> (Escritório Federal de Estatística)	2

Fonte: o autor (2021)

É possível perceber que o acesso a leis, decretos e portarias (agrupadas em torno da categoria legislação) foi o mais frequente. Assim, o *Correctiv* pôde verificar declaração do eurodeputado Marcus Pretzell (AfD) com base em artigo de lei específico do estado da Renânia do Norte - Vestfália¹⁰⁸.

O órgão mais acionado foi o *Bundesamt für Migration und Flüchtlinge* (Bamf), que é o escritório federal para migração e refugiados, o que condiz com a temática internacional estar sempre em destaque nas checagens alemãs – assim declarações do deputado Jörg Meuthen (AfD) sobre crianças estrangeiras muçulmanas¹⁰⁹ pôde ser esmiuçada.

Outros entes foram mencionados de maneira mais esporádica, valendo a pena destacar o *Statistischen Bundesamt*, órgão de estatísticas alemão (de maneira simplória, comparável ao IBGE brasileiro e ao Istat italiano), cuja abrangência permite estatísticas especialmente sobre as relações de trabalho¹¹⁰.

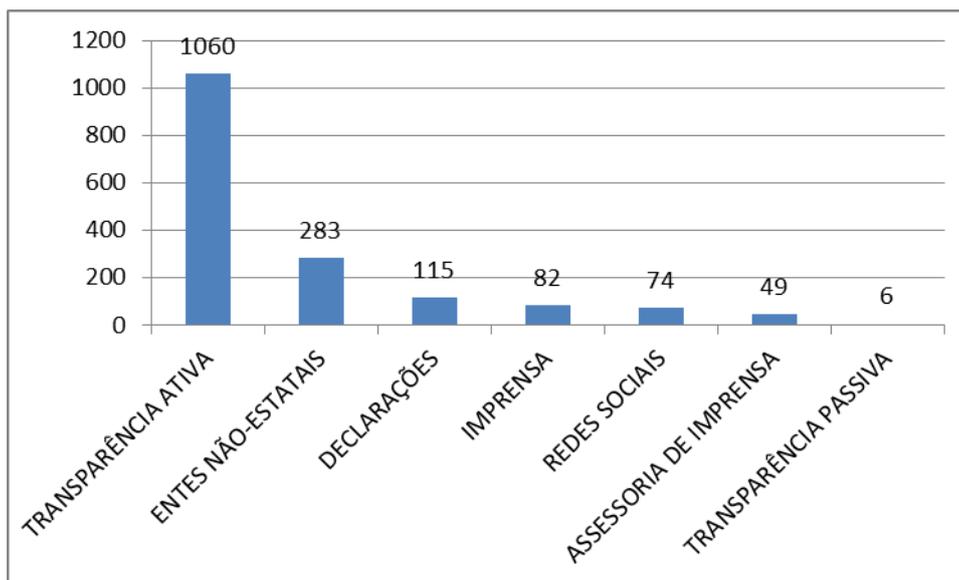
Ainda houve a preocupação em investigar quais foram as fontes acionadas pelos checadores no Brasil, o que pode ser conferido no gráfico 29 a seguir:

GRÁFICO 29 - NÚMERO DE CHECAGENS BRASILEIRAS CONFORME FONTE UTILIZADA

¹⁰⁸ Disponível em: <https://correctiv.org/ruhr/faktencheck-ruhr/2017/07/10/wird-afd-mann-pretzell-doppelt-bezahlt>. Publicado em 10 jul 2017.

¹⁰⁹ Disponível em: <https://correctiv.org/faktencheck/artikel-faktencheck/2017/09/19/the-kids-arent-alright/>. Publicado em 19 set 2017.

¹¹⁰ Disponível em: <https://correctiv.org/faktencheck/artikel-faktencheck/2017/08/23/liegt-die-lohnluecke-zwischen-maennern-und-frauen-in-deutschland-bei-21-oder-bei-6-prozent/>. Publicado em 23 ago 2017.



Fonte: o autor (2021)

A utilização de dados provenientes da “transparência ativa” lidera nas checagens brasileiras, com 1060 (63,5%). Quando o então governador do Rio de Janeiro Wilson Witzel (PSC) mencionou que os contratos do fundo emergencial de saúde foram assinados, tal informação foi rebatida pela *Lupa* a partir de dados do Portal da Transparência mantido pelo estado por ele governado¹¹¹.

As informações fornecidas por “entes não-estatais” corresponderam ao segundo grupo mais acionado, com 283 aparições (16,9%), dentre as quais o instituto Todos pela Educação, cujos dados serviram para que a agência pudesse contestar afirmação do então ministro da Educação Abraham Weintraub (sem partido) de que 50% das crianças saíam do ensino fundamental sem saber ler e escrever.

As declarações de determinados indivíduos foram o terceiro elemento mais usado para justificar os textos, aparecendo em 115 checagens (6,8%). Como um tema muito recorrente foram atributos pessoais dos indivíduos, é nas declarações que se pode buscar a confirmação, como a opinião sobre determinado projeto de lei discutido no passado.

A quarta posição foi ocupada pela “imprensa”, que era mencionada em 82 textos da *Lupa* (4,9%) como fonte para legitimar as conclusões das checagens. A empresa de comunicação mais citada foi o jornal *Folha de S. Paulo*, em cujo site está hospedada a agência *Lupa*.

¹¹¹ Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/01/16/witzel-sbt-policiais-hospitais/>. Publicado em 16 jan 2019.

Houve pouca utilização da “transparência passiva”, com apenas seis ocorrências, o que totaliza 0,03% de todas as checagens publicadas. Nesse pequeno conjunto, é possível destacar algumas que estiveram relacionadas ao programa Mais Médicos. A agência de checagem obteve através de solicitação informações sobre as vagas em faculdades de medicina e de residência criadas no país.

Como o interesse dessa pesquisa concerne em especial à utilização da transparência por parte do Jornalismo, destacamos na tabela 10 abaixo as fontes desse estilo mais citadas, a saber:

TABELA 10 - FONTES DE TRANSPARÊNCIA ATIVA MAIS RECORRENTES NAS CHECAGENS BRASILEIRAS

TSE	123
IBGE	104
LEGISLAÇÃO	75
PROCESSO ELETRÔNICO	67
CAMARA DOS DEPUTADOS	67
INEP	46
SENADO	43
IPEA	40
PORTAL DA TRANSPARÊNCIA	32
MIN DA FAZENDA	24
DIARIO OFICIAL	22
CAGED	17
CNJ	16

Fonte: o autor (2021)

Os dados disponibilizados no TSE em seu site foram os mais recorrentes, com 123 aparições. Assim, quando houve declaração relacionada às eleições, foram as informações sobre comparecimento às urnas, percentuais de votos em candidatos desde a redemocratização e sobre perfil do eleitorado que basearam a checagem.

Em segundo lugar veio o IBGE, órgão governamental destinado à produção de estatísticas e que foi acionado para conferir declarações de temas econômicos, mas também para outras situações, como quando o então ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta afirmou que o uso de preservativos estava caindo no Brasil.

O acesso à legislação é aqui entendido de maneira ampla, como a disponibilização pelo Estado de todos os regramentos legais que o compõem. Como o

palácio do Planalto possui uma página voltada apenas para disponibilização da legislação, foi a ela que os checadores remeteram para embasar os vereditos.

A quarta posição foi ocupada pela categoria processo eletrônico, que abrange informações disponibilizadas pelo Poder Judiciário sobre processos em trâmite, tendo ocorrido 67 vezes. Em respeito à transparência, a regra é que eles possam ser consultados na internet por qualquer um, o que permitiu a consulta pelos checadores e produção dos textos.

Com o mesmo número de ocorrências está a Câmara dos Deputados, que forneceu várias informações que abarcam desde a votação de parlamentares em votações específicas até relatórios produzidos em comissões.

5.8 Testes de associação entre variáveis

Uma vez apresentados os dados por país, interessa a esta pesquisa investigar se o sistema midiático (Hallin e Mancini, 2004) que motivou a escolha dos países possuía alguma relação com as categorias de análise. Portanto, foram feitos cruzamentos entre as variáveis a fim de investigar se havia relevância estatística entre as nações e cada uma das características.

Os testes de associação utilizados são o Qui-quadrado e o V de Cramér. O Qui-quadrado é empregado para confirmar ou refutar uma hipótese de dependência entre duas variáveis categóricas. Para isso, observa-se se o nível de significância do teste (*p-value*) está ou não abaixo do limite crítico, que é de 0,05. Quando isso ocorre, rejeita-se a hipótese nula e fica comprovada a associação entre as duas variáveis (CERVI, 2013). Quando o Qui-quadrado mostra que existe associação entre as variáveis, o teste de V de Cramér é utilizado para indicar qual é a intensidade dessa associação: seu valor varia entre 0 e 1 e quanto mais próximo de um, mais alto é o grau de associação.

E, por fim, são apresentados os resíduos padronizados, que indicam a diferença entre os valores observados e os valores esperados de uma distribuição. Com o intervalo de confiança de 95%, consideram-se significativos os valores acima de 1,96 e abaixo de -1,96.

A tabela 11 apresenta o cruzamento entre as variáveis “País” e “Alvo da checagem”. De acordo com o Qui-quadrado, há associação estatisticamente significativa entre elas, uma vez que o nível de significância está bem abaixo do limite crítico, de

0,05. O V de Cramér, por sua vez, mostra que o grau dessa associação é de 28%, como se vê a seguir.

TABELA 11 - CRUZAMENTO ENTRE AS VARIÁVEIS "PAÍS" E "NATUREZA DA CHECAGEM"

		Brasil	Itália	EUA	Alemanha
Checagem sobre declaração de político	N (%)	1561 (93,5%)	572 (98,8%)	380 (83,5%)	31 (34,8%)
	RP	1,0	1,9	-1,7	-5,6
Checagem sobre rumor ou notícia que envolve determinado político	N (%)	74 (4,5%)	3 (0,5%)	62 (13,6%)	40 (50%)
	RP	-3,2	-5,6	6,1	14,4
Checagem sem pessoa identificada	N (%)	34 (2%)	4 (0,7%)	13 (2,9%)	18 (20,2%)
	RP	-1,1	-2,7	0,5	10,7
Total	N (%)	1669 (100%)	579 (100%)	455 (100%)	89 (100%)

Qui-quadrado = 445,721 (0,00)

V de Cramér = 0,283

Fonte: o autor (2021)

Os resíduos padronizados em destaque expõem as distribuições não aleatórias. No caso, Brasil (Agência *Lupa*) e Itália (*Pagella Politica*) apresentam, respectivamente, 3,2 e 5,6 casos a menos do que o esperado de checagens sobre rumores ou notícias envolvendo determinado ator político. No caso da Itália, o resíduo também é negativo pra as checagens sem pessoas identificadas (RP = -2,7).

Em contrapartida, EUA (*Factcheck.org*) e Alemanha (*Correctiv*) apresentam, respectivamente, 6,1 e 14,4 casos a mais do que o esperado de checagens sobre rumores que envolvem atores políticos. Além disso, a Alemanha apresenta 10,7 casos a mais do que o esperado de checagens que não identificam pessoas e 5,6 casos a menos do que o esperado de checagens sobre declarações de atores políticos.

Destaca-se que a Alemanha é o único país em que a maioria das checagens não trata de declarações de atores políticos. No Brasil e na Itália, mais de 90% dos textos analisados se enquadram nessa categoria. Nos EUA, por sua vez, esse número é de 83,5%.

A Tabela 12, por sua vez, expõe o cruzamento entre as variáveis “País” e “Cargo do alvo da checagem”. Novamente, o nível de significância do Qui-quadrado permite que a hipótese nula seja rejeitada. Nesse caso, o grau de associação entre as variáveis é de 42%.

TABELA 12 - CRUZAMENTO ENTRE AS VARIÁVEIS “PAÍS” E “CARGO DO ALVO DA CHECAGEM”

		Brasil	Itália	EUA	Alemanha
Chefe de Estado/governo	N (%)	94 (5,6%)	30 (5,2%)	259 (56,9%)	15 (17%)
	RP	-9,3	-5,8	24,1	0,6
Membro do Poder Executivo Federal	N (%)	166 (9,9%)	163 (28,2%)	34 (7,5%)	6 (6,7%)
	RP	-3,7	9,9	-3,4	-1,7
Membro do Poder Legislativo Federal	N (%)	329 (19,7%)	229 (39,6%)	105 (23%)	18 (20,2%)
	RP	-3,9	7,4	-0,6	-0,8
Membro dos Poderes Executivos Estaduais/Municipais	N (%)	218 (13,1%)	22 (3,8%)	4 (0,9%)	2 (2,2%)
	RP	5,9	-4,1	-5,7	-2,1
Membro dos Poderes Legislativos Estaduais/Municipais	N (%)	11 (0,7%)	1 (0,1%)	0	2 (2,2%)
	RP	0,9	-1,1	-1,5	2,3
Membro do Poder Judiciário	N (%)	24 (1,4%)	1 (0,1%)	0	0
	RP	2,3	-1,8	-2,0	-0,9
Atores que não ocupam cargos	N (%)	792 (47,5%)	84 (14,5%)	37 (8,1%)	19 (21,3%)
	RP	10,0	-7,9	-9,3	-2,0
Outros	N (%)	7 (0,4%)	42 (7,3%)	3 (0,7%)	9 (10,1%)
	RP	-4,9	8,3	-2,2	5,1
Não se aplica	N (%)	28 (1,7%)	7 (1,2%)	13 (2,9%)	18 (20,3%)
	RP	-1,8	-1,8	0,7	11,0
Total	N (%)	1669 (100%)	579 (100%)	455 (100%)	89 (100%)

Qui-quadrado = 1510,065 (0,00)

V de Cramér = 0,425

No caso da Itália, os resíduos são negativos para “Chefe de Estado/governo” (RP = -5,8), “Membro dos Poderes Executivos Estaduais/Municipais” (RP = -4,1) e “Atores que não ocupam cargos” (RP = -7,9). Por outro lado, os resíduos são positivos para “Membro do Poder Executivo Federal” (RP = 9,9), “Membro do Poder Legislativo Federal” (RP = 7,4) e “Outros” (RP = 8,3). Destaca-se que os membros dos Poderes Executivo e Legislativo Federal foram alvo de mais de 60% das checagens da *Pagella Politica*.

Nos EUA, mais da metade dos textos trata do “Chefe de Estado/governo” – há 24,1 casos a mais do que o esperado de checagens classificadas nessa categoria. No entanto, os resíduos são negativos para “Membro do Poder Executivo Federal” (RP = -3,4), “Membro dos Poderes Executivos Estaduais/Municipais” (RP = -5,7), “Membro do Poder Judiciário” (RP = -2,0), “Atores que não ocupam cargos” (RP = -9,3) e “Outros” (RP = -2,2).

Há 11 casos a mais do que o esperado de checagens alemãs classificadas na categoria “Não se aplica” – o que ocorre porque mais de 20% dos textos da *Correctiv* correspondem a checagens sem pessoas identificadas (resultado apresentado na Tabela 1 e também na seção dedicada apenas ao país). Os resíduos também são positivos para “Membro dos Poderes Legislativos Estaduais/Municipais” (RP = 2,3) e “Outros” (RP = 5,1). Em contrapartida, os “Membros dos Poderes Executivos Estaduais/Municipais” (RP = -2,1) e os “Atores que não ocupam cargos” (RP = -2,0) tendem a aparecer menos nas checagens alemãs.

Por fim, no que concerne ao Brasil, os resíduos são negativos para “Chefe de Estado/governo” (RP = -9,3), “Membro do Poder Executivo Federal” (RP = -3,7), “Membro do Poder Legislativo Federal” (RP = -3,9) e “Outros” (RP = -4,9). Isso quer dizer que, durante o período estudado, a Agência *Lupa* tratou desses cargos menos do que o esperado. Em contrapartida, os “Membros dos Poderes Executivos Estaduais/Municipais” (RP = 5,9), os “Membros do Poder Judiciário” (RP = 2,3) e os “Atores que não ocupam cargos” (RP = 10,0) tenderam a aparecer mais do que o esperado nos textos analisados. Quase 50% das checagens brasileiras trataram de atores políticos sem cargo – resultado explicado pelo grande número de textos que envolviam candidatos.

A Tabela 13 apresenta o cruzamento entre as variáveis “País” e “Partido do alvo da checagem”. Mais uma vez, há associação estatisticamente significativa. E o grau dessa associação é de 21%.

TABELA 13 - CRUZAMENTO ENTRE AS VARIÁVEIS “PAÍS” E “PARTIDO DO ALVO DA CHECAGEM”

		Brasil	Itália	EUA	Alemanha
Governo	N (%)	555 (33,2%)	207 (35,8%)	333 (73,2%)	37 (41,5%)
	RP	-4,7	-1,8	10,9	0,2
Oposição	N (%)	959 (57,5%)	305 (52,7%)	110 (24,2%)	45 (50,6%)
	RP	3,8	0,6	-8,0	0
Não se aplica	N (%)	155 (9,3%)	67 (11,5%)	12 (2,6%)	7 (7,9%)
	RP	0,9	2,4	-4,4	-0,2
Total	N (%)	1669 (100)	579 (100)	455 (100)	89 (100%)

Qui-quadrado = 248,817 (0,00)

V de Cramér = 0,211

Fonte: o autor (2021)

No caso do Brasil, mais da metade das checagens trata de partidos da oposição – há 3,8 casos a mais do que o esperado de textos classificados nessa categoria. Já as checagens estadunidenses vão em direção contrária. A maior parte delas trata do partido do governo – há 10,9 casos a mais do que o esperado de textos classificados nessa categoria. Esse resultado está em consonância com os dados expostos na Tabela 12, segundo os quais a maior parte das checagens da *Factcheck.org* tratavam do chefe de Estado/governo, ou seja, Donald Trump.

No que se refere às checagens italianas, o resíduo é positivo para a categoria “Não se aplica” (RP = 2,4). No entanto, destaca-se que mais da metade dos textos da *Pagella Politica* tratam de partidos da oposição.

Além disso, os resíduos não mostram distribuições não aleatórias para as checagens alemãs, mas de acordo com as frequências, 50,6% desses textos dizem respeito a partidos da oposição.

A Tabela 14 mostra que as variáveis “País” e “Etiqueta da checagem” também estão associadas entre si e essa associação é de 43%.

TABELA 14 - CRUZAMENTO ENTRE AS VARIÁVEIS “PAÍS” E “ETIQUETA DA CHECAGEM”

		Brasil	Itália	EUA	Alemanha
Verdadeiro	N (%)	497 (29,8%)	75 (13%)	0	1 (1,1%)
	RP	8,3	-4,0	-9,7	-4,0
Falso	N (%)	431 (25,8%)	124 (21,4%)	159 (34,9%)	10 (11,2%)
	RP	-0,1	-2,1	3,8	-2,7
Indeterminado	N (%)	112 (6,7%)	0	38 (8,4%)	3 (3,5%)
	RP	2,1	-5,6	2,6	-0,8
Parcialmente verdadeiro	N (%)	2254 (15,2%)	67 (11,6%)	35 (7,7%)	0
	RP	2,8	-0,8	-3,0	-3,4
Parcialmente falso	N (%)	375 (22,5%)	0	132 (29%)	6 (6,7%)
	RP	3,9	-10,3	5,3	-2,6
Muito falso	N (%)	0	212 (36,6%)	10 (2,2%)	27 (30,3%)
	RP	-12,2	22,3	-4,8	6,8
Sem etiqueta	N (%)	0	101 (17,4%)	81 (17,8%)	42 (47,2%)
	RP	-11,6	8,0	7,4	13,0
Total	N (%)	1669 (100)	579 (100)	455 (100)	89 (100)

Qui-quadrado = 1598,004 (0,00)

V de Cramér = 0,436

Fonte: o autor (2021)

Em relação às checagens brasileiras, os resíduos são positivos para “Verdadeiro” (RP = 8,3), “Indeterminado” (RP = 2,1), “Parcialmente verdadeiro” (RP = 2,8) e “Parcialmente falso” (RP = 3,9) e negativos para “Muito falso” (RP = -12,2) e “Sem etiqueta” (RP = -11,6) – nenhum texto da *Lupa* foi classificado nessas últimas duas categorias. Ademais, ressalta-se que mais da metade das checagens brasileiras receberam as etiquetas de “verdadeiro” ou “falso”.

Já as checagens italianas apresentam resultados opostos. Há 22,3 casos a mais do que o esperado de textos com a etiqueta “Muito falso” e 8 casos a mais do que o esperado de textos sem etiqueta. Em contrapartida, os resíduos são negativos para “Verdadeiro” (RP = -4,0), “Falso” = (-2,1), “Indeterminado” (RP = -5,6) e “Parcialmente falso” (RP = -10,3). De acordo com as frequências, a maioria dos textos da *Pagella Politic* recebeu a etiqueta de “Muito falso”.

Os resultados referentes às checagens alemãs são semelhantes aos resultados da Itália. As categorias que se sobressaem também são “Muito falso” (RP = 6,8) e “Sem etiqueta” (RP = 13,0) – quase 50% dos textos da *Correctiv* não receberam etiqueta. Por outro lado, há menos casos do que o esperado de textos com as etiquetas de “Verdadeiro” (RP = -4,0), “Falso” (RP = -2,7), “Parcialmente verdadeiro” (RP = -3,4) e “Parcialmente falso” (RP = -2,6).

E, por fim, no que se refere às checagens estadunidenses, os resíduos são positivos para “Falso” (RP = 3,8), “Indeterminado” (RP = 2,6), “Parcialmente falso” (RP = 5,3) e “Sem etiqueta” (RP = 7,4). A maioria dos textos da *Factcheck.org* receberam as etiquetas de “Falso” ou “Parcialmente falso”. No entanto, nenhum texto dessa agência recebeu a etiqueta de “Verdadeiro” (RP = -9,7). As etiquetas “Parcialmente verdadeiro” (RP = -3,0) e “Muito falso” (RP = -4,8) também aparecem menos do que o esperado.

As variáveis “País” e “Tema da checagem” também estão associadas entre si e essa associação é de 26%, conforme se vê na Tabela 15.

TABELA 15 - CRUZAMENTO ENTRE AS VARIÁVEIS “PAÍS” E “TEMA DA CHECAGEM”

		Brasil	Itália	EUA	Alemanha
Segurança pública	N (%)	248 (14,8%)	36 (6,2%)	30 (6,6%)	6 (6,7%)
	RP	4,1	-3,7	-3,1	-1,3
Saúde	N (%)	94 (5,6%)	23 (4%)	41 (9%)	1 (1,1%)
	RP	-0,1	-1,7	3,0	-1,8
Educação	N (%)	149 (8,9%)	13 (2,2%)	5 (1,1%)	1 (1,1%)
	RP	4,8	-3,7	-4,3	-1,9
Economia	N (%)	435 (26,1%)	247 (42,7%)	111 (24,3%)	7 (7,9%)
	RP	-2,0	6,3	-1,7	-3,7

Infraestrutura	N (%)	78 (4,7%)	26 (4,5%)	3 (0,7%)	6 (6,7%)
	RP	1,3	0,5	-3,6	1,3
Meio ambiente	N (%)	26 (1,5%)	18 (3,1%)	26 (5,7%)	0
	RP	-2,4	0,9	4,3	-1,5
Cultura	N (%)	3 (0,2%)	4 (0,7%)	0	0
	RP	-0,6	2,1	-1,1	-0,5
Relações Internacionais	N (%)	35 (2,1%)	113 (19,5%)	90 (19,8%)	33 (37,2%)
	RP	-10,0	7,6	6,9	8,3
Atributos pessoais	N (%)	245 (14,7%)	34 (5,9%)	63 (13,8%)	26 (29,2%)
	RP	1,7	-4,8	0,4	4,2
Posicionamentos políticos	N (%)	5 (0,3%)	0	0	0
	RP	1,2	-1,0	-0,9	-0,4

Fonte: o autor (2021)

No que concerne às checagens italianas, os temas que tendem a aparecer menos são “Segurança pública” (RP = -3,7), “Educação” (RP = -3,7), “Atributos pessoais” (RP = -4,8), “Eleições” (RP = -3,8) e “Acusação de crimes (-3,7). Já os temas que aparecem mais do que o esperado são “Economia” (RP = 6,3), “Cultura” (RP = 2,1) e “Relações internacionais (RP = 7,6). Em 42,7% das checagens, a da *Pagella Politic* trata de economia.

Nos EUA, há casos a menos do que o esperado de checagens sobre “Segurança pública” (RP = -3,1), “Educação” (RP = -4,3) e “Infraestrutura” (RP = -3,6). Por outro lado, os temas “Saúde” (RP = 3,0), “Meio ambiente” (RP = 4,3) e “Relações Internacionais” (RP = 6,9) aparecem mais do que o esperado nas checagens da *Factcheck.org*. Assim como ocorre com Brasil e Itália, a maior parte dos textos dessa agência trata de economia (24,3%). Há 3,7 casos a menos do que o esperado de checagens alemãs sobre economia – único país no qual esse tema não é predominante. Por outro lado, as categorias “Relações internacionais” (RP = 8,3) e “Atributos pessoais” (RP = 4,2) tendem a aparecer mais – juntas, reúnem mais de 66% dos textos da *Correctiv*.

E, por fim, no Brasil, os temas que aparecem mais do que o esperado são “Segurança pública (RP = 4,1) e “Educação” (RP = 4,8). E os temas que aparecem

menos do que o esperado são “Economia” (RP = -2,0), “Meio ambiente” (RP = -2,4) e “Relações internacionais (RP = -10,0). Entretanto, apesar dos resíduos negativos, o tema mais abordado pelas checagens da *Lupa* é “Economia” (26,1%), seguido de “Segurança pública” (14,8%) e “Atributos pessoais (14,7%).

A última categoria da análise de conteúdo dizia respeito às fontes utilizadas pelo checador. Foi realizado então o cruzamento entre “Fontes” e “País” para perceber se havia alguma relação significativa, mostrando que havia associação entre elas com intensidade de 18%, como se vê na Tabela 16 a seguir.

TABELA 16 - CRUZAMENTO ENTRE AS VARIÁVEIS “PAÍS” E “FONTE DA CHECAGEM”

		Brasil	Itália	EUA	Alemanha
Transparência ativa	N (%)	1060 (63,5%)	309 (53,4%)	240 (52,7%)	26 (29,2%)
	RP	2,6	-1,6	-1,6	-3,6
Assessoria de imprensa	N (%)	49 (2,9%)	5 (0,9%)	12 (2,6%)	9 (0,1%)
	RP	0,6	-2,7	-0,1	4,3
Entes não-estatais	N (%)	283 (17%)	194 (33,5%)	69 (15,2%)	11 (12,4%)
	RP	-2,7	7,3	-2,3	-1,6
Imprensa	N (%)	82 (4,9%)	34 (5,9%)	57 (12,5%)	23 (25,8%)
	RP	-3,2	-1,0	4,4	6,7
Declarações	N (%)	115 (6,9%)	6 (1%)	36 (7,9%)	0 (0%)
	RP	2,2	-4,7	2,1	-2,2
Redes sociais	N (%)	74 (4,4%)	31 (5,4%)	41 (9%)	20 (22,5%)
	RP	-2,5	-0,6	2,7	6,4
Transparência passiva	N (%)	6 (0,4%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
	RP	1,3	-1,1	-1	-0,4
Total	N	1669	579	455	89

Qui-quadrado = 290,573 (0,00)

V de Cramér = 0,186

Fonte: o autor (2021)

Na Itália se destaca estatisticamente o uso massivo de dados de “entes não estatais”, com resíduo padronizado de 7,3. Por outro lado, houve menos utilização do que nos outros países de “assessoria de imprensa” (RP = -2,7) e “declarações” (RP = -4,7). Já no caso dos Estados Unidos, é possível ver que em comparação aos outros países a agência norte-americana se apoiou mais na “imprensa” (RP = 4,4), “declarações” (RP = 2,1) e “redes sociais” (RP = 92,7), com utilização menor do que o esperado de “entes não-estatais” (RP = -2,3).

Na Alemanha, por mais que “transparência ativa” tenha sido a fonte mais acionada (como em todos os outros países), sua aparição se deu menos do que o esperado estatisticamente (RP = -3,6), assim como o uso de “declarações” (RP = -2,2). Houve, porém, utilização significativamente maior da “assessoria de imprensa” (RP = 4,3), da “imprensa” (RP = 6,7) e das “redes sociais” (RP = 6,4).

E no Brasil, houve utilização maior do que o esperado de “transparência ativa” (RP = 2,6) e “declarações” (RP = 2,2) como fontes. Já a utilização de material de “entes não estatais” (RP = -2,7), “imprensa” (RP = -3,2) e “redes sociais” (RP = -2,5) ocorreu menos do que uma distribuição aleatória acarretaria.

5.8.1 Testes de associação entre “transparência ativa” e outras variáveis

Tendo em vista que as questões de pesquisa da tese buscam compreender se a utilização de dados de “transparência ativa” esteve relacionada a alguma características das checagens, foi também realizado o cruzamento dessa variável com outras variáveis do livro de códigos, em busca de possíveis relações significativas para o acionamento dessa modalidade.

O primeiro cruzamento diz respeito à “transparência” em relação aos partidos da situação e da oposição, com base em todo o conjunto de checagens dos quatro países, o que pode ser visto na Tabela 17.

TABELA 17 - CRUZAMENTO ENTRE AS VARIÁVEIS “PARTIDO” E “FONTE DA CHECAGEM”

		Transparência ativa
Situação	N (%)	691 (61%)
	RP	1,1

Oposição	N (%)	815 (57,4%)
	RP	-0,6
Não se aplica	N (%)	129 (53,5%)
	RP	-1,0
Total	N	1635

Qui-quadrado = 41,688 (0,00)

V de Cramér = 0,086

Fonte: o autor (2021)

Nesse caso, por mais que a relação entre as variáveis exista, sua associação tem intensidade de 8% e não apresentou desvios de resíduos padronizados relevantes. Em outras palavras, não houve qualquer categoria em que a distribuição se distanciasse de uma distribuição aleatória. Assim, não é possível concluir que o fato de a checagem se dedicar a partidos de situação ou de oposição teve relação com a utilização da modalidade de transparência ativa.

Outra associação que se investigou foi entre “transparência ativa” e os “cargos ocupados” por aqueles agentes políticos mencionados nas checagens, cujos resultados constam da tabela 18 a seguir.

TABELA 18 - CRUZAMENTO ENTRE AS VARIÁVEIS “CARGO” E “FONTE DA CHECAGEM”

		Transparência ativa
Chefe de Estado/governo	N (%)	225 (56,5%)
	RP	-0,5
Membro do Poder Executivo Federal	N (%)	201 (54,5%)
	RP	-1,0
Membro do Poder Legislativo Federal	N (%)	410 (60,2%)
	RP	0,6
Membro dos Poderes Executivos Estaduais/Municipais	N (%)	173 (70,3%)
	RP	2,4
Membro dos Poderes Legislativos Estaduais/Municipais	N (%)	3 (21,4%)
	RP	-1,8

Membro do Poder Judiciário	N (%)	13 (52%)
	RP	-0,4
Atores que não ocupam cargos	N (%)	559 (60%)
	RP	0,6
Outros cargos	N (%)	20 (32,8%)
	RP	-2,6
Não se aplica	N (%)	31 (47%)
	RP	-1,2
Total	N	1635

Qui-quadrado = 176,91 (0,00)

V de Cramér = 0,103

Fonte: o autor (2021)

Houve associação significativa, com força de explicação de 10%. As checagens sobre “membros dos poder Executivo em nível estadual/municipal” utilizaram os dados de “transparência ativa” de modo mais recorrente do que o esperado (RP = 2,4), enquanto para aqueles “cargos em instituições internacionais” (em regra em instituições multilaterais como a União Europeia e a ONU), houve menor utilização da transparência (RP = -2,6).

Para finalizar os testes de cruzamento de variáveis, foi feito um cruzamento entre as variáveis “tema” e “fonte”, o que indicou que havia correlação entre ambas, na ordem de 18%, conforme pode ser visto na Tabela 19 abaixo.

TABELA 19 - CRUZAMENTO ENTRE AS VARIÁVEIS “TEMA” E “FONTE DA CHECAGEM”

		Transparência ativa
Segurança pública	N (%)	206 (64,4%)
	RP	1,4
Saúde	N (%)	89 (56%)
	RP	-0,4
Educação	N (%)	115 (68,5%)
	RP	1,7

Economia	N (%)	524 (65,5%)
	RP	2,6
Infraestrutura	N (%)	53 (46,9%)
	RP	-1,6
Meio Ambiente	N (%)	35 (50%)
	RP	-0,9
Cultura	N (%)	6 (85,7%)
	RP	0,9
Relações internacionais	N (%)	118 (43,5%)
	RP	-3,2
Atributos pessoais	N (%)	148 (39,7%)
	RP	-4,8
Eleições	N (%)	113 (62,8%)
	RP	0,7
Acusações de crimes	N (%)	102 (68,9%)
	RP	1,6
Administração pública	N (%)	96 (73,3%)
	RP	2,2
Outros	N (%)	30 (57,7%)
	RP	-0,1
Total	N	1635

Qui-quadrado = 558,613 (0,00)

V de Cramér = 0,183

Fonte: o autor (2021)

Os temas em que a utilização da transparência foi mais frequente do que os outros de maneira relevante foram “economia” (RP = 2,6) e “administração pública” (RP = 2,2), o que pode ser explicado porque é previsível que dados da própria administração sejam utilizados para se comentar sobre ela.

Por outro lado, as temáticas de “relações internacionais” (RP = -3,2) e de “atributos pessoais” (RP = -4,8) foram as que menos utilizaram a transparência ativa para embasar os textos.

As discussões mais amplas sobre os resultados, as hipóteses e questões de pesquisa serão retomadas no capítulo seguinte. Antes disso, faz-se necessário apresentar outro teste conduzido.

5.9 Análise de correspondência

As análises de correlação da seção anterior demonstraram, de maneira isolada, como cada categoria se comportou em relação a cada país. Não é possível, porém, a partir daqueles testes, verificar correlações de categorias distintas dentro de um mesmo caso. Por exemplo, se uma etiqueta era mais recorrente a determinado partido e a certo tema, por exemplo. Para compreender de que maneira se configuraram as relações múltiplas entre as variáveis dentro de cada país e descobrir se houve *clusters* que agrupassem categorias mais recorrentes de maneira agrupada, essa pesquisa optou por utilizar a análise de correspondência, já aplicada para análises de conteúdo (HUMPRECHT, 2019). A principal vantagem desse teste é a representação visual das variáveis em um mapa, sendo que a proximidade dos pontos representa a ocorrência simultânea das variáveis, enquanto pontos distantes entre si indicam pouca co-ocorrência, o que facilita a interpretação dos dados (GREENACRE, 2017). Para tanto, foi utilizado o programa SPSS, que permite a construção de gráficos de análise de correspondência.

De modo a garantir que as associações possuem relevância, foi calculado o alpha de Cronbach para cada país em que foi analisada a correspondência. Como em todos os casos os valores superavam 0,5, houve relevância suficiente (os valores de cada país estão indicados abaixo da tabela de cada nação).

É importante esclarecer que, para melhor visualização dos dados nos gráficos, as categorias dentro das variáveis foram representadas por números e não pelos nomes (do contrário, haveria uma poluição visual que impediria o entendimento do gráfico). Por isso, sempre haverá a descrição abaixo do gráfico dos elementos ali presentes por extenso, para evitar que permaneçam dúvidas sobre as associações ali presentes. Esses números, ademais, são os mesmos que constam do livro de códigos presentes no capítulo metodológico dessa tese.

Respeitando a ordem já seguida no início do capítulo, iremos começar as discussões pela Itália, que representa o sistema midiático Pluralista Polarizado.

Como já exposto no capítulo anterior, as categorias de cada variável foram codificadas com números. Eles são brevemente retomados a seguir para que fique clara a leitura dos gráficos, uma vez que os números de cada categoria (e não seus nomes) é que constam do gráfico para evitar a poluição visual extrema.

QUADRO 7 - INDICAÇÃO DOS NÚMEROS DE CADA CATEGORIA DA CODIFICAÇÃO

<p>Alvo da checagem: Busca identificar se o texto trata de um ator político específico.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Checagem sobre uma declaração de ator político; 2) Checagem sobre rumor ou notícia envolvendo ator político; 3) Checagem que não trata de ator político específico.
<p>Cargo do alvo da checagem: Quando o texto trata de um ator político específico, identifica-se qual é o seu cargo. O cargo sempre foi conferido em relação à data de publicação da checagem.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Chefe de Estado/governo; 2) Membro do Poder Executivo Federal; 3) Membro do Poder Legislativo Federal; 4) Membro dos Poderes Executivos Estaduais/Municipais; 5) Membro dos Poderes Legislativos Estaduais/Municipais; 6) Membro do Poder Judiciário; 7) Atores que não ocupam cargos (por exemplo, candidatos); 8) Outros; 9) Não se aplica (para o caso de checagens que não tratam de atores políticos individuais específicos¹¹²).
<p>Partido do alvo da checagem: Quando o texto trata de um ator político específico, identifica-se se o seu partido integra o governo ou a oposição¹¹³.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Governo; 2) Oposição; 3) Não se aplica (para o caso de checagens cujo sujeito não é filiado a partido político)
<p>Etiqueta da checagem: Etiqueta atribuída ao texto.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Verdadeiro; 2) Falso;

¹¹² Por exemplo, a checagem sobre informação divulgada pelo partido Alternative für Deutschland na Alemanha sobre destruição de propriedades, publicada em 09 de setembro de 2017. Disponível em: <https://correctiv.org/faktencheck/2017/09/09/ist-doch-nur-satire/>.

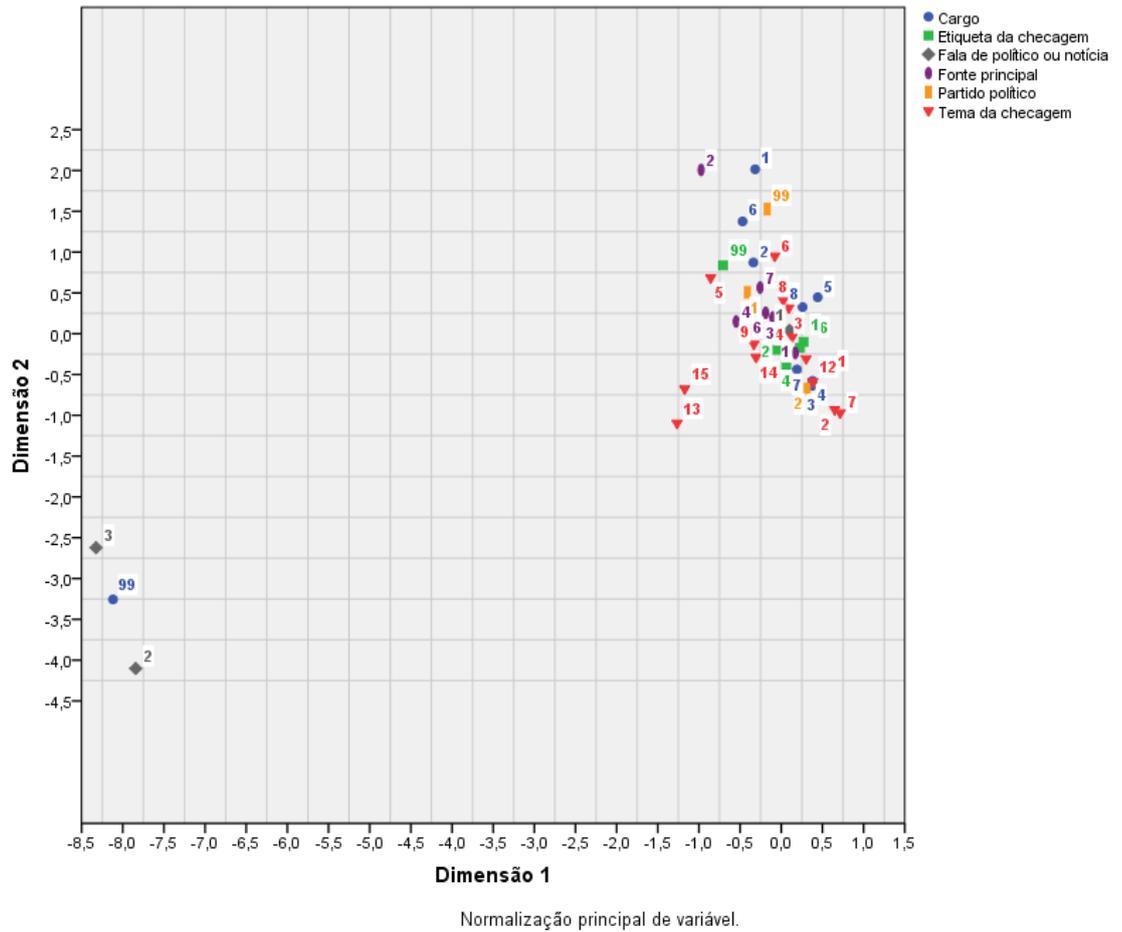
¹¹³ Na Itália e na Alemanha (países de regime parlamentarista), foram considerados como integrantes do governo os partidos que compunham a coalizão governista. No Brasil, foram considerados como governo os partidos que compunham a base de apoio no Congresso ou possuíam ministros no governo. Nos Estados Unidos, em razão do sistema bipartidário, o partido de situação foi o Republicano, que ocupava a presidência da República no momento das checagens.

<ul style="list-style-type: none"> 3) Indeterminado; 4) Parcialmente verdadeiro; 5) Parcialmente falso; 6) Muito falso; 7) Sem etiqueta.
<p>Tema da checagem: Tema predominante no texto.</p> <ul style="list-style-type: none"> 1) Segurança pública; 2) Saúde; 3) Educação; 4) Economia; 5) Infraestrutura; 6) Meio ambiente; 7) Cultura; 8) Relações Internacionais; 9) Atributos pessoais; 12) Eleições; 13) Acusação de crimes; 14) Administração pública; 16) Outros.
<p>Fonte da checagem: fonte de onde provinham as informações utilizadas para rebater a afirmação checada</p> <ul style="list-style-type: none"> 1) dados disponibilizados pelo poder público em portais da transparência e similares (incluindo planos de governo) 2) assessoria de imprensa 3) relatórios provenientes de outras instituições que não são do Estado 4) apuração de outras empresas de comunicação 5) sem indicação da fonte 6) declaração de personalidades/políticos envolvidos no fato checado 7) pesquisa livre em sites da Internet 8) dados obtidos por meio de solicitação ao Estado via Lei de Acesso à Informação ou similares

Fonte: o autor (2021)

Assim, a análise de correspondência múltipla foi feita com as checagens da agência da Itália, tendo levado ao seguinte resultado do gráfico 30:

GRÁFICO 30 - ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA DAS CHECAGENS ITALIANAS



De maneira isolada, encontram-se as checagens de “boatos” e de “discursos partidários”, próximas de checagens em que “não se aplica” é a categoria do cargo. É preciso levar em consideração que o número de checagens dessas duas categorias foi baixo, pois a *Pagella Politica* se concentrou de maneira predominante a verificar as declarações dos políticos.

Optou-se por destacar na imagem a seguir aquelas variáveis que estão concentradas no gráfico anterior, com o intuito de melhor visualização:

FIGURA 25 - RECORTE DA ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA DAS CHECAGENS ITALIANAS



Fonte: o autor (2021)

Na região superior, é possível ver uma proximidade entre os temas “infraestrutura” e “meio ambiente”, em que não há rótulo especificado e o cargo de membro do Executivo federal. Essa associação ocorre especialmente porque os textos sobre “infraestrutura” (como sobre o trem de alta velocidade entre Lyon e Milão¹¹⁴) e “meio ambiente” (discussão sobre energias renováveis, dentre outros¹¹⁵) costumavam abordar declarações de ministros e que não receberam etiquetas.

Quando se leva em consideração as etiquetas que foram efetivas atribuídas pelos checadores, elas estão todas muito agrupadas, o que não permite fazer inferências de algum *cluster* específico. Contudo, é possível ver que os temas mais afastados são aqueles que menos apareceram no conjunto das checagens de maneira absoluta, como “cultura”, “acusação de crimes”, “saúde”, “outros” e mesmo “infraestrutura” e “meio ambiente”.

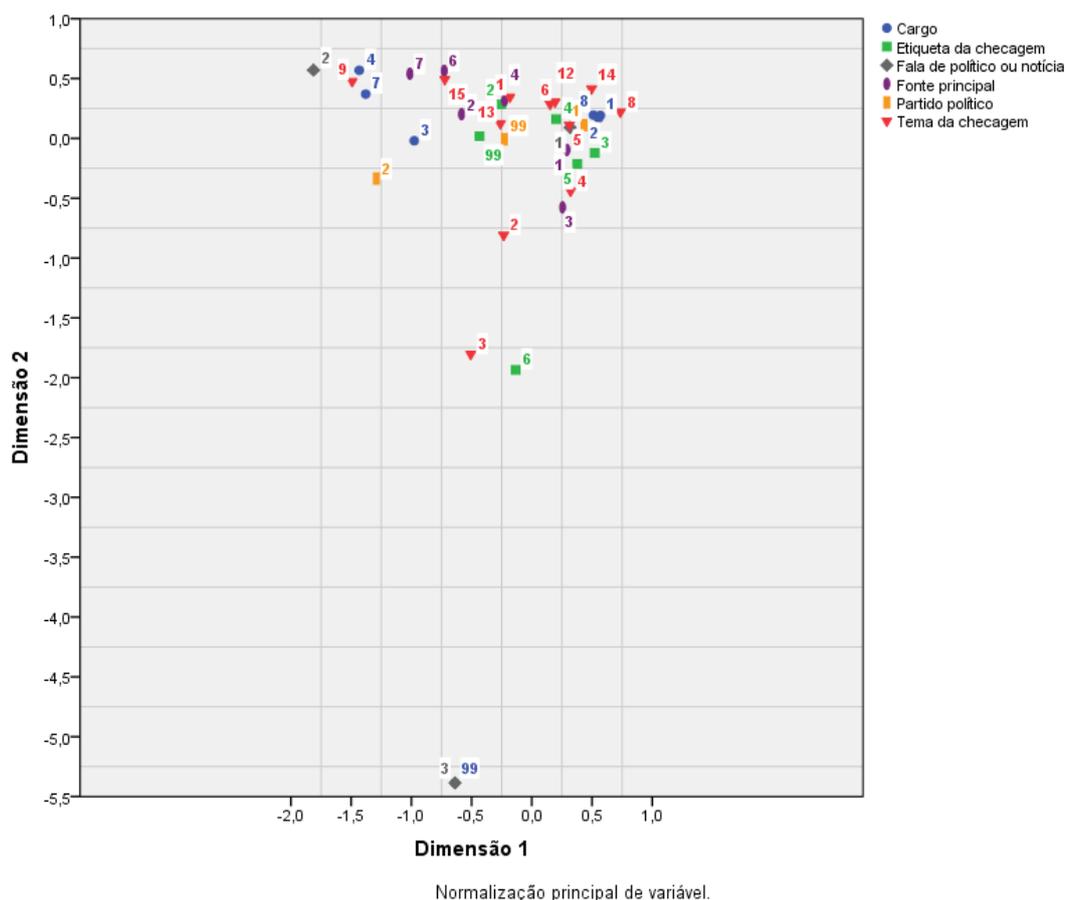
Assim, as checagens que continham rótulos mencionavam mais “economia”, “relações internacionais”, “segurança” e “atributos pessoais”, porém não é possível distinguir grupos determinados.

¹¹⁴ Disponível em: https://www.agi.it/fact-checking/tav_toninelli_bandi-5734708/news/2019-06-28/. Publicado em 28/06/2019.

¹¹⁵ Disponível em: https://www.agi.it/fact-checking/calenda_ilva_taranto_chiusura_m5s_rinnovabili-3819476/news/2018-04-27/. Publicado em 27 abr 2018.

Diferente foi o resultado da análise de correspondência nos Estados Unidos, que resultou no gráfico 31 a seguir:

GRÁFICO 31 - ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA DAS CHECAGENS NORTE-AMERICANAS



Dimensão	Alfa de Cronbach
1	0,720
2	,0665

Fonte: o autor (2021)

Já no canto superior esquerdo, é possível ver a aproximação entre as seguintes categorias de variáveis: checagens de “boatos” sobre o tema “posicionamento pessoal” em relação a “membros do Poder Executivo estadual/municipal” e aqueles que “não ocupavam qualquer cargo”. Em razão disso, houve várias checagens sobre rumores que apontavam que o ex-presidente Barack Obama¹¹⁶ e um prefeito de Hoboken¹¹⁷ seriam seguidores do Islamismo.

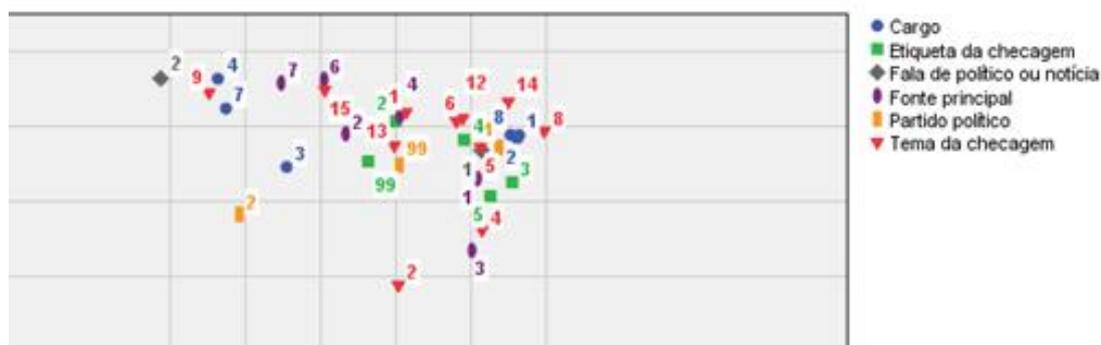
¹¹⁶ Disponível em: <https://www.factcheck.org/2018/12/meme-confuses-lincolns-bible-with-a-quran/>. Publicado em 10 dez 2018.

Também pode-se identificar no canto superior uma proximidade entre o tema “economia”, a fonte “transparência ativa” e a etiqueta “falso”, o que foi amplamente recorrente nas checagens estadunidenses. Declarações como as de Trump de que o Produto Interno Bruto havia triplicado¹¹⁸ e que receberam rótulo de “falso” se encaixam nesse grupo.

No canto direito oposto, o tema das relações internacionais aparece associado aos cargos do chefe de Estado, de membros do Executivo federal e daqueles que ocupam cargo em entidades supranacionais. Esse tema foi muito abordado por essas autoridades, destacando-se declarações como as do então procurador-geral Jeff Sessions¹¹⁹ e as inúmeras do presidente Donald Trump¹²⁰.

Também para facilitar, esse trecho superior foi destacado na figura a seguir para que não restem dúvidas sobre as associações encontradas.

FIGURA 26 - RECORTE DA ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA DAS CHECAGENS NORTE-AMERICANAS



Fonte: o autor (2021)

Continuando a exposição dos dados, apresenta-se a análise de correspondência da Alemanha, tendo as 89 checagens codificadas do país produzido o seguinte gráfico 32:

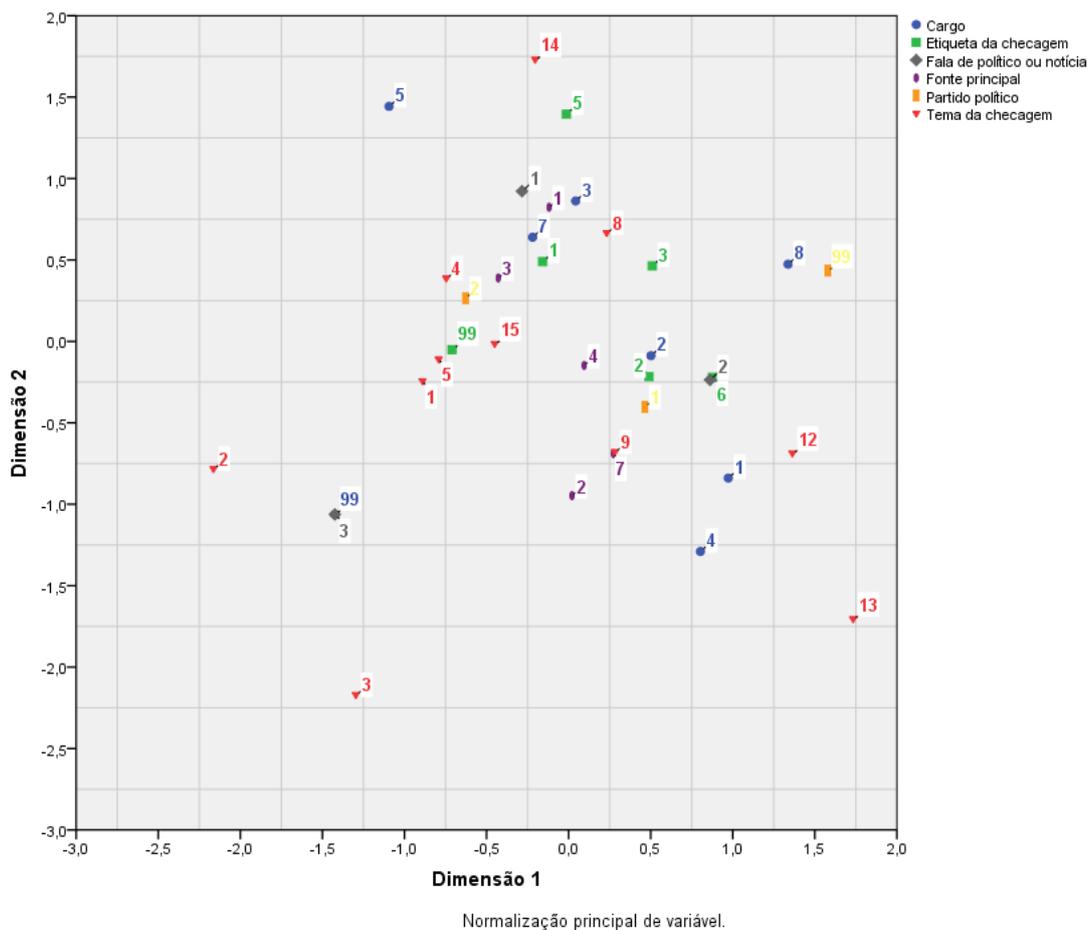
GRÁFICO 32 - ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA DAS CHECAGENS ALEMÃS

¹¹⁷ Disponível em: <https://www.factcheck.org/2017/11/hoboken-christmas-hoax/>. Publicado em 14 nov 2017.

¹¹⁸ Disponível em: <https://www.factcheck.org/2018/07/trump-inflates-gdp-growth/>. Publicado em 13 jul 2018.

¹¹⁹ Disponível em: <https://www.factcheck.org/2017/09/spinning-facts-daca/>. Publicado em 03 set 2017.

¹²⁰ Disponível em: <https://www.factcheck.org/2018/07/calls-to-abolish-ice-not-open-borders/>. Publicado em 03 jul 2018.



Dimensão	Alfa de Cronbach
1	0,799
2	0,700

Fonte: o autor (2021)

As dispersões são bem mais acentuadas nesse país do que foram nos outros. Note-se, como exemplo, o recorte do eixo y entre 0,5 e 1:

FIGURA 27 - RECORTE DA ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA DAS CHECAGENS ALEMÃS



Fonte: o autor (2021)

No conjunto destacado na figura acima, enxerga-se um *cluster* evidente da atuação do *Correctiv*: checagem de “declarações de políticos”, especialmente de “parlamentares federais” e daqueles “sem cargo”, de partidos de “oposição”, com utilização como fonte da “transparência ativa” e de dados de “entes não-estatais”, sobre os temas “economia” e “relações internacionais”. Trata-se de um dos grupos mais frequentes nas checagens alemãs ao longo dos 24 meses, como se vê nos textos sobre as declarações do deputado Jörg Meuthen sobre imigração¹²¹ ou do ex-deputado Martin Schulz sobre consequências econômicas das ações governamentais¹²².

Ao destacar uma porção mais central do gráfico, é possível ver outro *cluster* das checagens alemãs na figura a seguir que destaca o gráfico das páginas anteriores.

FIGURA 28 - RECORTE DA ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA DAS CHECAGENS ALEMÃS



Fonte: o autor (2021)

Nesse conjunto destacado, percebe-se que a ausência de etiquetas foi mais associada aos temas “segurança”, “infraestrutura” e outros no caso do *Correctiv*. Ao desvendar declarações sobre o número de vítimas de atos terroristas no território alemão¹²³ ou o preço da eletricidade¹²⁴, a agência optou por apenas elaborar um texto que destacava os pontos corretos ou não, sem impor um rótulo sobre a frase.

¹²¹ Disponível em: <https://correctiv.org/faktencheck/artikel-faktencheck/2017/09/18/belasten-tuerkische-angehoerige-unsere-kassen>. Publicado em 18 set 2017.

¹²² Disponível em: <https://correctiv.org/faktencheck/artikel-faktencheck/2017/09/04/das-tv-duell-wo-irrt-merkel-wo-irrt-schulz>. Publicado em 04 set 2017.

¹²³ Disponível em: <https://correctiv.org/faktencheck/hintergrund/2017/07/21/fuenfmal-daneben/>. Publicado em 21 jul 2017.

¹²⁴ Disponível em: <https://correctiv.org/faktencheck/artikel-faktencheck/2017/09/21/bezahlen-die-deutschen-den-hoechsten-strompreis-auf-der-welt>. Publicado em 21 set 2017.

Por fim, um último *cluster* que pode ser identificado diz respeito às checagens dos rumores, que compõem o maior número de textos conforme já apresentado. A figura a seguir destaca o trecho de -0,5 a 0 do eixo y:

FIGURA 29 - RECORTE DA ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA DAS CHECAGENS ALEMÃS



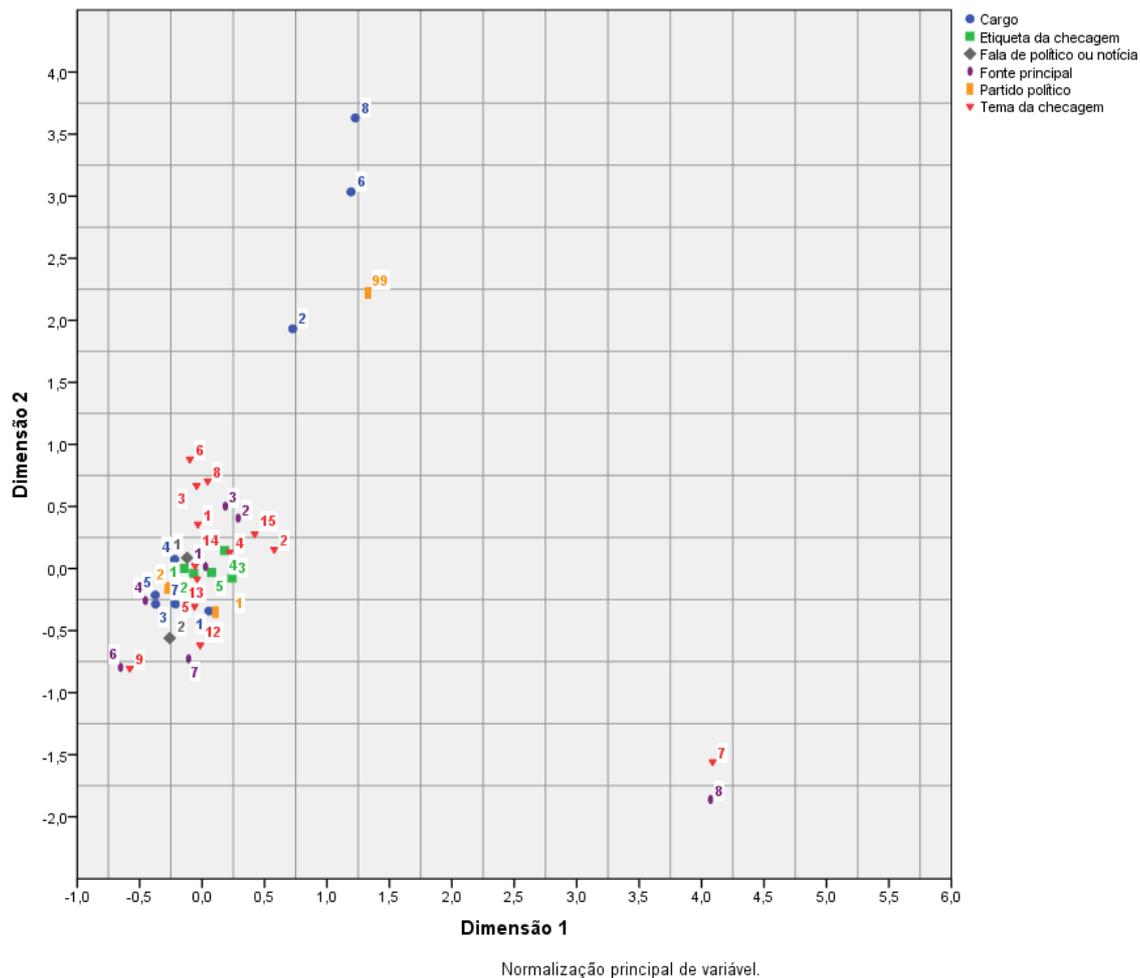
Fonte: o autor (2021)

Nota-se que os boatos checados estavam associados às etiquetas “falso” e “muito falso”, bem como à utilização da “imprensa” como fonte e a menção a partidos da “situação”. Para exemplificar esse *cluster*, cita-se boato que atribuída à primeira-ministra Angela Merkel suposta declaração de que a Alemanha se tornaria um país islâmico e caberia aos alemães lidarem com isso¹²⁵. Tal situação foi considerada como falsa a partir de apuração do jornal *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, demonstrando que esse tipo de associação encontrado na análise de correspondência foi comum.

Por fim, o gráfico 33 abaixo demonstra a correspondência entre as variáveis para a agência *Lupa*, que representa o modelo brasileiro nessa tese.

GRÁFICO 33 - ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA DAS CHECAGENS BRASILEIRAS

¹²⁵ Disponível em: <https://correctiv.org/fakten-check/2018/08/24/nein-merkel-kuendigt-keinen-islamischen-staat-in-deutschland-an-3>. Publicado em 24 ago 2018.



Dimensão Alfa de Cronbach

1 0,620

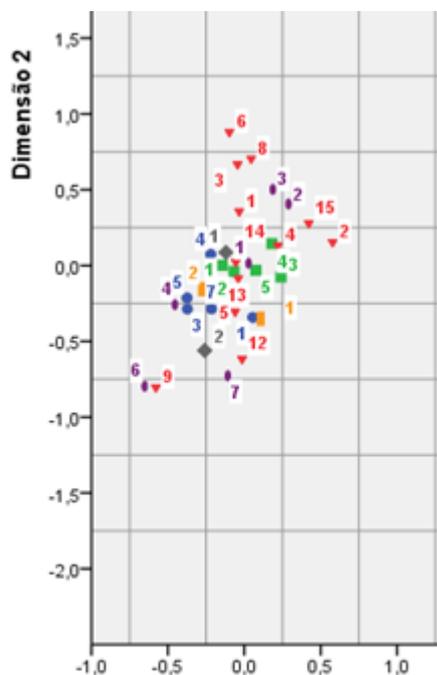
2 0,534

Fonte: o autor (2021)

Já é possível ver que quase todos os casos estão agrupados de maneira muito próxima nesse país. Os elementos que se encontram distantes são a categoria “declaração de partido” no que diz respeito ao conteúdo, que está associada com a possibilidade “não se aplica” ao cargo: tendo em vista que esses discursos são proferidos pelos partidos em seus canais oficiais sem que haja um porta-voz específico, não há cargo a ser codificado, de modo que a associação é coerente. Além disso, também estão distantes o tema “cultura” e a utilização de “transparência passiva” como fonte, porque foram pouco recorrentes.

Com o intuito de perceber associações do conjunto principal, apresentamos um recorte só dos casos próximos, para permitir a melhor observação:

**FIGURA 30 - RECORTE DA ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA DAS CHECAGENS
BRASILEIRAS**



Fonte: o autor (2021)

As etiquetas estão tão próximas (ali representadas pelos quadrados verdes conforme descreve a legenda do gráfico) que não é possível apontar que houve algum rótulo relacionado com um tema ou um cargo, pois não há distinção significativa.

Na parte esquerda inferior, é possível ver que estão muito próximas a fonte “declarações” do tema “posicionamento pessoal”. Isso demonstra, portanto, que ao checar frases de políticos em que eles abordavam posicionamentos particulares seus ou de adversários, foi a declarações desses agentes que os checadores da *Lupa* recorreram. Um exemplo foi quando o então candidato Fernando Haddad declarou que Lula não usava o termo fascista para qualificar ninguém, mas foi desmentido por declaração do ex-presidente em congresso do partido¹²⁶.

Também existe uma proximidade entre o tema “eleições” e a fonte “redes sociais”, o que indica que, ao abordar a temática eleitoral, a *Lupa* recorreu de maneira

¹²⁶ Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/10/25/fim-campanha-bolsonaro-haddad/>. Publicado em 25 out 2018.

consistente a informações disponíveis nessas páginas – tal como ao desmentir boato que assegurava que Jair Bolsonaro renunciaria¹²⁷.

Antes de encerrar, retome-se que a intenção deste capítulo foi explorar todos os dados encontrados a partir da análise de conteúdo, demonstrando de maneira esmiuçada a atuação das agências de checagem por país e também as correlações e correspondências entre elas. Para dar prosseguimento, passa-se a discutir os achados encontrados à luz da discussão teórica e das hipóteses e questões de pesquisa propostas, o que será feito no próximo capítulo.

¹²⁷ Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/12/06/verificamos-bolsonaro-renuncia/>.
Publicado em: 08 dez 2018.

6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS – TRANSPARÊNCIA COMO CATALISADORA DAS FUNÇÕES *WATCHDOG*, *ATTACKDOG*, *GUARDDOG* E *HELPCOG*

A presente pesquisa formulou hipóteses e questões de pesquisa que conduziram a análise de conteúdo e a descrição estatística dos resultados. Resta agora, portanto, verificar se as hipóteses formuladas nessa tese podem ser confirmadas ou não. Assim, na sequência, haverá uma discussão de cada uma das hipóteses à luz dos resultados da investigação. Também haverá espaço para uma discussão aprofundada sobre os três eixos que conduzem essa investigação: a checagem de fatos, os papéis jornalísticos e a transparência.

Hipótese 1

A H1 sugeriu que nos países em que a proteção legislativa da transparência fosse mais acentuada, haveria maior postura adversária por parte dos jornalistas de checagem.

Pelos dados que foram apresentados no capítulo 2, o Brasil lidera nesse arcabouço legal de transparência, seguido por EUA, Itália e Alemanha. Os dados relativos às fontes acionadas pelas agências demonstraram que o país latino-americano utilizou mais esse recurso que os outros de maneira significativa, o que comprova que a relação entre previsão legal e utilização concreta possui relevância.

Continuando o raciocínio formulado, se a hipótese estiver correta, seria o país do hemisfério sul, o Brasil, quem demonstrará também mais traços de adversarialidade. Assim, foi preciso observar os elementos provenientes da análise de conteúdo que nos permitem notar inclinações dos papéis dos checadores que podem apontar para aspectos adversários (ou, se ao contrário, estamos diante de uma atuação meramente vigilante).

Os dados brasileiros indicam que a Lupa se preocupou com os ocupantes de cargos públicos, porém de maneira menos expressiva do que os outros países. A atenção maior dos checadores foi com aqueles que disputavam eleições, ou seja, postulantes a cargos, que foram mais estatisticamente significativos do que em outros países. Até por isso, por esse foco nas eleições, aqueles agentes de oposição foram os mais checados. Não há, contudo, indícios fortes o suficiente para caracterizar que a agência brasileira de checagem adotou um papel adversário, ao contrário do que previa a Hipótese 1.

No que diz respeito às etiquetas, a divisão mostrou que houve uma adoção quase semelhante em porcentagem entre “verdadeiro” e “falso” pela agência brasileira. Ao olhar para os dados dos cruzamentos por país, em que seria possível constatar se houve mais adoção de algum rótulo por parte da *Lupa* do que nos outros países, aqueles que se destacaram foram os mais amenos, ou seja, dentre as agências a brasileira foi a que mais utilizou etiquetas não tão graves. Não houve, assim, a consolidação de uma divisão entre jornalista detentor da informação e ocupante do cargo público que bem caracteriza o papel adversário (ERIKSSON, 2011).

É o caso das etiquetas “verdadeiro”, “indeterminado”, “parcialmente verdadeiro” e “parcialmente falso”, que se sobressaíram no Brasil de maneira significativa. São rótulos que não podem ser considerados adversários, pois muito menos críticos aos candidatos do que as possibilidades de etiqueta “falso” e “muito falso”, sendo que essa última apareceu com frequência muito menor no Brasil do que nos outros países (sempre conforme os resíduos padronizados apresentados no capítulo anterior).

Os Estados Unidos, por sua vez, que foram o segundo país a pontuar na escala da dimensão legal da transparência, também não apresentaram uma cobertura com traços de adversarialidade a partir das categorias aqui analisadas, o que indica mais uma vez que a hipótese 1 não prospera.

Houve uma imensa dedicação dos jornalistas dos EUA a verificar as declarações do presidente Donald Trump, que superaram o espaço dados aos chefes de Estado em outros países, mas a etiqueta que se sobressaiu de maneira significativa foi “falso” (como quando a agência classificou dessa maneira discurso do mandatário sobre seu projeto tributário¹²⁸), que ainda não expõe tanto juízo de valor quanto “muito falso”. Assim, é possível dizer que a atuação norte-americana se aproxima mais do *watchdog*, ou seja, da vigilância daqueles que ocupam o poder por meio de um olhar cético (NORRIS; OGDUBEMI, 2010), do que da adversarialidade.

Os dois países em que houve maior utilização de etiquetas de “muito falso”, ou seja, em que houve uma postura mais incisiva por parte dos checadores perante o conteúdo, foram justamente aqueles em que os índices legais de transparência foram os mais baixos: Itália e Alemanha.

Nessas duas nações, os resultados demonstraram que de maneira estatisticamente significativa as etiquetas “muito falso” foram mais utilizadas do que a

¹²⁸ Disponível em: <https://www.factcheck.org/2017/10/tax-hike-benefit-middle-class/>. Acesso em 05 jan 2020.

distribuição normal apontaria. Há, no entanto, uma importante distinção, que permite apontar como a postura italiana é ainda mais adversária. No país Mediterrâneo, 98,8% das checagens se debruçavam sobre declarações de agentes políticos, enquanto na Alemanha a predominância foi para as checagens de rumores que apenas citavam personalidades do campo político.

Em decorrência disso, as etiquetas italianas foram utilizadas para caracterizar os pronunciamentos dos próprios políticos, o que acaba por ser uma postura mais adversária ao campo do que utilizar as etiquetas para rotular as ditas *fake news*, como ocorreu na Alemanha.

Assim, a hipótese 1 foi rejeitada, porque os dois países com maior regulamentação legal sobre transparência não apresentaram os maiores índices de adversarialidade.

Não houve, portanto, ligação expressa entre a utilização de dados estatais e uma atuação assertiva contra determinados agentes políticos. A utilização de informações vindas do poder público poderia constituir um escudo às agências para sua atuação – a crítica aos agentes não viria do descontentamento com as atitudes ou declarações, mas à demonstração de que os pronunciamentos contrariam dados que os próprios checados administram.

Pelos critérios estabelecidos, a transparência não foi um recurso para que as agências se opusessem ao governo, sendo que as dimensões de sua utilização pelas agências serão mais bem descritas ao longo desse capítulo. Nem mesmo essa postura adversarial foi recorrente nas agências, o que levará à discussão sobre quais os papéis assumidos por essas organizações também de maneira mais detalhada.

Hipótese 2

A hipótese 2 previa que, dentre os sistemas midiáticos escolhidos para essa pesquisa, o representante Liberal teria resultados mais acentuados de adversarialidade, se destacando sobre os outros sistemas dessa pesquisa: Liberal Capturado, Pluralista Polarizado e Corporativista Democrático.

Os resultados da análise de conteúdo demonstraram que esse traço não foi marcante na agência *Factcheck.org*, que representa os Estados Unidos. A opção por dar preferência a vigiar o presidente, que ocorreu, não é por si só um traço adversário, até

mesmo porque é uma tendência da cobertura da imprensa naquele país (PARKS, 2020; SCHUDSON, 1995).

Nesse ponto, a predominância da categoria “falso”, que foi a mais recorrente nesse país, indica que o agente checador esteve sempre disposto a verificar os conteúdos que não fossem verídicos, mas não optou por enquadrá-los em uma etiqueta mais ríspida.

Também foi mais significativo do que o esperado as checagens que não contavam com etiqueta, ou seja, checagens em que era apenas explicada a frase, com argumentos e pontos de vista. Em um cenário assim, não é possível classificar como adversária a postura da agência de checagem estadunidense. A opção dos americanos, portanto, de categorizar as declarações apenas como falsas indica a presença de um papel *watchdog*., ou seja, dedicado a escrutinar o comportamento desse agente governamental, porém sem marcas incisivas a ponto de caracterizar adversarialidade (WHITTEN-WOODRING; JAMES, 2012).

O sistema midiático em que a agência de checagem poderia ser caracterizado como praticante com ênfase do papel adversário é o Pluralista Polarizado, representado pela organização italiana, a *Pagella Politica*. Concentrada nos membros tanto das duas casas legislativas nacionais quanto do gabinete de ministros (no que superou a distribuição tradicional), essa agência foi o único caso em que a principal etiqueta atribuída foi da categoria “muito falso”, o que teve sua relevância estatística comprovada pelo resíduo padronizado. Embora todo o conteúdo do texto pudesse indicar de maneira mais evidente qual foi o tom adotado (o que demandaria uma análise qualitativa que não integrava o escopo da tese), a imposição do rótulo que ultrapassa apenas a indicação de incorreção para valorar ainda mais a declaração é um elemento propício para se perceber a adversarialidade.

Ao contrário do que ocorreu no caso americano, parece ter havido mais disposição dos checadores italianos em expor que as declarações dos políticos italianos não só eram inverídicas como o eram em grau elevado. A própria utilização das expressões “Pinochio andante” e “panzana pazzesca”, que em português podem ser traduzidas como Pinóquio andante e maluquice maluca, mostram que nessa agência o intuito era mais forte do que apenas a vigilância: o jornalista quis enfatizar quão incorreta era a declaração e até mesmo desqualificar o agente político (GUAZINA, 2011).

Por mais que literatura já tivesse apontado que uma performance adversária não foi tão recorrente entre jornalistas italianos ao entrevistar políticos, que adotaram uma postura mais reverencial do que seus pares no Reino Unido, do modelo Liberal (GNISCI; VAN DALEN; DI CONZA, 2014), os resultados aqui na checagem não seguiram esse padrão. Talvez porque a checagem não acontece em frente ao retratado, diferentemente da entrevista, em que repórter está diante do entrevistado e pode receber olhares indesejados ou até mesmo agressões verbais a depender das perguntas que formular. Assim, o distanciamento espacial entre checador e checado pode ser um estímulo para que a postura adversária possa ter sido mais utilizada pelos italianos nas checagens aqui analisadas.

Ao observar o comportamento dos checadores dos outros países, a agência alemã *Correctiv* foi a que se afastou dos dois papéis que interessam a essa pesquisa: os resultados demonstram que não houve nem ênfase na vigilância dos ocupantes de poder nem uma postura adversária perante eles. Foi o único país em que a checagem se preocupou mais com rumores espalhados do que com as declarações exaradas por políticos e instituições, o que pôde ser visto pelo gráfico dedicado ao país no capítulo anterior e pelo resíduo padronizado mais alto da tabela em que se demonstrou o cruzamento entre as variáveis país e estilo de conteúdo checado.

Já com esse resultado pôde se perceber que não havia tanta dedicação dos checadores alemães em vigiar os políticos do país, pois esse tipo de conteúdo nem sequer foi o mais recorrente. Isso coaduna com os resultados profissionais de imprensa alemães oriundos do *survey* Worlds of Journalism (HANITZSCH; HANUSCH, 2016), que já haviam apontado que os profissionais germânicos não veem monitorar e escrutinar líderes políticos como uma função importante.

Também na atribuição de etiquetas existem indícios que devem ser levados em conta para mostrar que não havia ideia de adversarialidade. A maior quantidade de textos sequer contava com etiqueta, que são um dos elementos mais fáceis para que o checador pudesse se mostrar agressivo. Já a segunda categoria mais recorrente de etiquetas, que foi “muito falso”, apesar de ser incisivo, não esteve em regra direcionada a agentes políticos, mas aos rumores que sobre eles circulava, um conteúdo que a literatura já havia demonstrado que interessava aos profissionais de checagem alemães (HUMPRECHT, 2019). Não é possível apontar, portanto, que os checadores alemães ridicularizaram os checados, pois (ao contrário do que aconteceu na Itália e já explicado) aqui a assertividade na etiqueta era direcionada aos boatos espalhados.

Desse modo, pode-se dizer que o Jornalismo de checagem na Alemanha apontou uma característica já tradicionalmente apontada no modelo Corporativista Democrático: a ênfase do Jornalismo como serviço público.

Por fim, o Brasil merece ser analisado de perto a fim de descobrir qual papel foi mais recorrente. Os dados apontam que houve grande dedicação a verificar cargos de político. Mas não parece ser o caso de um papel *watchdog* tão marcante, ao se olhar para as outras variáveis analisadas e que ajudam a montar o cenário.

No que se refere ao cargo ocupado, os resíduos negativos para as figuras de nível federal (chefe de Estado e membros do Executivo e Legislativo) demonstram que a *Lupa* checou esses ocupantes de cargo menos do que o esperado. Não parece condizer com uma expressiva atuação *watchdog*, pois uma imprensa vigilante privilegia a cobertura sobre esses indivíduos que ocupam o topo da estrutura nacional do poder político.

Nessa mesma variável, o destaque positivo de atribuições foi para aqueles que não ocupavam cargos. Como visto na divisão de frequências, os checadores brasileiros foram mais produtivos durante as eleições de 2018. Por isso, muitos dos checados naquela época eram postulantes aos cargos em disputa e, em razão disso, não ocupavam cargos. Além disso, uma característica comum nos textos é que a agência costumava em um mesmo texto trazer sempre o mesmo número de checagens de cada candidato: se havia a checagem de um debate, era checada uma fala de cada participante, sem dar mais espaço a nenhum deles; se havia a checagens de cinco declarações da sabatina de um candidato a um jornal televisivo, no dia seguinte haveria também checagem de cinco excertos do pronunciamento do outro postulante.

Esse aspecto de equilíbrio ressaltado também foi evidente na atribuição de etiquetas pela agência: a divisão proporcional nesse país se opõe à encontrada em todos os outros. Não houve atribuição de rótulos do tipo “muito falso”, ou seja, não houve intenção dos checadores de se opor aos checados. Pelo contrário, o Brasil foi o país em que apareceu de maneira mais frequente os rótulos de “indeterminado”, “parcialmente verdadeiro”, “parcialmente falso” e, em especial, “verdadeiro”.

O destaque desse último chama atenção porque nenhuma outra agência aplicou tal rótulo em porcentagem sequer parecida com o Brasil. Enquanto esse tipo de conteúdo pareceu nem sequer importar para os representantes dos países do hemisfério norte, no caso brasileiro houve quase 30% das checagens dedicadas a esse conteúdo. Assim, o aspecto de equilíbrio, de cobertura balanceada, pareceu ser a tônica da

cobertura da checagem: mais do que ser *watchdog* ou adversário, ao checador brasileiro o papel desempenhado de imparcial foi o mais proeminente.

Considerando toda a exposição sobre os papéis desempenhados em cada sistema midiático e que apenas na Itália o papel adversário foi frequente, é possível dizer que a hipótese 2 foi rejeitada.

Questões de Pesquisa 1, 2 e 3

Por fim, essa tese de doutorado também apresentou três questões de pesquisa, que buscavam investigar se havia relação da utilização dos dados da transparência ativa com o partido alvo da checagem (QP1), o cargo ocupado pelo político checado (QP2) e o tema abordado na checagem (QP3).

Os dados já demonstraram que em todos os países a utilização de elementos de transparência representa a fonte mais acionada por parte dos jornalistas de checagem. Ainda que sua utilização tenha sido superior apenas no Brasil em aspectos comparados, internamente dentro de cada país ela representou a maior fatia, o que não pode ser ignorado.

Um dos aspectos que interessava descobrir, como exposto na QP1, era se um texto voltado ao partido de situação ou de oposição acarretaria mais utilização de transparência por parte dos checadores. O resultado das análises de correspondência demonstrou que tal associação não ocorreu no conjunto de países. Nem para situação nem para oposição houve diferença significativa no padrão de utilização dessa fonte, de modo que não há como apontar que prevalece esse tipo de fonte para checar os agentes que estão no governo ou não. Mesmo olhando para países isolados não é possível comprovar essa tendência. No Brasil, a utilização de dados de transparência esteve mais próxima daqueles que ocupavam partidos de situação (como pode ser visto no gráfico 33 do capítulo anterior).

Já a indagação da questão de pesquisa 2 se detinha sobre os ocupantes de cargos alvos da checagem, almejando constatar se alguns foram mais checados com base nos dados da transparência ativa do que outros. Os dados demonstraram que isso não se confirmou.

O único cargo para o qual houve diferença significativa na utilização dos dados provenientes da transparência foram os membros do Poder Executivo de nível estadual ou municipal. Esse grupo de atores políticos foi presente de forma significativa apenas

nas checagens brasileiras e mesmo assim não correspondeu sequer a 15% do total dos textos. Em razão disso, a maior utilização da transparência para esses cargos deve corresponder apenas à maior utilização dessa fonte por parte dos checadores brasileiros, o que já havia sido apontado pelo cruzamento entre fonte e país no capítulo anterior.

Por fim, a questão de pesquisa 3 procurava compreender se haveria relação entre a transparência e os temas abordados pelas checagens dos países. Os temas que dominaram as checagens nos países foram economia e relações internacionais, portanto é a eles que se deve olhar para constatar a possível ocorrência da correlação prevista.

No que diz respeito à economia, houve de maneira significativa uma utilização maior de elementos vindos do próprio Estado. Assim, para abordar carga tributária, geração de empregos e outros temas similares, os números provenientes de órgãos da administração foram sim bastante utilizados. Já no tema das relações internacionais, o resultado foi o oposto: houve resíduos significativos apontando que nesse caso não houve muita utilização da transparência ativa. Pode-se entender que por tratar de tema que envolve a relação entre os países, de modo que ente supranacionais, como a Organização das Nações Unidas e a União Europeia, fossem mais acionados, pois em tese poderiam fornecer dados mais abrangentes para discutir o tema.

A relevância desse tema surge em especial por conta dos três países do hemisfério norte: enquanto no continente europeu se debate como receber os refugiados provenientes de Oriente Médio e África, nos EUA a discussão se dá especialmente quanto à imigração pela fronteira com o México e o muro que o presidente planeja construir para impedir essa utilização.

Assim, tendo em vista que no tema econômico houve grande utilização de transparência, é possível dizer que para essa temática recorrente restou comprovada a utilização maciça de dados provenientes da transparência.

Isso condiz com um aspecto que caracteriza o Jornalismo guiado por dados, especialmente ao utilizar a transparência (MASTRELLA, 2019): o repertório acumulado pelos profissionais da checagem nesse tema permite que mais e mais checagens sejam produzidas a partir desses dados. Ao fundamentar checagem do então candidato Fernando Haddad (PT) no tema econômico, a agência *Lupa* utilizou dados do IBGE¹²⁹, que foi a segunda fonte mais recorrente para as checagens brasileiras, o que

¹²⁹ Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/09/14/haddad-jornal-nacional/>. Publicado em 14 set 2018.

demonstra como já havia domínio dos profissionais da empresa quanto à utilização dos dados do órgão.

O que se constatou ao avaliar as correlações entre diversas características da checagem com a “transparência ativa”, foi que a utilização dessa fonte pelos checadores não foi dependente de nenhum dos elementos ventilados nas questões de pesquisa. Houve, portanto, uma divisão equilibrada dos elementos de transparência em toda a cobertura, o que será melhor discutido ainda nesse capítulo.

Jornalismo de checagem de fatos como instituição em busca de credibilidade

Uma das definições possíveis para se pensar o Jornalismo como instituição política é o fato de usarem o conteúdo que publicam para alcançar objetivos políticos, como bem definiram Eberwein, Porlezza e Splendore (2016). A checagem de fatos, atividade que constitui o objeto empírico dessa pesquisa, não fugiu a esse cenário descrito.

Na seção acima, foi possível ver como o Jornalismo de checagem se constituiu como um ator qualificado para lidar com a transparência, se posicionado como sistema perito acessível ao público quanto ao tema. Também já foram expostos quatro papéis jornalísticos que a checagem assumiu perante a sociedade, mas também perante o campo político. Não restam dúvidas, portanto, de que a atuação política está presente no cotidiano desses agentes.

Os integrantes do universo político de cada um deles precisa saber como agir diante de uma agência de checagem, pois os focos são diferentes em cada caso. Tendo em vista a adaptação do comportamento da classe política para se aproveitar da lógica midiática (GOMES, 2004), faz sentido que cada ator passe a se posicionar de maneira diferente conforme o que for publicado de maneira predominante em seu sistema midiático.

O foco dessa pesquisa esteve voltado para o *role performance*, ou seja, o que se pode depreender de papéis jornalísticos a partir do conteúdo publicado. Não se ignora que a atividade jornalística é complexa e que existe também a percepção dos jornalistas sobre suas próprias atividades (*role perceptions*) que em muito podem se distinguir do que é publicado (ARTEMAS; VOS; DUFFY, 2018; HANITZSCH; VOS, 2017; VOS, 2016). Contudo, esse olhar pormenorizado e comparativo entre quatro diferentes sistemas midiáticos a partir da performance já possibilitou que diferentes características

fossem encontradas, mesmo considerando que se trata aqui de um recorte de olhar perante os papéis jornalísticos.

Não é somente a partir do que jornalistas produzem discursivamente que se pode pensar a atuação política do Jornalismo: a publicação do conteúdo é também meio para aferir essa relação, com o que essa tese vem a contribuir. É preciso esclarecer também que considerar o Jornalismo de checagem em face de sua atuação política não significa que ele é partidário, porque nem mesmo no paralelismo político essa associação ainda se mantém (MANCINI, 2012).

Importante pontuar que mesmo no debate acadêmico não há consenso de que o Jornalismo é essencial para a democracia, ainda que isso tenha sido internalizado pelas democracias europeias e americana (ZELIZER, 2013). O Jornalismo precisa demonstrar de que maneira ele é necessário e adequado para a manutenção desse regime de governo. O Jornalismo de checagem, nesse caso, participa dessa disputa de valores e sentidos operando com dois focos, a partir do que destaca Eldridge (2019a): ao mesmo tempo em que é confiante do produto que entrega, existe uma necessidade de justificar para o público que sua contribuição é valiosa. Por não operarem como jornalistas tradicionais, os checadores podem construir uma imagem que os diferencia da profissão, mas ainda assim é dela que retira sua motivação. Da mesma maneira que o Jornalismo investigativo se diferencia do Jornalismo diário por possuir regras próprias de atuação (ETTEMA; GLASSER, 1984), o Jornalismo de checagem também tem regras e estilo próprios, mas não pretende fugir do Jornalismo.

A década de 2010 foi marcada por fenômenos que afetaram de maneira relevante a credibilidade do Jornalismo: houve um consumo massivo de conteúdo nas redes sociais digitais ao mesmo tempo em que agentes do campo político criticavam organizações jornalísticas tradicionais no mundo todo, inclusive em democracias consolidadas (INGRAM, 2018; VERNOM, 2018). Os resultados encontrados nessa tese ajudam a demonstrar como o *fact-checking* serviu para que o Jornalismo pudesse se reinventar para buscar reconquistar a credibilidade, uma vez que os níveis de confiança do público nas organizações midiáticas tradicionais.

Para chamar a atenção do leitor, em vez da mera descrição e resumo do que foi dito no debate, o Jornalismo de checagem apresentou algumas declarações e indicou se correspondiam ou não à realidade. Como a constante difusão de informações falsas acarretou com que o público tivesse dificuldade de compreender o que era realmente verídico (VAN DUYN; COLLIER, 2019), o *fact-checking* se concentrou apenas nessa

tarefa para buscar reconhecimento do público. E se são nas redes sociais digitais que o público consome informação e também entra em contato com as afirmações imprecisas, esse era o palco ideal para a divulgação das checagens.

No caso brasileiro, cabe ainda ressaltar, houve uma atuação expressiva durante as eleições, período em que há tradicionalmente uma grande cobertura por parte das organizações midiáticas. Várias declarações dos candidatos foram checadas, retiradas de debates que participaram, do horário eleitoral, de entrevistas a programas tradicionais, mas apresentadas sempre de maneira destacada e com a indicação do rótulo. A escolha do recorte temporal da tese abrangeu períodos eleitoral e não-eleitoral em cada um dos quatro países com o intuito de verificar se haveria essa distinção na atuação dos checadores ao longo desses momentos de disputa por cargos. Em todos os quatro países, as eleições representaram o momento em que houve maior número de checagens, porém foi no Brasil que a cobertura dessa ocasião superou em mais de quatro vezes a quantidade de checagens tradicionalmente publicada. Para as outras três nações, não houve diferença marcante em decorrência dessa cobertura, que mantiveram a mesma atuação (e papel predominante) ao longo dos 24 meses analisados.

A perspectiva neoinstitucionalista histórica que guiou esse trabalho permite avaliar como as regras que levam à produção de notícias impactam os outros agentes políticos (KAPLAN, 2006). Em face desse paradigma, as etiquetas resultantes da checagem não podem ser vistas apenas como elemento visual que compõe a checagem, mas também como indícios de que o Jornalismo busca avaliar a atuação dos agentes políticos. A mera existência de etiquetas “falso” e “muito falso” mostra que existe uma possibilidade ao checador de encaixar a frase e que a seleção está conectada ao papel desempenhado predominantemente em seu sistema: nítido está, portanto, que atribuir etiquetas é uma das maneiras como se percebe a atuação política do Jornalismo.

É importante levar em conta que organizações tradicionais também criaram serviços próprios de *fact-checking*, o que reitera a importância da atividade para a credibilidade. Nos Estados Unidos, por exemplo, o grupo ABC lançou um portal¹³⁰ em que apresenta checagens de afirmações, enquanto no Brasil o grupo Globo comanda a iniciativa Fato ou Fake¹³¹. Por mais que as quatro agências que compunham a amostra dessa tese sejam independentes e não estejam atreladas a nenhuma grande organização

¹³⁰ Disponível em: <https://www.abc.net.au/news/factcheck/>. Acesso em 03 jan 2021.

¹³¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/>. Acesso em 03 jan 2021.

de seu país, sua atividade também faz parte desse esforço do Jornalismo em demonstrar que ainda merece a confiança popular.

Como Carlson (2018) havia apontado, as checagens são uma maneira de o Jornalismo ocupar o centro comunicativo do debate, que agora se ancora firmemente nas redes sociais digitais: a interlocução com os atores do campo político, que já ocorre em editoriais (MARQUES, 2018), agora também acontece na verificação das frases desses indivíduos.

Nesse ponto, essa busca do Jornalismo para reconquistar a credibilidade na checagem de fatos é dependente da transparência estatal, que, como visto, fornece os dados para sustentar a maioria das checagens nos quatro países estudados. O esforço para se afastar de concepções que apontam o enviesamento do Jornalismo (WAGNER; BOCZKOWSKI, 2019) foi construído na relação com as informações obtidas do Estado, o que será mais bem detalhado na seção 6.6.

Se as fronteiras do Jornalismo estão cada vez mais turvas (ELDRIDGE, 2019b), as checagens parecem sim se encaixar no padrão jornalístico: os quatro países publicaram checagens que em muito corresponderam às descrições dos sistemas midiáticos em que se encontram. Podem sim ser um novo produto, mas ainda imersos no mesmo padrão de operacionalizar o Jornalismo, o que levou a essas características encontradas. Ainda que existam críticas quanto à produção de checagem por jornalistas, proveniente de pesquisadores que preferem que tal atividade seja desempenhada em contextos acadêmicos por serem mais propensos a respeitarem métodos científicos de verificação (NEISSER, 2015), os checadores consolidaram a produção dessa atividade como atuação jornalística que comunga dos valores da categoria.

A checagem de fatos continua, ainda, a atuação clássica do Jornalismo como gestor de consensos (BIROLI, 2013), pois mesmo no caso brasileiro em que houve destaque para pessoas sem cargo, elas se tornaram alvo, pois disputavam eleições, ou seja, almejavam entrar no campo da política estatal. O *fact-checking* político foi, portanto, um ator apto a validar o que era político.

Além disso, a checagem estabelece quais afirmações dos políticos são passíveis de verificação e consegue também delimitar qual tipo de dado pode ser inserido no debate público. O que pode estar no ambiente de disputa política são as afirmações que sejam condizentes com as fontes utilizadas pelos checadores – que ainda que sejam dependentes da transparência estatal, também se aproveitam de outros agentes para legitimar suas checagens.

Os resultados aqui em discussão demonstram que, ao menos no terreno das agências de checagem, o tema da instrumentalização da mídia ou do paralelismo político (MANCINI, 2012) não foi tão evidente. Não houve ênfases específicas sobre agentes de partidos delimitados ou defesa de outros políticos. Nos Estados Unidos, em que Donald Trump foi o alvo mais frequente, não se ignorou os democratas; pelo contrário, os deputados democratas (casa que o partido domina) foram constantemente alvo de checagens. Mesma na Itália, em que o papel adversário foi destacado, não é possível pelos dados aqui expostos debater a captação dos agentes por grupos políticos específicos. As etiquetas foram distribuídas para políticos opostos, tanto no momento em que o PD era situação e *Lega Nord* e *5 Stelle* eram oposição quanto na ocasião posterior em que essa situação se inverteu. Dizer que houve captura dos checadores para defender interesses específicos de um grupo político não encontra qualquer base nos dados concretos.

Os dados também apontaram que a ausência de etiquetas foi estatisticamente significativa nas agências de Alemanha, Itália e Estados Unidos. Essa estratégia de não atribuir um rótulo específico para as afirmações parece apontar a consciência dos profissionais para uma das críticas à checagem: a simplificação extrema da realidade feita por uma etiqueta de exagerado ou mentiroso (USCINSKI; BUTLER, 2013). Não inserir esse rótulo e apenas proporcionar ao leitor um texto contendo as informações referentes à afirmação permite que se possa avaliar a veracidade da afirmação sem que a agência precise ser expressa. Os checadores evitam, assim, também eventuais críticas à sua partidarização ou leniência com atores políticos de determinadas linhas (WAGNER; BOCZKOWSKI, 2019), porque não estão impondo rótulos de “falso” a uma declaração de dirigente de agremiação do campo da esquerda ou destacando como “insustentável” pronunciamento de político ligado à direita.

Crítica recorrente à checagem de fatos dizia respeito à falta de critérios rígidos e transparentes para a seleção das afirmações a serem verificadas. Por mais que respostas para essa indagação pudessem vir mais definidas de entrevistas com os profissionais para captar as rotinas de produção, a análise de conteúdo aqui realizada não permitiu vislumbrar com clareza como foram operacionalizados eventuais critérios jornalísticos para a seleção das checagens.

O critério numérico foi o único perceptível, porém apenas no Brasil, o que será explicado melhor na seção seguinte, por estar correlacionado ao desempenho do papel jornalístico. Escolher um número determinado de declarações de político, entretanto,

não esclarece por que algumas afirmações são escolhidas e outras não, mesmo quando ditas em um mesmo evento, o que demonstra o amplo campo de discricionariedade das agências de checagem (USCINSKI; BUTLER, 2013).

Os dados aqui disponíveis também permitiram vislumbrar se as checagens seguiram a preferência do Jornalismo político pelo Poder Executivo, que já foi bem retratada em pesquisas. Nos casos brasileiros, italiano e alemão, contudo, houve grande predisposição a checar os membros do Legislativo, que superaram aqueles do Executivo. A única exceção aqui foi os EUA, onde a cobertura sobre Trump foi mais frequente. Considerando que o parlamento é o local por excelência do debate público, em que se privilegia mais o simbólico do que ações de implementação de políticas públicas típicas do Executivo (VAN DALEN, 2012), parece que a lógica do Jornalismo de checagem é oposta: declarações rendem mais repercussão e podem ser checadas, o que torna parlamentares mais atrativos para essa atividade.

Nesse ponto, os achados de parte da literatura a respeito dessa divisão entre Executivo e Legislativo (VAN AELST; SEHATA; VAN DALEN, 2010) encontraram respaldo aqui: para o autor, democracias majoritárias não dariam importância às casas legislativas, em oposição aos países em que há democracia de consenso. Os Estados Unidos se encaixam na primeira categoria, porque não há necessidade da montagem de alianças para governar como na Itália e Alemanha, e como também é característico do Brasil e seu presidencialismo de coalizão (ABRANCHES, 1988). Um Parlamento mais forte que é típico desses países interessa mais ao Jornalismo e, por consequência, às checagens.

A atenção à oposição, que foi característica significativa no Brasil, aponta que a cultura jornalística do Brasil valoriza e dá acesso a vozes fora do governo, o que talvez incentive os políticos a adotarem discursos mais agressivos e que demandem checagem. Se o objetivo for apenas obter cobertura midiática, proferir declarações com dados que demandarão verificação pode ser uma estratégia de comunicação de alguns atores político, portanto.

Ao pensar institucionalmente (HECLO, 2006) o *fact-checking*, portanto, é possível reconhecer que sua atuação esteve intimamente ligada à cultura profissional dos países em que atua. Essa nova modalidade de Jornalismo estabeleceu um tipo de diálogo com as elites políticas muito peculiar. No modelo de conteúdo tradicional, cabe ao editorial veicular as posições defendidas pela organização (AZEVEDO, 2018; MONT'ALVERNE, 2017), ao passo que também no conteúdo é possível perceber

eventuais alinhamentos da empresa (ÇARKOĞLU; BARUH; YILDIRIM, 2014; MANCINI, 2013). Aqui na checagem de fatos essa interlocução era mais clara: estar entre os selecionados para serem checados demonstrava que o ator político era relevante e mereceu ter uma afirmação checada. Como dentro de um discurso há inúmeros trechos possíveis de checagem, a escolha das afirmações também pode ser compreendida como posicionamento dos checadores enquanto agentes do debate político. Se em um editorial é possível que um jornal critique uma proposta econômica, em uma checagem certa declaração de um político sobre a mesma proposta econômica pode ser tachada como falsa ou parcialmente falsa a partir dos dados mencionados. Ou seja, a checagem de fatos consegue demonstrar ao ator político sua compreensão sobre o tema apenas com a produção de uma checagem supostamente objetiva, mas que como a própria literatura apontava (MARRES, 2018; USCINSKI; BUTLER, 2013), não consegue sequer precisar parâmetros claros para delimitar os passos da checagem.

A atuação política da checagem pode ser compreendida, portanto, em critérios de checabilidade (ou mesmo na ausência de uma aplicação prática consistente de supostas regras sobre o tema). Enquanto a literatura especializada já demonstrou a pertinência de tomar critérios de noticiabilidade como exercício do papel político do Jornalismo (CAPLE; BEDNAREK, 2016; USHER, 2010) e até mesmo como podem ser pensados em critérios de editorialidade para se compreender a atuação das organizações por meio dos seus editoriais (MARQUES; MONT'ALVERNE, 2019b), os resultados encontrados na tese demonstram que é coerente que se investigue até que ponto as agências de checagem seguem critérios de checabilidade. Esses critérios representariam a operacionalização das regras que moldam a atuação dos checadores, ou seja, representariam o aspecto institucional do Jornalismo de checagem.

Os dados indicaram que não houve coerência, por exemplo, na escolha do que seria alvo da checagem: haveria preferência às declarações de políticos (como no Brasil, EUA e Itália) ou aos rumores que mencionavam políticos (como foi preponderante na Alemanha)? Essa escolha inicial já demonstra que existem critérios de seleção essenciais para compreender a ação política da checagem. Ainda que não se tenha clareza sobre os procedimentos exatos do cotidiano da profissão, cuja descoberta depende de investigações com os profissionais sobre suas rotinas, o que não esteve no escopo dessa tese, a análise de conteúdo já demonstrou que em três países as declarações de atores políticos individuais correspondem à maioria das checagens, ou seja, os agentes políticos são os alvos preferenciais.

As quatro agências estudadas se dirigem à integralidade da população do seu país, o que levaria a pensar que os políticos com atuação nacional seriam alvo mais corrente por serem mais relevantes para esses leitores – uma derivação do critério de relevância clássico nos estudos de *news values* (HARCUP; O’NEILL, 2017). Isso foi percebido na análise de conteúdo: com exceção do Brasil, que foi o país que mais se voltou para atores locais e teve números expressivos para comandantes do Executivo local (governadores, para ser mais preciso), as outras nações não se direcionaram para essa classe, que não representou mais de 4% em nenhuma delas. Assim, o Brasil seguiu outro critério ao escolher seu alvo, que não condiz com aquele adotado pelas outras agências. Essa divergência nas regras de conduta demonstra, mais uma vez, como a atuação política das checagens foi heterogênea.

Conforme apontado no capítulo 3, a abordagem institucional não compreende esses fatores apenas como maneiras de melhor produzir conduzir o conteúdo, mas como um conjunto das consequências de negociação entre as organizações jornalísticas e outros agentes políticos (LAWRENCE, 2006). A checagem de fatos, conseqüentemente, precisa ser compreendida como o resultado dessa relação: a agência de cada país escolheu alvos e temas que correspondem aos interesses que buscam atingir. Em resumo, ser um agente capaz de lidar com dados da transparência ao mesmo tempo em que exerce um papel jornalístico que dialoga com as outras instituições políticas faz parte da rotina cotidiana do *fact-checking*. Cada checagem publicada é mais um texto a reforçar seu *status* de apto a vigiar seu alvo preferido: a manutenção do status quo, a qualidade do debate público, os exercentes do poder ou apenas seus adversários, como será melhor descrito na seção a seguir.

Quatro papéis jornalísticos predominantes na checagem de fatos

Conforme os resultados apresentados no capítulo anterior e a explicação referente às hipóteses e questões de pesquisa, concluiu-se que a atividade de *fact-checking*, ou seja, a checagem de fatos, não apresentou um padrão único de atuação entre todos os países.

Já no início da apresentação da análise de conteúdo, na primeira categoria, em que se buscava investigar se a checagem se debruçava mais sobre uma declaração de ator político ou sobre se um rumor envolvendo o campo, não houve similaridades entre os quatro entes aqui analisados. Não houve concordância tampouco quanto à pessoa que

seria predominante da checagem: alguns preferiram se focar só na autoridade máxima do país, enquanto outros tiveram distribuição mais dividida para deputados, ministros e outros agentes de primeiro escalão do governo federal.

Nem mesmo sobre a importância de uso de etiquetas houve similaridades, com o Brasil sendo um ferrenho adepto desse sistema enquanto a Alemanha não se importava em publicar checagens que contavam com longa explicação, mas sem um termo específico que a definisse.

Diante disso, essa tese optou por organizar cada um dos países em quatro papéis distintos que se destacaram em cada um deles na atuação como ator político, quais sejam: na Itália, o papel adversário; nos Estados Unidos da América, o papel *watchdog*; no Brasil, o papel colaborativo; e na Alemanha, o papel facilitador. Cada um deles será melhor explicado a seguir de maneira individualizada. Faz-se a ressalva que esses papéis não foram os únicos desempenhados por esses países, representando apenas papéis predominantes, mas que também coexistiram com outras maneiras de atuação.

A agência de checagens italiana foi a que pôde ser caracterizada como praticante mais nítida de Jornalismo adversário, por recorrer de maneira significativa a elementos que caracterizam essa prática. Para isso, o checador obtém sua legitimidade ao confrontar os governantes com etiquetas que exponham quão distantes dos dados foram suas afirmações.

Em um intuito de obter legitimidade ao se alegarem como representantes do interesse público (CLAYMAN, 2002), a prática do Jornalismo adversário no caso da checagem representa uma maneira de condenar o político sem deixar de recorrer aos dados empíricos. A etiqueta é só o elemento mais assertivo de um texto em que é demonstrada ao leitor a incorreção, sempre legitimado com números ou afirmações aos quais haja livre acesso.

A prevalência desse tipo de Jornalismo nos Estados Unidos foi constatada em pesquisas prévias (CLAYMAN et al., 2007, 2012), em que há um mercado consolidado de comunicação e no qual a atuação adversária poderia ser um elemento de mercado para legitimar o profissional e se destacar. Não obstante não contar com um aspecto mercadológico do Jornalismo tão acentuado quanto no Liberal, a checagem em um país do sistema Pluralista Polarizado não deixou de se utilizar desses recursos.

Seria o Jornalismo de checagem a “tribuna do povo”, como os estudos sobre adversarialidade indicaram como recurso legitimador típico desse estilo? Os dados apenas sobre a produção não são capazes de apontar as intenções precisas dos

produtores, mas é uma interpretação válida até mesmo pelo discurso predominante entre os checadores de sempre se oferecer como produtores de um conteúdo que teria a intenção primordial de servir ao público.

As etiquetas são reducionistas por definição e limitam a ideia que se quer passar, até porque consistem em poucas palavras que devem ser utilizadas para transmitir toda a ideia contida no texto. Não se pode esquecer que, se o leitor médio costuma ler apenas a chamada ou título das matérias nas redes sociais (ANSPACH; JENNINGS; ARCENEUX, 2019), no caso das checagens a etiqueta pode ser o único elemento a chamar atenção.

Uma etiqueta adversária, como as utilizadas de maneira recorrente pela organização italiana, transmite para o leitor de maneira breve o papel recorrente daquele agente. Da mesma maneira que o Jornalismo tradicional ao adotar postura adversária foi acusado de adotar visão cínica dos membros da política (CLAYMAN et al., 2007), esse é um risco também corrido pela checagem.

A ação aqui é o que se pode conceber como *attackdog*, ou seja, atuação adversária perante essa classe política. Trata-se, porém, de apenas um elemento à disposição dos checadores, que o mesclam com outras frases que recebem etiquetas mais amenas. Os resultados não demonstraram que em todas as checagens os italianos adotaram postura adversária. O que se constata aqui é que os jornalistas italianos adotaram essa postura de maneira significativa quando tiveram a oportunidade.

Como as checagens se voltaram especificamente a membros do Executivo federal e Legislativo federal, é possível perceber que essa classe se tornou o alvo primordial, porque o regime parlamentarista incentiva que os cargos dos ministérios sejam ocupados por parlamentares dos partidos que formam a coalização governista. Luigi di Maio, por exemplo, foi alvo quando era deputado e depois quando passou a ser ministro do trabalho e desenvolvimento econômico. Marco Minniti, que é do grupo ideológico oposto, também foi alvo das checagens seja no cargo de ministro seja no exercício do mandato legislativo. Considerando que os cargos de primeiro-ministro e presidente pouco interessaram a essa agência (o que é comprovado pela proporção e pelos resíduos padronizados), é possível dizer que a interlocução da checagem ocorria com o Congresso. Tal como já apontado em estudos sobre *quality papers* no Brasil (MONT'ALVERNE; MARQUES, 2018), os baixos índices de leitura de produtos de comunicação impressos no sistema Pluralista Polarizado, que sempre preferiu o modelo

audiovisual para a massa da população e manteve a circulação de jornais restrita à elite socioeconômica.

Assim, mesmo sendo um novo estilo de Jornalismo, a checagem de fatos italiana continuou dialogando com a classe política a quem os jornais tradicionais já se referiam, os membros do Congresso e da administração. Se a imprensa tradicional prefere conduzir esse diálogo por meio dos editoriais, a checagem italiana pôde utilizar as marcações das etiquetas para expressar suas posições.

Não se chegou ao ponto de representações expressas do Jornalismo adversário, como na Inglaterra em que o líder do partido trabalhista Jeremy Corbin foi retratado como perigoso e alguém cuja voz deveria ser silenciada (CAMMAERTS; DECILLIA; MAGALHÃES, 2020). Por mais que várias declarações de Matteo Salvini, membro do partido *Lega Nord* de extrema-direita que esteve no Legislativo e no Executivo, tenham sido consideradas como de etiqueta “muito falso”, não foi possível apenas por esse dado constatar que a *Pagella Politica* desejava excluir esse político do debate público: tanto porque houve pronunciamentos seus que receberam outras etiquetas quanto porque outros políticos de outros partidos, até mesmo do Partido Democrático de orientação oposta receberam rótulos desse tipo.

A utilização da adversarialidade também pode ser um meio de aumentar o efeito da checagem para que os leitores construam seus textos de vista. Uma vez que há indícios verificados de que a proximidade entre o consumidor da checagem daquele que a repassou aumenta as chances de que ele deixe de crer em conteúdo falso (MARGOLIN; HANNAK; WEBER, 2018), categorizar declarações de políticos como Pinóquio andante e maluquice maluca podem ser recursos para aumentar a proximidade entre empresa de comunicação e leitor. Expressões que poderiam surgir num diálogo com amigos são incorporadas pelo Jornalismo para se referir aos agentes do campo político. Se essa proximidade realmente foi construída ainda depende de avaliações com métodos de pesquisa adequados, mas sua constatação nessa pesquisa abre caminho para que ocorram naqueles contextos identificados.

O que chama atenção é que essa característica de adversarialidade condiz com muito da prática jornalística que caracteriza o sistema Pluralista Polarizado. O checador assume essa função de intérprete (ERIKSSON, 2011) com muito mais intensidade ao desempenhar o papel adversário: a própria voz do jornalista (aqui não se trata de algum tipo descolado de Jornalismo como apontado por Márquez-Ramirez (2020) explica o

acontecimento e dá sua visão, que assume ares críticos e debochados (como comparar o político a um personagem clássico da literatura).

Ao atuar dessa maneira, a agência de checagens italiana correspondeu a uma característica típica do modelo Pluralista Polarizado: a presença de comentários no conteúdo noticioso. Se esse tipo de característica parece estranha ao modelo Liberal americano que se espalhou pelo mundo (SCHUDSON, 2001), é um traço que distingue o sistema Pluralista Polarizado. Ter encontrado alta carga de checagens com tom de opinião por parte dos jornalistas, portanto, demonstrou que essa qualidade chave do sistema se repetiu também na checagem, o que comprova a pertinência da classificação.

O representante dos Estados Unidos escolhido para a pesquisa, por sua vez, foi um dos mais tradicionais dentre as organizações dedicadas à prática dessa atividade. Fundado em 2003, o *Factcheck.org* foi pioneiro da onda de checagem que acabou por se difundir em todos os continentes na década de 2010 (AMAZEEN, 2019). Os traços encontrados ao longo da análise e especialmente dos testes de relação e correspondência demonstraram que houve ênfase em checar declarações da presidência da República, ainda que sem rótulos mais assertivos como os italianos. Essa combinação permite dizer que o papel preponderante na checagem americana foi o *watchdog*.

Se a execução de um papel *watchdog* é um dos elementos de sobrevivência do Jornalismo, porque é uma das poucas instituições que têm o conhecimento de reportar e prestígio na comunidade (KNOBEL, 2018), seu casamento com o *fact-checking* maximiza essa intenção de perseverar no ecossistema midiático, uma vez que a checagem também se consolida como modo de a profissão manter relevância em meio à profusão de novas empresas de comunicação. Essa união ocorreu nos Estados Unidos, ao menos no caso do *Factcheck.org*.

A ampla disposição do mandatário atual do país para proferir declarações também possibilita que esse cenário da checagem ocorra: Donald Trump se pronuncia sobre diversos temas e, como os dados aqui demonstraram, nem sempre de maneira correta. Ter muito material disponível é um fator que impulsiona a atividade, mas por si só não foi determinante para atuação vigilante norte-americana (vide o exemplo brasileiro, em que há ao menos seis meses em que Jair Bolsonaro foi presidente no *corpus* das checagens, mas a atuação não foi similar).

Por mais que já tenha sido apontado como o Jornalismo tende a ser mais vigilante quando se está cobrindo mandatários de outras nações, por gozar de liberdade que empresas de comunicação locais tendem a não desfrutar (NWOKORA; ISAKHAN;

PAN, 2020), a agência norte-americana não parece ter se afetado por isso. A noção liberal de atuação do Jornalismo foi seguida de maneira estrita pelos agentes. Respeitando uma tradição típica do Jornalismo americano, em que os muckrakers reviravam os subterrâneos do mundo político em busca de acontecimentos que pudessem ser divulgados (SCHIFFRIN, 2019), os checadores da *Factcheck.org* não se furtaram a revirar cada trecho dos discursos de Trump à procura de elementos ali presentes que não correspondessem à verdade.

Ao definir o sistema Liberal, Hallin e Mancini (2004a) já haviam apontado como a consolidação de um mercado midiático apartado da influência estatal era um fator essencial. Mais atualmente, a própria sobrevivência do Jornalismo naquele país foi apontada como dependente da atuação vigilante por parte desses periódicos (KNOBEL, 2018). E aqui na checagem, essa independência foi mais uma vez ressaltada.

Checar o chefe de governo mostra que não há qualquer tipo de proteção a esse líder, o que no contexto liberal ajuda a organização midiática de comunicação a construir sua credibilidade. Avançar nessa função e passar a adotar postura mais adversária poderia ser compreendido pelo público consumidor daquele país como a identificação com um grupo político, o que não seria desejado. Se o mercado é o líder, a checagem de fatos deve ser produto apto a ser consumido por qualquer leitor, da mesma maneira como a *penny press* estadunidense não queria estar vinculada a uma agremiação partidária específica.

A independência financeira é característica que também ajuda a compor esse cenário de predisposição *watchdog* do *Factcheck.org*. Ele é mantido pelo *Annenberg Public Policy Center*, um departamento da universidade de Pensilvânia, o que permite que ele esteja mais isolado de pressões comerciais do que se estivesse inserido em um grande conglomerado de comunicação. Esse tipo de pressão causa embaraços para a prática de Jornalismo voltado à investigação de governantes, como apontado por Coronel (2010), de modo que sua ausência nessa agência de checagem americana é elemento propício a facilitar a atuação *watchdog*.

Ser vigilante com o poder estatal na ótica dos Estados Unidos não implica que isso só ocorre porque ele pertence ao partido republicano, e que eventual mandatário democrata não receberia a mesma atenção. O papel *watchdog* é concretizado ao demonstrar que opositores também receberam checagens e não foram perdoados por serem do partido oposto. Talvez a organização de poder nos Estados Unidos, em que o presidente detém muito mais poderes que seu equivalente num regime parlamentarista,

também seja um fator a ser levado em conta, mas é preciso dizer que o Brasil também guarda similaridades e o cruzamento demonstrou que a cobertura voltada ao presidente nos EUA foi muito mais preponderante, o que ajuda a afastar a explicação meramente em razão da divisão administrativa do país.

Após apresentar uma Itália adversária e os Estados Unidos *watchdog*, é preciso se atentar para o que ocorreu no caso brasileiro. Os resultados encontrados pela análise de conteúdo demonstraram que o país brasileiro não apenas fez uma cópia daquilo que foi praticado nos Estados Unidos. Ocorreu o que a própria literatura já apontava como frequente no país, qual seja, a apropriação de elementos do Jornalismo norte-americano por parte dos brasileiros e a adaptação a um contexto local próprio (ALBUQUERQUE, 2012). As regras da *International Fact-checking Network*, que está situada nos EUA e é composta majoritariamente por entidades do mundo ocidental, foram cumpridas pela Agência *Lupa*, mas o modo de atuação demonstra que houve particularidades típicas do Brasil.

A preocupação, especialmente durante as eleições, de fornecer cobertura sobre todos os envolvidos, fornecendo checagens em número equilibrado de “verdadeiro” e “falso” é um sinal de que a imprensa de checagem se ocupa a função de poder moderador, já indicada como um traço característico da imprensa brasileira (ALBUQUERQUE, 2005). Os jornalistas de checagem atuavam como moderadores entre as elites políticas, se furtando de enfatizar declarações falsas de um candidato ainda que esse tipo houvesse sido mais proferido. Eram sempre duas declarações de cada político por debate, por exemplo, não importa o que o agente tivesse dito ao longo do evento. Essa preocupação sempre com o equilíbrio aparece muito no discurso de checadores do país entrevistados em outra pesquisa acadêmica (FONTES; FERRACIOLI; KNISS, 2019), o que já demonstra que, se é que se pode conceber uma percepção profissional do checador brasileiro, ela corresponde ao conteúdo produzido.

A lógica praticada pelos checadores brasileiros, portanto, parece ter sido aquela defendida de *Fourth Branch* (ALBUQUERQUE, 2005), ou seja, quarto Poder, que parece ter sido invocada como papel desempenhado pelos checadores brasileiros, mais do que vigilantes ou adversários. Ao lado dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o conteúdo das checagens pretendeu se estabelecer como um Poder que seria essencial para a manutenção democrática. A intenção era moderar de maneira equilibrada a cobertura sobre os agentes, quase como se fosse, em uma comparação, um mediador de um debate que é a disputa política. Amazeen (2020) havia apontado que

mais do que um sinal de uma cultura democrática saudável, o *fact-checking* é uma ferramenta para consolidação da democracia. Ao se posicionar com conteúdo cuja intenção principal era garantir o equilíbrio, a *Lupa* buscou atuar de maneira a garantir que houvesse espaço equânime a todos, para que a democracia pudesse persistir.

Ao dar sequência à atribuição de papéis para os agentes de checagem, o que melhor se conecta com o brasileiro é o colaborativo (CAMMAERTS; DECILLIA; MAGALHÃES, 2020; DONOHUE; TICHENOR; OLIEN, 1995). Mais do que vigilantes do poder (*watchdogs*), os jornalistas nessa área atuariam como guardiões da ordem democrática estabelecida, ou seja, *guarddogs*. Garantir cobertura equânime de envolvidos nas disputas eleitoras e mesmo fora delas (ao tratar de discussões sobre reforma da previdência, a *Lupa* se preocupou em verificar declarações de membros do governo e da oposição, por exemplo) mostra a preocupação de que a objetividade fosse mantida, ou seja, a coesão de um sistema em que o Jornalismo cubra de maneira imparcial os eventos. Pela lógica desse papel, mesmo um ator novo como o *fact-checking* deveria somar para garantir a permanência dessas regras, desse status quo. Singer (2020) havia apontado que entre os checadores não havia tanta valorização do equilíbrio como característica mais importante da atividade, ficando atrás de precisão, *accountability*, objetividade e transparência. Isso demonstra que o perfil de atuação brasileiro se destaca do padrão típico da checagem, uma vez que os resultados demonstraram como a cobertura balanceada foi uma característica típica do país.

Amazeen (2020), por sua vez, havia sugerido que em democracias com instituições fracas ou sob ameaça o *fact-checking* seria uma ferramenta mais valiosa. Dos quatro países estudados, o Brasil é a democracia mais recente e os resultados aqui encontrados podem ser lidos sob essa ótica. Esse papel *guarddog* adotado seria uma tentativa de fortalecer a democracia ainda em formação, de modo que as escolhas de rótulos e de alvos são coerentes para esse papel preponderante.

Olhando para o sistema midiático no qual o Brasil está encaixado, de Liberal Capturado, é possível formular a razão que motivou a presença exacerbada desse traço. Desde quando etapas básicas do Jornalismo norte-americano foram incorporadas no Brasil, como a utilização do lead nos textos do Diário Carioca nos anos 50, houve sempre esse olhar para as regras ditadas pelo Jornalismo estadunidense (ALBUQUERQUE, 2008, 2010). Nesse discurso predominante liberal, a importância da objetividade e da imparcialidade são constantemente valorizadas ao se referir à importância do Jornalismo enquanto agente da democracia. Como modo de reafirmar

que não foram cooptados pelo poder político, que é o que se espera de um sistema em que a propriedade das empresas de comunicação é oligárquica e dividida entre poucos grupos com atuação política, os checadores se esforçaram para entregar textos equilibrados e demonstrar que são mais liberais do que capturados. Como elemento de uma democracia em transição, o Jornalismo desse país precisa garantir que sua atividade é eficiente para essa consolidação democrática, dando espaço para todos os candidatos, para membros do Legislativo ou do Executivo, para aqueles sem cargo e para aqueles que estão nos principais postos do país. A opção para fugir da forte ligação política em democracias transicionais seria se afastar completamente de qualquer cobertura política, para evitar o paralelismo ou instrumentalização por qualquer dos grupos (WOLLENBERG; RICHTER; BERLIN, 2020). Como os checadores brasileiros não podem fazer isso, porque é a sua essência cobrir o mundo político, a ênfase no equilíbrio é o escudo para manter sua atuação como apenas guardião das atividades jornalísticas na democracia.

Já em relação ao último dos quatro sistemas midiáticos em análise, considerando a divisão de funções da checagem propostas por Amazeen (2020), a atuação da agência *Correctiv* parece estar mais conectada com um dos objetivos desse tipo de profissional, que é o de educar o público. Essa insistência em demonstrar como os rumores estavam incorretos, sendo a única que preferiu essa atividade em vez de se voltar aos políticos, parece indicar que manter o público educado a distinguir o que é informação e o que não é foi uma prioridade da agência.

Havia-se apontado que as mudanças ocorridas até agora no Jornalismo no século XXI estariam em grande parte relacionadas às transformações tecnológicas que reduziram o papel de *gatekeeping* das empresas midiáticas tradicionais. Essa atuação alemã parece agir para corrigir essa perda: se não podem mais ser *gatekeepers*, as agências podem ser guardiãs dos conteúdos que circulam nas redes sociais. Essa característica está presente em todas as agências de checagens, mas se argumenta aqui que os padrões de associação encontrados apontam que essa função de *gatekeeper* da veracidade dos conteúdos foi predominante do papel alemão.

Não é possível ignorar o papel da cultura jornalística local para isso. Como Loosen, Reimer e Hölig (2020) haviam demonstrado que havia grande congruência entre o que o público alemão espera e o profissional local acredita ser importante, isso ficou evidente também para as atividades do checador alemão. A função de *watchdog*

não é bem avaliada pelos leitores nem pelas redações (o que já era apontado no *survey* mais recente da *Worlds of Journalism* (2016)).

Considerando que um traço atual a diferenciar o sistema midiático Corporativista Democrático é o alto consumo de jornais e de internet por parte da população (MEILÁN; WU, 2017), o papel desempenhado pelo *Correctiv* de classificar o conteúdo circulando nas redes não será completamente em vão, porque há uma tradição em consumir notícias nesse sistema (traço inexistente nos sistemas Pluralista Polarizado e Liberal Capturado, em que apenas uma elite consome produtos de comunicação de referência).

Em resumo, a atuação alemã foi marcada pela preponderância do *facilitative role*, ou seja, o papel facilitador do Jornalismo, que na descrição adotada pela literatura (CHRISTIANS; GLASSER; MCQUAIL, 2009; EL ISSAWI; CAMMAERTS, 2016; ZENG, 2018), abraça a acima de tudo o bom debate como característica da democracia. Se para todos os outros países houve as relações a um cachorro, nesse não foi encontrada menção na literatura internacional, de modo que se cunha o termo *helpdog* como sintetizador das características dessa checagem. Em vez de vigiar ou guardar, o cão da metáfora jornalística aqui nesse sistema está interessado em ajudar o leitor a excluir as incorreções do debate público.

Nesse ponto, há forte conexão com um eixo que estrutura o modelo Corporativista Democrático, que é a presença do Estado na relação da imprensa com a sociedade. Seja por meio de conselhos de classe seja por meio de emissoras estatais, o Estado sempre esteve presente no campo jornalístico. Isso ressaltou a ideia de que a imprensa não é apenas uma mercadoria, como também um serviço público (HALLIN; MANCINI, 2004a). O fato de os checadores alemães terem se preocupado tanto em prestar esse serviço de desvendar boatos incorretos aponta para essa exata característica: prestar um serviço público é muito mais essencial para o Jornalismo do que adotar uma posição vigilante ou adversária perante os atores políticos.

Tal resultado se coaduna também com achados recentes da literatura sobre a resposta da imprensa à circulação de *fake news* (HUMPRECHT, 2019). A autora citada já havia apontado como na Alemanha e Áustria os sites de *fact-checking* se voltaram de maneira mais intensa a rumores provenientes de fontes anônimas, tal como o que foi observado nessa tese. Assim, corrobora-se a conclusão de que no contexto alemão as incorreções das declarações de políticos não ocupam o mesmo destaque que em outros países, haja vista que nos outros três países dessa investigação elas foram alvos muito

mais frequentes dos checadores. A cultura profissional distinta da Alemanha, portanto, acarreta que o papel desempenhado pela checagem seja diverso daquele das outras nações.

Considerando os papéis encontrados nessa pesquisa, é possível apontar que os checadores de cada país construíram os papéis que desempenharia a partir dos contextos em que desempenhavam suas atividades, mesmo que partilhassem de um mesmo código de conduta da IFCN, organização à qual as quatro agências estão vinculadas. É o que se pode denominar de perspectiva negociadora dos papéis jornalísticos (RAEMY; VOS, 2020). Em vez de pensar os papéis como regras rígidas da instituição, é possível compreendê-los como uma constante reflexão e interpretação dos profissionais sobre as regras organizações e culturais à qual estão submetidos.

No caso da prática jornalística específica que interessa a essa tese, a negociação se operou entre as disposições internacionais sobre o que deve conter uma checagem de fatos, que preveem maneiras de agir e de publicar conteúdos que tendem à padronização, e as regras institucionais do país que regem o ofício jornalístico, em especial na cobertura política. Os papéis encontrados, portanto, não correspondem apenas a uma reprodução automática da postura tradicional que predomina na região, mas sim o resultado de uma negociação constante entre as regras que devem balizar a atividade e aquelas que sempre constituíram a prática na região. Em suma, os papéis são resultado da disputa entre o universal e o local.

Como já exposto na seção anterior, a importância de se encarar o Jornalismo de checagem de fatos como instituição é compreendê-lo como ator interessado nas disputas políticas. Considerando que instituições são definidas como um conjunto de regras compartilhadas que moldam a conduta de seus membros (COOK, 2005), essa negociação de papéis é essencial para sua consolidação enquanto instituição no campo político. Já se havia apontado como crítica ao *fact-checking* que o mero apontamento de frases falsas em nada contribuiria para o debate público. Os papéis *watchdog*, *attackdog* e *guarddog* aqui relatados, nessa ótica, também em nada contribuiriam para estimular os cidadãos. Seria apenas mais uma maneira de o Jornalismo se comportar perante os agentes da elite política do que uma ferramenta útil aos cidadãos, apesar das justificativas retóricas de auxílio ao público que permeiam as agências.

A importância de um modelo de sistema midiático que não se restrinja às características dos países ocidentais foi ressaltada por essa pesquisa. Assim, demonstrou-se que faz sentido pensar em um modelo Liberal Capturado para englobar

nações latino-americanas, porque o padrão de atuação do Jornalismo não foi em nada semelhante com aquele encontrado nos três sistemas europeus mais amplamente vistos nas pesquisas da área.

Levou-se em conta que um sistema midiático, como bem define Hallin (2016), precisa ser compreendido no seu contexto, pois mesmo análises de performances específicas devem ter em consideração o cenário macro do país em que se desenvolve. E até mesmo em razão das diferenças inevitáveis que os caracterizam, a pesquisa comparada é uma ferramenta adequada para se observar essas características.

O esforço de pensar conceitos que possam ser aplicados para outras nações, como o desenvolvido por Frère (2015) ao conceber um modelo Autoritário Pluralista para países africano, também pode ser encontrado no modelo latino-americano. Os resultados dessa pesquisa, ainda que só olhem para um dos elementos que compõem um sistema midiático, que é a produção jornalística, indica que a atuação do Jornalismo converge com várias das características já descritas pela literatura para esse sistema (GUERRERO; MÁRQUEZ-RAMÍREZ, 2014; HUGHES et al., 2017b; HUGHES; LAWSON, 2005).

Outro aspecto importante a ser considerado diz respeito à evolução e adaptação dos sistemas midiáticos. Como recentemente apontado por Hallin (2020), os sistemas estão permanentemente em processo de adaptação, especialmente com o constante aparecimento de mídias sociais digitais, que não haviam recebido atenção por parte de Hallin e Mancini (2004a) em seu livro clássico. Atores jornalísticos novos como os sites de checagem investigados reproduziram características dos seus sistemas midiáticos, o que demonstra que a adaptação dos sistemas levou à sua inclusão na cultura jornalística predominante naquele país. As especificidades culturais locais ainda são úteis para a compreensão dos sistemas midiáticos, em linha com a conclusão de Mancini (2020) ao revisitar seu trabalho seminal e das atualizações desse conceito pelos pesquisadores da área (PARK; GIL DE ZÚÑIGA, 2020).

Thelen (2016) havia apontado que uma instituição é, ao mesmo tempo, resultado de processos históricos e um ambiente para contestações internas. A checagem de fatos surge no contexto do Jornalismo, assim, como resultado dessa evolução ao se ancorar em papéis jornalísticos correntes nos sistemas midiáticos existentes. Entretanto, também é resultado de uma contestação interna, qual seja, a busca do Jornalismo por recuperar sua credibilidade. Esses processos de mudança não ignoram que haverá estabilidade, mas apontam que não há a manutenção sempre da mesma prática: a checagem oferece

um produto jornalístico diferente, com especificidade própria, mas que respeita as regras existentes.

Transparência enquanto recurso de legitimidade da checagem de fatos

O outro ponto central dessa tese dizia respeito à ligação entre o Jornalismo e a transparência e cabe apontar nessa seara que os resultados encontrados indicam traços interessantes para se pensar essa interseção entre os campos.

A validade da atividade de checagem sempre esteve conectada com o fornecimento das fontes utilizadas, que permitiram ao cidadão até mesmo refazer todos os passos adotados pelo profissional e avaliar a conclusão alcançada a partir do percurso efetuado (NEISSER, 2015). Isso está em consonância com as expectativas do leitor, que dentre os papéis almejados do jornalista já conhecidos como noticiar com objetividade e fiscalizar o poder, também demanda que os jornalistas sejam mais transparentes com suas fontes (LOOSEN; REIMER; HÖLIG, 2020).

Pesquisas dedicadas aos efeitos do *fact-checking* já haviam apontado que há recepção mais favorável à checagem por parte dos leitores quando há explicação detalhada de todo o processo, de maneira simples de ser compreendida pelo usuário (BRANDTZAEG; FØLSTAD, 2017). A utilização dos dados provenientes de transparência ativa tem potencial para cumprir todos os requisitos que tornam mais positiva a recepção da checagem. As informações disponibilizadas pelo Estado estão costumeiramente em sites cujos links são divulgados pelos checadores, o que permite o fácil acesso.

Se a disseminação de informações estatais de maneira ativa já é um recurso que permite a *accountability* (PINA; TORRES; ACERETE, 2007), a intermediação por parte do Jornalismo pode expandir e contextualizar os dados ali. Se o governo é a fonte mais comum de Jornalismo de dados (STALPH, 2018; TANDOC; OH, 2017), também o é para a checagem de fatos, como ficou comprovado pelos achados empíricos.

Associar Jornalismo e transparência, portanto, remete à noção de sistemas peritos (DE CARVALHO, 2008; HERMIDA, 2012; MIGUEL, 1999; SCHWAAB, 2007) – sobretudo ao fortalecer o argumento de que atores de fora do campo político tradicional também podem ser capazes de participar do processo de fiscalização e abertura das instituições do Estado.

Na tradicional definição de sistema-perito formulada por Giddens (1991), existem duas características necessárias para se categorizar esse agente. De um lado, um consumidor que não possui conhecimentos técnicos especializados. O leitor a quem a checagem se dirige se encaixa perfeitamente nessa definição, uma vez que o cidadão comum não está familiarizado com as possibilidades de acesso à informação possibilitadas pela transparência e sequer possui os melhores recursos técnicos para dela desfrutá-la.

A outra característica do sistema-perito é a crença no conhecimento especializado detido pelo expert. O Jornalismo de checagem, com a função persuasiva que lhe é típica (SEIBT, 2019), busca sempre convencer o leitor de que é um agente capaz de bem utilizar a transparência e de ser representante do leitor nessa tarefa. Em todos os quatro papéis jornalísticos desempenhados pelos agentes citados, sempre foi possível ver que a menção à transparência foi um recurso para convencimento de que a checagem estava correta. Logo, o Jornalismo de checagem de fatos estaria capacitado para essa atividade e busca persuadir o leitor não só de que o conteúdo checado é verdadeiro ou falso, mas também de que ele é um ator com conhecimento para isso.

Como já exposto nessa tese, transparente é aquele que se permite ver, em que não há espaços blindados ao olhar do público (GOMES; AMORIM; ALMADA, 2018). As checagens produzidas demonstraram que declarações e rumores podem ser contestados por meio do Jornalismo caso o poder público permita que esse olhar aconteça – o que ocorre não por vontade dos governantes, mas por imposição legal. Se não há espaço escondido, se torna mais fácil para as agências de checagem produzirem seus textos da maneira que as legitima, que é justamente a utilização da transparência. Se a publicidade permite a sanção social, é o Jornalismo que a efetiva ao incluir dados provenientes da transparência. Há, assim, aparição contextualizada com o intuito de constranger os membros da classe política, o que concretiza uma das funções da transparência.

Considerando que é “o jornalismo quem produz as narrativas que dão sentido aos fatos” (GOMES; AMORIM; ALMADA, 2018, p. 16), os agentes de checagem assumem esse papel de maneira consolidada, se colocando como elemento essencial na relação de transparência. Consolidam a ideia de que o Jornalismo é sistema-perito (MIGUEL, 1999) e demonstram que a abertura do Estado ocorre através dos textos noticiosos (BERTOT; JAEGER; GRIMES, 2012), nesse caso, as checagens. A recorrência das checagens é a maneira de garantir de que a resistência institucional do

Estado à transparência (TORRES, 2020) seja minorada pela atuação do checador expert. Em muitos países, a classe jornalística foi uma das grandes defensoras da aprovação de transparência (CAMAJ, 2016; RODRIGUES, 2017), o que indicaria que ela seria uma das suas grandes utilizadoras. No âmbito da checagem, foi possível comprovar que esse ímpeto pela transparência foi comprovado. Ressalte-se que transparência parece ser palavra de ordem para a checagem. Isso porque, além de ser fonte de informações e processo necessário, ela precisa estar também no financiamento (DOURADO; ALENCAR, 2020): saber como outras empresas de comunicação contratam checagens dessas agências e também como são aplicados os recursos provenientes de *crowdfunding*.

Essa consolidação do Jornalismo de checagem por meio da transparência se soma ao movimento de amplitude no conceito de Jornalismo. Lewis (2012) havia demonstrado como determinados agentes se libertaram do conceito de “Jornalismo” para lidar com “informação”. No caso da checagem, não houve a ruptura com a noção de Jornalismo. Contudo, esse movimento de expansão apontado também se fez presente. Através da ampla rede de transparência atualmente existente (e que o levantamento legislativo citado nessa tese demonstrou que datam do século XXI em muitos países) é que se pôde recolher e criar as bases que sustentam a atividade da checagem.

A libertação indicada é a do conceito tradicional de Jornalismo, em que há uma notícia a ser transmitida e em que serão destacados seus pontos principais: quando, onde, quem. O Jornalismo de checagem expande sua atuação ao buscar se deter mais sobre a informação que embasa o produto noticioso e se outorga a posição de agente capaz para essa função.

Lewis e Usher (2014) explicitaram a importância de pensar a zona de confluência entre o uso de dados e a prática de jornalística para se pensar a evolução do Jornalismo de dados. Essa *trading zone* foi delineada no Jornalismo de checagem: os checadores se aproveitam ao máximo dessa intersecção e do repertório prévio acumulado quanto ao acesso às informações públicas para produzir o material publicado. Sem que houvesse essa expertise nas duas áreas, não seria possível a produção de checagens no ritmo em que foram divulgadas (nesse ponto, o Brasil se destaca pela velocidade superior aos outros na publicação de checagens).

Essa credibilidade se constrói também porque as checagens sempre permitem que o leitor acesse o sítio original no qual se encontra a informação que embasa. Baack

(2015) apontara como um *data intermediary* deveria sempre permitir acesso do público à informação primitiva. O Jornalismo de checagem cumpre esse requisito, que é essencial para a reconstrução da credibilidade: não é preciso que haja confiança cega que o dado utilizado é verídico, pois o próprio jornalista fornece o link que leva ao site original. A lógica de controle que caracterizava o Jornalismo (LEWIS, 2012) não mais prevalece, porque é incompatível com os propósitos.

Ao se posicionar como agente capaz de permitir a transparência, o Jornalismo de checagem concretiza a transparência através da capacidade de dialogar com públicos diversos e permite o exercício do direito à transparência pelo cidadão. A social accountability é concretizada, de certo modo, pela checagem de fatos (PERUZZOTTI; SMULOVITZ, 2002; WAISBORD; PERUZZOTTI, 2009), pois permite que haja um controle do cidadão da veracidade do discurso das autoridades, sendo mais fácil distinguir quais argumentos mobilizados pelos membros da classe política não encontram amparo nos dados públicos.

A utilização da transparência apresentou traços comuns entre os quatro países checados, o que merece ser apontado. Os órgãos de estatísticas locais, tais como o IBGE brasileiro, o *Istat* italiano e o *Statistischen Bundesamt* alemão estavam entre os mais acionados. Assim, a divulgação de estatísticas pelos governos nacionais pelos seus departamentos especializados é um grande agente que contribui para essa prática do Jornalismo de checagem. Tabary, Provost e Trottier (2016) haviam exposto como no Canadá jornalistas reclamaram da baixa qualidade de dados brutos, sendo obrigado a recorrer a dados pré-processados pelas instituições. O aparecimento desses órgãos de estatísticas mostra que essa tendência também foi encontrada nos países aqui analisados, o que demonstra que se trata de uma tendência comum à atividade. A aplicação prática desses dados em textos pode, de maneira mediada, fazer com que as checagens aproximem o público das implicações de tais dados. Se algum deputado faz afirmações sobre salários de homens e mulheres, esses órgãos, que são responsáveis pelos censos de seus países por exemplos, fornecem de maneira ativa as informações e o leitor da checagem encontrará de maneira fácil, porque a checagem tem o costume de deixar o link indicado.

Embora pesquisas prévias houvessem apontado que na Alemanha os jornalistas de dados estão mais concentrados em jornais diários de grande circulação e em emissoras públicas (BEILER; IRMER; BREDA, 2020), a aparição dos dados públicos

nas checagens é indicativa de que há sim profissionais em outros ramos de não tão grande porte dentro do Jornalismo, como o *fact-checking*.

O uso majoritário dessas informações provenientes de transparência consolida a noção de que a consolidação da atividade está relacionada ao aumento de disponibilidade de informações públicas (FLEW et al., 2012). Como mostrado no capítulo relativo à transparência, três dos países só estabeleceram normas específicas sobre transparência nos últimos vinte anos. Tendo em vista que esse foi o mesmo período em que iniciativas como a checagem se consolidaram, é possível pensar que existe uma correlação entre a proteção legal da transparência e o fortalecimento das agências de *fact-checking*. Essa é uma tendência já confirmada para o Jornalismo de dados (TABARY; PROVOST; TROTTIER, 2016) e considerando a proximidade do Jornalismo de checagem com essa corrente, era esperado que fosse encontrado aqui também. A prática constante de Jornalismo investigativo já foi apontada como elemento importante para consolidar a publicidade, uma vez que governantes e governados se acostumam a verem expostos todos os meandros da administração (CORONEL, 2010). Desse modo, a checagem pode perfeitamente se juntar e, de maneira recorrente, acostumar o público leitor e a classe política com a tradição da transparência.

É interessante destacar que, embora o Poder Judiciário já tenha sido apontado como menos transparente (MICHENER; CONTRERAS; NISKIER, 2018; NASCIMENTO; RODRIGUES; KRAEMER, 2015), os processos eletrônicos foram fonte relevante de matérias, especialmente no Brasil. Se a estrutura desse Poder não pôde ser completamente desvelada, o fácil acesso aos processos em trâmite perante os tribunais se mostraram elemento valioso para a produção das checagens. Ainda no que diz respeito ao Poder Judiciário, também merece destaque no caso brasileiro, a utilização de dados disponibilizada pelo CNJ. Essa estrutura criada como órgão de controle desse Poder foi uma fonte recorrente a partir dos dados que disponibilizou, em especial de uma ferramenta particular, Geopresídios, que agrupa dados sobre execução penal no Brasil.

Não há como ignorar, portanto, que o Judiciário se mostrou um agente que contribuiu para a transparência: mesmo que não fosse com dados sobre si, ao menos sobre os processos de terceiros que perante ele tramitam. A atuação da checagem demonstrou que há espaço para esse poder na cobertura jornalística, o que outras investigações sobre utilização da transparência pelo Jornalismo não haviam conseguido captar.

O Poder Legislativo, por sua vez, se demonstrou uma fonte importante de informações. Por mais que em outros campos das inovações democráticas digitais esse seja um campo de destaque (BRAGA; MITOZO; TADRA, 2016), também na transparência houve destaque. Ainda que no Brasil tenha sido muito utilizado para averiguar como foram votações de determinados temas, as pesquisas realizadas pelo corpo técnico das casas legislativas foram grande fonte para as checagens. Note-se, por exemplo, que nos Estados Unidos o *Congressional Research Service* e o *Congressional Budget Office* apareceram com bastante destaque. Sua função original é produzir levantamentos para embasar os votos dos parlamentares, mas essa pesquisa descobriu que eles também cumprem uma função adicional: prover o público, por meio do Jornalismo de checagem, com informações sistematizadas sobre os temas.

O olhar doméstico dos dados foi também compartilhado nos dois países europeus aqui em análise por uma utilização de dados de entes não-estatais, especialmente na Itália. A União Europeia surgiu aqui como provedora dos dados e pode gerar uma discussão sobre a importância da transparência comunitária, o que pode servir até mesmo para fortalecimento do bloco (houve checagens sobre políticos que defendiam a saída do país, copiando o *Brexit* do Reino Unido). Pensar transparência do Jornalismo deve significar pensar também nessas organizações multilaterais, especialmente em países muito integrados.

Por mais que não diga respeito à transparência, é importante destacar que a imprensa foi sim uma fonte para a prática da checagem, em movimento que parece fortalecer o próprio campo jornalístico. Nesse movimento de legitimidade endógena, em que uma empresa de comunicação se embasou em outra, os dados que uma redação já preparou servem para outro corpo jornalístico, o que já foi apontado como comum no Jornalismo de dados (STALPH, 2018). A noção de colaboração, portanto, na atividade jornalística (FERRACIOLI; MARQUES, 2020b; FREITAS, 2017) é importante para se pensar a atividade da checagem de fatos. Estados Unidos e Alemanha apresentaram resultados significativos para a menção à imprensa, o que mostra que nesses países é preciso considerar de maneira mais incisiva a menção dos jornalistas a seus pares na construção das checagens. Um movimento que só funciona, contudo, se a crença na instituição do Jornalismo como um todo ainda prevalecer.

A transparência passiva, ou seja, as informações disponibilizadas pelo poder público apenas depois de diretamente interpelado, não foram presentes no *corpus* das checagens dessa tese. Com exceção de poucas ocorrências no Brasil, não se deu

nenhuma menção nos textos de que os dados ali provinham de pedidos específicos. Não é possível dizer, entretanto, que tal tipo de atitude não compõe a prática dos jornalistas das outras nações, pois na Alemanha dados provenientes dessa origem compõem o segundo tipo mais recorrente, conforme pesquisas nas grandes organizações midiáticas de lá (BEILER; IRMER; BREDA, 2020).

O que talvez tenha influenciado a utilização dessa modalidade é a característica temporal que lhe é marcante: os prazos para resposta a pedidos não são de poucos dias, estando ainda sujeito a recursos. Assim, obter um dado para verificar se uma declaração é correta e depender de dados obtidos por meio desses dados pode demorar um tempo que a organização de comunicação não está disposta a aguardar para publicar seu material. Embora Seibt (2019) tenha destacado que a pressão pela rapidez na publicação não é característica marcantes das checagens, também não há disposição para esperar tanto tempo para a publicação. Até mesmo porque outras declarações do mesmo agente podem aparecer e tornar aquela original desatualizada e menos propensa a verificações.

Além disso, não se pode esquecer da importância cultural da utilização da transparência por parte da checagem de fatos. Se Nascimento, Rodrigues e Kraemer (2015) já haviam apontado que há uma tradição do Jornalismo tradicional de sempre citar a utilização de instrumentos de transparência, é inevitável que as constantes menções por parte das agências das possibilidades de transparência ativa reforce perante o público a existência dessa esfera. É através do Jornalismo de checagem que o público se acostuma com a transparência, pois é nele que encontra os dados e os links que o fazem compreender essa face do sistema democrático – o Jornalismo é a janela que constrói seu olhar para a transparência (SPARROW, 2006).

A descoberta de que o tema predominante em quase todos os países (“economia”) levou à utilização massiva dos dados provenientes de transparência reforça que a consistência na produção de matérias facilita a acumulação de conhecimento sobre os meandros. Em linha com o apontado por Träsel (2018), parece estar se formando uma cultura de dados também entre os jornalistas de checagem – em que há um constante reforço à utilização da transparência para obter o melhor resultado jornalístico.

Resumindo a atuação jornalística da checagem, é importante considerar um aspecto ressaltado por Zelizer (1993): para ela, os jornalistas se constituem enquanto grupo a partir da interpretação que fazemos dos eventos; em outras palavras, o discurso que compartilham sobre o mundo é o que os agrega como jornalistas. A relação dos

profissionais de checagem com a transparência pode ser encarada a partir dessa ótica: o uso constante que fazem da transparência os engloba como grupo mesmo que estejam em países de sistemas midiáticos distintos.

Ao contrário de empresas jornalísticas tradicionais, as agências de *fact-checking* aqui investigadas não vendem assinatura nem tem plano comercial forte, com grande venda de anúncios. O que elas vendem então? A conclusão mais concreta é que a checagem de fatos busca vender credibilidade. Se havia baixa confiança na imprensa e a percepção de que o Jornalismo não é o único agente que pode transmitir informações, a checagem de fatos é a face de reconstrução do Jornalismo, a maneira de mostrar que a instituição ainda tem credibilidade.

O recurso à transparência é uma estratégia de legitimidade. Ciente de que a população não dispõe dos recursos necessários, o Jornalismo toma essa posição e a utiliza para construir sua credibilidade (MASULLO et al., 2021). As checagens, assim, não seriam mero exercício retórico dos repórteres porque estão baseadas em evidências empíricas fornecidas pelo próprio Estado. Esse processo de transparência interna das agências é dependente da transparência do Estado. Usar esses dados estatais é o escudo capaz de embasar as checagens: a máquina estatal, ou seja, a burocracia, produz dados que são tomados como imparciais pelas agências de checagem.

Não existe discussão sobre possíveis orientações políticas nos próprios dados que estão sendo utilizados. No caso brasileiro, por exemplo, inúmeras pesquisas do IPEA são utilizadas (como sobre as variações do Produto Interno Bruto brasileiro ou quantidade de assassinatos no Brasil¹³²) sem que haja qualquer reflexão sobre como foi sua produção, o que foi considerado etc. Esse estilo de cobertura baseado em dados e com pouca discussão sobre sua validade é típica do jornalismo econômico (MULLEN, 2018; SCHIFFRIN; FAGAN, 2013), de modo que não configura um desvio singular a caracterizar o *fact-checking*. No ambiente em que proliferam acusações de polarização e enviesamento, o Jornalismo de checagem não se propõe a discutir a lisura dos dados. É a âncora empírica sem a qual o navio do Jornalismo pode naufragar.

Uma oposição interessante poderia ser feita entre o Jornalismo de dados e o Jornalismo tradicional, cuja construção do texto está ancorada sempre na história de um personagem ou na opinião de uma fonte. O Jornalismo de dados, aqui representado pela

¹³² Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/08/06/manuela-meirelles-convencoes/>. Publicado em 06 ago 2018; Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/07/27/amoedo-rabello-novatos-metropoles/>. Publicado em 27 jul 2018.

checagem, supõe que a utilização de dados sistematizados o torna mais crível e digno de confiança do que o padrão anterior. Se realmente não há rigor estatístico na escolha de um personagem para ilustrar matérias sobre tendências nas famílias brasileiras, a mera recorrência a números não representaria por si só uma aura de veracidade imediata ao texto.

A checagem de fatos, entretanto, não concede muita importância a esse ponto, porque poderia afastar a credibilidade da qual o Jornalismo não pode prescindir. Considerando que uma das atribuições do Jornalismo enquanto agente político é conceder espaço para os temas e vozes que serão relevantes no espaço público (BIROLI, 2013; LAWRENCE, 2006), o caminho também é inverso: além de se utilizar da transparência para sustentar sua credibilidade, é o Jornalismo também permite que esses dados cheguem ao grande público. Configura-se, assim, uma retroalimentação, uma relação de simbiose entre esses dois entes: o Jornalismo de checagem precisa dos dados para se embasar e a transparência precisa do intermédio do Jornalismo para alcançar os cidadãos.

Fazer proveito das informações públicas e transmiti-las ao público por meio da checagem é o traço que une todos os checadores e indica, em seus textos, que eles compartilham uma maneira de interpretar a relação da transparência com o Jornalismo: é uma maneira de exercer seu papel, reforçar a credibilidade e destacar sua relevância democrática para o público.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa foi concebida a partir de um eixo que se estruturava ao redor de três pontos principais: o *fact-checking*, a transparência e os papéis jornalísticos. Três temas contemporâneos com pontos de intersecção, o que permitia que fossem estudados em conjunto e se atingisse o objetivo geral proposto: compreender em que medida as agências de *fact-checking* agem como atores políticos ao se aproveitarem da transparência para desempenhar os papéis jornalísticos. Para poder vislumbrar de maneira eficiente essas conexões, foi elaborado um desenho de pesquisa que se propôs a dar uma contribuição relevante para a área da pesquisa comparada em comunicação política.

Assim, logo de início foi apontada a distinção de sistemas midiáticos como base para escolha dos casos e para a comparação aqui pretendida. A clássica divisão de Hallin e Mancini (2004a) em três grandes grupos dos países da Europa e América do Norte foi tomada como ponto de partida, considerando todas as contribuições que quase duas décadas de pesquisas comparadas trouxeram para a literatura acadêmica. Foram essas atualizações que motivaram a inclusão de um quarto modelo para comparação, que sequer constava da primeira moldura de Hallin e Mancini (2004). A opção foi por estudar o modelo Liberal Capturado, representado pelo Brasil. Por ser compostos de países periféricos em relação aos centros de decisões globais e partilharem características socioeconômicas e de estrutura midiática (ALBUQUERQUE; PINTO, 2019; GUERRERO; MÁRQUEZ-RAMÍREZ, 2014), esse conjunto de países pode ser agrupado para o propósito de encontrar tendências.

Nesse ponto, a presente pesquisa vem se somar a esforços constantes de retirar o foco da pesquisa de comunicação política dos países ocidentais. Embora já tenha ocorrido avanço da pesquisa acadêmica em incluir representantes de outros continentes, nos periódicos internacionais relevantes ainda predominam pesquisas cujo olhar fica restrito a Europa e América do Norte. Ainda assim, parece sempre que há a necessidade justificar a importância de abordar países ditos periféricos, enquanto as experiências europeias seriam plenamente universalizáveis (ALBUQUERQUE, 2020).

Realizar essa pesquisa comparada agrupando também um país que não aparece tradicionalmente nesse estilo de investigação (HANUSCH; VOS, 2019) é uma maneira de incluir a pesquisa brasileira no cenário internacional de pesquisa comparada,

demonstrando que não há apenas a repetição das mesmas tendências encontradas no bloco do Atlântico Norte. A comparação dos sistemas midiáticos permite ver essas distinções de modo claro e coloca em evidência que a suposta americanização da prática jornalística não é dominante em todo o planeta.

Esse trabalho buscou, em suma, fornecer uma contribuição para os estudos comparados na área da comunicação política, demonstrando que analisar cenários nacionais diversos pode ser um excelente instrumento para captar as particularidades locais dos fenômenos ao mesmo tempo em que evidencia seus traços comuns que reiteram as características dessa prática jornalística.

Ao se concentrar nos papéis jornalísticos desempenhados pelo Jornalismo como instituição política, destacaram-se dois deles, cuja pertinência à atuação das checagens era mais preponderante quando se levava em conta o referencial teórico disponível: o *watchdog* e o adversário. De um lado, o primeiro tem uma tradição de mais de século no Jornalismo em investigar e manter sob vigilância os poderosos; já o segundo é uma atuação que venho sendo caracterizada especialmente a partir da relação não amistosa da profissão ao se confrontar com detentores do poder político. Ambos foram devidamente analisados e restou demonstrado que sua atuação não é homogênea dentro os sistemas midiáticos, o que evidenciava ainda mais a necessidade de se efetuar a comparação.

Pensar a relação entre transparência e Jornalismo foi outro dos objetivos desse trabalho, levando em conta especialmente o arcabouço legislativo existente. Para isso, foi montado quadro comparativo em que se analisaram diversos pontos da legislação atual de transparência de cada uma das quatro nações. Os critérios abrangiam previsões básicas como a gratuidade do exercício desse direito, contra quem ele poderia ser postulado, quais são os prazos para respostas e recurso e até mesmo se o Estado se compromete a atuar na educação da população sobre essa dimensão democrática. Notou-se que existe grande discrepância nas disposições legais dos países aqui estudados, com uma democracia recente como o Brasil tendo preenchido mais requisitos que países europeus que pontuam sempre de maneira elevada em índices sobre a qualidade da democracia.

E ainda havia a prática específica de Jornalismo que serviu como objeto empírico dessa tese, o *fact-checking*. Apesar de não ser uma criação recente, sua consolidação pelo mundo ocorreu ao longo da década de 2010 (AMAZEEN, 2020), o que direcionou o olhar da pesquisa acadêmica para melhor compreender esse fenômeno.

Os estudos existentes são os mais diversos, abrangendo desde a efetividade dessa prática para o leitor (FRIDKIN; KENNEY; WINTERSIECK, 2015) até traços específicos da sociologia profissional (GRAVES, 2018). Mesmo no Brasil há amplo esforço recente em compreender esse objeto por diversas lentes, caracterizando-o como estilo próprio de Jornalismo de verificação (SEIBT, 2019) e como exercício de accountability sobre o debate público (DOURADO, 2019).

Para preencher lacuna ainda existente nessa área, essa tese buscou então responder à questão de pesquisa formulada na introdução: em que medida as agências de *fact-checking* agem como atores políticos ao se aproveitarem da transparência para desempenhar esses papéis? O que interessava, mais do que o discurso dos checadores sobre a profissão, era o que podia ser percebido a partir do material publicado. Em razão disso, a análise de conteúdo foi a estratégia metodológica adequada para lidar com as checagens coletadas.

Ao analisar as associações entre todas as variáveis e em comparação entre todos os países, o que restou claro é que os papéis de cada uma das agências de checagem foi distinto em cada uma delas. A tese aproveitou que a metáfora do *watchdog* já havia sido expandida por outros atores para se referir a outros papéis e atribuiu a cada um dos países um rótulo de papel predominante, que ajuda a pensar na atuação do Jornalismo enquanto ator político em cada um dos países.

O papel adversário de *attackdog* (CAMMAERTS; DECILLIA; MAGALHÃES, 2020), ou seja, de oposição mais intensa aos atores políticos pôde ser percebido na agência de checagem italiana, a *Pagella Politica*. Não houve pudor em classificar declarações de ministros e deputados de maneira jocosa, insinuando que não se tratava de mera incorreção, mas, sim, de mentira. Uma postura mais incisiva, que não se limitou a dizer se o conteúdo era certo ou errado. Como representante do sistema midiático Pluralista Polarizado, essa agência italiana se adequou à característica típica do Jornalismo desse modelo, que é o alto tom de editorialização, com comentários ao longo até mesmo de textos noticiosos.

No caso dos Estados Unidos, a análise da agência *Factcheck.org* apontou que o papel predominante foi o *watchdog*, de vigilante dos ocupantes do poder. Isso porque a agência se concentrou de maneira intensa em revelar frases falsas do presidente da República, mas sem recorrer a termos mais agressivos. Houve pouco espaço pros outros agentes políticos relevantes, contudo, o que demonstra que a importância do cargo era o fator mais relevante para indicar quem merecia ser checado. A constante atenção da

agência ao longo dos 24 meses leva a concluir que uma característica típica do sistema Liberal de mídia foi cumprida, qual seja, a separação completa do Estado. Para os checadores norte-americanos, checagem boa é aquela que aponta o que não está correto no discurso presidencial, revirando-o até encontrar o que é lixo.

O Brasil se destacou, por sua vez, por não se enquadrar em nenhuma desses dois papéis apontados acima e que poderiam dialogar com a atividade da checagem de fatos. Sua atuação foi sempre muito equilibrada: optou por checar conteúdos verdadeiros e também falsos, de candidatos de todos os partidos que concorreram ou de representantes do governo e da oposição, sempre em proporção equivalente. Assim, é possível enquadrar a atuação da agência *Lupa* no papel colaborativo, adotando uma postura guarddog. Sua atividade principal era colaborar com o bom funcionamento da democracia dando espaço a todos, sem ser acusada de partidarismo ou de privilegiar um campo sobre o outro. Contribuir para manter o ideal de imparcialidade do Jornalismo foi a tônica dos conteúdos checados pelos brasileiros ao longo do período. Tendo em vista que o sistema Liberal Capturado, da qual o país era o representante nessa pesquisa, busca adaptar os conceitos norte-americanos à realidade local, a *Lupa* demonstrou que se esforçou para cumprir os supostos padrões que regem o Jornalismo norte-americano mais do que eles mesmos os respeitaram.

Já para a Alemanha a checagem cumpriu um papel de vigilante da esfera pública, podendo ser definido como o foco em fazer verificações das afirmações que circulam pelas redes sociais digitais, refutando grande parte delas. A característica que o melhor define é *helpdog*, pois atua preponderantemente como facilitador do debate público. Não houve preocupação expressiva com ocupantes de cargos da Administração nem com postulantes da administração. O traço mais destacado era garantir que informações incorretas sobre figuras políticas não circulassem sem serem rebatidas. Como bom exemplo de característica do Jornalismo dos países Corporativistas Democráticos, a checagem foi mais um serviço público que o Jornalismo pôde oferecer.

Em suma, os quatro representantes atuaram com papéis distintos, privilegiando diferentes aspectos do que a checagem de fatos poderia oferecer. As características que já haviam sido apontadas em cada um dos sistemas foram encontradas também nas checagens, o que demonstrou que a classificação não é ultrapassada e ainda pode contribuir para a comparação entre nações distintas. Mais do que isso, a reiteração de papéis consolidados nos sistemas midiáticos contribuiu para que a checagem pudesse se

apresentar como novo produto jornalístico em busca da manutenção da credibilidade institucional sem destoar dos padrões comuns àquela nação.

No que diz respeito à transparência, a pesquisa comprovou que a checagem de fatos utilizou os dados obtidos por meio da transparência ativa como fonte predominante em todos os países. Utilizar os dados disponibilizados pelo poder público sem que haja um pedido específico foi a prática dos checadores para exercer todos os papéis aqui descritos, seja o de ser adversário à classe política, vigiar os maiores detentores de poder, fazer coberturas equilibradas dos agentes ou garantir que o debate público não seja inundado por boatos desprovidos de veracidade. Todos esses objetivos válidos das agências de *fact-checking* foram atingidos pelo uso de dados públicos obtidos graças à transparência.

Ao confiar de maneira intensa nessas informações, o Jornalismo se constituiu como sistema-perito apto a fazer a intermediação entre cidadão e Estado na área da transparência. Essa dimensão da democracia não é tão acessível ao indivíduo comum, que desconhece os procedimentos, como acessar e como interpretar o emaranhado de dados que trazem informações sobre todo o aparato estatal. O *fact-checking* é o intermediador desse universo para o cidadão, utilizando a amplitude de informações para produzir textos curtos em que essa informação é aplicada de maneira prática.

Os dados públicos não são questionados ou postos em dúvida pela agência. Pelo contrário, eles são utilizados como elemento para garantir a credibilidade das checagens produzidas. Ao dizer que a afirmação é tão falsa que o político que a proferiu é um Pinóquio andante, os dados estatais servem para se opor aos agentes e demonstrar a superioridade do Jornalismo. Ao demonstrar que o boato não é verídico porque não condiz com os dados públicos, a transparência é utilizada para afastar rumores que podem atrapalhar o conhecimento dos cidadãos sobre os participantes do jogo político.

Em todas essas situações, o Jornalismo de checagem de fatos age como ator político ao se aproveitar da transparência para cumprir o papel que mais lhe convém: não importa se mais incisivo ou equilibrado, se vigilante ou apenas garantidor de um debate sem mentiras, o *fact-checking* se apresenta como ator capaz de bem utilizar as disposições sobre transparência para construir e sustentar sua posição de verificador de discursos e de notícias. Em suma, a transparência foi o recurso utilizado para sustentar a credibilidade que a checagem de fatos procura recuperar para a instituição Jornalismo.

É preciso reconhecer as limitações dessa pesquisa, que jamais pressupôs que encerraria todos os debates sobre o Jornalismo de checagem de fatos. Ao adotar uma

postura comparativa, reconhece-se que se perde a oportunidade de olhar com atenção detalhes de cada um dos objetos empíricos. No presente caso, contudo, interessava mais a comparação entre os diferentes sistemas midiáticos, para obter uma visão sobre a atividade jornalística que não estivesse limitada às idiossincrasias de uma nação.

Também não há a pretensão de considerar que em todos os países que compõem os sistemas midiáticos utilizados como base de comparação haverá a repetição exata do papel jornalístico encontrado. Não é possível, portanto, generalizar os resultados para todos os países que compõem cada modelo sem que pesquisas mais amplas comprovem as similaridades das agências de checagem consideradas. Por mais que compartilhem características socioeconômico e culturais, os países têm particularidades que podem acarretar a predominância de um papel que divirja daquele narrado nessa tese, sem que isso invalide as conclusões aqui esboçadas.

Alguns dos achados dessa pesquisa podem ser aprofundados em investigações que utilizem de outros métodos de coleta de dados mais aptos a explorar certos aspectos da atividade de checagem de fatos. Menciona-se, por exemplo, a ausência de contato entre checador e checado, que foi mencionada como possível fator apto a estimular a adversarialidade, que predominou no âmbito italiano. Entrevistas com os profissionais poderiam indicar se eles sentiram essa diferença por não possuir qualquer contato direto com os agentes que retratam, o que é diferente de seus colegas de redação que costumam estar cotidianamente em contato para apurar suas pautas.

A continuação de pesquisas que podem aprofundar a relação entre transparência e Jornalismo deve levar em consideração fatores típicos das organizações das redações, que precisam ser mensurados nos contextos das agências de checagem. Dificuldades com prazos, utilização de tecnologia e similares são condicionantes que demandam um olhar típico da pesquisa etnográfica. Assim, métodos como a observação participante e a pesquisa ação representam caminhos eficientes para abordar esse objeto empírico por outro viés e aprofundar o conhecimento da área.

Seria interessante também investigar como os atores políticos tradicionais reagem aos papéis desempenhados pelos agentes de checagem aqui narrados. Em especial no Brasil, faltam investigações que busquem perceber se houve alterações no comportamento de políticos frente a esse novo tipo de conteúdo, o que só aprofundaria o debate sobre a lógica de mediação da ação política. Entrevistas semiestruturadas com profissionais que coordenam e operacionalizam as estratégias de comunicação de

políticos (em campanhas ou durante mandatos) podem ser capazes de apontar elementos interessantes quanto à reação do campo político à atividade de checagem.

De qualquer forma, a presente tese buscou dar uma contribuição para os estudos de comunicação política ao destacar a importância de pensar comparativamente os papéis jornalísticos. Seja vigiando, atacando, facilitando a integridade do debate ou promovendo uma visão equilibrada do sistema, o Jornalismo de checagem de fatos se posiciona como agente político e marcou posição como ator apto a utilizar o que foi disponibilizado pela transparência. Nessa tríade entre *fact-checking*, papéis jornalísticos e transparência, os agentes da checagem foram hábeis de usar os dados públicos para construir o papel específico que seu sistema midiático esperava do Jornalismo como instituição.

REFERÊNCIAS

- ABDENOUR, Jesse; MCINTYRE, Karen; DAHMEN, Nicole Smith. Seeing Eye to Eye: A Comparison of Audiences' and Journalists' Perceptions of Professional Roles and How They Relate to Trust. **Journalism Practice**, p. 1–19, 2020. DOI: 10.1080/17512786.2020.1716828.
- ABRANCHES, Sergio. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados**, v. 31, n. 1, p. 5–34, 1988.
- ABRUCIO, Fernando; LOUREIRO, Maria Rita. Burocracia e ordem democrática: desafios contemporâneos e experiência brasileira. *In: Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas*. Brasília-DF: IPEA, 2018.
- ACAYABA, Cintia. Jornalistas, radialistas e blogueiros aumentam 30% no Brasil em 2018, diz organização. **G1**, 2019.
- ADAM, Silke; MAIER, Michaela. Personalization of Politics A Critical Review and Agenda for Research. **Annals of the International Communication Association**, v. 34, n. 1, p. 213–257, 2010. DOI: 10.1080/23808985.2010.11679101.
- AGADJANIAN, Alexander et al. Counting the Pinocchios: The effect of summary fact-checking data on perceived accuracy and favorability of politicians. **Research & Politics**, v. 6, n. 3, p. 1–10, 2019. DOI: 10.1177/2053168019870351.
- AGENCIA Lupa sofre campanha de desinformação e homofobia. **Projeto Colabora**, 2020.
- AGUIAR, Leonel Azevedo De. O jornalismo investigativo e seus critérios de noticiabilidade: notas introdutórias. **Alceu**, v. 7, n. 13, p. 73–84, 2006.
- ALAHMED, Anas M. Internalized Orientalism: Toward a Postcolonial Media Theory and De-Westernizing Communication Research from the Global South. **Communication Theory**, v. 30, n. 4, p. 407–428, 2020. DOI: 10.1093/ct/qtz037.
- ALBUQUERQUE, Afonso. Em nome do público: jornalismo e política nas entrevistas dos presidentes ao Jornal Nacional. **E-Compós**, v. 16, n. 2, 2013. DOI: 10.30962/ec.813.
- ALBUQUERQUE, Afonso De. Protecting democracy or conspiring against it? Media and politics in Latin America: A glimpse from Brazil. **Journalism**, v. 20, n. 7, p. 906–923, 2019. DOI: 10.1177/1464884917738376.
- ALBUQUERQUE, Afonso De. Aconteceu num Carnaval: algumas observações sobre o mito de origem do jornalismo brasileiro moderno. **ECO-PÓS**, v. 11, n. 2, p. 95–116, 2008.
- ALBUQUERQUE, Afonso De. Another 'Fourth Branch'. **Journalism: Theory, Practice & Criticism**, v. 6, n. 4, p. 486–504, 2005. DOI: 10.1177/1464884905056817.
- ALBUQUERQUE, Afonso De. A modernização autoritária do jornalismo brasileiro.

Alceu, v. 10, n. 20, p. 100–115, 2010.

ALBUQUERQUE, Afonso De. On Models and Margins. *In: Comparing Media Systems Beyond the Western World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. a. p. 72–95.

ALBUQUERQUE, Afonso De. O paralelismo político em questão. *Compolítica*, v. 2, n. 1, p. 5–28, 2012. b. DOI: 10.21878/compolitica.2012.2.1.23.

ALBUQUERQUE, Afonso De. The institutional basis of anglophone western centrality. *Media, Culture & Society*, p. 016344372095789, 2020. DOI: 10.1177/0163443720957893.

ALBUQUERQUE, Afonso De; PINTO, Pâmela Araujo. O sistema midiático brasileiro no contexto da América Latina. *In: FIGUEIRAS, Rita; RIBEIRO, Nelson (org.). O Setor dos Media no Espaço Lusófono*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2019.

ALBUQUERQUE, Afonso De; DE OLIVEIRA, Thaianne Moreira; DOS SANTOS JUNIOR, Marcelo Alves; DE ALBUQUERQUE, Sofia Oliveira Firmo. Structural Limits to the De-Westernization of the Communication Field: The Editorial Board in Clarivate's JCR System. *Communication, Culture and Critique*, 2020. DOI: 10.1093/ccc/tcaa015.

ALDRIDGE, Meryl; EVETTS, Julia. Rethinking the concept of professionalism: the case of journalism. *The British Journal of Sociology*, v. 54, n. 4, p. 547–564, 2003. DOI: 10.1111/j.1468-4446.2003.00547.x.

ALLERN, Sigurd; BLACH-ØRSTEN, Mark. THE NEWS MEDIA AS A POLITICAL INSTITUTION. *Journalism Studies*, v. 12, n. 1, p. 92–105, 2011. DOI: 10.1080/1461670X.2010.511958.

ALVES, Rosental. From lapdog to watchdog: The role of the press on Latin America's democratization. *In: DE BURGH, Hugo (org.). Making Journalists: Diverse Models, Global Issues*. London: Routledge, 2005.

AMAZEEN, Michelle A. Practitioner perceptions: Critical junctures and the global emergence and challenges of fact-checking. *International Communication Gazette*, v. 81, n. 6–8, p. 541–561, 2019. DOI: 10.1177/1748048518817674.

AMAZEEN, Michelle A. Journalistic interventions: The structural factors affecting the global emergence of fact-checking. *Journalism*, v. 21, n. 1, p. 95–111, 2020. DOI: 10.1177/1464884917730217.

AMAZEEN, Michelle A.; MUDDIMAN, Ashley; THORSON, Emily; GRAVES, Lucas. *A Comparison of Correction Formats: The Effectiveness and Effects of Rating Scale versus Contextual Corrections on Misinformation*. [s.l: s.n.].

AMORIM, Paula; ALMADA, Maria Paula; ARAUJO, Ana Carolina; SILVA, Claudia Regina Sousa e. Exploratory study for the systematization of researches on transparency and the internet. *In: 4TH GLOBAL CONFERENCE ON TRANSPARENCY RESEARCH 2015*, Lugano. *Anais [...]*. Lugano

ANDERSON, Chris. Professionalization of Journalism. *In: The International Encyclopedia of Communication*. Chichester, UK: John Wiley & Sons, Ltd, 2008.

DOI: 10.1002/9781405186407.wbiecp107.

ANDERSON, Chris; SCHUDSON, Michael. Objectivity, Professionalism, and Truth Seeking. *In*: WAHL-JORGENSEN, Karin; HANITZSCH, Thomas (org.). **The Handbook of Journalism Studies**. London: Routledge, 2019.

ANGELICO, Fabiano. Transparência, accountability e tecnologia. *In*: MENDONÇA, Ricardo Fabrino; PEREIRA, Marcus Abilio; FILGUEIRAS, Fernando (org.). **Democracia digital – publicidade, instituições e confronto político**. [s.l: s.n.]. p. 113–130.

ANSPACH, Nicolas M.; JENNINGS, Jay T.; ARCENEUX, Kevin. A little bit of knowledge: Facebook’s News Feed and self-perceptions of knowledge. **Research & Politics**, v. 6, n. 1, p. 205316801881618, 2019. DOI: 10.1177/2053168018816189.

APPELGREN, Ester. Remaining in Control with an Illusion of Interactivity: The Paternalistic Side of Data Journalism. **Journalism Practice**, v. 13, n. 8, p. 956–960, 2019. DOI: 10.1080/17512786.2019.1642128.

ARAÚJO, Xenise Milhomem Brandão; KRONBAUER, Clóvis Antônio; CARVALHO, José Ribamar Marques De; CIRNE, Gianinni Martins Pereira. Quem está ficando para trás? Uma análise da transparência pública dos portais eletrônicos de municípios tocaninenses. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 17, n. 44, p. 123–141, 2020. DOI: 10.5007/2175-8069.2020v17n44p123.

ARCHIBALD, Samuel J. The Freedom of Information Act Revisited. **Public Administration Review**, v. 39, n. 4, p. 311, 1979. DOI: 10.2307/976206.

ARTEMAS, Katie; VOS, Tim P.; DUFFY, Margaret. Journalism Hits a Wall. **Journalism Studies**, v. 19, n. 7, p. 1004–1020, 2018. DOI: 10.1080/1461670X.2016.1249006.

ARZHEIMER, Kai. The AfD: Finally a Successful Right-Wing Populist Eurosceptic Party for Germany? **West European Politics**, v. 38, n. 3, p. 535–556, 2015. DOI: 10.1080/01402382.2015.1004230.

AVRITZER, Leonardo. **Participatory institutions in democratic Brazil**. Washington, D.C. : Baltimore: Woodrow Wilson Center Press ; Johns Hopkins University Press, 2009. v. 47

AZEVEDO, F. A.; CHAIA, V. L. M. O Senado nos editoriais dos jornais paulistas (2003-2004). **Opinião Pública**, v. 14, n. 1, p. 173–204, 2008. DOI: 10.1590/S0104-62762008000100007.

AZEVEDO, Fernando Antônio. Mídia e democracia no Brasil: Relações entre o sistema de mídia e o sistema político. **Opinio Publica**, v. 12, n. 1, p. 88–113, 2006. DOI: 10.1590/S0104-62762006000100004.

AZEVEDO, Fernando Antônio. The Workers Party in the editorials of the mainstream press (1989-2014). **Opinio Publica**, v. 24, n. 2, p. 270–290, 2018. DOI: 10.1590/1807-01912018242270.

BAACK, Stefan. Datafication and empowerment: How the open data movement re-articulates notions of democracy, participation, and journalism. **Big Data & Society**, v.

2, n. 2, p. 1–11, 2015. DOI: 10.1177/2053951715594634.

BAKKER, Piet. Mr. Gates Returns. **Journalism Studies**, v. 15, n. 5, p. 596–606, 2014. DOI: 10.1080/1461670X.2014.901783.

BANNERMAN, Sara; HAGGART, Blayne. Historical Institutionalism in Communication Studies. **Communication Theory**, v. 25, n. 1, p. 1–22, 2015. DOI: 10.1111/comt.12051.

BANNING, Stephen A. The Professionalization of Journalism. **Journalism History**, v. 24, n. 4, p. 157–163, 1999. DOI: 10.1080/00947679.1999.12062498.

BARBOSA, Suzana Oliveira; TORRES, Vitor. O paradigma ‘Jornalismo Digital em Base de Dados’: modos de narrar, formatos e visualização para conteúdos. **Galáxia**, v. 25, p. 152–164, 2013.

BAUMGARTNER, Frank R.; CHAQUÉS BONAFONT, Laura. All news is bad news: Newspaper coverage of political parties in Spain. **Political Communication**, v. 32, n. 2, p. 268–291, 2015. DOI: 10.1080/10584609.2014.919974.

BECKER, Denise. A evolução do fact-checking como atividade jornalística no brasil: lacunas e tendências. **Comunicação: Reflexões, experiências, ensino**, v. 15, n. 1, 2019.

BEHRMAN, Michael; CANONGE, James; PURCELL, Matthew; SCHIFFRIN, Anya. Watchdog or lapdog? A look at press coverage of the extractive sector in Nigeria, Ghana and Uganda. **Ecquid Novi: African Journalism Studies**, v. 33, n. 2, p. 87–99, 2012. DOI: 10.1080/02560054.2012.683803.

BEILER, Markus; IRMER, Felix; BREDÁ, Adrian. Data Journalism at German Newspapers and Public Broadcasters: A Quantitative Survey of Structures, Contents and Perceptions. **Journalism Studies**, p. 1–19, 2020. DOI: 10.1080/1461670X.2020.1772855.

BELAIR-GAGNON, Valerie; ZAMITH, Rodrigo; HOLTON, Avery E. Role Orientations and Audience Metrics in Newsrooms: An Examination of Journalistic Perceptions and their Drivers. **Digital Journalism**, v. 8, n. 3, p. 347–366, 2020. DOI: 10.1080/21670811.2019.1709521.

BENOIT, William. Content analysis in political communication. *In*: BUCY, Erik (org.). **Sourcebook for Political Communication Research: Methods, Measures, and Analytical Techniques**. London: Routledge, 2011.

BENSON, Rodney. News Media as a “Journalistic Field”: What Bourdieu Adds to New Institutionalism, and Vice Versa. **Political Communication**, v. 23, n. 2, p. 187–202, 2006. DOI: 10.1080/10584600600629802.

BERKOWITZ, Daniel. Reporters and Their Sources. *In*: WAHL-JORGENSEN, Karin; HANITZSCH, Thomas (org.). **The Handbook of Journalism Studies**. London: Routledge, 2009.

BERTINO, Elisa; MERRILL, Shawn; NESEN, Alina; UTZ, Christine. Redefining Data Transparency: A Multidimensional Approach. **Computer**, v. 52, n. 1, p. 16–26, 2019. DOI: 10.1109/MC.2018.2890190.

- BÉRTOA, Fernando. Political parties or party systems? Assessing the ‘myth’ of institutionalisation and democracy. **West European Politics**, v. 40, n. 2, p. 402–429, 2017. DOI: 10.1080/01402382.2016.1216921.
- BERTOT, John Carlo; JAEGER, Paul T.; GRIMES, Justin M. Promoting transparency and accountability through ICTs, social media, and collaborative e-government. **Transforming Government: People, Process and Policy**, v. 6, n. 1, p. 78–91, 2012. DOI: 10.1108/17506161211214831.
- BERTRAND, Claude-Jean. Press Councils Around The World: Unraveling a Definitional Dilemma. **Journalism Quarterly**, v. 55, n. 2, p. 241–250, 1978. DOI: 10.1177/107769907805500203.
- BILLEAUDEAUX, Andre; DOMKE, David; HUTCHESON, John S.; GARLAND, Philip. Newspaper Editorials follow Lead of Bush Administration. **Newspaper Research Journal**, v. 24, n. 1, p. 166–184, 2003. DOI: 10.1177/073953290302400119.
- BIRCHALL, Clare. Radical Transparency? **Cultural Studies ↔ Critical Methodologies**, v. 14, n. 1, p. 77–88, 2014. DOI: 10.1177/1532708613517442.
- BIROLI, Flávia. Limites da Política e Esvaziamento dos Conflitos: o Jornalismo como Gestor de Consensos. **Revista Estudos Políticos**, n. 6, p. 126–143, 2013.
- BISHOP, Ronald. To Protect and Serve: The “Guard Dog” Function of Journalism in Coverage of the Japanese-American Internment. **Journalism & Communication Monographs**, v. 2, n. 2, p. 64–104, 2000. DOI: 10.1177/152263790000200201.
- BLONDEL, Jean. About Institutions, Mainly, but not Exclusively, Political. *In*: RHODES, R.; BINDER, Sarah; ROCKMAN, Bert (org.). **The Oxford Handbook of Political Institutions**. Oxford, United Kingdom: Oxford University Press, 2006.
- BLUMLER, Jay G.; ESSER, Frank. Mediatization as a combination of push and pull forces: Examples during the 2015 UK general election campaign. **Journalism**, v. 20, n. 7, p. 855–872, 2019. DOI: 10.1177/1464884918754850.
- BLUMLER, Jay G.; GUREVITCH, M. “Americanization” Reconsidered: U.K.–U.S. Campaign Communication Comparisons Across Time. *In*: BENNETT, W. Lance; ENTMAN, Robert M. (org.). **Mediated Politics: Communication in the Future of Democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. p. 380–406.
- BLUMLER, Jay; GUREVITCH, M. Towards a Comparative Framework for Political Communication Research. *In*: BLUMLER, Jay; GUREVITCH, M. (org.). **The Crisis of Public Communication**. London: Routledge, 1995.
- BLYTH, Mark; HELGADOTTIR, Oddny; KRING, William. Ideas and Historical Institutionalism. *In*: FIORETOS, Orfeo; FALLETI, Tulia G.; SHEINGATE, Adam (org.). **The Oxford Handbook of Historical Institutionalism**. Oxford, United Kingdom: Oxford University Press, 2016. v. 1. DOI: 10.1093/oxfordhb/9780199662814.013.8.
- BODE, Leticia; VRAGA, Emily K. In Related News, That Was Wrong: The Correction of Misinformation Through Related Stories Functionality in Social Media. **Journal of Communication**, v. 65, n. 4, p. 619–638, 2015. DOI: 10.1111/jcom.12166.

BONSÓN, Enrique; TORRES, Lourdes; ROYO, Sonia; FLORES, Francisco. Local e-government 2.0: Social media and corporate transparency in municipalities. **Government Information Quarterly**, v. 29, n. 2, p. 123–132, 2012. DOI: 10.1016/j.giq.2011.10.001.

BOORSTIN, Daniel. **The image: A guide to pseudo-events in America**. New York: Harper, 1961.

BORGES-REY, Eddy. Towards an epistemology of data journalism in the devolved nations of the United Kingdom: Changes and continuities in materiality, performativity and reflexivity. **Journalism**, v. 21, n. 7, p. 915–932, 2020. DOI: 10.1177/1464884917693864.

BOVENS, Mark; SCHILLEMANS, Thomas; HART, Paul T. Does public accountability work? An assessment tool. **Public Administration**, v. 86, n. 1, p. 225–242, 2008. DOI: 10.1111/j.1467-9299.2008.00716.x.

BOWLES, Nigel; HAMILTON, James; LEVY, David. **Transparency in Politics and the Media: Accountability and Open Government**. London: IB Tauris, 2014.

BRAGA, Maria Jose. **Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil**. Brasília, 2021.

BRAGA, Sergio Soares; MITOZO, Isabele Batista; TADRA, Julia. AS FUNÇÕES DESEMPENHADAS PELOS WEBSITES PARLAMENTARES BRASILEIROS E O PAPEL DOS PROGRAMAS EDUCATIVOS. **Educação & Sociedade**, v. 37, n. 136, p. 793–819, 2016. DOI: 10.1590/es0101-73302016155750.

BRAMBILA, Julieta Alejandra; HUGHES, Sallie. Violence against Journalists. *In*: VOS, Tim P.; HANUSCH, Folker (org.). **The International Encyclopedia of Journalism Studies**. London: Wiley, 2019. p. 1–9. DOI: 10.1002/9781118841570.iejs0248.

BRANDTZAEG, Petter Bae; FØLSTAD, Asbjørn. Trust and distrust in online fact-checking services. **Communications of the ACM**, v. 60, n. 9, p. 65–71, 2017. DOI: 10.1145/3122803.

BRANDTZAEG, Petter Bae; LÜDERS, Marika; SPANGENBERG, Jochen; RATH-WIGGINS, Linda; FØLSTAD, Asbjørn. Emerging Journalistic Verification Practices Concerning Social Media. **Journalism Practice**, v. 10, n. 3, p. 323–342, 2016. DOI: 10.1080/17512786.2015.1020331.

BRANTS, Kees. Trust, Cynicism, and Responsiveness: The Uneasy Situation of Journalism in Democracy. *In*: **Rethinking Journalism: Trust and Participation in a Transformed News Landscape**. London: Routledge, 2012.

BRANTS, Kees; DE VREESE, Claes; MÖLLER, Judith; VAN PRAAG, Philip. The real spiral of cynicism? Symbiosis and mistrust between politicians and journalists. **International Journal of Press/Politics**, v. 15, n. 1, p. 25–40, 2010. DOI: 10.1177/1940161209351005.

BRANTS, Kees; VAN PRAAG, Philip. Signs of Media Logic Half a Century of Political Communication in the Netherlands. **Javnost - The Public**, v. 13, n. 1, p. 25–40, 2006. DOI: 10.1080/13183222.2006.11008905.

- BRENOL, Marlise Viegas. **Transparência digital e jornalismo: modalidades comunicativas com uso de dados públicos**. 2019. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SU, [S. l.], 2019.
- BROERSMA, Marcel. Americanization, or: The Rhetoric of Modernity. *In: The Handbook of European Communication History*. Hoboken, NJ, USA: Wiley, 2019. p. 403–419. DOI: 10.1002/9781119161783.ch22.
- BRÜGGEMANN, Michael; ENGESSER, Sven; BÜCHEL, Florin; HUMPRECHT, Edda; CASTRO, Laia. Hallin and Mancini Revisited: Four Empirical Types of Western Media Systems. **Journal of Communication**, v. 64, n. 6, p. 1037–1065, 2014. DOI: 10.1111/jcom.12127.
- BRÜGGEMANN, Michael; HUMPRECHT, Edda; KLEIS NIELSEN, Rasmus; KARPPINEN, Kari; CORNIA, Alessio; ESSER, Frank. Framing the newspaper crisis: How debates on the state of the press are shaped in Finland, France, Germany, Italy, United Kingdom and United States. **Journalism Studies**, v. 17, n. 5, p. 533–551, 2016. DOI: 10.1080/1461670X.2015.1006871.
- BRÜGGEMANN, Michael; KLEINEN-VON KÖNIGSLÖW, Katharina. 'Let's Talk about Europe'. **European Journal of Communication**, v. 24, n. 1, p. 27–48, 2009. DOI: 10.1177/0267323108098944.
- BUKY, Erik P. Media Credibility Reconsidered: Synergy Effects between On-Air and Online News. **Journalism & Mass Communication Quarterly**, v. 80, n. 2, p. 247–264, 2003. DOI: 10.1177/107769900308000202.
- BULL, Peter; ELLIOTT, Judy. Level of Threat. **Journal of Language and Social Psychology**, v. 17, n. 2, p. 220–244, 1998. DOI: 10.1177/0261927X980172005.
- BURNETT, Stanton; MANTOVANI, Luca. **The Italian Guillotine: Operation Clean Hands and the Overthrow of Italy's First Republic**. Lanham: Rowman & Littlefield, 1998.
- CAMAJ, Lindita. From 'window dressing' to 'door openers'? Freedom of Information legislation, public demand, and state compliance in South East Europe. **Government Information Quarterly**, v. 33, n. 2, p. 346–357, 2016. DOI: 10.1016/j.giq.2016.03.001.
- CAMAJ, Lindita. Blurring the boundaries between journalism and activism: A transparency agenda-building case study from Bulgaria. **Journalism**, v. 19, n. 7, p. 994–1010, 2018. DOI: 10.1177/1464884916677757.
- CAMMAERTS, Bart; DECILLIA, Brooks; MAGALHÃES, João Carlos. Journalistic transgressions in the representation of Jeremy Corbyn: From watchdog to attackdog. **Journalism**, v. 21, n. 2, p. 191–208, 2020. DOI: 10.1177/1464884917734055.
- CAPLE, Helen; BEDNAREK, Monika. Rethinking news values: What a discursive approach can tell us about the construction of news discourse and news photography. **Journalism: Theory, Practice & Criticism**, v. 17, n. 4, p. 435–455, 2016. DOI: 10.1177/1464884914568078.
- CAPUTO, Victor. Programa do Facebook de checagem de notícias chega ao Brasil. **Exame**, 2019.

CARATELLI, Simone. **L'evoluzione del principio di trasparenza nella Pubblica Amministrazione**. 2019. [S. l.], 2019.

ÇARKOĞLU, Ali; BARUH, Lemi; YILDIRIM, Kerem. Press-Party Parallelism and Polarization of News Media during an Election Campaign. **The International Journal of Press/Politics**, v. 19, n. 3, p. 295–317, 2014. DOI: 10.1177/1940161214528994.

CARLOMAGNO, Márcio C.; ROCHA, Leonardo Caetano Da. Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 7, n. 1, 2016. DOI: 10.5380/recp.v7i1.45771.

CARLSON, Matt. The Information Politics of Journalism in a Post-Truth Age. **Journalism Studies**, v. 19, n. 13, p. 1879–1888, 2018. DOI: 10.1080/1461670X.2018.1494513.

CAZETTA, Jhonny. **O Fact-Checking Luso-Brasileiro: Uma Análise dos Fact-Checkings credenciados no Brasil e em Portugal pela International Fact-Checking Network**. 2018. Universidade do Porto, [S. l.], 2018.

CERON, Andrea; NEGRI, Fedra. Trade Unions and Political Parties in Italy (1946–2014): Ideological Positions and Critical Junctures. **South European Society and Politics**, v. 22, n. 4, p. 491–508, 2017. DOI: 10.1080/13608746.2017.1396037.

CERVI, Emerson Urizzi. **Métodos quantitativos aplicados às Ciências Sociais**. Curitiba: PPGCP, 2013.

CERVI, Emerson Urizzi; MASSUCHIN, Michele Goulart. Metodologia quantitativa em pesquisas sobre cobertura jornalística: análise da eleição municipal de 2012 na Folha de S. Paulo. **Revista FAMECOS**, v. 20, n. 3, p. 840, 2014. DOI: 10.15448/1980-3729.2013.3.13324.

CHAGAS, Viktor; FREIRE, Fernanda Alcântara; RIOS, Daniel; MAGALHÃES, Dandara. A política dos memes e os memes da política: proposta metodológica de análise de conteúdo de memes dos debates eleitorais de 2014 / The meme politics and the political memes: methodological proposal for a content analysis of internet memes from 2014 elect. **Intexto**, n. 38, p. 173, 2017. DOI: 10.19132/1807-8583201738.173-196.

CHERUIYOT, David; FERRER-CONILL, Raul. “Fact-Checking Africa”. **Digital Journalism**, v. 6, n. 8, p. 964–975, 2018. DOI: 10.1080/21670811.2018.1493940.

CHIANG, Chun Fang; KNIGHT, Brian. Media bias and influence: Evidence from newspaper endorsements. **Review of Economic Studies**, v. 78, n. 3, p. 795–820, 2011. DOI: 10.1093/restud/rdq037.

CHIARAMONTE, Alessandro; EMANUELE, Vincenzo. Party system volatility, regeneration and de-institutionalization in Western Europe (1945–2015). **Party Politics**, v. 23, n. 4, p. 376–388, 2017. DOI: 10.1177/1354068815601330.

CHOI, Sujin; KIM, Jeongseob. Online news flow: Temporal/spatial exploitation and credibility. **Journalism: Theory, Practice & Criticism**, v. 18, n. 9, p. 1184–1205, 2017. DOI: 10.1177/1464884916648096.

CHRISTIANS, Clifford; GLASSER, Theodore; MCQUAIL, Denis. **Normative**

Theories of the Media: Journalism in Democratic Societies. Urbana: University of Illinois Press, 2009.

CHUNG, Chung Joo; NAM, Yoonjae; STEFANONE, Michael A. Exploring Online News Credibility: The Relative Influence of Traditional and Technological Factors. **Journal of Computer-Mediated Communication**, v. 17, n. 2, p. 171–186, 2012. DOI: 10.1111/j.1083-6101.2011.01565.x.

CICATIELLO, Lorenzo; DE SIMONE, Elina; GAETA, Giuseppe Lucio. Cross-Country Heterogeneity in Government Transparency and Citizens' Political Efficacy: A Multilevel Empirical Analysis. **Administration & Society**, v. 50, n. 4, p. 595–623, 2018. DOI: 10.1177/0095399716666356.

CLAYMAN, Steven E. Tribune of the people: maintaining the legitimacy of aggressive journalism. **Media, Culture & Society**, v. 24, n. 2, p. 197–216, 2002. DOI: 10.1177/016344370202400203.

CLAYMAN, Steven E.; ELLIOTT, Marc N.; HERITAGE, John; BECKETT, Megan K. The President's Questioners. **The International Journal of Press/Politics**, v. 17, n. 1, p. 100–121, 2012. DOI: 10.1177/1940161211420867.

CLAYMAN, Steven E.; FOX, Matthew P. Hardballs and softballs. **Journal of Language and Politics**, v. 16, n. 1, p. 19–39, 2017. DOI: 10.1075/jlp.16.1.02cla.

CLAYMAN, Steven E.; HERITAGE, John; ELLIOTT, Marc N.; MCDONALD, Laurie L. When does the watchdog bark? Conditions of aggressive questioning in presidential news conferences. **American Sociological Review**, v. 72, n. 1, p. 23–41, 2007. DOI: 10.1177/000312240707200102.

CLAYMAN, Steven E.; REISNER, Ann. Gatekeeping in Action: Editorial Conferences and Assessments of Newsworthiness. **American Sociological Review**, v. 63, n. 2, p. 178, 1998. DOI: 10.2307/2657322.

CLAYTON, Katherine et al. Real Solutions for Fake News? Measuring the Effectiveness of General Warnings and Fact-Check Tags in Reducing Belief in False Stories on Social Media. **Political Behavior**, v. 42, n. 4, p. 1073–1095, 2020.

COLEMAN, Stephen. New mediation and direct representation: reconceptualizing representation in the digital age. **New Media & Society**, v. 7, n. 2, p. 177–198, 2005. DOI: 10.1177/1461444805050745.

CONCEIÇÃO, Desiree Luise; SEGURADO, Rosemary. Fact-checking: uma análise da checagem de informação política do projeto Truco! **Estudos de Sociologia**, v. 25, n. 48, 2020.

COOK, Timothy E. **Governing with the news: the news media as a political institution.** Chicago: Chicago University Press, 2005.

COOK, Timothy E. O jornalismo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 6, p. 203–247, 2011. DOI: 10.1590/s0103-33522011000200009.

CORNIA, Alessio. The Europeanization of Mediterranean journalistic practices and the Italianization of Brussels: Dynamics of the interaction between EU institutions and national journalistic cultures. **European Journal of Communication**, v. 25, n. 4, p.

366–381, 2010. DOI: 10.1177/0267323110384255.

CORONEL, Sheila. Corruption and the Watchdog Role of the News Media. *In*: NORRIS, Pippa (org.). **Public Sentinel: News Media & Governance Reform**. World Bank ed. Washington, DC. p. 111–136.

COSTA, Rafael Rodrigues; SILVA, Naiana Rodrigues; LAVOR, Thays Mariana. O saber e o fazer jornalismo de dados no Ceará: um estudo sobre formação profissional e o uso de técnicas e ferramentas. *In*: **Anais do V Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo**, 2018.

COUTINHO, Felipe. Ministério dificulta acesso a informações sobre parcerias. **Folha de S. Paulo**, 2014.

CUSHION, Stephen. Truly International? **Journalism Practice**, v. 2, n. 2, p. 280–293, 2008. DOI: 10.1080/17512780801999477.

DALMONTE, Edson Fernando. O blog da Petrobras e o jornalismo: de que aspectos éticos estamos falando? **Brazilian Journalism Research**, v. 6, n. 2, p. 59–69, 2010. DOI: 10.25200/BJR.v6n2.2010.24.

DAVIES, Chris Lawe. Journalism, Corporatism, Democracy. **Media International Australia**, v. 90, n. 1, p. 53–64, 1999. DOI: 10.1177/1329878X9909000108.

DAVIS, Aeron. Journalist–source relations, mediated reflexivity and the politics of politics. **Journalism Studies**, v. 10, n. 2, p. 204–219, 2009. DOI: 10.1080/14616700802580540.

DE BRUIN, Kiki; DE HAAN, Yael; KRUIKEMEIER, Sanne; LECHERER, Sophie; GOUTIER, Nele. A first-person promise? A content-analysis of immersive journalistic productions. **Journalism**, p. 146488492092200, 2020. DOI: 10.1177/1464884920922006.

DE CARVALHO, Carlos Alberto. Reflexividade e Jornalismo: algumas aproximações. **Revista FAMECOS**, v. 15, n. 36, p. 77, 2008. DOI: 10.15448/1980-3729.2008.36.4418.

DE MAYO, Mariana; TORRES GONZÁLEZ, Gustavo. An introductory look at the Paraguayan news media. **Lumina**, v. 13, n. 2, p. 55–72, 2019. DOI: 10.34019/1981-4070.2019.v13.27761.

DE OLIVEIRA, Marilyn Escobar; MUNEIRO, Lilian Carla. A COBERTURA DA FOLHA DE S.PAULO SOBRE O POSSÍ-VEL TERCEIRO MANDATO DO PRESIDENTE LULA. **Revista Brasileira de Marketing**, v. 7, n. 2, p. 145–152, 2009. DOI: 10.5585/remark.v7i2.1316.

DE PINHO, José Antonio Gomes. Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: Muita tecnologia, pouca democracia. **Revista de Administracao Publica**, v. 42, n. 3, p. 471–493, 2008. DOI: 10.1590/s0034-76122008000300003.

DINDLER, Camilla. **Negotiating political news: The two phases of off-the-record interaction**. **Journalism**, 2015. DOI: 10.1177/1464884914555963.

DONOHUE, George A.; TICHENOR, Phillip J.; OLIEN, Clarice N. A Guard Dog

Perspective on the Role of Media. **Journal of Communication**, v. 45, n. 2, p. 115–132, 1995. DOI: 10.1111/j.1460-2466.1995.tb00732.x.

DOURADO, Jacqueline Lima; ALENCAR, Marta Thais. Agência Lupa: fact-checking como modelo de negócio na Internet. **Comunicação & Inovação**, v. 21, n. 46, p. 105–123, 2020.

DOURADO, Tatiana Maria. Fact-checking como possibilidade de media accountability sobre o discurso político? **Compólitica**, v. 9, n. 2, p. 93–112, 2019. DOI: 10.21878/compolitica.2019.9.2.143.

DUNAWAY, Johanna; LAWRENCE, Regina G. What Predicts the Game Frame? Media Ownership, Electoral Context, and Campaign News. **Political Communication**, v. 32, n. 1, p. 43–60, 2015. DOI: 10.1080/10584609.2014.880975.

DUTRA, Luma Poletti; PAULINO, Fernando Oliveira. Direito à informação em pauta: lei de acesso e jornais impressos. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 11, n. 21, 2014.

EBERWEIN, Tobias. Press Councils. *In: The International Encyclopedia of Journalism Studies*. Hoboken, NJ, USA: Wiley, 2019. p. 1–8. DOI: 10.1002/9781118841570.iejs0103

EBERWEIN, Tobias; PORLEZZA, Colin; SPLENDORE, Sergio. Media as Political Actors. *In: The International Encyclopedia of Political Communication*. Hoboken, NJ, USA: John Wiley & Sons, Inc., 2016. p. 1–9. DOI: 10.1002/9781118541555.wbiepc173.

EKMAN, Mattias; WIDHOLM, Andreas. Politicians as Media Producers. **Journalism Practice**, v. 9, n. 1, p. 78–91, 2015. DOI: 10.1080/17512786.2014.928467.

EKSTROM, Mats; TOLSON, Andrew. Political Interviews: Pushing the Boundaries of ‘Neutrality’. *In: EKSTROM, Mats; FIRMSTONE, Julie (org.). The Mediated Politics of Europe*. New York: Springer International Publishing, 2017. p. 123–149.

EL ISSAWI, Fatima; CAMMAERTS, Bart. Shifting journalistic roles in democratic transitions: Lessons from Egypt. **Journalism: Theory, Practice & Criticism**, v. 17, n. 5, p. 549–566, 2016. DOI: 10.1177/1464884915576732.

ELDRIDGE, Scott A. “Thank god for Deadspin ”: Interlopers, metajournalistic commentary, and fake news through the lens of “journalistic realization”. **New Media & Society**, v. 21, n. 4, p. 856–878, 2019. a. DOI: 10.1177/1461444818809461.

ELDRIDGE, Scott A. 21st-Century Journalism: Digital. *In: The International Encyclopedia of Journalism Studies*. Hoboken, NJ, USA: Wiley, 2019. b. p. 1–7. DOI: 10.1002/9781118841570.iejs0152.

EMANUELE, Vincenzo; CHIARAMONTE, Alessandro. Going out of the ordinary. The de-institutionalization of the Italian party system in comparative perspective. **Contemporary Italian Politics**, v. 12, n. 1, p. 4–22, 2020. DOI: 10.1080/23248823.2020.1711608.

ENGESSER, Sven; ERNST, Nicole; ESSER, Frank; BÜCHEL, Florin. Populism and social media: how politicians spread a fragmented ideology. **Information**,

Communication & Society, v. 20, n. 8, p. 1109–1126, 2017. DOI: 10.1080/1369118X.2016.1207697.

ENTMAN, Robert M. Punctuating the Homogeneity of Institutionalized News: Abusing Prisoners at Abu Ghraib Versus Killing Civilians at Fallujah. **Political Communication**, v. 23, n. 2, p. 215–224, 2006. DOI: 10.1080/10584600600629844.

ERIKSSON, Göran. Adversarial moments: A study of short-form interviews in the news. **Journalism: Theory, Practice & Criticism**, v. 12, n. 1, p. 51–69, 2011. DOI: 10.1177/1464884910367588.

ERIKSSON, Göran; ÖSTMAN, Johan. Cooperative or Adversarial? Journalists' Enactment of the Watchdog Function in Political News Production. **The International Journal of Press/Politics**, v. 18, n. 3, p. 304–324, 2013. DOI: 10.1177/1940161213482493.

ETTEMA, James; GLASSER, Theodore. **On the Epistemology of Investigative Journalism**. [s.l.: s.n.].

ETZIONI, Amitai. Is Transparency the Best Disinfectant? **Journal of Political Philosophy**, v. 18, n. 4, p. 389–404, 2010. DOI: 10.1111/j.1467-9760.2010.00366.x.

FAIRBANKS, Jenille; PLOWMAN, Kenneth D.; RAWLINS, Brad L. Transparency in government communication. **Journal of Public Affairs**, v. 7, n. 1, p. 23–37, 2007. DOI: 10.1002/pa.245.

FELLE, Tom. Digital watchdogs? Data reporting and the news media's traditional 'fourth estate' function. **Journalism: Theory, Practice & Criticism**, v. 17, n. 1, p. 85–96, 2016. DOI: 10.1177/1464884915593246.

FELZMANN, Heike; FOSCH-VILLARONGA, Eduard; LUTZ, Christoph; TAMOLARRIEUX, Aurelia. Robots and Transparency: The Multiple Dimensions of Transparency in the Context of Robot Technologies. **IEEE Robotics & Automation Magazine**, v. 26, n. 2, p. 71–78, 2019. DOI: 10.1109/MRA.2019.2904644.

FERRACIOLI, Paulo; MARQUES, Francisco Paulo Jamil. O Jornalismo como agente da transparência pública no Brasil: A cobertura noticiosa no caso da Lei de Acesso à Informação. **Observatorio (OBS*)**, v. 14, n. 2, 2020. a. DOI: 10.15847/obsOBS14220201514.

FERRACIOLI, Paulo; MARQUES, Francisco Paulo Jamil. Jornalismo, colaboração e interesse público. **E-Compós**, 2020. b. DOI: 10.30962/ec.2053.

FILGUEIRAS, Fernando. Além da transparência: accountability e política da publicidade. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 84, p. 65–94, 2011. DOI: 10.1590/S0102-64452011000300004.

FIORITOS, Orfeo; FALLETI, Tulia G.; SHEINGATE, Adam. Historical Institutionalism in Political Science. *In*: FIORITOS, Orfeo; FALLETI, Tulia G.; SHEINGATE, Adam (org.). **The Oxford Handbook of Historical Institutionalism**. Oxford, United Kingdom: Oxford University Press, 2016. v. 1. DOI: 10.1093/oxfordhb/9780199662814.013.1.

FISHER, Caroline. The advocacy continuum: Towards a theory of advocacy in

journalism. **Journalism: Theory, Practice & Criticism**, v. 17, n. 6, p. 711–726, 2016. DOI: 10.1177/1464884915582311.

FLETCHER, Richard; CORNIA, Alessio; NIELSEN, Rasmus Kleis. How Polarized Are Online and Offline News Audiences? A Comparative Analysis of Twelve Countries. **The International Journal of Press/Politics**, v. 25, n. 2, p. 169–195, 2020. DOI: 10.1177/1940161219892768.

FLEW, Terry; SPURGEON, Christina; DANIEL, Anna; SWIFT, Adam. The promise of computational journalism. **Journalism Practice**, v. 6, n. 2, p. 157–171, 2012. DOI: 10.1080/17512786.2011.616655.

FLYVERBOM, Mikkel. Sunlight in cyberspace? On transparency as a form of ordering. **European Journal of Social Theory**, v. 18, n. 2, p. 168–184, 2015. DOI: 10.1177/1368431014555258.

FLYVERBOM, Mikkel; CHRISTENSEN, Lars Thøger; HANSEN, Hans Krause. The transparency-power nexus: Observational and regularizing control. **Management Communication Quarterly**, v. 29, n. 3, p. 385–410, 2015. DOI: 10.1177/0893318915593116.

FONTCUBERTA, Mar De. **La noticia: Pistas para percibir el mundo**. Barcelona: Paidós, 1993.

FONTES, Giulia Sbaraini; FERRACIOLI, Paulo; KNISS, Andressa Buttore. Fake news e fact-checking nas eleições presidenciais de 2018: um estudo qualitativo sobre o projeto Comprova. In: ANAIS DO 8º COMPOLÍTICA 2019, Brasília. **Anais [...]**. Brasília

FONSECA, Virgínia Pradelina da Silveira; FREITAS, Fabiana; GEHRKE, Marília; SEIBT, Taís. Jornalismo guiado por dados como ferramenta de fact-checking: uma experiência laboratorial. **Comunicação & Inovação**, v. 19, n. 41, 2018. DOI: 10.13037/ci.vol19n41.5491.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir. Nascimento da prisão**. Petropolis: Vozes, 2016. v. 4 DOI: 10.18316/2318-8081.16.36.

FRANKLIN, Bob; HAMER, Martin; HANNA, Mark; KINSEY, Marie; RICHARDSON, John E. **Key concepts in journalism studies**. London ; Thousand Oaks: SAGE Publications, 2005. DOI: 10.4135/9781446215821.

FREITAS, Carolina. Mesmo com restrições médicas, Bolsonaro faz live de três minutos em hospital. **O Globo**, 2019.

FREITAS, Carla Miranda B. De. **A colaboração no jornalismo: do Arizona Project aos Panama Papers**. 2017. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, [S. l.], 2017.

FREITAS, Christiana Soares De; LIMA, Fernanda Fiuza; LIMA, Fernanda Queiroz. Os Desafios ao Desenvolvimento de um Ambiente para Participação Política Digital: o Caso de uma Comunidade Virtual Legislativa do Projeto e-Democracia no Brasil. **Organizações & Sociedade**, v. 22, n. 75, p. 639–658, 2015. DOI: 10.1590/1984-9230759.

FRÈRE, Marie-Soleil. Francophone Africa: The rise of ‘pluralist authoritarian’ media

- systems? **African Journalism Studies**, v. 36, n. 1, p. 103–112, 2015. DOI: 10.1080/23743670.2015.1008176.
- FRIDKIN, Kim; KENNEY, Patrick J.; WINTERSIECK, Amanda. Liar, Liar, Pants on Fire: How Fact-Checking Influences Citizens' Reactions to Negative Advertising. **Political Communication**, v. 32, n. 1, p. 127–151, 2015. DOI: 10.1080/10584609.2014.914613.
- FRITH, Simon; MEECH, Peter. Becoming a journalist. **Journalism: Theory, Practice & Criticism**, v. 8, n. 2, p. 137–164, 2007. DOI: 10.1177/1464884907074802.
- FUNG, Archon. Infotopia: Unleashing the democratic power of transparency. **Politics and Society**, v. 41, n. 2, p. 183–212, 2013. DOI: 10.1177/0032329213483107.
- FUNG, Archon; GRAHAM, Mary; WEIL, David. **Full disclosure: The perils and promise of transparency**. New York: Cambridge University Press, 2007. DOI: 10.1017/CBO9780511510533.
- FUNG, Archon; RUSSON GILMAN, Hollie; SHKABATUR, Jennifer. Six Models for the Internet + Politics. **International Studies Review**, v. 15, n. 1, p. 30–47, 2013. DOI: 10.1111/misr.12028.
- GALETTA, Diana-Urania. Accesso civico e trasparenza della Pubblica Amministrazione alla luce delle (previste) modifiche alle disposizioni del D. Lgs. n. 33/2013. **Federalismi.it**, n. 5, 2016.
- GARRETT, R. Kelly; NISBET, Erik C.; LYNCH, Emily K. Undermining the Corrective Effects of Media-Based Political Fact Checking? The Role of Contextual Cues and Naïve Theory. **Journal of Communication**, v. 63, n. 4, p. 617–637, 2013. DOI: 10.1111/jcom.12038.
- GERALDES, Elen; SOUSA, Janara; NEGRINI, Vanessa. O impacto da Lei de Acesso a Informação nas relações entre os jornalistas e as assessorias de comunicação governamentais. In: VIICONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA 2017, Porto Alegre-RS. **Anais [...]**. Porto Alegre-RS
- GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.
- GINOSAR, Avshalom; REICH, Zvi. Obsessive–Activist Journalists: A New Model of Journalism? **Journalism Practice**, p. 1–21, 2020. DOI: 10.1080/17512786.2020.1816488.
- GIORDANO, Benito. Italian regionalism or ‘Padanian’ nationalism — the political project of the Lega Nord in Italian politics. **Political Geography**, v. 19, n. 4, p. 445–471, 2000. DOI: 10.1016/S0962-6298(99)00088-8.
- GNISCI, Augusto; DI CONZA, Angiola; ZOLLO, P. Political journalism as a democracy watchman. In: HERRMANN, Peter (org.). **Democracy in theory and action**. New York: Nova Publishers, 2011.
- GNISCI, Augusto; VAN DALEN, Arjen; DI CONZA, Angiola. Interviews in a Polarized Television Market: The Anglo-American Watchdog Model Put to the Test.

Political Communication, v. 31, n. 1, p. 112–130, 2014. DOI: 10.1080/10584609.2012.747190.

GNISCI, Augusto; ZOLLO, Pierpaolo; PERUGINI, Marco; DI CONZA, Angiola. A comparative study of toughness and neutrality in Italian and English political interviews. **Journal of Pragmatics**, v. 50, n. 1, p. 152–167, 2013. DOI: 10.1016/j.pragma.2013.01.009.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

GOMES, Wilson. Democracia digital: que democracia? *In*: II ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA 2007, **Anais [...]**. [s.l.: s.n.]

GOMES, Wilson. Entrevistas com candidatos a presidente transmitidas “ao vivo” em telejornais: o modelo teórico-metodológico da mediação jornalística. **Compólitica**, v. 2, n. 2, p. 5–26, 2013. DOI: 10.21878/compolitica.2012.2.2.29.

GOMES, Wilson; AMORIM, Paula Karini Dias Ferreira; ALMADA, Maria Paula. Novos desafios para a ideia de transparência pública. **E-Compós**, v. 21, n. 2, 2018. DOI: 10.30962/ec.1446.

GONÇALVES, Francisco Eduardo; STACCIARINI, Isa Coelho; NASCIMENTO, Solano. O uso da LAI por jornalistas: uma análise de requerentes, pedidos e respostas. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 15, n. 2, p. 130–140, 2019. DOI: 10.5007/1984-6924.2018v15n2p130.

GRAVES, Lucas. **Deciding what’s true: The rise of political fact-checking in American journalism**. New York: Columbia University Press, 2016.

GRAVES, Lucas. Boundaries Not Drawn: Mapping the institutional roots of the global fact-checking movement. **Journalism Studies**, v. 19, n. 5, p. 613–631, 2018. DOI: 10.1080/1461670X.2016.1196602.

GRAVES, Lucas; NYHAN, Brendan; REIFLER, Jason. Understanding Innovations in Journalistic Practice: A Field Experiment Examining Motivations for Fact-Checking. **Journal of Communication**, v. 66, n. 1, p. 102–138, 2016. DOI: 10.1111/jcom.12198.

GREENACRE, Michael. **Correspondence analysis in practice**. London: CRC Press, 2017.

GRIMMELIKHUIJSEN, Stephan; PORUMBESCU, Gregory; HONG, Boram; IM, Tobin. The effect of transparency on trust in government: A cross-national comparative experiment. **Public Administration Review**, v. 73, n. 4, p. 575–586, 2013. DOI: 10.1111/puar.12047.

GUAZINA, Liziane. **Jornalismo em busca da credibilidade: a cobertura adversária do Jornal Nacional no Escândalo do Mensalão**. 2011. Universidade de Brasília, [S.l.], 2011.

GUERRERO, Manuel Alejandro; MÁRQUEZ-RAMÍREZ, Mireya. **Media Systems and Communication Policies in Latin America**. London: Palgrave Macmillan UK, 2014. DOI: 10.1057/9781137409058.

- GUHA, Sreya. Related Fact Checks: a tool for combating fake news. 2017.
- GUILLAMÓN, María-Dolores; RÍOS, Ana-María; GESUELE, Benedetta; METALLO, Concetta. Factors influencing social media use in local governments: The case of Italy and Spain. **Government Information Quarterly**, v. 33, n. 3, p. 460–471, 2016. DOI: 10.1016/j.giq.2016.06.005.
- GUREVITCH, M.; BLUMLER, Jay. Politicians and the Press: An Essay on Role Relationships. *In*: NIMMO, Dan; SANDER, Keith (org.). **Handbook of political communication**. New York: Sage Publications, 1981.
- HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 58, p. 193–223, 2003. DOI: 10.1590/s0102-64452003000100010.
- HALLIN, Daniel C. Media System. *In*: **The International Encyclopedia of Political Communication**. Hoboken, NJ, USA: Wiley, 2016. p. 1–12. DOI: 10.1002/9781118541555.wbiepc169.
- HALLIN, Daniel C. Comparative Research, System Change, and the Complexity of Media Systems. **International Journal of Communication**, v. 14, p. 5775–5786, 2020.
- HALLIN, Daniel C.; MANCINI, Paolo. **Comparing media systems: three models of media and politics**. Cambridge ; New York: Cambridge University Press, 2004. a.
- HALLIN, Daniel C.; MANCINI, Paolo. Americanization, Globalization, and Secularization: Understanding the Convergence of Media Systems and Political Communication. *In*: ESSER, Frank; PFETSCH, Barbara (org.). **Comparing Political Communication: theories, cases, and challenges**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. b.
- HALLIN, Daniel C.; MANCINI, Paolo. **Comparing Media Systems Beyond the Western World**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. a. DOI: 10.1017/CBO9781139005098.
- HALLIN, Daniel C.; MANCINI, Paolo. Comparing Media Systems: A Response to Critics. *In*: London: Routledge, 2011. b.
- HALLIN, Daniel C.; MANCINI, Paolo. Ten Years After Comparing Media Systems: What Have We Learned? **Political Communication**, v. 34, n. 2, p. 155–171, 2017. DOI: 10.1080/10584609.2016.1233158.
- HALLIN, Daniel C.; PAPATHANASSOPOULOS, Stylianos. Political clientelism and the media: Southern Europe and Latin America in comparative perspective. **Media, Culture & Society**, v. 24, n. 2, p. 175–195, 2002. DOI: 10.1177/016344370202400202.
- HANITZSCH, Thomas et al. MAPPING JOURNALISM CULTURES ACROSS NATIONS. **Journalism Studies**, v. 12, n. 3, p. 273–293, 2011. DOI: 10.1080/1461670X.2010.512502.
- HANITZSCH, Thomas; HANUSCH, Folker. **Worlds of Journalism**, 2016.
- HANITZSCH, Thomas; VOS, Tim P. Journalistic Roles and the Struggle Over Institutional Identity: The Discursive Constitution of Journalism. **Communication**

Theory, v. 27, n. 2, p. 115–135, 2017. DOI: 10.1111/comt.12112.

HANITZSCH, Thomas; VOS, Tim P. Journalism beyond democracy: A new look into journalistic roles in political and everyday life. **Journalism: Theory, Practice & Criticism**, v. 19, n. 2, p. 146–164, 2018. DOI: 10.1177/1464884916673386.

HANUSCH, Folker; VOS, Tim P. Charting the development of a field: A systematic review of comparative studies of journalism. **International Communication Gazette**, p. 1–23, 2019. DOI: 10.1177/1748048518822606.

HAQUE, Md Mahfuzul. Fact-checking Initiatives in Bangladesh, India, and Nepal: A Study of User Engagement and Challenges. *In*: PROCEEDINGS OF COMPUTATION+JOURNALISM SYMPOSIUM 2019, **Anais [...]**. [s.l.: s.n.]

HARCUP, Tony; O'NEILL, Deirdre. What is News? **Journalism Studies**, v. 18, n. 12, p. 1470–1488, 2017. DOI: 10.1080/1461670X.2016.1150193.

HECLO, Hugh. Thinking Institutionally. *In*: RHODES, R.; BINDER, Sarah; ROCKMAN, Bert (org.). **The Oxford Handbook of Political Institutions**. Oxford, United Kingdom: Oxford University Press, 2006.

HELD, David. **Modelos de Democracia**. Belo Horizonte: Paideia, 1987.

HELLMUELLER, Lea; MELLADO, Claudia. Watchdogs in Chile and the United States: Comparing the networks of sources and journalistic role performances. **International Journal of Communication**, v. 10, p. 3261–3280, 2016.

HERKMAN, Juha. The structural transformation of the Democratic Corporatist model: The case of Finland. **Javnost**, v. 16, n. 4, p. 73–90, 2009. DOI: 10.1080/13183222.2009.11009015.

HERMIDA, Alfred. TWEETS AND TRUTH. **Journalism Practice**, v. 6, n. 5–6, p. 659–668, 2012. DOI: 10.1080/17512786.2012.667269.

HIGGINS, Michael. The “Public Inquisitor” as Media Celebrity. **Cultural Politics: an International Journal**, v. 6, n. 1, p. 93–109, 2010. DOI: 10.2752/175174310x12549254318863.

HIMELBOIM, Itai; LIMOR, Yehiel. Media Institutions, News Organizations, and the Journalistic Social Role Worldwide: A Cross-National and Cross-Organizational Study of Codes of Ethics. **Mass Communication and Society**, v. 14, n. 1, p. 71–92, 2010. DOI: 10.1080/15205430903359719.

HOLTZ-BACHA, Christina; LANGER, Ana Ines; MERKLE, Susanne. The personalization of politics in comparative perspective: Campaign coverage in Germany and the United Kingdom. **European Journal of Communication**, v. 29, n. 2, p. 153–170, 2014. DOI: 10.1177/0267323113516727.

HOOD, Christopher. What happens when transparency meets blame-avoidance? **Public Management Review**, v. 9, n. 2, p. 191–210, 2007. DOI: 10.1080/14719030701340275.

HOOD, Christopher. Accountability and Transparency: Siamese Twins, Matching Parts, Awkward Couple? **West European Politics**, v. 33, n. 5, p. 989–1009, 2010. DOI:

10.1080/01402382.2010.486122.

HOOD, Christopher; HEALD, David. **Transparency: The Key to Better Governance?** London : British Academy, 2006. v. 135

HOWARD, Alexander. **The Art and Science of Data-Driven Journalism.** New York.

HUGHES, Sallie; GARCÉS, Miguel; MÁRQUEZ-RAMÍREZ, Mireya; ARROYAVE, Jesús. Rethinking professional autonomy: Autonomy to develop and to publish news in Mexico and Colombia. **Journalism**, v. 18, n. 8, p. 956–976, 2017. a. DOI: 10.1177/1464884916659409.

HUGHES, Sallie; LAWSON, Chappell. **The barriers to media opening in Latin America****Political Communication**, 2005. DOI: 10.1080/10584600590908410.

HUGHES, Sallie; MÁRQUEZ-RAMÍREZ, Mireya. Examining the Practices That Mexican Journalists Employ to Reduce Risk in a Context of Violence. **International Journal of Communication**, n. 11, p. 499–521, 2017.

HUGHES, Sallie; MELLADO, Claudia; ARROYAVE, Jesús; BENITEZ, José Luis; DE BEER, Arnold; GARCÉS, Miguel; LANG, Katharina; MÁRQUEZ-RAMÍREZ, Mireya. Expanding Influences Research to Insecure Democracies. **Journalism Studies**, v. 18, n. 5, p. 645–665, 2017. b. DOI: 10.1080/1461670X.2016.1266278.

HUMANES, María Luisa; ROSES, Sergio. Journalistic Role Performance in the Spanish National Press. **International Journal of Communication**, v. 12, p. 22, 2018.

HUMPRECHT, Edda. Where ‘fake news’ flourishes: a comparison across four Western democracies. **Information, Communication & Society**, v. 22, n. 13, p. 1973–1988, 2019. DOI: 10.1080/1369118X.2018.1474241.

IBELEMA, Minabere. The press as a watchdog of the people: Revisiting a theoretical triad. **Ecquid Novi: African Journalism Studies**, v. 33, n. 2, p. 4–19, 2012. DOI: 10.1080/02560054.2012.684394.

Identidade revelada: entraves na busca por informação pública no Brasil. São Paulo: Article 19, 2018.

INGRAM, Matthew. Most Americans say they have lost trust in the media. **Columbia Journalism Review**, 2018.

INGRAMS, Alex. Transparency. *In*: FARAZMAND, Ali (org.). **Global Encyclopedia of Public Administration, Public Policy, and Governance.** Cham: Springer International Publishing, 2016.

JAEGER, Paul T.; BERTOT, John Carlo. Transparency and technological change: Ensuring equal and sustained public access to government information. **Government Information Quarterly**, v. 27, n. 4, p. 371–376, 2010. DOI: 10.1016/j.giq.2010.05.003.

KALOGEROPOULOS, Antonis; SVENSSON, Helle Mølgaard; VAN DALEN, Arjen; DE VREESE, Claes; ALBÆK, Erik. Are watchdogs doing their business? Media coverage of economic news. **Journalism: Theory, Practice & Criticism**, v. 16, n. 8, p. 993–1009, 2015. DOI: 10.1177/1464884914554167.

KAPLAN, Richard L. The News About New Institutionalism: Journalism's Ethic of Objectivity and Its Political Origins. **Political Communication**, v. 23, n. 2, p. 173–185, 2006. DOI: 10.1080/10584600600629737.

KASHYAP, Geeta; BHASKARAN, Harikrishnan; MISHRA, Harsh. “We need to find a revenue model”: Data journalists' perceptions on the challenges of practicing data journalism in India. **Observatorio (OBS*)**, v. 14, n. 2, p. 121–136, 2020.

KELKAR, Shreeharsh. Post-truth and the Search for Objectivity: Political Polarization and the Remaking of Knowledge Production. **Engaging Science, Technology, and Society**, v. 5, p. 86, 2019. DOI: 10.17351/ests2019.268.

KEPPLINGER, Hans Mathias. Mediatization of Politics: Theory and Data. **Journal of Communication**, v. 52, n. 4, p. 972–986, 2002. DOI: 10.1111/j.1460-2466.2002.tb02584.x.

KEPPLINGER, Hans Mathias; KÖCHER, Renate. Professionalism in the Media World? **European Journal of Communication**, v. 5, n. 2, p. 285–311, 1990. DOI: 10.1177/0267323190005002008.

KINGSTON, Jeff. Watchdog Journalism in Japan Rebounds but Still Compromised. **The Journal of Asian Studies**, v. 77, n. 4, p. 881–893, 2018. DOI: 10.1017/S002191181800253X.

KÖNIGSLÖW, Katharina Kleinen-von. Europe in crisis? Testing the stability and explanatory factors of the Europeanization of national public spheres. **International Communication Gazette**, v. 74, n. 5, p. 443–463, 2012. DOI: 10.1177/1748048512445153.

KNISS, Andressa Buttore. **Comunicação pública e transparência governamental em redes sociais digitais: o caso da controladoria-geral da união (CGU)**. 2019. UFPR, [S. l.], 2019.

KNOBEL, Beth. **The Watchdog Still Barks: how accountability reporting evolved for the digital age**. New York: Fordham University Press, 2018.

KRIPPENDORF, Klaus. **Content Analysis: An Introduction to its Methodology**. 3rd ed ed. Los Angeles ; London: SAGE, 2013. v. 79

KUBICEK, Herbert. Third-generation Freedom of Information in the context of e-government: the case of Bremen, Germany. In: AICHHOLZER, Georg (org.). **Public Sector Information in the Digital Age: Between Markets, Public Management And Citizens' Rights**. Cheltenham: Edward Elgar Pub, 2004.

KUNELIUS, Risto; REUNANEN, Esa. The Medium of the Media. **Javnost - The Public**, v. 19, n. 4, p. 5–24, 2012. DOI: 10.1080/13183222.2012.11009093.

LARSSON, Anders O.; KALSNES, Bente. ‘Of course we are on Facebook’: Use and non-use of social media among Swedish and Norwegian politicians. **European Journal of Communication**, v. 29, n. 6, p. 653–667, 2014. DOI: 10.1177/0267323114531383.

LARSSON, Stefan. Algorithmic governance and the need for consumer empowerment in data-driven markets. **Internet Policy Review**, v. 7, n. 2, 2018. DOI: 10.14763/2018.2.791.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Imprensa carioca nos anos 50: os anos dourados. In: ABREU, Alzira Alves (org.). **A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

LAUK, Epp. REFLECTIONS ON CHANGING PATTERNS OF JOURNALISM IN THE NEW EU COUNTRIES. **Journalism Studies**, v. 10, n. 1, p. 69–84, 2009. DOI: 10.1080/14616700802560542.

LAWRENCE, Regina G. Seeing the Whole Board: New Institutional Analysis of News Content. **Political Communication**, v. 23, n. 2, p. 225–230, 2006. DOI: 10.1080/10584600600629851.

LELKES, Yphtach. Winners, Losers, and the Press: The Relationship Between Political Parallelism and the Legitimacy Gap. **Political Communication**, v. 33, n. 4, p. 523–543, 2016. DOI: 10.1080/10584609.2015.1117031.

LELO, Thales Vilela. A influência do partidarismo na recepção de fake news e fact-checking em contexto de polarização política. **Observatório**, v. 14, n. 3, p. 134-154, 2020.

LEWIS, Seth C. From Journalism to Information: The Transformation of the Knight Foundation and News Innovation. **Mass Communication and Society**, v. 15, n. 3, p. 309–334, 2012. DOI: 10.1080/15205436.2011.611607.

LEWIS, Seth C.; USHER, Nikki. Code, Collaboration, And The Future Of Journalism. **Digital Journalism**, v. 2, n. 3, p. 383–393, 2014. DOI: 10.1080/21670811.2014.895504.

LI, Mei. Highlights, trends and patterns in Asian international communication research in the twenty-first century. **The Journal of International Communication**, v. 26, n. 2, p. 238–259, 2020. DOI: 10.1080/13216597.2020.1780461.

LIDBERG, Johan. The International Freedom of Information Index: A Watchdog of Transparency in Practice. **Nordicom Review**, v. 30, n. 1, p. 167–182, 2009.

LIMA, Melina Pompeu; ABDALLA, Marcio Moutinho; OLIVEIRA, Leonel Gois. A avaliação da transparência ativa e passiva das universidades públicas federais do Brasil à luz da Lei de Acesso à Informação. **Revista do Serviço Público**, v. 71, n. 3, p. 232–263, 2020. DOI: 10.21874/rsp.v71.i0.4662.

LINDELL, Johan. Mediapolis, where art thou? Mediated cosmopolitanism in three media systems between 2002 and 2010. **International Communication Gazette**, v. 77, n. 2, p. 189–207, 2015. DOI: 10.1177/1748048514564029.

LINDSTEDT, Catharina; NAURIN, Daniel. Transparency is not enough: Making transparency effective in reducing corruption. **International Political Science Review**, v. 31, n. 3, p. 301–322, 2010. DOI: 10.1177/0192512110377602.

LOOSEN, Wiebke; REIMER, Julius; DE SILVA-SCHMIDT, Fenja. Data-driven reporting: An on-going (r)evolution? An analysis of projects nominated for the Data Journalism Awards 2013–2016. **Journalism: Theory, Practice & Criticism**, p. 146488491773569, 2017. DOI: 10.1177/1464884917735691.

LOOSEN, Wiebke; REIMER, Julius; HÖLIG, Sascha. What Journalists Want and What

- They Ought to Do (In)Congruences Between Journalists' Role Conceptions and Audiences' Expectations. **Journalism Studies**, p. 1–31, 2020. DOI: 10.1080/1461670X.2020.1790026.
- LOTTERIA degli scontrini. **Diffendiamo L'Italia**. 2020.
- LOWREY, Wilson. INSTITUTIONALISM, NEWS ORGANIZATIONS AND INNOVATION. **Journalism Studies**, v. 12, n. 1, p. 64–79, 2011. DOI: 10.1080/1461670X.2010.511954.
- LÜCKMAN, Ana Paula; DA SILVEIRA FONSECA, Virginia Pradelina. Contexto e contextualização no Jornalismo: uma proposta conceitual. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 14, n. 2, p. 162–174, 2018. DOI: 10.5007/1984-6924.2017v14n2p162.
- MABILLARD, Vincent; PASQUIER, Martial. Transparency and trust in government (2007 - 2014): A comparative study. **NISPAcee Journal of Public Administration and Policy**, v. 9, n. 2, p. 69–92, 2016. DOI: 10.1515/nispa-2016-0015.
- MAESELE, Pieter; RAEIJMAEKERS, Daniëlle. Nothing on the news but the establishment blues? Toward a framework of depoliticization and agonistic media pluralism. **Journalism: Theory, Practice & Criticism**, p. 146488491773947, 2017. DOI: 10.1177/1464884917739476.
- MANCINI, Paolo. Instrumentalization of the media vs. political parallelism. **Chinese Journal of Communication**, v. 5, n. 3, p. 262–280, 2012. DOI: 10.1080/17544750.2012.701415.
- MANCINI, Paolo. Media Fragmentation, Party System, and Democracy. **The International Journal of Press/Politics**, v. 18, n. 1, p. 43–60, 2013. DOI: 10.1177/1940161212458200.
- MANCINI, Paolo. The News Media between Volatility and Hybridization. *In*: ZIELONKA, Jan (org.). **Media and Politics in New Democracies: Europe in a Comparative Perspective**. Oxford, United Kingdom: Oxford University Press, 2015.
- MANCINI, Paolo. Parallelism, Political. *In*: MAZZOLENI, Gianpietro (org.). **The International Encyclopedia of Political Communication**. London: Wiley, 2016. p. 1–5. DOI: 10.1002/9781118541555.wbiepc068.
- MANCINI, Paolo. Comparing Media Systems and the Digital Age. **International Journal of Communication**, v. 14, p. 5761–5774, 2020.
- MARCH, James; OLSEN, Johan. Elaborating the “New Institutionalism”. *In*: RHODES, R.; BINDER, Sarah; ROCKMAN, Bert (org.). **The Oxford Handbook of Political Institutions**. Oxford, United Kingdom: Oxford University Press, 2006.
- MARCOS-GARCÍA, Silvia; ALONSO-MUÑOZ, Laura; LÓPEZ-MERI, Amparo. Extending influence on social media: The behaviour of political talk-show opinion leaders on Twitter. **Communication & Society**, v. 33, n. 2, p. 277–293, 2020. DOI: 10.15581/003.33.2.277-293.
- MARGOLIN, Drew B.; HANNAK, Aniko; WEBER, Ingmar. Political Fact-Checking on Twitter: When Do Corrections Have an Effect? **Political Communication**, v. 35, n. 2, p. 196–219, 2018. DOI: 10.1080/10584609.2017.1334018.

- MARQUES, Francisco Paulo Jamil. **Participação política e Internet: Meios e oportunidades digitais de participação civil na democracia contemporânea, com um estudo do caso do estado brasileiro**. 2008. Universidade Federal da Bahia, [S. l.], 2008.
- MARQUES, Francisco Paulo Jamil. Internet e transparência política. *In*: MENDONÇA, Ricardo Fabrino; PEREIRA, Marcus Abilio Gomes; FILGUEIRAS, Fernando (org.). **Democracia digital – publicidade, instituições e confronto político**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.
- MARQUES, Francisco Paulo Jamil. A empresa jornalística como ator político: Um estudo quanti-qualitativo sobre o impeachment de Dilma Rousseff nos editoriais de Folha e Estadão. **Observatorio (OBS*)**, v. 12, n. 3, 2018. DOI: 10.15847/obsobs12320181166.
- MARQUES, Francisco Paulo Jamil. Government and e-participation programs: A study of the challenges faced by institutional projects. **First Monday**, 2010. DOI: 10.5210/fm.v15i8.2858.
- MARQUES, Francisco Paulo Jamil; MONT'ALVERNE, Camila. A opinião da empresa no Jornalismo brasileiro: Um estudo sobre a função e a influência política dos editoriais. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 12, n. 1, p. 121, 2014. DOI: 10.5007/1984-6924.2015v12n1p121.
- MARQUES, Francisco Paulo Jamil; MONT'ALVERNE, Camila. What are newspaper editorials interested in? Understanding the idea of criteria of editorial-worthiness. **Journalism**, p. 1–19, 2019. a. DOI: 10.1177/1464884919828503.
- MARQUES, Francisco Paulo Jamil; MONT'ALVERNE, Camila. What are newspaper editorials interested in? Understanding the idea of criteria of editorial-worthiness. **Journalism**, p. 146488491982850, 2019. b. DOI: 10.1177/1464884919828503.
- MARQUES, Francisco Paulo Jamil; MONT'ALVERNE, Camila; MITOZO, Isabele. Editorial journalism and political interests: Comparing the coverage of Dilma Rousseff's impeachment in Brazilian newspapers. **Journalism**, 2019. DOI: 10.1177/1464884919894126.
- MÁRQUEZ-RAMÍREZ, Mireya et al. Detached or Interventionist? Comparing the Performance of Watchdog Journalism in Transitional, Advanced and Non-democratic Countries. **The International Journal of Press/Politics**, v. 25, n. 1, p. 53–75, 2020. DOI: 10.1177/1940161219872155.
- MARRES, Noortje. Why We Can't Have Our Facts Back. **Engaging Science, Technology, and Society**, v. 4, p. 423, 2018. DOI: 10.17351/ests2018.188.
- MARSH, Kevin. The Illusion of Transparency. **The Political Quarterly**, v. 82, n. 4, p. 531–535, 2011. DOI: 10.1111/j.1467-923X.2011.02247.x.
- MASSUCHIN, Michele Goulart; SOUSA, Suzete Gaia De. Do impresso para as fanpages: linguagem e formato dos conteúdos dos jornais regionais brasileiros no Facebook a partir de uma perspectiva comparativa. **Observatorio (OBS*)**, v. 14, n. 1, p. 116–138, 2020.
- MASTRELLA, Bruna. A incorporação da transparência pelo Jornalismo Guiado por

Dados. **Temática**, v. 15, n. 12, p. 129–145, 2019.

MASULLO, Gina M.; CURRY, Alexander L.; WHIPPLE, Kelsey N.; MURRAY, Caroline. The Story Behind the Story: Examining Transparency About the Journalistic Process and News Outlet Credibility. **Journalism Practice**, p. 1–19, 2021. DOI: 10.1080/17512786.2020.1870529.

MATTONI, Alice; CECCOBELLI, Diego. Comparing hybrid media systems in the digital age: A theoretical framework for analysis. **European Journal of Communication**, v. 33, n. 5, p. 540–557, 2018. DOI: 10.1177/0267323118784831.

MAURER, Peter. In the grip of politics? How political journalists in France and Germany perceive political influence on their work. **Journalism**, v. 20, n. 9, p. 1242–1259, 2019. DOI: 10.1177/1464884917707139.

MAURER, Peter; RIEDL, Andreas. Why bite the hand that feeds you? Politicians' and journalists' perceptions of common conflicts. **Journalism**, p. 146488491989930, 2020. DOI: 10.1177/1464884919899304.

MAZZOLENI, Gianpietro; SCHULZ, Winfried. “Mediatization” of Politics: A Challenge for Democracy? **Political Communication**, v. 16, n. 3, p. 247–261, 1999. DOI: 10.1080/105846099198613.

MCCARGO, Duncan. The Political Impact of Mass Media. *In*: HALLIN, Daniel C.; MANCINI, Paolo (org.). **Comparing Media Systems Beyond the Western World**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

MCINTYRE, Karen. Solutions Journalism. **Journalism Practice**, v. 13, n. 1, p. 16–34, 2019. DOI: 10.1080/17512786.2017.1409647.

MCLEOD, Douglas M.; DETENBER, Benjamin H. Framing Effects of Television News Coverage of Social Protest. **Journal of Communication**, v. 49, n. 3, p. 3–23, 1999. DOI: 10.1111/j.1460-2466.1999.tb02802.x.

MCNAIR, Brian. Journalism and Democracy: a millennial audit. **Journalism Studies**, v. 1, n. 2, p. 197–211, 2000. DOI: 10.1080/14616700050028208.

MEDAGLIA, Rony. eParticipation Research: A Longitudinal Overview. *In*: **Electronic Participation**. [s.l.: s.n.]. p. 99–108. DOI: 10.1007/978-3-642-23333-3_9.

MEIJER, Albert. Understanding modern transparency. **International Review of Administrative Sciences**, v. 75, n. 2, p. 255–269, 2009. DOI: 10.1177/0020852309104175.

MEIJER, Albert. E-governance innovation: Barriers and strategies. **Government Information Quarterly**, v. 32, n. 2, p. 198–206, 2015. DOI: 10.1016/j.giq.2015.01.001.

MEIJER, Albert J.; CURTIN, Deirdre; HILLEBRANDT, Maarten. Open government: Connecting vision and voice. **International Review of Administrative Sciences**, v. 78, n. 1, p. 10–29, 2012. DOI: 10.1177/0020852311429533.

MEILÁN, Xabier; WU, H. Denis. Factoring media use into media system theory—An examination of 14 European nations (2002–2010). **International Communication Gazette**, v. 79, n. 5, p. 533–551, 2017. DOI: 10.1177/1748048516688132.

MELLADO, Claudia et al. Investigating the Gap between Newspaper Journalists' Role Conceptions and Role Performance in Nine European, Asian, and Latin American Countries. **The International Journal of Press/Politics**, v. 25, n. 4, p. 552–575, 2020. DOI: 10.1177/1940161220910106.

MELLADO, Claudia; HUMANES, María Luisa; MÁRQUEZ-RAMÍREZ, Mireya. The influence of journalistic role performance on objective reporting: A comparative study of Chilean, Mexican, and Spanish news. **International Communication Gazette**, v. 80, n. 3, p. 250–272, 2018. DOI: 10.1177/1748048517711673.

MELLADO, Claudia; VAN DALEN, Arjen. Changing Times, Changing Journalism: A Content Analysis of Journalistic Role Performances in a Transitional Democracy. **International Journal of Press/Politics**, v. 22, n. 2, p. 244–263, 2017. DOI: 10.1177/1940161217693395.

MELO, José Marques De; ASSIS, Francisco De. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 39, n. 1, p. 39–56, 2016. DOI: 10.1590/1809-5844201613.

MELTZER, Kimberly. Newspaper editorial boards and the practice of endorsing candidates for political office in the United States. **Journalism**, v. 8, n. 1, p. 83–103, 2007. DOI: 10.1177/1464884907072422.

MENG, Rachel; JUN, Youjung; JOHAR, Gita. Research: Being in a Group Makes Us Less Likely to Fact-Check. **Harvard Business Review**, 2017.

MERGEL, Ines. A framework for interpreting social media interactions in the public sector. **Government Information Quarterly**, v. 30, n. 4, p. 327–334, 2013. DOI: 10.1016/j.giq.2013.05.015.

MERSCH, Dieter. Obfuscated Transparency. *In: Transparency, Society and Subjectivity*. Cham: Springer International Publishing, 2018. p. 259–282. DOI: 10.1007/978-3-319-77161-8_13.

MICHENER, Gregory. Assessing Freedom of Information in Latin America a Decade Later: Illuminating a Transparency Causal Mechanism. **Latin American Politics and Society**, v. 57, n. 3, p. 77–99, 2015. DOI: 10.1111/j.1548-2456.2015.00275.x.

MICHENER, Gregory; CONTRERAS, Evelyn; NISKIER, Irene. From opacity to transparency? Evaluating access to information in Brazil five years later. **Revista de Administracao Publica**, v. 52, n. 4, p. 610–629, 2018. DOI: 10.1590/0034-761220170289.

MICHENER, Gregory; MONCAU, Luiz Fernando; VELASCO, Rafael. **The Brazilian State and transparency: evaluating the application of the access to information law**. Rio de Janeiro.

MICK, Jacques. Trabalho jornalístico e mundialização: problemas teórico-metodológicos. **Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo**, v. 6, n. 2, 2017.

MICK, Jacques. Profissionalismo e confiança: o curioso caso do país que acredita mais nos jornalistas do que na mídia. **Política & Sociedade**, v. 18, n. 43, p. 242–260, 2020. DOI: 10.5007/2175-7984.2019v18n43p242.

MICK, Jacques; SCHMITZ, Aldo. Pesquisa comparativa internacional em jornalismo: desafios teórico-metodológicos. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 14, n. 2, p. 62–74, 2018. DOI: 10.5007/1984-6924.2017v14n2p62.

MIGUEL, Luis Felipe. O jornalismo como sistema perito. **Tempo Social**, v. 11, n. 1, p. 197–208, 1999. DOI: 10.1590/S0103-20701999000100011.

MILLER, Gary; SCHOFIELD, Norman. The Transformation of the Republican and Democratic Party Coalitions in the U.S. **Perspectives on Politics**, v. 6, n. 3, p. 433–450, 2008.

MITOZO, Isabele; MARQUES, Francisco Paulo Jamil. Context Matters! Looking Beyond Platform Structure to Understand Citizen Deliberation on Brazil's Portal e-Democracia. **Policy and Internet**, v. 11, n. 3, p. 370–390, 2019. DOI: 10.1002/poi3.196.

MONT'ALVERNE, Camila. A quem se dirigem os editoriais? Um estudo acerca de personagens e instituições mencionadas pelos jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 23, p. 7–34, 2017. DOI: 10.1590/0103-335220172301.

MONT'ALVERNE, Camila; MARQUES, Francisco Paulo Jamil. Seria o Jornalismo adversário da política? Os editoriais de O Estado de S. Paulo sobre o Congresso Nacional brasileiro. **Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies**, v. 43, n. 3, p. 417–441, 2018. DOI: 10.1080/08263663.2018.1514099.

MONT'ALVERNE, Camila; MARQUES, Francisco Paulo Jamil. News Production Routines. In: VOS, Tim P.; HANUSCH, Folker (org.). **The International Encyclopedia of Journalism Studies**. Hoboken, EUA: John Wiley & Sons, Inc., 2019. p. 1–7. DOI: 10.1002/9781118841570.iejs0238.

MORO, Sérgio. Considerações sobre a operação Mani Pulite. **R. CEJ**, n. 26, p. 56–62, 2004.

MOSCA, Lorenzo. Democratic vision and online participatory spaces in the Italian Movimento 5 Stelle. **Acta Política**, v. 55, n. 1, p. 1–18, 2020. DOI: 10.1057/s41269-018-0096-y.

MUELLER, Christoph Emanuel; ENGEWALD, Bettina; HERR, Marius. Freedom of Information in Germany. In: **The Laws of Transparency in Action**. Cham: Springer International Publishing, 2019. p. 205–253. DOI: 10.1007/978-3-319-76460-3_6.

MULLEN, Andrew. Media performance in the 'age of austerity': British newspaper coverage of the 2008 financial crisis and its aftermath, 2008–2010. **Journalism**, 2018. DOI: 10.1177/1464884918805298.

NAI, Alessandro. Watchdog Press. In: VOS, Tim P. (org.). **The International Encyclopedia of Journalism Studies**. Massachusetts: Wiley, 2019.

NASCIMENTO, Solano Dos Santos; RODRIGUES, Georgete Medleg; KRAEMER, Luciana. A utilização da Lei de Acesso à Informação pela imprensa: análise dos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo. **Rumores**, v. 9, n. 18, p. 225, 2015.

DOI: 10.11606/issn.1982-677X.rum.2015.97261.

NEISSER, Fernando Gaspar. Fact-checking e o controle da propaganda eleitoral. **Ballot**, v. 1, n. 2, 2015. DOI: 10.12957/ballot.2015.22133.

NEUENDORF, Kimberly A.; KUMAR, Anup. Content Analysis. *In: **The International Encyclopedia of Political Communication***. Hoboken, EUA: Wiley, 2016. p. 1–10. DOI: 10.1002/9781118541555.wbiepc065.

NEUMAN, Laura. Enforcement models: content and context. *In: **Access to Information Working Paper Series***. Washington, D.C: World Bank, 2009.

NIELSEN, Rasmus K. The Absence of Structural Americanization: Media System Developments in Six Affluent Democracies, 2000-2009. **International Journal of Press/Politics**, v. 18, n. 4, p. 392–412, 2013. DOI: 10.1177/1940161213502285.

NINO, Ezequiel. **Access to public information and citizen participation in Supreme Audit Institutions (SAI)**. Washington, D.C.

NORRIS, Pippa. **Comparative Political Communications: Common Frameworks or Babelian Confusion? Government and Opposition**, 2009. DOI: 10.1111/j.1477-7053.2009.01290.x.

NORRIS, Pippa; ODUGBEMI, Sina. Evaluating Media Performance. *In: **Public Sentinel: News Media & Governance Reform***. Washington, D.C: Banco Mundial, 2010.

NORTON, Philip. Four models of political representation: British mps and the use of ICT. **Journal of Legislative Studies**, v. 13, n. 3, p. 354–369, 2007. DOI: 10.1080/13572330701500771.

Nosso Método. **Aos Fatos**, 2018.

NOZAL CANTARERO, Teresa; GONZÁLEZ-NEIRA, Ana; VALENTINI, Elena. Newspaper apps for tablets and smartphones in different media systems: A comparative analysis. **Journalism: Theory, Practice & Criticism**, p. 146488491773358, 2017. DOI: 10.1177/1464884917733589.

NWOKORA, Zim; ISAKHAN, Benjamin; PAN, Chengxin. The real fourth estate? Portrayals of Trump's rise in the foreign media of friendly countries. **Policy Studies**, p. 1–22, 2020. DOI: 10.1080/01442872.2020.1771297.

NYHAN, Brendan; REIFLER, Jason. **The Effects Of Fact-checking Threat: Results from a field experiment in the states**. 2013.

OELDORF-HIRSCH, Anne; SCHMIERBACH, Mike; APPELMAN, Alyssa; BOYLE, Michael P. The Ineffectiveness of Fact-Checking Labels on News Memes and Articles. **Mass Communication and Society**, v. 23, n. 5, p. 682–704, 2020. DOI: 10.1080/15205436.2020.1733613.

OLIVEIRA, Mariana. 64 jornalistas foram mortos no exercício da profissão no Brasil desde 1995, diz estudo do MP. **G1**, 2019.

- ÖREBRO, Larsåke Larsson. Journalists and Politicians: A relationship requiring manoeuvring space. **Journalism Studies**, v. 3, n. 1, p. 21–33, 2002. DOI: 10.1080/14616700120107310.
- OTT, Brian L. The age of Twitter: Donald J. Trump and the politics of debasement. **Critical Studies in Media Communication**, v. 34, n. 1, p. 59–68, 2017. DOI: 10.1080/15295036.2016.1266686.
- PAGE, Benjamin I. The Mass Media as Political Actors. **PS: Political Science and Politics**, v. 29, n. 1, p. 20, 1996. DOI: 10.2307/420185.
- PARASIE, Sylvain. Data-Driven Revelation? **Digital Journalism**, v. 3, n. 3, p. 364–380, 2015. DOI: 10.1080/21670811.2014.976408.
- PAREKH, Bhikhu. The Cultural Particularity of Liberal Democracy. **Political Studies**, v. 40, n. 1_suppl, p. 160–175, 1992. DOI: 10.1111/j.1467-9248.1992.tb01819.x.
- PARK, Chang Sup; GIL DE ZÚÑIGA, Homero. Learning about Politics from Mass Media and Social Media: Moderating Roles of Press Freedom and Public Service Broadcasting in 11 Countries. **International Journal of Public Opinion Research**, 2020. DOI: 10.1093/ijpor/edaa021.
- PARKS, Perry. Non-representational news: An intervention into pseudo-events. **Journalism: Theory, Practice & Criticism**, p. 146488491773699, 2017. DOI: 10.1177/1464884917736998.
- PARKS, Perry. The Ultimate News Value: Journalism Textbooks, the U.S. Presidency, and the Normalization of Donald Trump. **Journalism Studies**, v. 21, n. 4, p. 512–529, 2020. DOI: 10.1080/1461670X.2019.1686413.
- PATTERSON, Thomas E. The news media: An effective political actor? **Political Communication**, v. 14, n. 4, p. 445–455, 1997. DOI: 10.1080/105846097199245.
- PELIZZO, Riccardo; BABONES, Salvatore. The political economy of polarized pluralism. **Party Politics**, v. 13, n. 1, p. 53–67, 2007. DOI: 10.1177/1354068806071262.
- PEREIRA, Thatiany do Nascimento. Governos (in)visíveis e jornalismo mediador no Ceará: análise do uso de ferramentas de transparência pública como fontes de informação jornalística. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará. 2019.
- PERUŠKO, Zrinjka; ČUVALO, Antonija; VOZAB, Dina. Mediatization of journalism: Influence of the media system and media organization on journalistic practices in European digital mediascapes. **Journalism: Theory, Practice & Criticism**, p. 146488491774317, 2017. DOI: 10.1177/1464884917743176.
- PERUZZOTTI, Enrique; SMULOVITZ, Catalina. Held to Account: Experiences of Social Accountability in Latin America. **Journal of Human Development**, v. 3, n. 2, p. 209–230, 2002. DOI: 10.1080/14649880220147310.
- PIMENTEL, Pablo Silva; MARQUES, Francisco Paulo Jamil. De-Westernizing Media Parallelism: How Editorial Interests Unfold During Impeachment Crises. **Journalism Studies**, p. 1–23, 2021. DOI: 10.1080/1461670X.2020.1867000.

- PINA, Vicente; TORRES, Lourdes; ACERETE, Basilio. Are ICTs promoting government accountability?: A comparative analysis of e-governance developments in 19 OECD countries. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 18, n. 5, p. 583–602, 2007. DOI: 10.1016/j.cpa.2006.01.012.
- PINTO, Juliet. Muzzling the watchdog: The case of disappearing watchdog journalism from Argentine mainstream news. **Journalism**, v. 9, n. 6, p. 750–774, 2008. DOI: 10.1177/1464884908096244.
- PINTO, Pâmela Araujo. Mídia brasileira e a perspectiva regional: uma nova proposta de estudo exposta na análise dos mercados das regiões Norte e Sul. **Revista Compólitica**, v. 7, n. 2, 2017. DOI: 10.21878/compolitica.2017.7.2.32
- POGUNTKE, Thomas. Towards a new party system. **Party Politics**, v. 20, n. 6, p. 950–963, 2014. DOI: 10.1177/1354068812462925.
- PUEYO, Javier. Fact-checking en la prensa digital española ante las elecciones catalanas del 21-d: el caso de el confidencial. *In: LIBRO DE COMUNICACIONES DEL XIX CONGRESO DE PERIODISMO DIGITAL DE HUESCA 2019, Anais [...].* [s.l: s.n.]
- Quais são os riscos e os mitos em torno do fact-checking? **Agência Lupa**, 2015.
- RAEMY, Patric; VOS, Tim P. A Negotiative Theory of Journalistic Roles. **Communication Theory**, 2020. DOI: 10.1093/ct/qtaa030.
- RASMUSSEN, Anders Bo. The Americanization of Danish Journalism. **Nordicom Review**, v. 35, n. 1, p. 17–31, 2014. DOI: 10.2478/nor-2014-0002.
- REESE, Stephen D.; SHOEMAKER, Pamela J. A Media Sociology for the Networked Public Sphere: The Hierarchy of Influences Model. **Mass Communication and Society**, v. 19, n. 4, p. 389–410, 2016. DOI: 10.1080/15205436.2016.1174268.
- REGINATO, Gisele Dotto. As finalidades do jornalismo: percepções de veículos, jornalistas e leitores. **Revista FAMECOS**, v. 25, n. 3, p. 29349, 2018. DOI: 10.15448/1980-3729.2018.3.29349.
- RELLY, Jeannine E.; GONZÁLEZ DE BUSTAMANTE, Celeste. Silencing Mexico. **The International Journal of Press/Politics**, v. 19, n. 1, p. 108–131, 2014. DOI: 10.1177/1940161213509285.
- RELLY, Jeannine E.; GONZÁLEZ DE BUSTAMANTE, Celeste. Global and Domestic Networks Advancing Prospects for Institutional and Social Change: The Collective Action Response to Violence Against Journalists. **Journalism & Communication Monographs**, v. 19, n. 2, p. 84–152, 2017. DOI: 10.1177/1522637917702618.
- RESENDE, Walisson Da Costa; NASSIF, Mônica Erichsen. Aplicação da lei de acesso à informação em portais de transparência governamentais brasileiros. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 20, n. 42, p. 1, 2015. DOI: 10.5007/1518-2924.2015v20n42p1.
- ROBERTS, Alasdair. **Blacked out: Government secrecy in the information age.** Cambridge ; New York: Cambridge University Press, 2006. DOI: 10.1017/CBO9781139165518.

- ROBERTSON, Adi. Facebook fact-checking is becoming a political cudgel. **The Verge**, 2020.
- RODRIGUES, Fernando. **Pragmático, Palocci é cerebral e fez cálculo cartesiano para dedurar Lula**. 2017.
- ROSSI, George Bedinelli; SERRALVO, Francisco Antonio; JOAO, Belmiro Nascimento. Análise de Conteúdo. **Revista Brasileira de Marketing**, v. 13, n. 4, p. 39–48, 2014. DOI: 10.5585/remark.v13i4.2701.
- RUSCHEL TRÄSEL, Marcelo. Hacks and hackers: the ethos and beliefs of a group of Data-Driven Journalism professionals in Brazil. **Revista FAMECOS**, v. 25, n. 1, p. 27589, 2018. DOI: 10.15448/1980-3729.2018.1.27589.
- RYFE, David Michael. **Guest editor’s introduction: New institutionalism and the news****Political Communication**, 2006. DOI: 10.1080/10584600600728109.
- SAFAROV, Igbal; MEIJER, Albert; GRIMMELIKHUIJSEN, Stephan. Utilization of open government data: A systematic literature review of types, conditions, effects and users. **Information Polity**, v. 22, n. 1, p. 1–24, 2017. DOI: 10.3233/IP-160012.
- SAMPAIO, Rafael; LYCARIÃO, Diógenes. Eu quero acreditar! Da importância, formas de uso e limites dos testes de confiabilidade na Análise de Conteúdo. **Revista de Sociologia e Política**, v. 26, n. 66, p. 31–47, 2018. DOI: 10.1590/1678-987318266602.
- SANDERS, Elizabeth. Historical Institutionalism. *In*: RHODES, R.; BINDER, Sarah; ROCKMAN, Bert (org.). **The Oxford Handbook of Political Institutions**. Oxford, United Kingdom: Oxford University Press, 2006.
- SANTOS, Deivison Henrique de Freitas; MARQUES, Francisco Paulo Jamil; FONTES, Giulia Sbaraini. POLITICAL JOURNALISM BETWEEN NEWS AND OPINION: a comparative study of the 2018 Brazilian presidential elections. **Brazilian Journalism Research**, v. 16, n. 1, p. 122–151, 2020. DOI: 10.25200/BJR.v16n1.2020.1264.
- SCHAPALS, Aljosha Karim; PORLEZZA, Colin. Assistance or Resistance? Evaluating the Intersection of Automated Journalism and Journalistic Role Conceptions. **Media and Communication**, v. 8, n. 3, p. 16–26, 2020. DOI: 10.17645/mac.v8i3.3054.
- SCHIFFRIN, Anya. Global Muckraking. *In*: **The International Encyclopedia of Journalism Studies**. Hoboken, NJ, USA: Wiley, 2019. p. 1–5. DOI: 10.1002/9781118841570.iejs0154.
- SCHIFFRIN, Anya; FAGAN, Ryan. Are we all Keynesians now? The US press and the American Recovery Act of 2009. **Journalism: Theory, Practice & Criticism**, v. 14, n. 2, p. 151–172, 2013. DOI: 10.1177/1464884912458663.
- SCHUDSON, Michael. The objectivity norm in American journalism. **Journalism**, v. 2, n. 2, p. 149–170, 2001. DOI: 10.1177/146488490100200201.
- SCHUDSON, Michael. **The Power of News**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1995.
- SCHWAAB, Reges Toni. Para ler de perto o jornalismo: uma abordagem por meio de

dispositivos da análise do discurso. **Em Questão**, v. 13, n. 1, 2007.

SCOTT, William Richard. **Institutions and Organizations: Ideas, Interests, and Identities**. 4 ed. ed. Los Angeles, EUA: SAGE, 2013. v. 53

SEIBT, Taís. **Jornalismo de verificação como tipo ideal: a prática de fact-checking no Brasil**. 2019. Porto Alegre-RS, 2019.

SEIXAS, Lia. Teorias de jornalismo para gêneros jornalísticos. **Galáxia**, n. 25, p. 165–179, 2013.

SEYMOUR-URE, Colin. **The political impact of mass media**. London: Constable, 1974.

SHEAFF, Mike. Using FOI to Explore Governance and Decision-Making in the UK. *In: Freedom of Information and Social Science Research Design*. London: Routledge, 2019.

SHEHATA, Adam; STRÖMBÄCK, Jesper. A matter of context: A comparative study of media environments and news consumption gaps in Europe. **Political Communication**, v. 28, n. 1, p. 110–134, 2011. DOI: 10.1080/10584609.2010.543006.

SHUEN, Li-Chang. Jornalismo adversário: a crise do segundo mandato de Dilma Rousseff na capa do jornal. **E-Compós**, v. 22, 2018. DOI: 10.30962/ec.1511.

SIEBERT, Fred; PETERSON, Theodore; SCHRAMM, Wilbur. **Four Theories of the Press**. Chicago: University of Illinois Press, 1965.

SILVA, Carlos Eduardo Lins Da. **O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro**. São Paulo: Summus, 1991.

SILVA, Sivaldo. **Estado, democracia e internet: requisitos democráticos e dimensões analíticas para a interface digital do Estado**. 2009. UFBA, [S. l.], 2009.

SINGER, Jane. Border Patrol: The Rise and Role of Fact-Checkers and Their Challenge to Journalists' Normative Boundaries. **Journalism: theory, practice and criticism**, p. 1–29, 2020.

SKOVSGAARD, Morten; ALBÆK, Erik; BRO, Peter; DE VREESE, Claes. A reality check: How journalists' role perceptions impact their implementation of the objectivity norm. **Journalism: Theory, Practice & Criticism**, v. 14, n. 1, p. 22–42, 2013. DOI: 10.1177/1464884912442286.

SMYRNAIOS, Nikos; How infomediation platforms took over the news: a longitudinal perspective. **The Political Economy of Communication**, v. 7, n. 1, p. 30–50, 2019.

SOUSA, Janara; GERALDES, Elen. O impacto da lei de acesso à informação nas rotinas produtivas do Jornalismo brasileiro. **Revista Eptic**, v. 18, n. 3, 2016.

SPADA, Paolo; MELLON, Jonathan; PEIXOTO, Tiago; SJOBERG, Fredrik M. Effects of the internet on participation: Study of a public policy referendum in Brazil. **Journal of Information Technology and Politics**, v. 13, n. 3, p. 187–207, 2016. DOI: 10.1080/19331681.2016.1162250.

SPARROW, Bartholomew H. **Uncertain guardians: the news media as a political**

institution. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1999.

SPARROW, Bartholomew H. **A research agenda for an institutional media Political Communication**, 2006. DOI: 10.1080/10584600600629695.

STALPH, Florian. Classifying Data Journalism. **Journalism Practice**, v. 12, n. 10, p. 1332–1350, 2018. DOI: 10.1080/17512786.2017.1386583.

STAMATI, Teta; PAPADOPOULOS, Thanos; ANAGNOSTOPOULOS, Dimosthenis. Social media for openness and accountability in the public sector: Cases in the Greek context. **Government Information Quarterly**, v. 32, n. 1, p. 12–29, 2015. DOI: 10.1016/j.giq.2014.11.004.

STRÖMBÄCK, Jesper. Four Phases of Mediatization: An Analysis of the Mediatization of Politics. **The International Journal of Press/Politics**, v. 13, n. 3, p. 228–246, 2008. DOI: 10.1177/1940161208319097.

STRÖMBÄCK, Jesper; ESSER, Frank. Mediatization of Politics: Towards a Theoretical Framework BT - Mediatization of Politics: Understanding the Transformation of Western Democracies. *In: Mediatization of Politics*. London: Palgrave Macmillan UK, 2014. p. 3–28. DOI: 10.1057/9781137275844_1.

STRÖMBÄCK, Jesper; LUENGO, Óscar G. Polarized pluralist and democratic corporatist models: A comparison of election news coverage in Spain and Sweden. **International Communication Gazette**, v. 70, n. 6, p. 547–562, 2008. DOI: 10.1177/1748048508096398.

STRÖMBÄCK, Jesper; NORD, Lars W. Do Politicians Lead the Tango? **European Journal of Communication**, v. 21, n. 2, p. 147–164, 2006. DOI: 10.1177/0267323105064043.

TABARY, Constance; PROVOST, Anne-Marie; TROTTIER, Alexandre. Data journalism's actors, practices and skills: A case study from Quebec. **Journalism: Theory, Practice & Criticism**, v. 17, n. 1, p. 66–84, 2016. DOI: 10.1177/1464884915593245.

TAMUL, Daniel J.; IVORY, Adrienne Holz; HOTTER, Jessica; WOLF, Jordan. All the President's Tweets: Effects of Exposure to Trump's "Fake News" Accusations on Perceptions of Journalists, News Stories, and Issue Evaluation. **Mass Communication and Society**, v. 23, n. 3, p. 301–330, 2020. DOI: 10.1080/15205436.2019.1652760.

TANDOC, Edson C.; LIM, Darren; LING, Rich. Diffusion of disinformation: How social media users respond to fake news and why. **Journalism**, v. 21, n. 3, p. 381–398, 2020. DOI: 10.1177/1464884919868325.

TANDOC, Edson C.; OH, Soo-Kwang. Small Departures, Big Continuities? **Journalism Studies**, v. 18, n. 8, p. 997–1015, 2017. DOI: 10.1080/1461670X.2015.1104260.

TANDOC, Edson C.; SKORIC, Marko M. The pseudo-events paradox: how pseudo-events flood the Philippine press and why journalists don't recognize it. **Asian Journal of Communication**, v. 20, n. 1, p. 33–50, 2010. DOI: 10.1080/01292980903440830.

THELEN, Kathleen; CONRAN, James. Institutional Change. *In: FIORETOS, Orfeo;*

FALLETI, Tulia G.; SHEINGATE, Adam (org.). **The Oxford Handbook of Historical Institutionalism**. Oxford: Oxford University Press, 2016. v. 1. DOI: 10.1093/oxfordhb/9780199662814.013.3.

TORRES, Guillén. Institutional Resistance To Transparency: The Quest for Public Sector Information in Mexico. **Journal Of Resistance Studies**, v. 5, n. 2, 2020.

TRAQUINA, Nelson. **Big Show Media: viagem pelo mundo do audiovisual português**. Lisboa: Editorial Notícias, 1997.

TRILLING, Damian; TOLOCHKO, Petro; BURSCHEER, Björn. From Newsworthiness to Shareworthiness. **Journalism & Mass Communication Quarterly**, v. 94, n. 1, p. 38–60, 2017. DOI: 10.1177/1077699016654682.

TUCHMAN, Gaye. Objectivity as Strategic Ritual: An Examination of Newsmen's Notions of Objectivity. **American Journal of Sociology**, v. 77, n. 4, p. 660–679, 1972. DOI: 10.1086/225193.

TUÑÓN NAVARRO, Jorge; OLEART, Álvaro; BOUZA GARCÍA, Luis. Actores Europeos y Desinformación: la disputa entre el factchecking, las agendas alternativas y la geopolítica. **Revista de Comunicación**, v. 18, n. 2, p. 245–260, 2019. DOI: 10.26441/RC18.2-2019-A12.

ULIANO, André. Nossa resposta às agências Lupa e Aos Fatos. **Gazeta do Povo**, 2019.

Unser Team. **Correctiv**, 2021.

USCINSKI, Joseph E.; BUTLER, Ryden W. The Epistemology of Fact Checking. **Critical Review**, v. 25, n. 2, p. 162–180, 2013. DOI: 10.1080/08913811.2013.843872.

USHER, Nikki. Goodbye to the news: how out-of-work journalists assess enduring news values and the new media landscape. **New Media & Society**, v. 12, n. 6, p. 911–928, 2010. DOI: 10.1177/1461444809350899.

VACA-BAQUEIRO, Maira T. **Four Theories of the Press**. London: Routledge, 2017. DOI: 10.4324/9781315160566.

VACCARI, Cristian. THE NEWS MEDIA AS NETWORKED POLITICAL ACTORS: How Italian media are reclaiming political ground by harnessing online participation. **Information Communication and Society**, v. 14, n. 7, p. 981–997, 2011. DOI: 10.1080/1369118X.2011.572984.

VADLAMANNATI, Krishna Chaitanya; COORAY, Arusha. Transparency Pays? Evaluating the Effects of the Freedom of Information Laws on Perceived Government Corruption. **Journal of Development Studies**, v. 53, n. 1, p. 116–137, 2017. DOI: 10.1080/00220388.2016.1178385.

VAN AELST, Peter; BRANTS, Kees; VAN PRAAG, Philip; DE VREESE, Claes; NUYTEMANS, Michiel; VAN DALEN, Arjen. The fourth estate as superpower?: An empirical study of perceptions of media power in Belgium and the Netherlands. **Journalism Studies**, v. 9, n. 4, p. 494–511, 2008. DOI: 10.1080/14616700802114134.

VAN AELST, Peter; SEHATA, Adam; VAN DALEN, Arjen. Members of Parliament: Equal Competitors for Media Attention? An Analysis of Personal Contacts Between

MPs and Political Journalists in Five European Countries. **Political Communication**, v. 27, n. 3, p. 310–325, 2010. DOI: 10.1080/10584609.2010.496711.

VAN AELST, Peter; SHEAFER, Tamir; STANYER, James. The personalization of mediated political communication: A review of concepts, operationalizations and key findings. **Journalism: Theory, Practice & Criticism**, v. 13, n. 2, p. 203–220, 2012. DOI: 10.1177/1464884911427802.

VAN DALEN, Arjen. Structural Bias in Cross-National Perspective. **The International Journal of Press/Politics**, v. 17, n. 1, p. 32–55, 2012. DOI: 10.1177/1940161211411087.

VAN DER PAS, Daphne J.; VAN DER BRUG, Wouter; Vliegenthart, Rens. Political Parallelism in Media and Political Agenda-Setting. **Political Communication**, v. 34, n. 4, p. 491–510, 2017. DOI: 10.1080/10584609.2016.1271374.

VAN DUYN, Emily; COLLIER, Jessica. Priming and Fake News: The Effects of Elite Discourse on Evaluations of News Media. **Mass Communication and Society**, v. 22, n. 1, p. 29–48, 2019. DOI: 10.1080/15205436.2018.1511807.

VARGO, Chris J.; GUO, Lei; AMAZEEN, Michelle A. The agenda-setting power of fake news: A big data analysis of the online media landscape from 2014 to 2016. **New Media & Society**, v. 20, n. 5, p. 2028–2049, 2018. DOI: 10.1177/1461444817712086.

VERNOM, Pete. Don't shrug away Trump's media attacks. **Columbia Journalism Review**, 2018.

VIEIRA, Cleomar do Nascimento; DAHER, Denilson da Mata. A Lei de Acesso à Informação: uma análise dos sítios baseada na Transparência Ativa, nos Centros e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste Brasileiro. **Brazilian Journal of Business**, v. 2, n. 3, p. 2171–2192, 2020. DOI: 10.34140/bjbv2n3-022.

VOLTMER, Katrin. How Far Can Media Systems Travel? *In*: HALLIN, Daniel C.; MANCINI, Paolo (org.). **Comparing Media Systems Beyond the Western World**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 224–245. DOI: 10.1017/CBO9781139005098.013.

VOS, Tim P. “A mirror of the times” a history of the mirror metaphor in journalism. **Journalism Studies**, v. 12, n. 5, p. 575–589, 2011. DOI: 10.1080/1461670X.2010.536449.

VOS, Tim P. Historical Perspectives on Journalistic Roles. *In*: MELLADO, Claudia; HELLMUELLER, Lea; DONSBACH, Wolfgang (org.). **Journalistic Role Performance: Concepts, Contexts, and Methods**. New York, NY: Routledge, 2016.

VOS, Tim P.; WOLFGANG, J. David. Journalists' Normative Constructions of Political Viewpoint Diversity. **Journalism Studies**, v. 19, n. 6, p. 764–781, 2018. DOI: 10.1080/1461670X.2016.1240015.

WAGNER, María Celeste; BOCZKOWSKI, Pablo J. The Reception of Fake News: The Interpretations and Practices That Shape the Consumption of Perceived Misinformation. **Digital Journalism**, v. 7, n. 7, p. 870–885, 2019. DOI: 10.1080/21670811.2019.1653208.

- WAISBORD, Silvio. **Watchdog Journalism in South America: News, Accountability, and Democracy**. New York: Columbia University Press, 2000. v. 77 DOI: 10.1017/CBO9781107415324.004.
- WAISBORD, Silvio. Democracy, journalism, and Latin American populism. **Journalism: Theory, Practice & Criticism**, v. 14, n. 4, p. 504–521, 2013. DOI: 10.1177/1464884912464178.
- WAISBORD, Silvio. Truth is What Happens to News. **Journalism Studies**, v. 19, n. 13, p. 1866–1878, 2018. DOI: 10.1080/1461670X.2018.1492881.
- WAISBORD, Silvio; PERUZZOTTI, Enrique. The environmental story that wasn't: advocacy, journalism and the *asamblea* movement in Argentina. **Media, Culture & Society**, v. 31, n. 5, p. 691–709, 2009. DOI: 10.1177/0163443709339462.
- WALTER, Nathan; COHEN, Jonathan; HOLBERT, R. Lance; MORAG, Yasmin. Fact-Checking: A Meta-Analysis of What Works and for Whom. **Political Communication**, 2019. DOI: 10.1080/10584609.2019.1668894.
- WASIKE, Ben. FOI in transition: A comparative analysis of the Freedom of Information Act performance between the Obama and Trump administrations. **Government Information Quarterly**, v. 37, n. 2, p. 101443, 2020. DOI: 10.1016/j.giq.2019.101443.
- WHITTEN-WOODRING, Jenifer. Watchdog or Lapdog? Media Freedom, Regime Type, and Government Respect for Human Rights. **International Studies Quarterly**, v. 53, n. 3, p. 595–625, 2009. DOI: 10.1111/j.1468-2478.2009.00548.x.
- WHITTEN-WOODRING, Jenifer; JAMES, Patrick. Fourth estate or mouthpiece? a formal model of media, protest, and government repression. **Political Communication**, v. 29, n. 2, p. 113–136, 2012. DOI: 10.1080/10584609.2012.671232.
- WOLLENBERG, Anja; RICHTER, Carola; BERLIN, Freie Universität. Political Parallelism in Transitional Media Systems: The Case of Libya. **International Journal of Communication**, v. 14, n. 0, p. 21, 2020.
- YORK, Chance; PONDER, James D.; HUMPHRIES, Zach; GOODALL, Catherine; BEAM, Michael; WINTERS, Carrie. Effects of Fact-Checking Political Misinformation on Perceptual Accuracy and Epistemic Political Efficacy. **Journalism and Mass Communication Quarterly**, p. 1–23, 2019. DOI: 10.1177/1077699019890119.
- YOUNG, Mary Lynn; HERMIDA, Alfred; FULDA, Johanna. What Makes for Great Data Journalism? **Journalism Practice**, v. 12, n. 1, p. 115–135, 2018. DOI: 10.1080/17512786.2016.1270171.
- ZELIZER, Barbie. Journalists as interpretive communities. **Critical Studies in Mass Communication**, v. 10, n. 3, p. 219–237, 1993. DOI: 10.1080/15295039309366865.
- ZELIZER, Barbie. On the shelf life of democracy in journalism scholarship. **Journalism: Theory, Practice & Criticism**, v. 14, n. 4, p. 459–473, 2013. DOI: 10.1177/1464884912464179.
- ZENG, Yuan. Detached disseminator, populist watchdog and facilitative change agent: The professional role perception of foreign correspondents in China. **Journalism**, v. 19,

n. 9–10, p. 1397–1416, 2018. DOI: 10.1177/1464884917724055.

ZINNBAUER, D. Transparency and Information Disclosure in E-Government. *In*: ANTTIROIKO, Ari-Veikko; MALKIA, Matti (org.). **Encyclopedia of Digital Government**. Hershey, Pennsylvania: IGI Global, 2007. p. 1566–1571. DOI: 10.4018/978-1-59140-789-8.ch240.

ŽUFFOVÁ, Mária. Do FOI laws and open government data deliver as anti-corruption policies? Evidence from a cross-country study. **Government Information Quarterly**, v. 37, n. 3, p. 101480, 2020. DOI: 10.1016/j.giq.2020.101480.